

ANNALES FAJE

5º SIMPÓSIO NACIONAL E 2º SIMPÓSIO INTERNACIONAL

APROXIMAÇÕES COM
O MUNDO JUVENIL

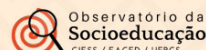
Temática:
Precarização da vida de jovens e as
estratégias juvenis de sobrevivência
na América Latina

ANNAIS

COMUNICAÇÕES
TEXTOS COMPLETOS



Realização



Parceria

**ANAIS DO 5º SIMPÓSIO NACIONAL E 2º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
“APROXIMAÇÕES COM O MUNDO JUVENIL”:
PRECARIZAÇÃO DA VIDA DE JOVENS E AS ESTRATÉGIAS JUVENIS DE
SOBREVIVÊNCIA NA AMÉRICA LATINA**

ISSN: 2526-0782

**11 a 13 de julho de 2025
Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil**

Os textos publicados são de responsabilidade de cada autor.

Projeto Gráfico e Diagramação: José Carlos Sant'Anna
Arte da Capa: Comunicação FAJE

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

(Coordenador da Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária da FAJE - CCAEU)

Coeditor: Me. Felipe Magalhães Francisco

(Coordenador Adjunto da CCAEU)

Belo Horizonte - MG | BRASIL

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

D476 Anais do 5º Simpósio Nacional e 2º Simpósio Internacional
“Aproximações com o mundo juvenil”: Precarização da vida de
jovens e as estratégias juvenis de sobrevivência na América La-
tina / editor, Geraldo Luiz De Mori; coeditor, Felipe Magalhães
Francisco - Belo Horizonte: FAJE, 2026. p. 216

Annales FAJE, v. 11, n. 2, 2026

ISSN: 2526-0782

1. Filosofia. 2. Teologia. I. Título. II. Faculdade Jesuíta de Filo-
sofia e Teologia.

CDU 1+2(05)

REALIZAÇÃO

FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Rede Brasileira de Institutos de Juventude

Instituto de Pastoral da Juventude

APOIO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
------------------------	----------

2. Evento	7
------------------	----------

3. Artigos

GT 1 - JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E PROCESSOS EDUCATIVOS

Compreendendo a relação entre jovens estudantes e docentes no contexto do ensino médio integrado no Instituto Federal de Minas Feraisa	12
<i>Ranucy Campos Marçal da Cruz (UFMG, IFMG)</i>	
<i>Juliana Batista dos Reis (UFMG)</i>	

Juventudes, abandono e permanência escolar: estudo de caso de uma escola pública no município de Viamão	23
<i>Luiz Gustavo Santos Tessaro (PUC RS)</i>	
<i>Patrícia Espíndola de Lima Teixeira (PUC RS)</i>	
<i>Marcelo Bonhemberger (PUC RS)</i>	

Ingresso no ensino superior por jovens rurais: uma revisão sistemática	33
<i>Andreza Teixeira Guimarães Stampini (UFV)</i>	
<i>Douglas Franco Bortone (UFV)</i>	
<i>Lílian Perdigão Caixêta Reis (UFV)</i>	

Oficinas psicossociais com jovens de Santa Luzia: construindo estratégias de escuta e intervenção na relação do jovem e o mundo do trabalho	41
<i>Ana Vitória Ferreira Nunes (UNI-BH)</i>	
<i>Cecilia Andrade Pereira (UNA)</i>	
<i>Fernando Roberth Ferreira dos Santos (UNA)</i>	
<i>Gabriela Gomes de Almeida de Castro (UNA)</i>	
<i>Hinayana Souza Franco (UNA)</i>	
<i>Victoria Elizabeth Fernandes Barbosa Alvarenga (UNA)</i>	
<i>Cérise Alvarenga (UNA/UNI-BH)</i>	

O papel das relações públicas na promoção da inclusão de pessoas com deficiência na juventude	55
<i>Luísa de Souza Rocha Camargos</i>	

Juventudes contemporâneas e projeto de vida:	
A construção de sonhos para juventudes diversas em oportunidades e fazeres”	65
<i>Maria Luzia de Moraes Fonseca</i>	

Contexto sócio-histórico do projeto de vida:	
Transformações culturais da modernidade tardia, temporalidades e transições juvenis	73
<i>Renato Correia Santos</i>	

GT 2 - JUVENTUDES E FENÔMENO RELIGIOSO

A juventude em caminhada:	
O processo de discernimento vocacional religioso e a construção do projeto de vida	85
<i>Cristovão Marcelo Novais Guingo</i>	

Juventude e Projeto de Vida	92
<i>Maria Carvalho de Jesus</i>	

O Protagonismo Juvenil na Defesa da Ecologia Integral: O Diálogo Inter-religioso Como Ação Sociotransformadora	103
<i>Wanessa Freire Almeida</i>	

“Tá lá o corpo estendido no chão”: O genocídio da juventude negra à luz da ética cristã	112
<i>Higor Ferreira de Oliveira</i>	

GT 3 - JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E DESIGUALDADES

Juventude, tecnologia e espaços urbanos: uma experiência de internacionalização “Spring School Youth” na PUC Minas	131
<i>Fabyolla L. Macêdo de Castro</i>	
<i>Luciana Kind</i>	

Oz Guarani: O Rap Como Caminho de Reafirmação de Identidade dos Jovens Indígenas Guarani Mbya no Pico do Jaraguá-SP	142
<i>Robson da Silva Oliveir</i>	

A construção das geografias das juventudes: estado do conhecimento nos Encontros Nacionais de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG)	153
<i>Marina de Assumpção Bello</i>	
<i>Victor Hugo Nedel Oliveira</i>	

Mapeamento das publicações sobre geografia das juventudes nos periódicos de pós-graduação em geografia no brasil: uma análise temporal e regional	160
<i>Matheus de Paoli Henriques</i>	
<i>Victor Hugo Nedel Oliveira</i>	

Jovens observadores do espaço urbano: analisando a cidade, a escola e a segurança pública	169
<i>Gabriela Borba Bispo dos Santos</i>	
<i>Victor Hugo Nedel Oliveira</i>	

Entrevista com pesquisadores do campo de juventudes sobre a dimensão da problemática da fome	180
<i>José Inácio da Silva Júnior</i>	
<i>Victor Hugo Nedel Oliveira</i>	

GT 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

As Políticas Públicas de juventude na cidade de Camaçari/BA: Elementos de estruturação da pauta na agenda governamental municipal entre os anos de 2005-2016	193
<i>Mailson Santos Pereira</i>	
<i>Larissa Mello do Nascimento</i>	

Juventude cyberpunk: Hackativismo, cultura e identidade na era digital	206
<i>Guilherme Augusto Siebeneichler</i>	

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 11 e 13 de julho de 2025, Belo Horizonte acolheu o **5º Simpósio Nacional e o 2º Simpósio Internacional “Aproximações com o Mundo Juvenil”**, promovido pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em parceria com a Rede Brasileira de Institutos de Juventude, o Instituto de Pastoral da Juventude Leste 2 e universidades latino-americanas. O evento reafirmou-se como espaço de diálogo interdisciplinar e de construção coletiva, reunindo pesquisadoras e pesquisadores, lideranças juvenis e organizações sociais.

O tema central, *“Precarização da vida de jovens e as estratégias juvenis de sobrevivência na América Latina”*, iluminou as conferências, mesas e comunicações. A precarização juvenil não se restringe à falta de oportunidades individuais: ela expressa a fragilidade das políticas de direitos, a instabilidade social, a violência urbana, a exploração do trabalho precário e o suicídio. Nessa perspectiva, a precariedade revela-se como categoria política fundamental, própria de uma racionalidade neoliberal que flexibiliza garantias e transforma a insegurança em modo de governar a vida.

Diante desse quadro, as juventudes latino-americanas não aparecem apenas como vítimas, mas como sujeitos ativos na produção de estratégias de sobrevivência. Da solidariedade comunitária às redes de apoio, da criação cultural às micropolíticas locais, jovens constroem alternativas que, ainda que insuficientes diante da precariedade sistêmica, apontam para formas criativas de resistência, proteção e reinvenção da vida.

Esses Anais reúnem reflexões que partem dessa realidade e a elaboram em múltiplas perspectivas. Ao atravessar os textos aqui apresentados, o leitor encontrará não apenas diagnósticos sobre a condição juvenil, mas também horizontes de esperança e transformação. Que esta leitura seja um convite para mergulhar nos debates, reconhecer as vozes das juventudes em sua diversidade e engajar-se na construção de um futuro mais justo e inclusivo em nosso continente.

Os organizadores.

O EVENTO

Entre os dias 11 e 13 de julho de 2025, Belo Horizonte foi palco do 5º Simpósio Nacional e 2º Simpósio Internacional “Aproximações com o Mundo Juvenil”, realizado na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). O encontro reuniu pesquisadoras, pesquisadores, jovens lideranças, coletivos e instituições de diferentes países da América Latina, reafirmando-se como um espaço de diálogo interdisciplinar, de articulação em rede e de aprofundamento teórico sobre as juventudes.

A TEMÁTICA

A precarização é hoje uma marca estrutural da vida das juventudes latino-americanas. Ela se expressa na falta de oportunidades, no acesso limitado a políticas públicas, na instabilidade social e na violência urbana. Milhares de jovens enfrentam cotidianamente condições de vulnerabilidade, sendo empurrados para trabalhos precários, inseguros e mal remunerados, o que perpetua ciclos de pobreza e exclusão.

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS E PARCEIROS

O Simpósio foi realizado pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em parceria com a Rede Brasileira de Institutos de Juventude e coordenado pelo Instituto de Pastoral da Juventude Leste 2, com apoio de diversos Observatórios e Universidades nacionais e internacionais.

METODOLOGIA

Incluiu conferências, mesas de debate, grupos temáticos, minicursos e comunicações orais. Destaques: conferência de abertura de Helena Abramo; mesas temáticas com pesquisadores da América Latina; lançamento da Cátedra João Batista Libâneo; apresentação de mais de 40 trabalhos nos GTs.

COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

Os trabalhos apresentados foram organizados por Grupos Temáticos (GTs), e seguem com a apresentação do texto completo, separados a partir das temáticas em que foram realizados.

ORGANIZAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL

Sebastião Everton (FAJE)

Felipe Magalhães Francisco (FAJE)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Luísa de Souza Rocha Camargos

Márcio Camacho

Mariana da Silva Borges

Vanessa Aparecida Araújo Correia

Vinicius Ferreira da Paixão

REALIZAÇÃO E PARCERIAS

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE)

Rede Brasileira de Institutos de Juventude

Instituto de Pastoral da Juventude Leste 2

APOIO

FAPEMIG

CNPq

CAPES

PPGD/UFMG

Observatórios de Juventude do Brasil e América Latina

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Adveniat

GRUPOS DE TRABALHO

GT 01 – JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E PROCESSOS EDUCATIVOS

Compreendendo a relação entre jovens estudantes e docentes no contexto do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Minas Gerais — Ranucy Campos Marçal da Cruz (IFMG); Juliana Batista dos Reis (UFMG)

Juventudes, abandono e permanência escolar: estudo de caso de uma escola pública no município de Viamão — Luiz Gustavo Santos Tessaro (PUCRS); Patrícia Espíndola de Lima Teixeira (PUCRS); Marcelo Bonhemberger (PUCRS)

Ingresso no ensino superior por jovens rurais: uma revisão sistemática — Andreza Teixeira Guimarães Stampini (UFV); Douglas Franco Bortone (UFV); Lílian Perdigão Caixêta Reis (UFBA/UFV)

Oficinas psicossociais com jovens de Santa Luzia: construindo estratégias de escuta e intervenção na relação do jovem e o mundo do trabalho — Cecilia Andrade Pereira (UNA); Hinayana Souza Franco (UNA); Ana Vitória (UNI-BH); Gabriela Gomes de Almeida de Castro (UNA); Fernando Robert (UNA); Victoria Elizabeth (UNA); Cérise Alvarenga (UNA/UNIBH)

O papel das relações públicas na promoção da inclusão de pessoas com deficiência na juventude — Luísa de Souza Rocha Camargos (UNA)

Juventudes contemporâneas e projeto de vida: a construção de sonhos para juventudes diversas em oportunidades e fazeres — Maria Luzia de Moraes Fonseca (FAJE)

Contexto sócio-histórico do projeto de vida: transformações culturais da modernidade tardia, temporalidades e transições juvenis — Renato Correia Santos (FAJE)

GT 02 – JUVENTUDES E FENÔMENO RELIGIOSO

A juventude em caminhada: o processo de discernimento vocacional religioso e a construção do projeto de vida — Cristovão Marcelo Novais Guingo (FAJE)

O protagonismo juvenil na defesa da ecologia integral: o diálogo inter-religioso como ação sociotransformadora — Wanessa Freire Almeida (FAJE)

Juventude e projeto de vida — Maria Jesus de Carvalho (FAJE)

Tá lá o corpo estendido no chão: o genocídio da juventude negra à luz da ética cristã — Higor Ferreira de Oliveira (FAJE)

GT 03 – JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E DESIGUALDADES

Juventude, tecnologia e espaços urbanos: uma experiência de internacionalização “Spring School Youth” na PUC Minas — Fabyolla Lúcia Macedo de Castro (PUC Minas); Luciana Kind do Nascimento (PUC Minas)

Oz Guarani: o rap como caminho de reafirmação de identidade dos jovens indígenas Guarani Mbya no Pico do Jaraguá-SP — Robson da Silva Oliveira (FAJE)

A construção das geografias das juventudes: estado do conhecimento nos Encontros Nacionais de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG) — Marina de Assumpção Bello; Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Mapeamento das publicações sobre geografia das juventudes nos periódicos de pós-graduação em geografia no Brasil: uma análise temporal e regional — Matheus de Paoli Henriques; Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Jovens observadores do espaço urbano: analisando a cidade, a escola e a segurança pública — Gabriela Borba Bispo dos Santos; Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Entrevista com pesquisadores do campo de juventudes sobre a dimensão da problemática da fome — José Inácio da Silva Júnior; Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

GT 04 – POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

As políticas públicas de juventude na cidade de Camaçari/BA: elementos de estruturação da pauta na agenda governamental municipal entre os anos de 2005-2016 — Mailson Santos Pereira (UFBA); Larissa Mello do Nascimento (UFBA)

Juventude cyberpunk: hackativismo, cultura e identidade na era digital — Guilherme Augusto Siebeneichler (FAJE)

GRUPO DE TRABALHO 1
JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E PROCESSOS
EDUCATIVOS



DOI: 10.20911/25260782v11n2p12/2026

Compreendendo a Relação Entre Jovens Estudantes e Docentes no Contexto do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Minas Gerais

*Ranucy Campos Marçal da Cruz¹**Juliana Batista dos Reis²*

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa de Doutorado que teve como objetivo investigar a relação docente – discente no ambiente escolar e buscou compreender a partir da visão dos jovens estudantes e dos/as docentes, como esta relação se intercruciza com os modos de ser jovem e viver a condição juvenil durante o percurso do EM no IFMG. Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico para compreender o que as pesquisas acadêmicas nos diziam a respeito da relação entre educandos e educadores, os quais serão apresentados neste artigo em diálogo com a literatura da área.

PALAVRAS-CHAVE: Relação docente-discente; Juventudes; Docência; Ensino Médio

ABSTRACT: The objective of this article was to investigate the teacher-student relationship on the school environment and sought to understand how the relationship intertwines with the ways of being young and live the youthful condition along high school years in IFMG, from the students' and teachers' point of view. For the development of this research, a bibliographic survey was taken to understand what academic researches tell us about the relationship between teachers and students, which are presented in this article in dialogue with the area's literature.

KEY-WORDS: Teacher-student relations; Youths; Teaching; High school

INTRODUÇÃO

A condição juvenil dos/as jovens do Ensino Médio (EM) do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) são vivenciadas de forma diversa no cotidiano escolar e também fora dele, mas a compreensão dessa condição juvenil ainda é distante do corpo docente da escola. Ao conversarmos com jovens estudantes durante as aulas ou projetos de extensão, percebemos uma complexidade na relação entre docentes e discentes: diversas são as opiniões entre os estudantes sobre quem são os professores/as que os/as veem na sua totalidade, para além do “ofício de aluno”.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Professora no Instituto Federal de Minas Gerais. E-mail: ranucy.cruz@ifmg.edu.br

2 Professora adjunta na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jubtr@yahoo.com.br

Com a ampliação dos Institutos Federais e novas políticas que impactam diretamente na mudança do público que passa a acessar a instituição, algumas visões de docentes sobre os/as jovens do EM integrado ainda permanecem as mesmas de anos atrás e isso impacta na experiência escolar de jovens do EM.

Aqui se encontra a principal problemática da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais, ter como objeto de investigação a relação docente - discente, buscando compreender a partir da visão dos jovens estudantes e dos/as docentes, como esta relação se intercruza com os modos de ser jovem e viver a condição juvenil durante o percurso no EM no IFMG.

Sendo assim, o foco da pesquisa é a relação entre os sujeitos da educação (educandos e educadores), tendo como ponto de partida a seguinte pergunta: *como as relações entre docentes e jovens estudantes se constituem e se produzem no contexto do Ensino Médio Integrado no IFMG?*

Para desenvolvimento da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico para compreender o que as pesquisas acadêmicas nos diziam a respeito da relação entre educandos e educadores, os quais serão apresentados neste trabalho em diálogo com a literatura da área.

1 REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DOCENTE - DISCENTE EM DIÁLOGO COM OS ESTUDOS SOBRE JUVENTUDES

Desafiadas a compreender como as relações entre docentes e jovens estudantes se constituem e se produzem no contexto do Ensino Médio Integrado no IFMG, localizaremos neste tópico o campo teórico-analítico que auxiliará nas reflexões e problematizações deste trabalho.

Pretendemos estabelecer uma reflexão teórica com autores e conceitos que nos ajudem a articular a dimensão da relação docente-discente amparada pela questão juvenil. Para tanto, é importante indicar que o interesse da pesquisa está centrado em investigar a relação entre professores/as e estudantes do Ensino Médio e entre estudantes e seus professores/as sob a ótica da vivência da condição juvenil.

Para Inês Teixeira (2014), a relação entre os/as sujeitos da ação educativa (professores/as e estudantes) é a condição de fundação e de realização da docência. Para defini-la, a autora diz que nela está o “coração da docência”. Teixeira complementa dizendo que “independentemente dos territórios escolares, dos calendários, dos horários, dos tempos históricos”, sempre existirá um “ponto comum entre todos os professores do mundo: nossas relações” (Teixeira, 2014, p.13-14).

Para Inês Teixeira (2007), a relação docente/discente poderá favorecer ou desfavorecer, impedir ou realizar experiências emancipatórias e humanizadoras, ou o seu inverso, nos (in) acabamentos éticos e estéticos nela implicados” (p.433).

Esta relação, portanto, objeto principal de análise neste trabalho, possui algumas características, a primeira delas que vou tratar é seu caráter geracional. Para Inês Teixeira (2014), as relações docentes / discentes são relações intergeracionais, uma vez que professores/as e seus/as

alunos, estão localizados em diferentes posicionamentos nas temporalidades históricas, conforme pode ser percebido no trecho a seguir:

Nas temporalidades (con)viventes nos territórios da escola de Ensino Médio, os docentes têm faixas de idade distintas, mais distantes, ou menos, dos estudantes. Em geral, pertencemos às gerações mais antigas ou intermediárias – com um passado mais largo e um futuro mais curto – em relação à geração em que nossas turmas se localizam, que têm um futuro mais amplo e um passado mais curto. (Teixeira, 2014, p. 19)

Miguel Arroyo (2014) seguindo a mesma compreensão, diz que os/as professores “são *Outros* em gênero, origem social, racial, trazem saberes, leituras de mundo e de si mesmos” (Arroyo, 2014, p 55). Ao mesmo tempo que “os jovens estudantes que vão chegando ao Ensino Médio são também *Outros*, de outras origens sociais, raciais, étnicas, dos campos e das periferias” (Arroyo, 2014, p 55).

Trata-se, portanto, de “reconhecer os mestres e alunos sujeitos da produção de *Outros* conhecimentos, não meros transmissores-aprendizes do conhecimento hegemônico” (Arroyo, 2014, p 55). Tendo em vista outra dimensão da relação entre docentes e discentes, segundo Inês Teixeira (2014), é que as mesmas são “mediadas pelos processos de aprender e ensinar, pelos processos de transmissão, reelaboração e construção do conhecimento” (Teixeira, 2014, p. 20).

Entretanto, como nos alerta a autora, é preciso ter cuidado, porque a forma e os conteúdos presentes nessas relações se modificam, embora alguns de seus traçados permaneçam, e é necessário que se modifiquem, para que pertençam ao seu próprio tempo [...] (Teixeira, 2014).

Diante do exposto acima, é possível perceber a importância da relação docente-discente para a educação. Entretanto, o problema/objeto desta pesquisa está centralizado na relação professor/a – estudante, por percebermos na docência e acessando resultados de pesquisas acadêmicas, que se instaurou uma crise nessa relação. Por um lado, diversas imagens sobre como deveriam ser os/as professores/as, são construídos por parte dos/as alunos, e por outro lado, inúmeras são as imagens construídas pelos/as docentes sobre os/as estudantes: vários rótulos, expectativas, frustrações e desejos são projetados por ambos os lados.

Geraldo Leão (2006) pesquisando os sentidos da escolarização por jovens pobres, contribui com essa discussão quando analisa essa situação por parte dos/as estudantes, mas também destacando a culpabilização que recai sobre os/as professores/as nessa dinâmica, segundo ele:

É comum ouvirmos depoimentos como: “os jovens não valorizam a escola”; “são todos uns marginais”; “são uns bárbaros”; “ameaçam os professores”. Por outro lado, há também uma tendência a transferir a responsabilidade para os professores: “são corporativos”; “estão desanimados”; “não compreendem os alunos”; “são desatualizados e incompetentes”. O fato mais banal e aparente, no entanto, não é considerado: a escola é um espaço onde pessoas se encontram e produzem relações

sociais. Essas relações poderão ser ricas e humanas, mas também poderão ser desumanizadoras (Leão, 2006, p. 47).

Inês Teixeira (2007), explica detalhadamente essa situação do ponto de vista da docência:

Está colocado um problema no coração da docência, pois as representações e imagens dos docentes sobre os discentes dão significado e sentido às condutas pedagógicas, dão significado e perspectivas às suas relações com seus alunos. Elas modelam, influenciam, imprimem conteúdos e formas às condutas dos professores no jogo das relações docentes/discentes. Tais imagens e representações dão sentidos, significados e atribuem sentimentos à experiência e à condição docente. Quando a dificuldade do professor está no aluno e em suas relações com ele, estamos diante de um problema fundante, de um desafio imensurável. (Teixeira, 2007, p. 440).

Do ponto de vista dos/as estudantes, Juarez Dayrell (2007) diz que vem ocorrendo uma mudança significativa na relação dos/as jovens com seus/as professores/as, “onde os alunos não se mostram dispostos a reconhecer a autoridade do professor como natural e óbvia” (Dayrell, 2007, p. 1121).

Paulo Freire (2001), em “Pedagogia da Autonomia”, bell hooks (2013), em “Ensinando a Transgredir” e Alexandre Barbosa Pereira (2017), em “Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia”, trazem alguns elementos que nos ajudam a refletir sobre a relação docente-discente e sobre suas transformações e demandas instauradas nas últimas décadas.

Ao trabalhar no artigo sobre a relação da etnografia com a educação, Alexandre Pereira localiza o cotidiano escolar como um importante lugar para serem realizadas pesquisas etnográficas. Entre outras questões, a que se destaca e que utilizarei neste trabalho é a dimensão de alteridade usada pelo autor para descrever as relações existentes entre professores/as e estudantes no cotidiano escolar. O autor explica que no:

[..] cotidiano da educação, a alteridade é evidenciada a todo momento por colocar em contato pessoas ou grupos de diferentes gerações e, conseqüentemente, de mundos diferentes. Uma das grandes questões da educação escolar contemporânea, particularmente no Brasil, reside justamente nessa dificuldade que a instituição escolar tem, de uma maneira geral, de encarar seus outros, de lidar com a relação professor/estudante, que envolve, ao mesmo tempo, uma interação pautada na autoridade, mas também no reconhecimento e no respeito das diferenças do outro, uma questão de múltiplas alteridades, portanto (Pereira, 2017, p. 166).

bell hooks, dialogando com as obras de Paulo Freire, disse que o trabalho educativo é também coletivo, ou seja, acontece tanto por parte dos professores/as, como parte dos/as estudantes, com um esforço mútuo de ambas as partes. Para a autora:

Desde o começo, foi a insistência de Freire na educação como prática da liberdade que me encorajou a criar estratégias para o que ele chamava de “conscientização” em sala de aula. Traduzindo esse termo como consciência e engajamentos críticos, entrei nas salas de aula convicta de que tanto eu quanto todos os alunos tínhamos de ser participantes ativos, não consumidores passivos. (bell hooks, 2013, p.26)

A ideia de que o trabalho educativo demanda um esforço coletivo e, portanto, um comprometimento dos/as sujeitos envolvidos, traz uma importante abordagem para pensarmos a relação entre professores/as e estudantes. bell hooks (2013) diz que “a pedagogia engajada necessariamente valoriza a expressão do aluno” (p.34). Ao relatar críticas ao ensino que teve em sua formação e a que vivencia com seus colegas de trabalho em instituições escolares, bell hooks, faz, portanto, a defesa de que a expressão do aluno seja valorizada em sala de aula.

Paulo Freire (2001), em sua obra intitulada “Pedagogia da Autonomia”, afirmou que “ensinar exige saber escutar” (p.110), ele explica que:

“[...] quão importante e necessário é saber escutar. Se na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitido aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. [...] O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele” (p.111)

Nesse sentido, a dimensão da alteridade e escuta aparece em ambos os trabalhos como algo fundante da relação docente-discente e ao mesmo tempo como algo muito difícil de ser alcançado. Juarez Dayrell e Paulo Carrano (2014) contribuem com essa discussão ao afirmarem que a capacidade de escuta e argumentação são dois recursos fundamentais no trabalho docente, pois “muitos dos conflitos entre os jovens e as instituições são provocados pelas dificuldades de tradução dos sinais que não conseguimos [os professores/as] decifrar” (Dayrell e Carrano, 2014, p.128).

Para compreendermos a relação docente-discente, precisamos também entender a condição dos/as sujeitos envolvidos no processo educativo. Inês Teixeira (1998), faz uma distinção entre o sujeito sociocultural e o sujeito sociocultural professor, dizendo que este último é regido pela relação professor-aluno, pelas marcas da escola na condição professor e pelo determinante tempo em sua vida.

Na perspectiva dos/as jovens estudantes, Marília Sposito e Izabel Galvão (2004), identificaram em suas pesquisas que, entre a ação de ensinar e o aprender, situa-se o sujeito que reivindica estar envolvido no processo educacional, sinalizando [os jovens] “o quanto são sensíveis ao interesse demonstrado pelo professor e ao modo como este o vê” (Sposito e Galvão, 2004, p. 364).

2 O CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA REDE FEDERAL

Acompanhamos nas últimas décadas o crescimento da oferta e acesso ao ensino médio, devido a políticas governamentais que passaram a considerar o ensino médio também como uma etapa de escolarização obrigatória. Essa expansão do acesso ao ensino médio também aconteceu na rede federal³ de ensino. Diante de tamanho crescimento da rede federal apresentamos neste trabalho a demanda por pesquisas que contemplem a relação dos/as jovens estudantes no contexto do Ensino Médio Integrado e na relação com seus docentes, buscando entender como a juventude contemporânea têm construído suas relações no contexto escolar.

É possível perceber que os campi que já eram estruturados na antiga configuração da rede, também foram impactados com a unificação em Instituto Federal, pois com o surgimento da lei de cotas em 2012⁴, o público que antes não acessavam estas escolas, passou a ocupá-la, trazendo consigo diversos desejos e demandas, aumentando, portanto, a necessidade por pesquisas que considerem o olhar e experiências dos/as jovens em diálogo com a visão dos/as docentes.

Carmo (2022), em seu levantamento bibliográfico, no catálogo CAPES, a partir de 2014, sobre pesquisas no contexto das escolas federais encontrou 87 trabalhos, entre teses e dissertações, concluindo que ainda são incipientes os trabalhos sobre aspectos da condição juvenil e das suas experiências para além da condição de estudantes.

3 O QUE NOS DIZEM AS PESQUISAS QUE INVESTIGARAM A RELAÇÃO DOCENTE - DISCENTE?

Realizamos um levantamento bibliográfico e procuramos não focar apenas no ensino médio integrado no contexto dos Institutos Federais, para buscar compreender como as pesquisas com foco nessa relação estão sendo construídas. Essa opção se apresentou como possibilidade ao percebermos no levantamento bibliográfico com as palavras-chaves “relação docente-discente” nos portais de busca de periódicos, a dificuldade de encontrarmos trabalhos acadêmicos no contexto da rede federal.

O levantamento bibliográfico foi realizado no portal da CAPES, em maio de 2024, com as palavras-chave⁵: “juventude”; “professores”; “ensino médio” Foram encontrados cinquenta (50) trabalhos, publicados nos últimos cinco (5) anos. Foram lidos os títulos e resumos para escolha das publicações que mais se aproximavam do objeto desta pesquisa. Sendo assim, foram selecionados cinco (5) trabalhos, os quais serão tratados na sequência.

No primeiro trabalho “Do sacrifício ao futuro promissor: aluno de ensino médio nas representações sociais de professores”, os autores Laeda Bezerra Machado e Lucivania Barbosa

3 Criada em 2008 pela [Lei nº 11.892](#), de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Disponível em: [Rede Federal - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#).

4 As instituições da Rede Federal seguem as determinações da [Lei nº 12.711 de 2012](#).

5 Foi utilizado o operador boleado “AND” para a busca dos trabalhos.

Evangelista, buscaram identificar a estrutura das representações sociais de “aluno de escola pública de ensino médio,” elaboradas por seus professores. Foi adotada a Teoria das Representações Sociais (TRS) e desenvolvido um estudo de campo online com 71 professores da Rede Estadual de Pernambuco. Os resultados da pesquisa indicam que os professores reconhecem o contexto de pobreza, dificuldades, desigualdade de seus alunos, e que mesmo nesse contexto adverso, a maior parte dos professores/as reconhecem o potencial dos estudantes e confia que eles possam superar as adversidades no Ensino Médio. Discute –se, ao final do artigo, a melhoria das políticas públicas para diminuição das desigualdades no Ensino Médio.

No segundo trabalho, nomeado “Elementos da didática para a juventude”, a autora Silvana Soares de Araujo Mesquita, busca refletir sobre uma didática para a juventude a partir das perspectivas dos próprios jovens sobre a escola e a prática docente, buscando identificar elementos da didática que contribuam com o processo de ensinar para jovens. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública de ensino médio que atende jovens da periferia do Rio de Janeiro e contou com observações das aulas e aplicação de questionários aos alunos.

O artigo questiona o quanto a didática, também em sua perspectiva política, social e humana dialoga com as temáticas que afligem os jovens nas salas de aula das escolas públicas de hoje. Os resultados da pesquisa evidenciaram que “essa diversidade nas condições e culturas juvenis dentro da mesma escola indica também heterogeneidade entre os objetivos e sentidos que os jovens atribuem à escola de ensino médio” (Mesquita, 2020, p. 209).

Na pesquisa, a dimensão relacional da didática dos “bons professores” foi destacada nas práticas de interação professor-aluno, formas de tratamento e construção de regras no cotidiano da sala de aula, conforme podemos verificar no seguinte trecho:

Constatou-se que a interação professor-aluno na prática docente se caracteriza pelo reconhecimento das características individuais dos jovens, de suas experiências e do contexto em que vivem. Os professores indicados pelos alunos demonstram em suas aulas que têm consciência de quem são seus alunos e utilizam essas informações para se relacionar com eles. Deixam o aluno falar sobre sua vida pessoal, seus gostos e até suas aflições. Não ridicularizam suas escolhas, mas expandem suas ideias pelas trocas que estabelecem. (Mesquita, 2020, p.213)

O terceiro trabalho, com o título “Concepções de professores sobre identidades juvenis no contexto das redes sociais virtuais”, escrito por Douglas Pereira da Costa, teve como objetivo discutir as concepções de cinco professores de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Piauí sobre identidades juvenis no contexto das redes sociais virtuais, por meio de entrevistas. Neste trabalho, também, apareceu a importância da dimensão relacional, no seguinte trecho:

“Dessa forma, destaca-se a conexão dialógica como caminho para professores conhecerem as características que diferem as novas gerações, tendo em vista que as revoluções tecnológicas e a massificação da in-

ternet modificaram as formas de ser, agir, pensar, comportar-se e relacionar-se. Ao adentrar à escola, as composições de mundos dos alunos jovens, bem como de suas identidades produzidas fora dela, inserem-se no ambiente escolar, acompanhando e interferindo diretamente na trajetória formativa dos estudantes e nas relações interpessoais. No ritmo das céleres composições virtuais, na maioria das vezes, não sobra espaço e tempo, por parte dos profissionais da educação, para o desenvolvimento de uma escuta sensível com os alunos. No entanto, as gerações atuais sentem necessidade de serem ouvidas, impondo à escola e aos professores que adotem uma postura de ouvintes. No instante em que isso acontece, efetiva-se o que Rubem Alves (2010) denomina de “escutatória”, o aprendizado do ouvir. A partir dessa escuta sensível é possível perceber o conjunto de necessidades dos estudantes e desenvolver afeto, afeição e empatia com a condição juvenil”. (Costa, 2020, p. 6-7)

O quarto trabalho, intitulado “Escola e juventude – **breves** reflexões”, foi fruto da dissertação intitulada “Imaginários de violência na relação professor-aluno”, no Programa de Pós-Graduação da UNIOESTE/PR e de autoria de Eliane Dos Santos Macedo Oliveira. Na pesquisa foi considerado três questões de um questionário semiestruturado que objetivou identificar as percepções dos estudantes sobre o espaço de diálogo oportunizado pelas equipes escolares e pelos professores em momentos variados das suas rotinas institucionais.

Destaco os achados da pesquisa que se direcionaram para a relação dos estudantes com os/as docentes. Para os estudantes pesquisados, é importante a ocorrência de diálogo entres professores/as e estudantes, entretanto, os resultados da pesquisa indicam que:

[...] as falas dos estudantes demonstraram que são poucos os professores que oportunizam o questionamento e dialogam sobre processos escolares por eles desenvolvidos. Tal posicionamento se dá por considerarem que há professores que ignoram suas proposições e inquietações. Professores que não reavaliam, que não retomam conteúdos não compreendidos, bem como, professores com os quais não conseguem conversar, por sentirem medo. Nesta linha, destacaram não haver diálogos sobre os processos escolares ressaltados e, revelaram que mesmo que questionados sobre mais processos escolares, os referentes à avaliação, como as notas são respondidos de maneira técnica, como por exemplo, mostrar os registros avaliativos. (Oliveira, 2021, p. 289)

Por fim, no quinto trabalho, “Marcas de professores na trajetória de vida de jovens egressos do ensino médio”, escrito por Suzana Feldens Schwertner e Bianca Isabel Pederiva, foram discutidas as percepções de egressos do Ensino Médio acerca das marcas de professores em sua trajetória de vida. Para tal, foram elaboradas três unidades de análise: dos gestos com a matéria; da escuta e do socorro e da vocação para o ofício de professor, que versaram sobre as maestrias

com a matéria, a importância dos professores e suas marcas na vida dos estudantes e, inclusive, seus efeitos na escolha da profissão vindoura.

Nos resultados da pesquisa, chama a atenção a importância que os estudantes egressos do Ensino Médio deram para a “escuta” proporcionada pelos/as docentes, com exemplificado no trecho a seguir:

“A partir do abordado pelos egressos, nota-se que eles sentiam que tais gestos de cuidado eram articulados aos vários momentos em que foram escutados pelos seus professores. Considerando-a um elemento humano, elegem a escuta como um movimento de interesse, de preocupação e, muitas vezes, de socorro – que vem do professor e se direciona aos estudantes [...]. Articulada a esta, aparece uma escuta que é disposta, ativa, que diz mais de uma ação participativa do que apenas receptora, ou seja, que se interessa por aquilo que o estudante tem a dizer, que nele investe e o encontra” (Schwertner e Pederiva, 2023, p.9)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da descrição dos trabalhos acima e apresentação dos principais resultados que dialogam com o problema / pergunta desta pesquisa, foi possível identificarmos que os trabalhos aqui mencionados alternam entre ter uma escolha metodológica na pesquisa de escuta com os/as professores/as ou com os/as jovens estudantes.

Além disso, foi possível identificar que as pesquisas encontradas, de certa forma, destacam os processos de aprendizagem e rendimento acadêmico no contexto educacional, ainda que sejam mencionados os processos de escuta dos/as docentes como importante para os/as jovens estudantes. Assim, a maioria das pesquisas tendem a caminhar para uma investigação que compreenda como a relação de jovens estudantes com seus professores/as auxilia nos processos educativos visando melhores resultados.

O último trabalho “Marcas de professores na trajetória de vida de jovens egressos do ensino médio” é o que mais se distancia dessa tentativa, talvez por pesquisar jovens que já se formaram no EM. De certa forma, pode-se imaginar um desafio de se pesquisar jovens durante o percurso do EM, buscando entender os modos de ser jovem e como a relação com os/as docentes se constitui e se produz, para além de uma possível ideia utilitarista: a relação com os/as docentes ajuda o/a estudante a ter boas notas e rendimento acadêmico?

Sendo assim, estes trabalhos descritos nos ajudam a pensar escolhas que apontem caminhos de investigação com jovens e docentes extrapolando a ideia utilitarista que se pode ter da relação entre educadores e educandos. O campo acadêmico demanda por mais pesquisas que levem em consideração, também, as experiências, vivências e sentidos atribuídos de jovens e docentes no importante e complexo processo educativo que é o Ensino Médio no Brasil. Além disso, apresenta-se como demanda pesquisas que contribuam com a compreensão da condição

juvenil e das experiências dos/as jovens para além da condição de estudantes no contexto no Ensino Médio Integrado na rede federal, por ser esta uma rede em expansão e que dialoga com importantes políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Repensar o Ensino Médio: por quê? Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. Organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2008.
- CARMO, Helen Cristina do. É difícil, mas é bom: ser jovem no contexto do ensino médio integrado. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte (2022).
- COSTA, Douglas Pereira da. Concepções de professores sobre identidades juvenis no contexto das redes sociais virtuais. *Revista Prática Docente*. v. 5, n. 2, p. 1314-1328, jan/abr 2020.
- DAYRELL, Juarez. A escola faz juventudes? Reflexões em torno da socialização da juventude. In: VIEIRA, Maria Manuel (Coord.). *Actores educativos: escola, jovens e media*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é esse estudante que chega à escola? Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. Organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- EVANGELISTA, Lucivania Barbosa ; MACHADO, Laeda Bezerra Machado. Do sacrifício ao futuro promissor”: aluno de ensino médio nas representações sociais de professores *Roteiro*, Joaçaba, v. 48, jan./dez. 2023
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- LEÃO, Geraldo. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. *Educação & Pesquisa*, v. 32, p. 31-48, 2006.
- MESQUITA, Silvana. Elementos da didática para a juventude: Entre a dimensão relacional e a construção de sentidos *Revista Portuguesa de Educação*, 33(2), 200-225.
- PEDERIVA, Bianca Isabel; SCHWERTNER, Suzana Feldens. Marcas de professores na trajetória de vida de jovens egressos do ensino médio *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 41, n.3 p. 01-16, jul./set. 2023
- PEREIRA, Alexandre. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 149-176, set./dez. 2017.
- SPOSITO, Marília Pontes; GALVÃO, Izabel. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. *Revista Perspectiva*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- OLIVEIRA, Eliane dos Santos Macedo. Escola e Juventude: breves reflexões <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao> (online) Porto Alegre | jan.-jun. 2021 | v. 34 | n. 1
- TEIXEIRA, Inês Castro. Os professores como sujeitos sócio-culturais. DAYRELL, Juarez et al. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

TEIXEIRA, I. A. C. Da condição docente: primeiras aproximações teóricas. Educ. Soc., Campinas, V. 28, n. 99, p. 426-443, maio/ago, 2007.

TEIXEIRA, Inês. Uma Carta, um convite. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. Organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Ranucy Campos Marçal da Cruz: Licenciada e Bacharel em Educação Física (UFMG), Mestre e Doutoranda em Educação (UFMG). Professora do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) / campus Ouro Preto. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1209-4871> - E-mail: ranucy.cruz@ifmg.edu.br. Endereço: Rua Panema, 261. Bairro Concórdia - Belo Horizonte / Minas Gerais.

Juliana Batista dos Reis: Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais (UFMG), Mestre em Ciências Sociais (UFSCar) e Doutora em Educação (UFMG). Professora do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6477-5388> - E-mail: jubtr@ufmg.br. Endereço: Campus Pampulha/UFMG. Faculdade de Educação. Avenida Antônio Carlos, nº 6627, Bairro Pampulha, Belo Horizonte - MG.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



Juventudes, Abandono e Permanência Escolar: Estudo de Caso de uma Escola Pública no Município de Viamão

Luiz Gustavo Santos Tessaro¹

Patrícia Espíndola de Lima Teixeira²

Marcelo Bonhemberger³

RESUMO: Abandono e permanência escolar são dois fenômenos complexos. Este estudo examinou fatores relacionados à permanência e às trajetórias escolares não lineares entre jovens estudantes do Ensino Médio. Optou-se por um delineamento do tipo estudo de caso. Foi estudada uma escola estadual em Viamão. O conteúdo foi submetido à Análise Textual Discursiva. Obteve-se, como categorias finais, fatores externos, escolares e pessoais que favoreciam o abandono e a permanência. As trajetórias não lineares são influenciadas por múltiplos fatores, sobretudo de ordem comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Abandono Escolar; Permanência Escolar; Ensino Médio; Juventudes; Educação básica.

ABSTRACT: School dropout and school persistence are two complex phenomena. This study examined factors related to persistence and nonlinear school trajectories among young high school students. A case study design was adopted. A public secondary school in Viamão was studied. The content was submitted to Discursive Textual Analysis. As final categories, external, school-related, and personal factors were identified as favoring dropout and persistence. Nonlinear trajectories are influenced by multiple factors, especially those of a community-related nature.

KEYWORDS: School dropout; School persistence; High school; Young People; Basic Education.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), considera obrigatória a frequência escolar na Educação Básica, estabelecendo o Ensino Médio como sua etapa final. A legislação traz por parâmetro a faixa etária juvenil dos 15 aos 17 anos como ideal nessa finalização da Educação Básica. São considerados frequentes, jovens com 75% de carga horária letiva.

1 E-maio: luiz.tessaro@pucrs.br.

2 E-mail: patricia.espindola@pucrs.br.

3 E-mail: marcelo.bonhemberger@pucrs.br. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Se por legislação, inclusive por prerrogativa constitucional, o sistema educacional constrói-se na garantia do acesso e a permanência a todos, como um direito cidadão e dever do Estado e da família (Brasil, 1998), fato é que a realidade revela quadros de baixa frequência e abandono escolar, elevados. Considerando os múltiplos percalços que aumentam a probabilidade da descontinuidade de frequência no Ensino Médio, o conteúdo proposto nesse artigo dedica-se a contribuir no debate acerca do cotidiano de abandono e permanência escolar a partir da ótica dos principais atores da escola.

Entende-se abandono e permanência escolar como dois fenômenos complexos que, impactados por variadas nuances e contextos, delineiam as trajetórias acadêmicas dos jovens. O início da atual década trouxe ainda mais elementos para esse campo, a partir da necessidade de distanciamento físico da instituição escolar. São conhecidas as dificuldades enfrentadas – sobretudo no ensino público – em relação a esse afastamento, que gerou dificuldades de aprendizado, déficits educacionais e situações de abandono escolar (Cunha *et al*, 2021; Matiassi, 2022).

O conceito de abandono se refere ao estudante que deixa de ser assíduo na instituição de ensino durante o percurso do ano letivo, sem necessariamente sair em definitivo do sistema educacional (Brasil, 2024b). Porém, na literatura científica especializada não é incomum que o termo abandono seja utilizado como sinônimo de evasão escolar, mesmo que isso não seja exatamente um consenso entre pesquisadores (Branco, 2020; Filho; Araújo, 2017).

Já a permanência diz respeito a fatores relacionados com o que favorece ao estudante manter a sua trajetória na escola, mesmo diante de desafios (Souza; Carmo; 2022). São como elementos de promoção dessa continuidade, portanto, não necessariamente apenas o oposto do que ocasiona o abandono/evasão. Destaca-se que a literatura científica brasileira apresenta estudos com foco nesta, em detrimento de explorar tópicos que auxiliariam na permanência. Há, porém, uma tendência contemporânea de mudança desse cenário (Souza; Carmo; 2022) e este artigo procura se vincular a esse movimento.

Nesse sentido, para maior compreensão dos fenômenos apontados e oferecer possíveis contribuições, foi desenvolvido um estudo com uma Escola de Educação Básica do município de Viamão/RS. Viamão é um município da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que faz limite com a capital. No ano de 2022 apresentou a maior taxa de abandono do Ensino Médio dos últimos anos: 12,2% (Brasil, 2024a). Comparativamente, essa taxa é quase o dobro da nacional no mesmo período (6,4%) e é maior do que a estadual (10,8%) (Brasil, 2024a).

Ante esses dados, decidiu-se pela realização de uma pesquisa cujo objetivo foi examinar fatores relacionados à permanência e às trajetórias escolares não-lineares entre jovens estudantes de Ensino Médio. Este artigo visa trazer uma sistematização dos principais achados do referido estudo.

METODOLOGIA

Nesta seção serão abordados elementos relacionados aos métodos empregados para a realização do estudo referido. Para atingir seu intento, optou-se por um enfoque qualitativo, de nível exploratório e de delineamento do tipo estudo de (Flick, 2009; Gil, 2019; Guerring; 2019).

O estudo de caso foi compreendido como delineamento adequado, visto que os limites entre o contexto e o fenômeno estudados não eram claros, o que inviabilizaria ou prejudicaria delineamentos experimentais ou de levantamento. O próprio contexto parecia influenciar diretamente o fenômeno. Soma-se a isso, o fato de os estudos de caso serem apropriados aos objetivos de nível exploratório. Assim, torna-se possível constituir hipóteses para embasamento de futuras investigações (Flick, 2009; Gil, 2019).

A amostra em estudo de caso de C-pequeno consiste em quaisquer casos sujeitos à análise (Guerring; 2019). Caso, por sua vez, é “um fenômeno espacial e temporalmente delimitado de importância teórica” (Guerring; 2019, p. 68). Esta pesquisa analisou um caso, a saber, o de uma escola estadual de Ensino Médio do referido município gaúcho. Esta é, portanto, a delimitação espacial do caso. Quanto à delimitação temporal, foram coletados materiais entre o quarto bimestre de 2022 e o primeiro trimestre de 2023.

Os materiais levantados foram documentos e registros. Esses recursos permitiram aos pesquisadores conhecer “os antecedentes do ambiente, as experiências, as vivências ou situações e como é seu dia a dia” (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 440). Dentre os materiais coletados, obtiveram-se: registros de buscas ativas realizadas com estudantes em situação de abandono escolar; registros de atividades feitas sobre os fenômenos investigados, com estudantes, professores, equipe diretiva e equipe de orientação escolar; registros de diálogos com professores e equipe diretiva; documentos acerca da realidade educacional na comunidade escolar; fotos dos prédios, espaços e iniciativas ocorridas na escola no período da pesquisa.

O conteúdo textual foi digitalizado e importado para o *software* de análise qualitativa Atlas.ti. Nele foram submetidos à investigação por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galiuzzi, 2006, 2016). Esta consiste em quatro etapas: impregnação, unitarização, categorização e elaboração de metatextos. Na unitarização os materiais são separados em unidades de significado. Na categorização se procede o agrupamento dessas unidades em categorias por níveis de aprofundamento (iniciais, intermediárias e finais). A figura 1 resume o processo de categorização. Ao fim, na elaboração de metatextos, as interpretações feitas a partir da organização categorial são expressas em forma de texto articulado pelo pesquisador (Moraes; Galiuzzi, 2006, 2016).

A pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da PUCRS. Assim, seguiu o que preconizam as Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e a Lei Geral de Proteção de Dados. Salienta-se ainda que foi realizado um acordo de cooperação entre a mantenedora do projeto e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-RS). Houve consentimento e anuência da gestão escolar da unidade escolhida para a investigação.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção descreverá os resultados obtidos, discutindo alguns pontos em sua potencialidade prática, além de diagnóstica. Para tanto, optou-se por separar os elementos que favorecem a permanência e os que favorecem o abandono em três categorias distintas: fatores externos, fatores escolares e fatores pessoais.

Os fatores externos são mais amplos, dizem respeito ao contexto de vida em que os jovens estão inseridos. Os fatores escolares são voltados às circunstâncias da instituição educacional em que se encontram matriculados e o tipo de vinculação que estabelecem com esta. Os fatores pessoais aludem àquilo que diz respeito aos indivíduos e suas vivências particulares. As figuras 1 e 2 resumem os aspectos relacionados à permanência e ao abandono, respectivamente.

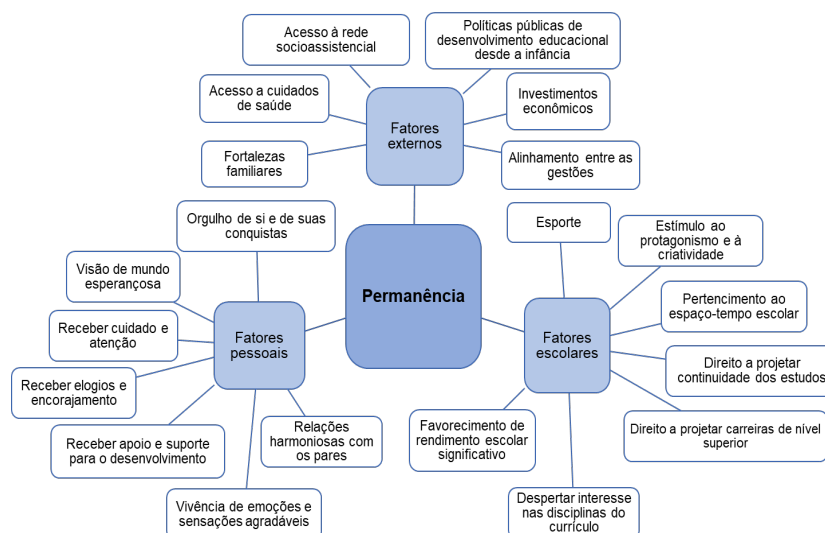


Figura 1. Síntese de fatores que favorecem a permanência no Ensino Médio na escola estudada



Figura 2. Síntese de fatores que favorecem o abandono no Ensino Médio na escola estudada

Os achados explicitam a importância das realidades familiares seja para a permanência, seja para o abandono. Nos casos em que esta foi apontada – pelos jovens e pelos demais atores da escola – como lugar de cuidado, incentivo e apoio, sua função na manutenção da trajetória

acadêmica ficou evidente. Já as suas fragilidades parecem impactar diretamente nos estudantes, favorecendo o afastamento da escola.

Situações que envolvem a vivência de conflitos, a vulnerabilidade socioeconômica ou mesmo a responsabilidade pelo cuidado de crianças por parte dos jovens são alguns exemplos que podem vir a conflitar com a continuidade dos estudos.

Esses aspectos são corroborados pela literatura científica, a qual sugere que os conflitos familiares são importante fator relacionado à evasão e abandono, bem como o grau de interesse e incentivo que a família dá aos estudos (Soares et al, 2015; Branco et al, 2020). Nesse sentido, a aproximação e o acompanhamento das famílias, sobretudo as mais vulneráveis, pela escola e pela rede socioassistencial, bem como o fortalecimento dessas como elo indispensável da rede de apoio do estudante, parece ser um horizonte de atuação estratégico.

O trabalho também apareceu como realidade ambígua na vida dos jovens. Para alguns, a necessidade de acesso à renda e subsistência imediatas conflita com a manutenção dos estudos. Para outros, é justamente pela educação formal que se visualiza uma perspectiva de crescimento das oportunidades no âmbito laboral. O consenso, no entanto, é que trabalhar, para os estudantes de Ensino Médio da rede pública é uma realidade inevitável. É o que sinaliza Linhares (2015), quando diz que, se a escola “faz” as juventudes – como afirmou anteriormente Dayrell (2007) – também o trabalho “faz” as juventudes no Brasil, na medida que permite ao jovem reconhecimento, autonomia em relação à família, acesso a bens de consumo, dentre outros. Logo é um meio pelo qual o jovem se emancipa e acessa a vida adulta no país.

Isso também fica evidente a partir da análise de um dos materiais que compuseram o *corpus* neste estudo. Nele, os estudantes manifestaram amplamente o seu vínculo com o trabalho – muitas das vezes informal – ou, na ausência deste, o desejo de encontrar um emprego. Sendo, portanto, uma realidade na vida desse jovem, cabe pensar um currículo ativo em conhecimentos práticos, que favoreça o despertar da curiosidade, da criatividade e do protagonismo deste estudante trabalhador. Há que se pensar, pragmaticamente, uma escola parceira do jovem em seu percurso de desenvolvimento. Esse elemento é fundamental, visto que, no Brasil, há uma forte tendência de que o trabalho acabe por levar uma parcela grande de jovens ao abandono e evasão (Soares et al, 2015).

Outro aspecto de características transversais é o relacional. Vínculos próximos, harmoniosos e saudáveis com os pares, bem como o desejo de construir novas amizades parecem facilitar a pertença ao espaço escolar, que é um lugar relacional por excelência. Por outro lado, o isolamento, a vinculação frágil e mesmo a vivência de situações de violência, como o *bullying*, tendem a afastar o estudante do espaço educativo.

Fundamentada em uma perspectiva buberiana⁴, Parreira (2016) lembra que, na cena escolar, o conhecimento a se transmitir é como o fundo de uma imagem em que a figura emergente é a relação entre pessoas. Nenhum elemento da imagem é descartável ou insignificante, mas o aspecto relacional tem forte destaque, sobretudo na contemporaneidade. Há uma urgência, portanto, por uma educação para o viver comunitário, caracterizado pelo respeito à dignidade do outro, um “viver-ao-lado-do-outro” (Parreira, 2016, p. 194), sem utilitarismos ou violências. Nesse sentido, iniciativas que visem o estreitamento dos laços sociais, a promoção de uma cultura de paz e de não violência podem ser muito pertinentes. Ressalta-se como possibilidades o trabalho com a comunicação não-violenta e o desenvolvimento de habilidades sociais como alternativas para o fortalecimento das relações interpessoais (Carneiro; Lima, 2022; Rita et al, 2023).

A gestão, seja escolar, seja estatal, seja a própria gestão de sala de aula, é outro ponto relevante no que diz respeito às diretrizes curriculares e didáticas. Faz-se imperativo um constante repensar didático-pedagógico em que se permita maior aproximação com as necessidades do jovem contemporâneo e que auxilie na percepção da significância das disciplinas curriculares e no engajamento efetivo de sua participação como estudante. Nesse sentido, um grande trunfo da escola estudada foi o fomento à prática de diversas modalidades de esportes e de participação, por parte dos estudantes, em eventos esportivos.

O poder público, por sua vez, deve investir no aprimoramento das estruturas ofertadas, na qualificação e na valorização dos profissionais, bem como na ampliação e na constante avaliação das políticas públicas vigentes de permanência estudantil e de desenvolvimento educacional. Tais políticas precisam abranger também o período da infância, visto que precariedades nesse período irão afetar o desenvolvimento do jovem.

A precarização dos espaços físicos educativos, a falta de professores e sua desvalorização são alguns dos elementos que acabam por limitar o horizonte de sonhos dos estudantes e dependem de um alinhamento das gestões. À despeito da existência desses empecilhos, evidenciou-se que os estudantes da escola estudada ainda sonhavam, mesmo que de maneira velada, com a continuidade do percurso educativo no Ensino Superior. Descuidar e deixar de amparar esse intento é contribuir, ao menos parcialmente, para uma realidade já conhecida no estado do Rio Grande do Sul caracterizada por contingentes não negligenciáveis de jovens em idade produtiva que não estudam, nem trabalham, com todos os impactos sociais que essa condição determina (Teixeira; Tessaro; Salata, 2024).

A escola, em síntese, não é um ente isolado e autossuficiente e não deve ser assim planejada. Cabe uma dedicação à (re)valorização e à (re)aproximação da comunidade com o espaço escolar, que precisa ser pensado como uma construção coletiva. Além disso, a dificuldade de acesso às políticas de transporte, saúde e assistência social, bem como as fragilidades nas políticas de segurança pública e meio ambiente impactam diretamente no jovem estudante e no

4 Trata-se da abordagem antropológica filosófica de Martin Buber (1878 – 1965), em que o Eu-Tu intersubjetivo, acontece nos princípios relacionais, envolvendo o diálogo e a responsabilidade vincular em um espaço de encontro.

alcance da escola. As trajetórias não lineares, portanto, não são responsabilidade exclusiva do jovem ou, como dito em discurso de senso comum, fruto de uma fraqueza geracional. São resultado de uma conjuntura complexa e que depende da garantia de direitos básicos. Todos esses citados, aliás, são direitos previstos no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), no entanto, ainda carentes de implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou examinar fatores relacionados à permanência e às trajetórias escolares não-lineares entre jovens estudantes de Ensino Médio. Procurou-se trazer uma sistematização dos principais achados do referido estudo.

Dentre os achados, obteve-se como categorias finais fatores externos, escolares e pessoais que favoreciam o abandono e a permanência escolar. Quanto ao abandono, destacou-se: depender de arquiteturas familiares instáveis e/ou inobservantes, trabalhar – sobretudo informalmente – para suprir as necessidades e demandas, vivenciar aspectos relacionais conflituosos ou violentos e a precariedade de políticas públicas como transporte, saúde, segurança pública. Quanto à permanência, destacou-se: experimentar relações familiares saudáveis de afeto e de diálogo, vivenciar aspectos harmoniosos nas relações com os pares, ter incentivo a práticas esportivas na escola.

Salienta-se alguns limites desta pesquisa, demarcados pelo fato de ser um estudo de caso de uma só escola e de um só município. A realidade debatida, apesar de típica, pode não esgotar todos os elementos relacionados à permanência e abandono. Acredita-se na importância de expandir as investigações para outros espaços educativos e de efetivar estudos de caso de estudantes evadidos, buscando compreender a fundo as razões de sua desistência. Compreender os motivos que fazem os estudantes permanecerem também é fator importante neste momento de transição marcado pelas mudanças propostas para os arranjos curriculares do Ensino Médio brasileiro. É necessário acompanhar os impactos de tais modificações no cenário educacional.

A partir desta pesquisa, em conclusão, depreende-se a relevância do mapeamento e do diagnóstico dos territórios os quais as escolas estão inseridas, e que podem determinar desafios específicos. Tomar ações de alcance variável requer uma constância na coleta de dados, baseando tais intervenções em evidências, não apenas pela gestão escolar, mas sobretudo pela gestão estatal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 ago. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCO, E. P. et al. Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. *Revista Contemporânea de Educação*, [s. l.], v. 15, n. 34, p. 133–155, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v15i34.34781>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica*. Brasília: INEP, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased)*. Disponível em: <https://brased.inep.gov.br/brased/termo-publico>. Acesso em: 31 mai. 2024b.

CARNEIRO, D. S. G.; LIMA, C. A. Depressão, suicídio e habilidades sociais no ensino médio nas escolas de Corumbá e Ladário – MS. *Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, n. 28, p. 215–232, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/10640>.

CUNHA, D. B. A et al. O impacto da pandemia de Covid-19 na saúde mental e física de crianças e adolescentes: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 7, p. e8484–e8484, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/8484/5150>

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 28, p. 1105–1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=html>

FILHO, R. B. S.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação por escrito*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.24527>

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUERRING, J. *Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas*. Petrópolis: Vozes, 2019.

LINHARES, M. I. S. B. *Escovando histórias a contrapelo: narrativas de jovens sobre as suas trajetórias sociais e profissionais na “cidade das oportunidades”*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 291, 2015.

MATIASSI, A. C. T. *Evasão escolar na pandemia da covid-19: o que os adolescentes nos ensinam*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 136, 2022.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva*. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. Ciência & Educação*, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117–128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB>.

OBSERVATÓRIO JUVENTUDES PUCRS/REDE MARISTA. *Juventudes, permanência e abandono escolar: uma análise documental das trajetórias escolares a partir do caso de uma Escola Estadual do Ensino Médio do Município de Viamão RS*. Porto Alegre: Centro Marista de Comunicação. 2024.

PARREIRA, G. G. *Martin Buber e o sentido da educação*. Goiânia: IFG, 2016.

RITA, F. M. Comunicação não violenta e educação para a paz: ferramentas de diálogo para educadores do município de Brusque/SC no pós pandemia. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 17, n. 2, p. 14–34, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/18141>.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOARES, T. M. et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XhMWFmKSzSrKCsDPhbsYs5P/#>

SOUZA, R. Q. G.; CARMO, G. T. Permanência escolar: revisão bibliográfica. In: SILVA, G. C. C. da et al. (Org.) *Anais do VIII Congresso Nacional de Educação*. Campina Grande: Plataforma espaço digital, 2013. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID13773_TB1708_20072022151913.pdf

TEIXEIRA, P. E. L.; TESSARO, L. G. S.; SALATA, A. R. *Boletim juventudes n. 01: levantamento sobre estudo e trabalho da população juvenil no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Observatório Juventudes & Data Social: Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3yH0HbS>

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Luiz Gustavo Santos Tessaro

<https://orcid.org/0000-0003-4215-5716>

luiz.tessaro@pucrs.br

Mestre em Psicologia pela UNISINOS, especialista em Psicologia Clínica (CFP). Pós-graduando em Gestalt-terapia (Comunidade Gestáltica/SC). Pós-graduado em Psicologia Positiva (PUCRS). Pós-graduando em Terapia-Cognitivo-Comportamental (PUCRS). Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Metodista IPA. Especialista Técnico do Observatório Juventudes PUCRS/Rede Marista.

Patrícia Espíndola de Lima Teixeira

<https://orcid.org/0000-0002-5059-9571>

patricia.espindola@pucrs.br

Doutora em Teologia e Mestra em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-graduada em Filosofia e Autoconhecimento (PUCRS). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FAPA). Licenciada em Pedagogia (PUCRS). Coordenadora do Observatório Juventudes PUCRS/Rede Marista.

Marcelo Bonhemberger

<https://orcid.org/0000-0002-1295-3015>

marcelo.bonhemberger@pucrs.br

Doutor e Mestre em Filosofia pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma (UPS). Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Gestão de Pessoas e Marketing pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Professor Adjunto da Escola de Humanidades e Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS. Vice-reitor da PUCRS.

Endereço - Av. Ipiranga, 6681, Prédio 2, sala 212; bairro Partenon, Porto Alegre, RS, CEP: 90619-900.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)



Ingresso no Ensino Superior por Jovens Rurais: Uma Revisão Sistemática

Andreza Teixeira Guimarães Stampini¹

Douglas Franco Bortone²

Lílian Perdigão Caixêta Reis³

RESUMO: Este artigo investiga as formas de ingresso no ensino superior por jovens rurais no Brasil por meio de uma revisão sistemática. A pesquisa foi conduzida segundo o método PRISMA, com busca nas bases SciELO, Scopus, Science Direct e Web of Science, utilizando a string “Rural Youth” AND “Higher Education”. Dos 2076 estudos identificados (1993–2022), quatro compuseram o portfólio final. Os resultados indicam que o ingresso ocorre principalmente por exames seletivos, evidenciando desigualdades de acesso e concentração regional de pesquisas sobre juventude rural e educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Rural. Ensino Superior. Ingresso.

ABSTRACT: This article investigates the ways in which rural youth in Brazil enter higher education through a systematic review. The research was conducted using the PRISMA method, with searches in the SciELO, Scopus, Science Direct, and Web of Science databases, using the string “Rural Youth” AND “Higher Education”. Of the 2076 studies identified (1993–2022), four comprised the final portfolio. The results indicate that entry occurs mainly through selective examinations, highlighting inequalities in access and regional concentration of research on rural youth and higher education.

KEYWORDS: Rural Youth. Higher Education. Admission.

INTRODUÇÃO

Não é segredo que no Brasil, as formas de acesso às universidades são de diferentes formas, como vestibular tradicional. Além disso, as instituições federais utilizam o Sistema de Seleção Unificada (SISU) por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e em algumas faculdades privadas, por meio do Programa Universidade Para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e bolsas de estudos.

1 Doutoranda no PPGED/UFV Universidade Federal de Viçosa.

2 Doutorando no PPGED/UFV Universidade Federal de Viçosa.

3 Doutora em Psicologia pela UFBA/Universidade Federal de Viçosa.

Segundo Nascimento, Marques e Trindade (2020, p. 3), “colocar as lentes da pesquisa nos jovens do campo é relevante, uma vez que a discussão científica/acadêmica sobre o acesso desses jovens à universidade ainda é recente, mesmo considerando a atual expansão das instituições de ensino”. Os autores ressaltam ainda que o jovem rural convive com a marca da invisibilidade, estigmas, marginalização e desigualdades, dificultando o acesso às universidades (NASCIMENTO; MARQUES; TRINDADE, 2020).

Diante disso, o objetivo do artigo é investigar as formas de ingresso no ensino superior pelos jovens rurais por meio de uma revisão sistemática. A pergunta que norteia o estudo é: De que forma os jovens residentes no meio rural têm ingressado no ensino superior?

Este trabalho se justifica, pois, a revisão sistemática é abrangente, abarcando o conhecimento científico sobre o tema pesquisado, sem viés tendencioso e com possibilidade de outros pesquisadores refazerem o estudo (GALVÃO; PEREIRA, 2014).

1 MÉTODOS

Para alcançar o objetivo da pesquisa, assim como responder a pergunta de investigação, foi utilizado como tática metodológica uma revisão sistemática sobre a temática: juventude rural e o ingresso no ensino superior. De acordo com Galvão e Pereira (2014, p. 183), “as revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados”.

2 ESTRATÉGIA DE BUSCA E FONTE BIBLIOGRÁFICA

O artigo foi construído seguindo as orientações do método de PRISMA, que versa suas indicações em uma lista de orientações de 27 itens e um diagrama de fluxo de quatro fases (MOHER *et al.*, 2015). Segundo Moher *et al.* (2015, p. 335), “o objetivo do PRISMA é ajudar os autores a melhorarem o relato de revisões sistemáticas e meta-análises”.

A coleta de dados foi realizada no período de setembro a dezembro de 2022, com a busca de materiais, como artigos, que abordavam a temática do trabalho. Utilizou-se de pesquisa eletrônica em bases de dados como *SciELO*, *Scopus*, *Science Direct* e o *Web of Science*, usando o PICOS: População; Jovens rurais; Ingresso ou formas de acesso no ensino superior e estudos observacionais (Quadro 1).

Quadro 1: String utilizada na busca dos artigos

	“Rural Youth”
And	“Higher Education” OR “University” OR “College”
And	“Entrance” OR “Scholarship” OR “Exam” OR “Selection”

Fonte 1: Dados da pesquisa (2022)

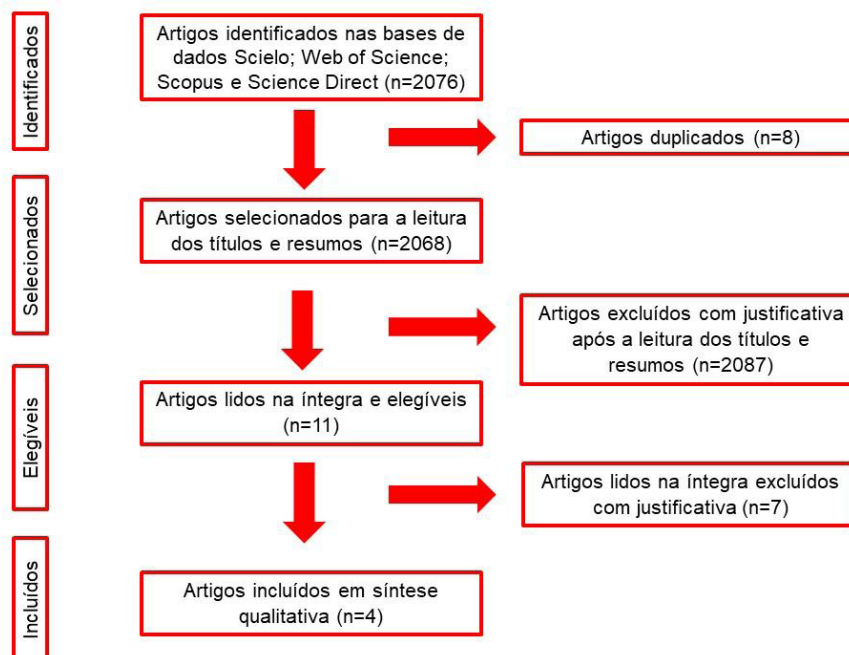
3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS

Inicialmente, identificou-se 2076 artigos sobre o tema, publicados entre os anos de 1993 a 2022. Como critério de exclusão, foram descartados artigos selecionados que a população fosse ensino médio, meio urbano ou outro que não seja o meio rural, assim como artigos de revisão, literatura ou dados secundários. Além disso, foram descartadas as publicações que estavam duplicadas (n=8). Em seguida, como critérios de inclusão, pode-se mencionar: juventude rural; ingresso no ensino superior e população do meio rural.

Outra triagem subjetiva foi a caracterizada pela adequação do título à leitura prévia do resumo dos artigos com o objetivo da pesquisa, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão. Com isso, foram excluídos 2065 estudos.

Executou-se então à leitura, na íntegra, dos 11 materiais; destes, 4 correspondiam com o objeto da pesquisa e por isso, foram utilizados para compor o portfólio bibliográfico estudado. A Figura 1 demonstra o fluxograma de seleção dos estudos.

Figura 1: Esquema de busca e seleção de artigos incluídos na revisão sistemática



Fonte 2: Dados da pesquisa (2022)

4 EXTRAÇÃO DOS DADOS

A escolha dos artigos, assim como a análise dos dados, foi realizada de maneira independente. Utilizou-se o software StArt para extrair as informações relevantes para este estudo. Analisaram-se os títulos, os autores, ano de publicação; objetivo(s); local de realização do estudo; população e seleção amostral.

5 RESULTADOS

Os artigos selecionados (n=4), correspondem dos anos 2011 a 2021. Pode-se ressaltar que 3 dos 4 estudos foram realizados na Gansu Survey of Children and Families (GSCF) que fica localizada na província rural de Gansu na China. Além disso, os objetivos dos trabalhos foram investigar como os exames influenciam nas oportunidades dos jovens rurais, assim como os caminhos que os estudantes percorreram para ingressar nas universidades (Quadro 1).

Quadro 2: Sumarização dos artigos selecionados após a revisão

Artigo	Ano	Autores	Amostragem
1	2011	Emily Hannum, Xuehui An e Hua-Yu Sebastian Cherng	Jovens que participavam da Gansu Survey of Children and Families (GSCF) que fica localizada na província rural de Gansu na China
2	2014	Tanja Sargent, Peggy Kong e Yuping Zhang	Jovens que participavam da Gansu Survey of Children and Families (GSCF) que fica localizada na província rural de Gansu na China
3	2020	Jasmine L. Whiteside	20 alunos rurais da Hardy University (Hardy) nos Estados Unidos
4	2021	Rachel E. Worsham, Ashley B. Clayton e Joy Gaston Gayles	Jovens que participavam da Gansu Survey of Children and Families (GSCF) que fica localizada na província rural de Gansu na China

Fonte 3: Dados da pesquisa (2022)

Para análise dos títulos e resumos dos artigos selecionados, foram criadas nuvens de palavras, a fim de averiguar a incidência dos termos e conceitos de maior relevância dos estudos. As figuras foram construídas com auxílio do instrumento WordArt, que auxilia na elaboração de nuvens de palavras que promovem diálogos sobre um tema averiguado. Vale mencionar que não foi criada nuvem de palavra com as palavras-chave dos artigos, pois, de 4 estudos, somente 1 tinha as palavras-chave.

Com relação ao título, observa-se que as palavras que mais sobressaíram foram “Rural”, “College”, “University”, “Educational” e “China”. Pode-se ressaltar que o rural representa a área/meio de residência dos pesquisados. China é a incidência da localidade dos estudos. E as outras palavras, estão relacionadas a educação e o ensino superior (Figura 2).

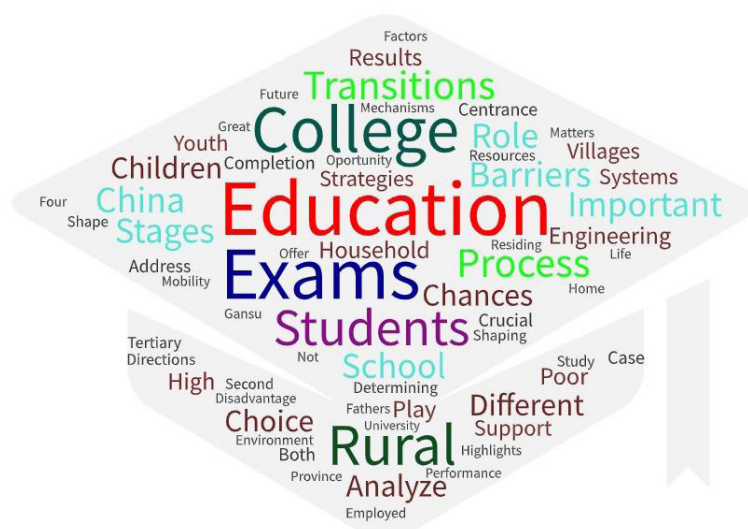
Figura 2: Nuvem de palavras dos títulos dos artigos selecionados



Fonte 4: Dados da pesquisa (2022)

Sobre o resumo, percebe-se que a palavra que mais se sobressaiu foi “Education”. Isso faz sentido, uma vez que os estudos estão relacionados com a área da educação. Em seguida, a palavra “Exams” foi mais citada, que é a forma de entrada dos estudantes nas universidades. A palavra “College” também foi citada com frequência, remetendo-se ao ensino superior. Já o rural, assim como no título, refere-se ao meio em que os pesquisados moram. Os “Students” tiveram um impacto na nuvem de palavras, já que os estudos foram realizados com jovens participantes da GSCF e da Hardy. Diante disso, nota-se que as principais palavras estão de acordo com o foco desta pesquisa.

Figura 3: Nuvem de palavras dos resumos dos artigos selecionados



Fonte 5: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com o exposto, nota-se que foram realizadas análises com as características comuns dos artigos selecionados, correspondente aos objetivos, títulos e resumos. Vale lembrar que dos 2076 artigos encontrados através da *string*, somente 4 corresponderam com os critérios de inclusão. Por isso, as análises dos resultados foram somente com esses estudos.

6 DISCUSSÃO

Todos os 4 estudos tiveram objetivos similares, contudo, os desfechos de dois foram parecidos no que diz respeito a exames e os outros dois revelaram achados interessantes com relação a família e ambiente doméstico.

Os resultados dos dois primeiros artigos em comum concluíram que os exames corroboram com as desigualdades percebidas na mudança educacional, contudo, é, ao mesmo tempo, indispensável para compreender que as diferenças nas oportunidades que antecedem os exames, ressaltando quem faz os exames e os resultados dos mesmos (HANNUM; AN; CHERNG, 2011; WORSHAM; CLAYTON; GAYLES, 2021).

Nos outros dois estudos, foi revelado que os pais exercem uma função crucial nas oportunidades de vida de seus filhos, com um ambiente familiar de aprendizagem favorável, estimulante e promissor. Além disso, observou-se que o ambiente doméstico pode auxiliar ou não os estudantes ao passo que eles estão na passagem para o ensino superior (SARGENTA; KONG; ZHANG, 2014, WHITESIDE, 2020).

Uma limitação neste trabalho foi a concentração de estudos na China (n=3). Contudo, isso também revela a importância de investigar essa temática. Percebeu-se que nenhum estudo foi realizado no Brasil, talvez por escassez de pesquisa sobre esse assunto ou pela *sting* utilizada na seleção dos materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, notou-se que o objetivo do artigo foi alcançado, pois, por meio da revisão sistemática, foi possível investigar as formas de ingresso no ensino superior pelos jovens rurais. Ademais, a pergunta que norteia o estudo foi respondida, pois, percebeu-se que os jovens residentes no meio rural têm ingressado no ensino superior por meio de exames.

Outro ponto que destacou-se foi a concentração de estudos em uma única região. Isso ajuda a refletir sobre a importância de investigar o tema jovens rurais e o ingresso no ensino superior. Para pesquisas futuras, sugere-se investigar a temática no Brasil, adicionando as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's), a fim de compreender como as tecnologias têm auxiliado no processo de acesso às políticas públicas de educação.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. *Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração*. Brasília: Epidemiol. Serv. Saúde, 2014. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v23n1/v23n1a18.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

HANNUM, Emily; AN, Xuehui; CHERNG, Hua- Yu Sebastian. Examinations and educational opportunity in China: mobility and bottlenecks for the rural poor. Londres: Oxford Review of Education, 2011, p. 267–305. Disponível em: <https://sci-hub.se/10.1080/03054985.2011.559387>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MOHER, D; *et al.* *Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA*. Brasília: Epidemiol. Serv. Saúde, 2015, p. 335 – 342. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/ress/v24n2/2237-9622-ress-24-02-00335.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

NASCIMENTO, Mirian Bezerra de Matos; MARQUES, Tatyane Gomes; TRINDADE, Domingos Rodrigues da. Jovens do campo no ensino superior. Pará: *Revista Exitus*, v. 10, 2020, 30 p. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1259/695>. Acesso em: 05 out. 2022.

SARGENTA, Tanja; KONG, Peggy; ZHANG, Yuping. Home environment and educational transitions on the path to college in rural northwest China. [S. l]: *International Journal of Educational Development*, 2014, p. 98 – 109. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059313000448?ref=pdf_download&fr=RR-2&rr=7755603bcf7c1a90. Acesso em: 02 dez. 2022.

WHITESIDE, Jasmine L. Becoming Academically Eligible: University Enrollment among First-Generation, Rural College Goers. [S. l]: *Rural Sociology*, 2020, 25 p. Disponível em: <https://sci-hub.se/10.1111/ruso.12353>. Acesso em: 02 dez. 2022.

WORSHAM, Rachel E; CLAYTON, Ashley B; GAYLES, Joy Gaston. Exploring Rural Engineering Students' College Choice Process at Two Land-Grant Universities. Chattanooga: *The Rural Educator*, journal of the National Rural Education Association (NREA), 2021, p. 28 - 44. Disponível em: <https://journals.library.mss-tate.edu/index.php/ruraled/article/view/1181/948>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Andreza Teixeira Guimarães Stampini

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGED) na Universidade Federal de Viçosa (UFV) (2022). É Mestre em Economia Doméstica (PPGED) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) (2021). Possui Especialização em Psicopedagogia e Educação Especial pela Dom Alberto (2021) e Graduação em Licenciatura em Educação Infantil (EIN) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) (2018).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3361-2402>

E-mail: andrezastampini@gmail.com

Endereço: Rua Francisco Dourado Fontenelle, nº 172, Santo Antônio, Viçosa-MG.

Douglas Franco Bortone

Doutorando em Política Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Professor Assistente do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0290-3601>

E-mail: douglas.bortone@ufv.br

Endereço: Rua São Bento, nº 35, Talma, Ubá -MG

Lílian Perdigão Caixêta Reis

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1989), mestrado em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (2005) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2010), Pós-Doutorado pela UFBA, através do Programa Nacional de Pós-Doutorado (2012), e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2021). Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação, no qual atua na área de Psicologia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6827-871X>

E-mail: lilian.perdigao@ufv.br

Endereço: Av. Peter Henry Rolfs s/n - Campus Universitário, Centro, Viçosa-MG

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



Oficinas Psicossociais com Jovens de Santa Luzia: Construindo Estratégias de Escuta e Intervenção na Relação do Jovem e o Mundo do Trabalho

Ana Vitória Ferreira Nunes¹

Cecilia Andrade Pereira²

Fernando Roberth Ferreira dos Santos³

Gabriela Gomes de Almeida de Castro⁴

Hinayana Souza Franco⁵

Victoria Elizabeth Fernandes Barbosa Alvarenga⁶

Cérise Alvarenga⁷

RESUMO: Este trabalho relata a experiência de oficinas psicossociais relacionadas ao direito à profissionalização com estudantes do Ensino Médio em Santa Luzia. Foi construído em um projeto de Extensão de psicologia desenvolvido por estudantes da UNA-UniBH em parceria com Instituto TUCUM. Por meio de questionários foram identificadas demandas dos jovens relacionadas ao projeto de vida profissional e realizadas oficinas (entrevista e construção de currículo) que possibilitaram reflexões e aprendizagens sobre dificuldades concretas dos jovens em sua relação com o mundo do trabalho.

ABSTRACT: This work reports on the experience of psychosocial workshops related to the right to professionalization with high school students in Santa Luzia. It was developed as part of a psychology extension project by UNA-UniBH students in partnership with the TUCUM Institute. Through questionnaires, the young people's needs related to their professional life project were identified, and workshops (interviews and resume building) were held that enabled reflection and learning about the concrete difficulties young people face in their relationship with the world of work.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Mundo do trabalho. Oficinas psicossociais. Projeto de vida. Educação.

KEY-WORDS: Youth. The world of work. Psychosocial workshops. Life planning. Education.

1 Estudante de Psicologia, UNI-BH.

2 Estudante de Psicologia, UNI-BH.

3 Estudante de Psicologia, UNI-BH.

4 Estudante de Psicologia, UNI-BH.

5 Estudante de Psicologia, UNI-BH.

6 Estudante de Psicologia, UNI-BH.

7 Profa. universitária UNA/UNI-BH. Email: cerisealvarenga@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A inserção dos jovens no mundo do trabalho no Brasil tem sido um desafio persistente, evidenciado por dados alarmantes que refletem a exclusão social e econômica dessa parcela da população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego entre jovens de 14 a 17 anos alcançou 7,3% no segundo trimestre de 2024, que é superior à média nacional no mesmo período, equivalente a 6,9%.

Outro fato a ser observado são as dificuldades crescentes para inserção dos jovens no mundo do trabalho no Brasil com desafios significativos, refletindo a exclusão social e econômica dessa faixa etária. De acordo com dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de distorção idade-série no ensino médio é um indicador preocupante. Em 2023, aproximadamente 19,5% dos estudantes brasileiros de ensino médio estavam em situação de atraso escolar, ou seja, não conseguiram concluir essa etapa no tempo esperado. Esse atraso é um fator que compromete ainda mais as chances de inserção dos jovens no mundo do trabalho, uma vez que o mercado exige cada vez mais qualificações compatíveis com o nível de ensino médio completo.

A reforma do ensino médio, implementada nos últimos anos, também tem sido apontada pelos estudantes como um fator que contribui para a exclusão escolar, principalmente por sua estrutura elaborada em um formato pouco adaptado a particularidade de pessoas com acesso dificultado à educação ou em contexto de vulnerabilidade social e violação de direitos que pode ser interpretada como uma elaboração ineficaz a partir da observação da falta de adaptação às necessidades dos estudantes. Esses dados refletem o complexo cenário educacional brasileiro, onde políticas públicas voltadas à educação e à inclusão dos jovens no mundo do trabalho precisam ser fortalecidas e ampliadas para garantir um futuro mais equitativo e promissor para essa geração.

É importante distinguir entre os conceitos de “mundo do trabalho” e “mercado de trabalho”. Enquanto o mercado de trabalho refere-se especificamente às dinâmicas de oferta e demanda de emprego formal, o mundo do trabalho é um conceito mais amplo, que abrange todas as formas de inserção produtiva, sejam elas formais ou informais, e considera também as relações sociais, culturais e subjetivas que os indivíduos desenvolvem em torno do trabalho. Portanto, ao abordar o mundo do trabalho, estamos reconhecendo que a inserção produtiva dos jovens vai além do simples preenchimento de uma vaga de emprego, implicando uma complexa rede de significados e interações que moldam suas vidas e suas perspectivas de futuro.

Dayrell (2007, p. 1109) afirma que “as relações entre o trabalho e o estudo são variadas e complexas e não se esgotam na oposição entre os termos”. A escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou podem ter ênfases diversas, de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais dos jovens. Além dos desafios estruturais, é importante considerar os atravessamentos culturais que influenciam a percepção dos jovens sobre o mundo do trabalho. Na contemporaneidade, o imediatismo da pós-modernidade tem moldado expectativas irrealistas, onde o encantamento com a possibilidade de trabalhos digitais e o fácil acesso a promessas

ilusórias de ganho financeiro, como os “Jogos do Tigrinho”, citados pelos próprios jovens durante visitas e observações participantes, distorce a compreensão do que constitui uma trajetória profissional sustentável. Essa fascinação pelo sucesso rápido e fácil ignora as complexidades e as demandas reais do mundo do trabalho, levando muitos jovens a frustrações e desencantos quando confrontados com a realidade.

O contexto socioeconômico dos estudantes da Escola Estadual Reny de Souza Lima também apresenta desafios únicos que afetam diretamente a elaboração de seus sonhos e a construção de ideais. Situada no bairro Palmital, em Santa Luzia, a escola enfrenta dificuldades geográficas significativas, como a proximidade de uma penitenciária, que resulta em cortes frequentes de sinais telefônicos e internet, além de barulhos constantes que afetam a concentração dos alunos. Tais condições adversas reforçam a necessidade de intervenções educacionais que não apenas forneçam as ferramentas técnicas necessárias para a inserção no mundo do trabalho, mas também abordem as complexidades sociais, culturais e psicológicas enfrentadas pelos jovens em contextos de alta vulnerabilidade. Conforme enfatiza Barros (2021, p.42) “a juventude é uma experiência psicossocial produzida por meio da intersecção entre condições sociais, culturais, psicológicas históricas e econômicas, que perpassam o sujeito jovem”.

A partir dessa realidade, as oficinas psicossociais realizadas no projeto “Inter(In)venções: Oficinas Psicossociais e Promoção de Saúde e Direitos Humanos em Contextos Socioeducativos” assumem um papel crucial na promoção de experiências significativas que aproximem os jovens do mundo do trabalho. Como parte dessas oficinas, foi possível observar que, apesar dos desafios, os jovens possuem aspirações e projetos de vida que, muitas vezes, são limitados por suas condições socioeconômicas. Nesse sentido, o desenvolvimento de um projeto de vida torna-se fundamental, como propõe o Currículo Básico do Novo Ensino Médio, que enfatiza a importância de preparar os estudantes para o futuro, não apenas no aspecto técnico, mas também no pessoal e social.

Considerando os diversos debates existentes acerca da qualificação juvenil para o mercado de trabalho, a elaboração do Projeto de Vida apresenta-se como uma ferramenta acessível para a realidade dos jovens no Ensino Médio tornando a compreensão do mundo do trabalho mais próxima. Corrochano destaca que é necessário dar destaque à temática do jovem e mundo do trabalho, dando centralidade a ela, pois elas não dizem respeito somente à necessidade de complementar a renda familiar, mas também a uma busca legítima pela autonomia dos jovens (TOMMASI, L. D. e CORROCHANO, 2020, p. 353).

Em cenários de elevada vulnerabilidade social, como o do bairro Palmital, a necessidade emergencial de gerar renda e alcançar a ascensão social se sobrepõe às metas de longo prazo. A formação de jovens para o mundo do trabalho deve ser uma ação que integre a formação técnica e a construção de um projeto de vida que considere as particularidades do contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridos. Ao longo deste trabalho, será explorada a importância dessas oficinas na formação dos jovens de Santa Luzia, evidenciando como elas podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias de escuta e intervenção que facilitam

a relação do jovem com o mundo do trabalho, estimulando o desenvolvimento de habilidades interpessoais e seu protagonismo, considerando as complexas realidades sociais e culturais nas quais estão inseridos.

1 METODOLOGIA

Tendo em vista os estudos de Paulo Freire (2002) sobre as construções com as juventudes serem possíveis quando estes sujeitos são incluídos, as escutas pautaram-se em reconhecer o papel do educador como essencial nesse processo, e na criação de um espaço democrático ao qual as juventudes participem do escopo desse ambiente, colocando nele suas vivências, angústias e as subjetividades. Esse ambiente deve ser caracterizado por uma escuta ativa e respeitosa, onde as vozes dos jovens não só são ouvidas, mas também valorizadas como parte fundamental do aprendizado coletivo. Como diz Freire (2002, p.15)

“Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? (...) Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade?”

A partir das discussões realizadas no projeto de extensão promovido pelo Centro Universitário UNA “Inter(In)venções: Oficinas Psicossociais e Promoção de Saúde e Direitos Humanos em Contextos Socioeducativos”, visamos o recolhimento de dados para a construção de Projetos junto aos jovens da região, através da parceria realizada com o Instituto TUCUM, Organização da Sociedade Civil (OSC) localizada em Santa Luzia. Dessa forma, reconhecendo as escolas como espaços transformadores e construtivos de diferentes juventudes, fomos para esses locais fazer interlocuções e escutas tanto dos educadores, trabalhadores da área, quanto dos jovens estudantes.

A fim de alcançar o maior número de respostas, construímos dois formulários virtuais, cujas perguntas objetivavam compreender aspectos relacionados às realidades presentes nas escolas de Santa Luzia. As perguntas foram: “Como você avalia a estrutura física da escola e sua vizinhança?”; uma outra, a percepção quanto ao espaço acadêmico e estudantil, evidenciado em “Como a escola pode ser mais atrativa e fazer mais sentido para sua formação?”; e, a respeito do meio profissionalizante e as oportunidades vistas no mundo do trabalho, assim, conectando as diferentes visões, elaboramos a pergunta: “Qual a maior demanda percebida por você sobre a escolha dos jovens em relação às áreas profissionalizantes? Quais melhorias você imagina serem necessárias para melhorar a atenção ao contexto “Juventude e Mundo do Trabalho?”.

Após apresentarmos nossos objetivos para o diretor da escola Estadual Reny de Souza Lima e explicarmos os formulários, agendamos uma visita à escola, para conhecermos as pessoas inseridas naquele espaço, os jovens estudantes e o território do bairro Palmital, em Santa Luzia. Nessa ida a campo, percebemos uma escola que dentro de suas limitações, está comprometida

com a educação de seus estudantes e aberta a possíveis melhorias. No que se diz respeito aos estudantes, notamos um desejo de que as futuras respostas que eles dessem em nossos formulários, causasse algum efeito, resultasse em alguma mudança efetiva que atendesse aos anseios que eles apresentavam.

Tendo em vista o espaço físico da escola, os moradores da região relataram que os estudantes não apresentam acesso à quadra externa da escola, pois a mesma apresenta restrições de seu uso devido ao tráfico de drogas. E, quanto à vizinhança, a escola “divide muro” com o Presídio Municipal de Santa Luzia, fator ao qual o sinal de internet ao entorno é prejudicado e, devido a isso, os estudantes não conseguiram responder os questionários virtuais enquanto estávamos presentes.

Considerando as diversas realidades que atravessam a vivência dos jovens do bairro Palmital como a inserção em contextos do tráfico de drogas⁸ e outras situações de vulnerabilidade e exclusão social, observamos uma comunidade que possui representantes de ações sociais tanto para as juventudes, quanto para melhorias no espaço físico em que estão localizados. São indivíduos que utilizam espaços do território para oferecer à vizinhança uma melhor qualidade de vida, de acordo com a realidade local, dedicam-se a promover oportunidades de lazer, atividades esportivas realizando ações que buscam apresentar aos jovens outras alternativas e possibilidades de inserção social e retorno financeiro.

Após a pandemia do Covid 19, enfrentada no período de Janeiro de 2020 a Maio de 2023 (Organização Mundial da Saúde, 2023), a informalização e a informatização do trabalho esteve presente e aumentada nas realidades das periferias brasileiras. Devido a isso, o desemprego foi um cenário enfrentado por muitas famílias, por não conseguirem aderir ao trabalho digital. Relacionado a essas condições vividas, muitos jovens entendem o trabalho imediatista como os jogos de aposta, como uma alternativa de contribuir financeiramente com suas famílias. Vinculando esses fatores às respostas que recebemos, em sua grande maioria, os estudantes do ensino médio nos trouxeram que possuem um grande desejo de inserção no mundo do trabalho, mas que, não identificam possibilidades com bom retorno financeiro. Marcadores sociais

8 No decorrer da primeira visita ao bairro Palmital, uma cena marcante na observação do contexto local foi a de alguns jovens que se encontravam no entorno escolar e que foram abordados pela polícia militar, sendo coagidos a entrarem dentro do camburão. Esse evento, embora impactante para nossa equipe, não foi sinalizado como uma novidade para os moradores locais. Em conversas informais com a comunidade, foi relatado que esse tipo de abordagem é frequente, constituindo o que muitos descrevem como uma “política do medo”. Esse cenário de constantes “intervenções” policiais não só reforça um ambiente de insegurança, mas também aponta para uma constatação dura que é o tráfico como um dos caminhos para inserção do jovem no mundo do trabalho ilícito. Essa cena afeta diretamente a percepção dos jovens sobre a vida e também sobre as possibilidades de inserção social no mundo do trabalho, uma vez que a repetição dessas abordagens policiais cria um sentimento de vigilância constante onde a mobilidade e a autonomia juvenil são limitadas pelo receio de ações coercitivas, e sentimento de impotência diante do modus operandi do tráfico que coopta e seduz os jovens para um universo violento e perverso que pode culminar na perda da liberdade e da vida. Essa realidade torna ainda mais urgente, o desenvolvimento de intervenções que busquem fortalecer a autopercepção e o empoderamento desses jovens, proporcionando-lhes novas perspectivas que ultrapassem as barreiras impostas por um contexto de vulnerabilidade social e repressão.

como, raça, gênero, classe social e ausência de experiências profissionais, surgiram nos retornos dos jovens como características que os inviabilizam e invalidam perante à uma vaga de emprego.

Seguem algumas respostas que recebemos nos formulários após serem questionados se percebem dificuldades de ingresso no mundo do trabalho: “Antes de conseguir arrumar um serviço tive muita dificuldade por conta do meu tom de pele” (jovem entre 15-18 anos); “Sim, todos os empregos agora precisa ter experiência para conseguir um emprego.” (jovem entre 15-18 anos); “Os jovens estão entrando no primeiro emprego que lhe dão oportunidade. Sem preparo físico e psicológico. A grande maioria não terminam o ensino médio, por não conseguir conciliar os dois ofícios.” (diretor da escola).

⁹Em consonância com a ideia de que a partir do diálogo surgem possibilidades de emergirem outros sentidos nessa relação do jovem com o mundo do trabalho, trabalhou-se com a proposta de construir oficinas a partir das ideias de Afonso (2010). Esta autora compreende que o processo de construção do “eu” e da identidade profissional entre os jovens foi significativamente enriquecido pelo método das Rodas de Conversa e das Oficinas em dinâmica de grupo, conforme descrito por Afonso (2010). Esse método, centrado na escuta ativa e na valorização das experiências individuais, mostrou-se extremamente válido na mobilização dos jovens, permitindo que eles expressassem suas preocupações, dúvidas e esperanças em relação ao futuro. Compreende-se que as oficinas criam um ambiente de confiança e respeito mútuo, onde os jovens se sentem à vontade para explorar suas identidades e desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmos e do mundo ao seu redor.

A fim de fortalecer laços com os jovens estudantes e reconhecendo as demandas por eles trazidas, organizamos em um segundo momento uma intervenção presencial intitulada “O Mundo do Trabalho e o Palmital”. Esta, consistiu em três oficinas, realizadas em duas salas simultâneas com conteúdo similar. A tabela (Anexo) irá apresentar a organização das atividades

9 Através das respostas obtidas e levando em consideração o que os estudantes e os representantes das instituições nos apresentaram, fizemos um alinhamento com o Instituto TUCUM, apresentando propostas de Projetos que dialogam com as demandas mencionadas por eles para a região do bairro Palmital, tais como: **I. Feira Cultural:** Levar diferentes oficinas para os jovens que perpassam por diferentes identidades e gêneros musicais; **II. Show de Talentos:** Propor aos jovens que eles façam apresentações das mais diversas áreas de interesse deles. Exaltar os talentos ali presentes; **III. Centro de Informática:** Fortalecimento do centro de informática básica construído pela comunidade, e ofertar cursos na área de T.I; **IV. Mostra de Profissões:** Levar diferentes profissionais para apresentar aos jovens as áreas de atuação, assim, ampliar as possibilidades de cursos profissionalizantes; **V. Feira do Livro:** Proporcionar aos jovens uma feira de diferentes gêneros textuais e fazer com que interajam através de rodas de leitura; **VI. Bate-papo sobre Autocuidado, Respeito, Autoconhecimento e Identidade:** Diálogos com profissionais da psicologia sobre saúde mental e respeito às diferenças; **VII. Comunicação Não-Violenta:** Rodas de conversas mediadas por profissionais e/ou estudantes da psicologia para explicar acerca desse tema para os jovens e todos os profissionais do meio estudantil; **VIII. Oferta de Cursos Gratuitos:** Parcerias em diversas áreas profissionalizantes de interesse dos jovens, como exemplo: saúde e estética, design, fotografia, gastronomia, esporte, comunicação digital e outros; **IX. Fortalecimento dos laços da Comunidade:** Trazer pessoas da comunidade para contar suas experiências e trajetórias, dando ênfase em realidades e vivências da região; **X. Segurança Individual e Coletiva:** Oficina voltada para o conhecimento acerca da realidade local, números de denúncias e formas de proteção; **XI. Mediação de conflitos entre Escola, Família e Comunidade:** Propor rodas de conversas e escuta entre representantes de instituições, familiares dos jovens e representantes de projetos comunitários, sendo mediadas por profissionais. Com objetivos de fortalecer os laços e resolução de conflitos existentes.

realizadas. Tais oficinas foram organizadas por estudantes do curso de Psicologia do Centro Universitário UNA e UNI BH.

Tendo em vista a evasão escolar devido a inserção dos jovens em trabalhos informais e outros que atravessam a dignidade humana, propusemos uma parceria com uma Instituição de Aprendizagem, que acolhesse essas juventudes. Conforme consta no artigo 14 na terceira sessão dos Princípios e Diretrizes das Políticas Públicas de Juventude, *Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda - O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social*. Ou seja, o direito à profissionalização é reconhecido mas, devemos propor meios em que esse aconteça respeitando e compreendendo a subjetividade de cada jovem. A partir dessa concepção, fizemos uma reunião de alinhamento com uma Instituição de Aprendizagem ao qual nos evidenciou a dificuldade de intervenção da mesma no território de Santa Luzia, devido à distância da capital.

A oficina foi pensada em quatro momentos¹⁰, sendo eles: 1) sensibilização e mobilização - Dinâmica das Cores; comunicação, problematização e reflexão - 2) Problematização: Montagem de Currículos e Simulação de Entrevistas; 3) Sistematização: Cadastramento em uma Instituição de Aprendizagem e avaliação.

Através dos estudos em psicologia e reconhecendo o jovem como um sujeito ativo, capaz de refletir, desenvolver habilidades socioemocionais e construir projeto de vida alinhado a seus valores e aspirações pessoais, esses quatro momentos foram pensados a fim de atender as demandas por eles trazidas.

Para a organização dos momentos da oficina, utilizamos inicialmente o método das oficinas em dinâmica de grupo de Afonso (2010) e, para os demais, os estudantes se dividiram em trios ou duplas. Propusemos nessa organização, um espaço democrático de diálogo ao qual os jovens pudessem nos evidenciar suas dúvidas, reflexões acerca da temática do mundo do trabalho, opiniões e conhecimentos sobre o que seria um currículo ou uma entrevista. Na tabela abaixo descrevemos a organização dos diferentes momentos da oficina:

10 1) Sensibilização e mobilização: momento de realização de atividades, às quais propiciarão a criação de um clima favorável ao trabalho coletivo, a explicitação do tema, da estrutura e dos objetivos da oficina e da mobilização dos participantes para o trabalho que se inicia, de forma a promover a adesão dos participantes à proposta; 2) Comunicação, Problematização e Reflexão: momento de identificar as diferentes percepções existentes entre os participantes em relação à temática em pauta e que pode ser realizada por meio de diferentes atividades ou técnicas propondo análise, debates e reflexões coletivas sobre determinado tema; 3) Sistematização: momento em que cada participante e/ou grupo de trabalho apresenta para os demais participantes sua produção, levando todos a ouvirem e considerar o ponto de vista do outro, no qual os facilitadores podem sintetizar o que o grupo viveu, pensou, duvidou, propôs e desenvolveu.

<u>Etapa</u>	<u>Técnicas utilizadas</u>	<u>Tempo estimado</u>	<u>Dinâmica do grupo</u>	<u>Objetivo</u> <u>Reflexão do tema</u>
Sensibilização e mobilização	Dinâmica das cores	20min	Utilizando retalhos coloridos associados a perguntas específicas: - Rosa - Qual seu maior sonho? - Laranja - Qual seu maior medo? - Verde - Qual sua memória favorita?	Proporcionar a interação dos participantes com o grupo e uma reflexão sobre autoconhecimento.
	Triagem para a divisão de salas.	5min	Divisão da turma em outras duas salas.	
Problematização	Apresentação dos momentos de uma entrevista.	15min	Através de exposição de experiências pessoais dos próprios participantes.	Sensibilizar os participantes sobre como podem se preparar para uma entrevista.
MOMENTO 1	Dinâmica em duplas para simulação de entrevista.	15min	Através da disponibilização de um roteiro de modelo de entrevista.	Promover uma experiência para compreensão do processo de entrevista.
MOMENTO 2	Exposição de pontos principais de um currículo e preenchimento de um currículo base.	20min	Distribuição de currículos com campos definidos para preenchimento.	Explicar as etapas de preenchimento do currículo de forma individual.
MOMENTO 3	Exposição de como funciona o processo de Jovem Aprendiz e a coleta de dados cadastrais.	30min	Utilizando fichas cadastrais baseadas no cadastro da Rede Cidadã.	Facilitar o acesso dos jovens ao cadastramento.
Sistematização	Debate sobre dificuldades	15min	Coleta dos currículos preenchidos para confecção de material digital e fichas cadastrais para envio à Rede Cidadã.	Sanar eventuais dúvidas e avaliar as oficinas.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das respostas obtidas através dos questionários enviados aos estudantes identificamos que eles expressam a falta de estrutura e investimentos necessários para as Escolas públicas, revelando o desprovimento de uma quadra para práticas de esportes e aulas de Educação Física, e necessidade de melhorias na biblioteca para incentivo a leitura e formas de cultura. As respostas revelaram também o desejo de atividades extras de lazer, e palestras na Escola, ou seja, atividades para “interessar mais os alunos”, como relatado por um deles.

Ao serem questionados sobre oportunidades de trabalho, muitas respostas foram “os empregos como jovens aprendizes”, e ao se depararem com a pergunta sobre os cursos de interesse, recebemos respostas diversas como: informática, automação industrial, empreendedorismo, odontologia, biologia, RH, cursos na área da beleza e enfermagem. Percebe-se que, ainda que as estruturas e o sistema socioeconômico não colaborem, são jovens que sentem desejos pelas oportunidades. Por último, a respeito do questionário, mais da metade não trabalha ainda, e o restante exerce atividades diversas.

Portanto, com base em todos os dados recolhidos, reuniões realizadas e no mapeamento de necessidades, foi percebida uma urgência de projetos que operem como facilitadores para a inserção dos jovens no mundo do trabalho, nas suas áreas de interesse. Isso deve ocorrer de forma a incentivar os alunos a permanecerem no ambiente escolar que propicie experiências e aprendizagens acadêmicas que estejam conectadas com necessidades e demandas de seu contexto social e que possam proporcionar melhorias no processo de busca e realização pessoal de cada um. Como dito pelo educador Paulo Freire (2000) “*Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda*”.

Percebemos uma grande oportunidade de levar a esses estudantes uma experiência dinâmica, para assim, proporcionar maior conhecimento e até mesmo um impulsionamento no mundo do trabalho.

Deste modo, iniciaram-se os preparativos para a realização das oficinas, e em novembro de 2023 executamos o projeto. Inicialmente, levamos de uma forma leve e mais dinâmica perguntas para refletirem sobre quem eles são e o que gostavam, buscando assim, contribuir para a percepção das características de sua identidade, seu senso de valor e de realização, os impulsionando a esse lugar de perceberem a si mesmos como sujeitos necessários na sociedade, e mostrando oportunidades que, para alguns, ainda eram desconhecidas.

No início dos momentos da Oficina, os alunos se encontravam dispersos, sem muito interesse e vontade de participar. Percebemos que, por estarem em um ambiente escolar que tem uma imagem para eles, reforçada com uma certa dureza e obrigação de estarem presentes, embarcar nessa jornada conosco foi algo desafiador, mas que ao longo do tempo, foi vista com outros olhos.

Quando questionadas sobre sua situação empregatícia (empregado, desempregado) uma das estudantes respondeu de prontidão: “Ela já trabalha olhando uma criança, só que a filha

dela, né. Pode colocar isso como experiência?!”. Esta fala da estudante aponta na direção problematizada por autores que investigam a relação entre jovem e mundo do trabalho na qual é necessário ultrapassar a categorização “empregado-desempregado” para compreender as múltiplas condições de trabalho dos jovens que podem ser ocupado/trabalho informal remunerado, ocupado/trabalho informal sem remuneração, não está ocupado.

No decorrer do projeto, o engajamento dos jovens aumentou e conseguimos criar uma certa conexão com eles, baseada numa escuta empática e na identificação de cada um conosco e com os seus. A manhã foi dividida em quatro momentos, trazendo assim uma maior mobilidade e dinamismo para que os jovens se sentissem mais à vontade para compartilhar conosco sobre sua história.

Durante o preenchimento dos currículos, aproveitamos o espaço para orientar os jovens sobre como estruturá-los e o que incluir. Utilizamos perguntas norteadoras como “Quais seus objetivos?”, “Quais suas experiências?”, “Formação Acadêmica e cursos complementares”, para que os jovens pudessem compreender quais as informações a serem introduzidas em um currículo. No decorrer dessa etapa da oficina, observamos que alguns jovens tinham dificuldades em identificar quais informações colocar e se suas experiências eram válidas para preencher os campos do currículo. Por exemplo, uma jovem que já havia trabalhado como manicure e cabeleireira não considerou essas atuações relevantes, achando que não eram “interessantes”. Assim, nesses momentos, sentimos a necessidade de uma intervenção para explicar que essas experiências eram, sim, válidas e importantes, ajudando os jovens a perceberem suas vivências de outra forma. O objetivo foi fazê-los compreender que, ao invés de julgarem suas experiências, deveriam reconhecê-las como um fazer construído e que leva ao desenvolvimento de habilidades.

Após esclarecer as dúvidas acerca da estrutura de um currículo, destacando a importância de ser verossímil com as reais habilidades e informações gerais, salientamos que, se tratava de um currículo para o primeiro emprego. Reforçando a ideia de que não deveriam se sentir pressionados ou se comparar com os outros, pois o currículo é algo individual e deve refletir suas próprias vivências e subjetividades. Assim, partimos para o terceiro momento, a simulação de entrevistas de emprego.

Foram entregues aos estudantes, separados em duplas ou trios, características de uma vaga hipotética para uma entrevista de emprego. Nelas, constavam informações acerca de uma vaga como, salário, endereço do local, nome da vaga, perfil procurado e benefícios. Para o outro participante, estavam algumas características que ele poderia falar de si, sobre habilidades, fragilidades e experiências anteriores. Nesse momento, evidenciou-se ainda mais que os jovens possuíam uma grande dificuldade de perceberem suas potencialidades, pois, quando questionados acerca de suas habilidades, não conseguiam pensar em exemplos mas, quando a pergunta se dava ao oposto, sendo as fragilidades, a resposta já estava mais de prontidão.

No último espaço proposto pela Oficina, fizemos o preenchimento junto deles das fichas cadastrais na Instituição de Aprendizagem, momento esse, que foi de notório entusiasmo com a possibilidade de serem chamados para uma futura vaga de emprego. Percebemos assim que, as

juventudes daquele território buscam uma qualificação e ingresso no mundo do trabalho, seja por anseios individuais, seja pela aspiração da independência financeira, pelo desejo de inserir-se em um espaço de sociabilização e sociabilidade (NONATO e CORROCHANO, 2021, p. 25) e/ou para contribuir coletivamente com a renda dentro de suas casas.

Neste dia, os alunos estiveram inseridos em ambientes democráticos aos quais eles puderam trazer os marcadores sociais que atravessam as suas realidades e a forma como estes se vêem no mundo, bem como sua cultura, identidade, aspectos socioeconômicos e receberam incentivos para demonstrarem seus interesses e ampliarem seus anseios para outras possibilidades. A aplicação desse método nas oficinas psicossociais foi determinante para o sucesso das atividades, pois possibilitou uma intervenção que respeitou o tempo e o espaço dos jovens, promovendo reflexões críticas e potencializadoras sobre suas escolhas e trajetórias.

Nesse sentido, é possível dizer que o espaço oferecido pelas oficinas possibilitou o reconhecimento das interseccionalidades que perpassam o sujeito jovem, os identificando como indivíduos transformadores do meio social em que estão inseridos e protagonistas de suas histórias, premissas que devem estar presentes no trabalho com as juventudes. Como destaca Freire (1985, p.56) em, *ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos*.

CONCLUSÃO

A análise dos resultados obtidos nas oficinas revela que a utilização de metodologias participativas nas oficinas e rodas de conversa pode ser um caminho favorável na promoção da inserção de jovens no mundo do trabalho. A interação entre os estudantes e as atividades propostas demonstrou uma compreensão aprofundada das necessidades e aspirações desses jovens, evidenciando o impacto positivo de abordagens que estimulam a reflexão pessoal e o desenvolvimento de habilidades práticas. Além disso, a integração das oficinas com atividades práticas, como o preenchimento de currículos e simulações de entrevistas de emprego, foi destacada como crucial para a preparação dos jovens para os desafios do mercado de trabalho.

As parcerias entre instituições de ensino superior, escolas e organizações do terceiro setor (OSCs, OSCIPs, Associações de Moradores, etc.) mostram-se essenciais para o desenvolvimento do processo formativo. A colaboração entre essas entidades não apenas enriqueceu as oficinas, mas também proporcionou um ambiente mais robusto para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos relevantes. Nesse sentido, a integração entre essas instituições é fundamental para oferecer um suporte mais abrangente e adaptado às necessidades específicas dos estudantes, promovendo uma educação crítica e transformadora, que prepara os jovens para o mundo do trabalho de maneira consciente e engajada.

Compreende-se que os resultados obtidos apontam para o potencial transformador de projetos semelhantes na relação dos jovens com o mundo do trabalho, promovendo um desenvolvimento mais consciente e direcionado. Com base na perspectiva de Lane (1984), que ressalta a importância de reconhecer o jovem como produtor de sua história ao agir no mundo, futuras iniciativas podem explorar e expandir esses modelos de parcerias, contribuindo para a

elaboração de intervenções que sejam capazes de atender às dinâmicas e necessidades específicas de cada contexto social e econômico. A aplicação dessas práticas no cotidiano escolar pode não apenas facilitar a inserção dos jovens no mundo do trabalho, mas também promover um entendimento mais profundo de suas próprias habilidades, potencialidades e de desenhar projetos de vida profissional.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Lúcia M. (Org.). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. 3. ed. Belo Horizonte: Casa do Psicólogo, 2010.
- BRASIL, Senado Federal. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília: Senado Federal, 2013.
- CASTRO, Ana Chacel de; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Juventude, território, Psicologia e política: intervenções e práticas possíveis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, p. 112-123, 2013.
- CODO, A. ; LANE, S. T. M. . *Psicologia Social: O Homem Em Movimento*. 13ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. 220p.
- DA SILVA BARROS, Lucian. *Por uma pedagogia das juventudes: reflexões a partir de Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos*. Cadernos de Aplicação, v. 34, n. 1, 2021.
- DAYRELL, J. *A escola “faz” as juventudes?* Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, out. 2007.
- FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.
- LANE, Silvia T. M. *O homem em movimento: estudos da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NONATO, Symaira Poliana; CORROCHANO, Maria Carla. *Juventudes e trabalho*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. Ebook.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua) - Segundo trimestre de 2024. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.
- TOMMASI, L. D.; CORROCHANO, M. C. *Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil*. Estudos Avançados, v. 34, p. 353–372, 10 jul. 2020.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Ana Vitória Ferreira Nunes

E-mail: avitoriafunes@gmail.com

Endereço: Rua Quintino Bocaiúva, 246, apartamento 101, bairro Santa Rosa BH/MG. ORCID ID: 0009-0004-8270-987X Breve Biografia Acadêmica: Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), cursando o 9º semestre da formação. Atua no Núcleo de Assistência às Medidas Socioeducativas e Protetivas de Belo Horizonte (NAMSEP-PBH) como estagiária da Secretaria Municipal de Educação. Não obteve bolsa para a realização deste artigo.

Cecilia Andrade Pereira

E-mail: ceciliaand.p@gmail.com

Endereço: Rua Monteiro Lobato, nº 187, bairro Ouro Preto/MG. ORCID ID: 0009-0002-3581-9959 Breve Biografia Acadêmica: Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Una, cursando o 10º semestre da formação. Atua no Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (Napi) na mesma instituição, com atuação no corpo docente e discente. Não obteve bolsa para a realização deste artigo.

Cérise Alvarenga

E-mail: cerisealvarenga@yahoo.com.br; cerisealvarenga@alumni.usp.br

Endereço: Rua capelinha, 127 ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3228-5181> Breve Biografia Acadêmica: Bacharela, licenciada e formação de psicóloga pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Clínica Psicanalítica pela UFU. Mestra em Psicologia Aplicada pela UFU. Doutora em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Centro Universitário UNA-BH. Psicóloga e gestora em projetos e serviços nas áreas da Educação (Semed-Nova Lima) e Cultura (Q.C. Dança). Coordenou o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Regional Noroeste Nova Lima, de 2016 a 2021). Integra a representação colegiada Abrapee Minas (Gestão 2024-2024 e 2025-2026). Integra o Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar de Minas Gerais (Lieppe-MG).

Fernando Roberth Ferreira dos Santos

E-mail: fernandoroberthsantos@gmail.com

Endereço: Rua Três, 53, Jequitibá - Vespasiano/MG, Brasil. ORCID ID: 0009-0005-9851-3334 Breve Biografia Acadêmica: Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNA. Atuo na área de Psicologia Organizacional, integrando a equipe da Unimed BH com atuação no desenvolvimento de carreiras e desenvolvimento de competências, com foco na retenção e progressão de carreira, na área de Remuneração e Inteligência. Não obteve bolsa para a realização deste artigo.

Gabriela Gomes de Castro Lima

E-mail: gabrielagomescastro07@outlook.com

Endereço: Rua moju 255| Bairro São Geraldo - Belo Horizonte/ MG ORCID ID: 0009-0009-9200-9101 Breve Biografia Acadêmica: Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário UNA Aimorés, cursando o 10º período da formação. Possui experiência na área do desenvolvimento infantil, com atuação voltada ao acompanhamento e cuidado de crianças. Não obteve bolsa para a realização deste artigo.

Hinayana Souza Franco

E-mail: hinayanasouza@gmail.com

Endereço: Rua Angelina Tavares, Nº 124 | Bairro: Vereda - Ribeirão das Neves/MG ORCID ID: 0009-0004-1097-4922 Breve Biografia Acadêmica: Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário UNA Aimorés, cursando o 10º período. Atua como estagiária no Serviço Residencial Terapêutico (SRT) pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. Não obteve bolsa para a realização deste artigo.

Victória Elizabeth Fernandes Barbosa Alvarenga

E-mail: victoriaelizalvarenga@gmail.com

Endereço: Rua Três, 53, Jequitibá - Vespasiano/MG, Brasil. ORCID ID: 0009-0009-2916-3974 Breve Biografia Acadêmica: Psicóloga formada pelo Centro Universitário UNA. Atua na área de Psicologia Social, integrando a equipe da CDM Projetos Sociais de Alto Impacto, com atuação no desenvolvimento de projetos e ações voltadas ao terceiro setor, com foco na promoção da cidadania, eficiência energética e geração de impacto social. Não obteve bolsa para a realização deste artigo.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



O Papel das Relações Públicas na Promoção da Inclusão de Pessoas com Deficiência na Juventude

Luísa de Souza Rocha Camargos¹

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de promover uma reflexão sobre a importância das Relações Públicas na inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) na juventude, tema crucial e relevante para promover mudanças significativas na sociedade. Por meio deste estudo de revisão bibliográfica e estudos de caso, conclui-se que as Relações Públicas desempenham um papel fundamental na sensibilização, conscientização e mobilização social em relação às questões de inclusão e diversidade a partir de vários eixos, como a comunicação inclusiva, a influência sobre políticas públicas e o engajamento de colaboradores em causas cujo público-alvo seja as PCDs na juventude.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação, juventude, PCDs, trabalho, ensino, inclusão.

ABSTRACT: This essay aims to promote reflection on the importance of Public Relations in the inclusion of people with disabilities (PwD) in youth, a crucial and relevant topic to promote significant changes in society. Through this bibliographical review study and case studies, it is concluded that Public Relations plays a fundamental role in raising awareness, consciousness and social mobilization towards issues of inclusion and diversity from various axes, such as inclusive communication, influence on public policies and the engagement of collaborators in causes whose target audience is young people with disabilities.

KEY-WORDS: communication, youth, PwD, work, teaching, inclusion.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços obtidos pela sociedade ao longo dos séculos, o preconceito contra pessoas com deficiência (PCD) ainda persiste, assumindo formas mais sutis e camufladas no dia a dia. Esse problema está estruturalmente enraizado na história, desde a antiguidade, quando essas pessoas eram vistas como amaldiçoadas e punidas por Deus, sendo assim privadas de seus direitos, isoladas da sociedade e, em casos extremos, até mesmo mortas.

Neste contexto de luta inacabada, é válido afirmar que embora a sociedade, de maneira geral, seja consciente da relevância do tema, a prática efetiva de ações que promovem a inclusão da pessoa com deficiência ainda é insuficiente. Parafraseando Beserra, Domingues e Monteiro

¹ Especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, MG – Brasil. E-mail: lusrcamargos@hotmail.com.

(2008)², as leis, em vez de promoverem a inclusão, focam no assistencialismo, isto é, promovem uma dependência por parte das PCDs de serviços assistenciais que não garantem completamente sua autonomia e integração aos ambientes que frequentam. A falta de recursos e investimentos por parte do Estado é outro fator que agrava a situação.

No Brasil, o número de pessoas com deficiência é considerável, e o acesso à cultura, lazer, educação e trabalho se torna um árduo desafio e privilégio de poucos. Ainda tendo como base o artigo supracitado, pode-se afirmar que a Lei de Cotas, criada para estimular atitudes e pensamentos inclusivos, infelizmente é tirada de seu conceito original por muitos empregadores e líderes e acaba sendo vista como uma mera obrigação, o que dificulta o processo de conscientização sobre integração efetiva no país. Nessa situação, os jovens PCDs acabam sendo o público mais atingido, por estarem iniciando sua jornada acadêmica e profissional, necessitarem de experiência e oportunidades para se consolidarem no mercado de trabalho e muitas vezes terem as portas fechadas diante de si.

Portanto, este trabalho tem por objetivo refletir sobre e reconhecer essas dificuldades da juventude, tendo em vista que, para alcançar a verdadeira inclusão, é fundamental uma profunda mudança de perspectiva, tanto por parte da sociedade quanto dos empregadores. É necessário reconhecer as PCDs como indivíduos com potencialidades e capacidades únicas, proporcionando-lhes oportunidades equiparadas e um ambiente que as acolha e as valorize.

DESENVOLVIMENTO

2 AS NECESSIDADES E OS DESAFIOS DAS PCDS NA SOCIEDADE

É de conhecimento geral que as pessoas com deficiência (PCDs) enfrentam uma variedade de desafios na sociedade. Em geral, suas vidas são infelizmente marcadas por dificuldades de acesso a serviços e infraestrutura adequados, discriminação e estigma baseados em suas deficiências, barreiras de comunicação que limitam sua interação e participação, restrições no acesso ao emprego e à educação devido a barreiras físicas e atitudinais, desafios financeiros devido à falta de oportunidades de trabalho remunerado e custos extras associados às necessidades especiais, falta de representação e voz em questões que afetam suas vidas, além da persistência de estereótipos negativos devido à falta de conscientização e educação sobre suas capacidades e necessidades. No contexto da juventude, todos esses problemas são potencializados pelo fato de que essa fase da vida normalmente está associada aos primeiros momentos de aprendizagem em relação ao mercado de trabalho e à formação acadêmica de nível médio e superior. Assim, os jovens PCDs são bombardeados por preconceitos e obstáculos impostos às suas trajetórias, tendo não somente sua capacidade posta em xeque, quanto também seu nível de conhecimento.

2 BESERRA, Elisabete Gonçalves; DOMINGUES, Sandra Karine. *A Contribuição das Relações Públicas na Inclusão da Pessoa com Deficiência Mental no Mercado de Trabalho*. p. 12. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, São Paulo, 07 a 10 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/expocom/EX9-0401-1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2024

O trabalho e o estudo são exatamente as duas áreas que constituirão o nosso foco de aprofundamento teórico.

Segundo Motta (2018, p. 47)³, os estudos sobre os desafios das PCDs para se consolidarem no mercado de trabalho são relativamente escassos no nosso país. Nas últimas duas décadas, a quantidade de trabalhos acadêmicos publicados que abordam esse tema não foi tão grande, mas que por isso pode-se considerar que ainda há espaço para muitas ideias e discussões sobre isso, tendo em vista que a bibliografia atual sobre esse tópico ainda é incipiente.

O autor constata, ainda, que a falta de acessibilidade nos ambientes trabalhistas - que muitas vezes constitui uma falha no cumprimento da regulamentação nacional sobre isso - é um fator que se sobrepõe à mera integração de PCDs em equipes de funcionários. A implantação de uma lei que exija a presença de PCDs e a reserva de vagas para essas pessoas é um passo muito importante, mas insuficiente se os reais obstáculos para elas não forem detectados e removidos. A permanência dessas barreiras cria a errônea impressão geral de que a pessoa com deficiência não é suficientemente capaz de entrar e se firmar no mercado de trabalho. Apenas com a conscientização e a prática da acessibilidade, pode-se realmente falar em inclusão de PCDs no mundo do trabalho.

Essa ideia é confirmada por Pinheiro e Dellatorre (2015)⁴, que chegaram a essa conclusão por meio de uma pesquisa que ouviu pessoas que se encontram no cerne desse problema e analisou suas percepções sobre o que já foi consolidado como avanço nessa causa e o que ainda falta para que as PCDs sejam realmente incluídas nos ambientes de trabalho. As autoras mencionam também os baixos salários⁵ oferecidos a pessoas com deficiência, que muitas vezes são extremamente desestimulantes e diminuem o incentivo e a motivação dessas pessoas a adentrarem o mercado de trabalho.

Quanto ao ensino, por sua vez, Santos *et al.* (2023) constata, por meio de seu estudo de revisão bibliográfica, que grande parte das escolas não está preparada para receber pessoas com deficiência no ensino básico regular - recorte importante para o nosso artigo, uma vez que o ensino básico compreende a formação de nível médio, que normalmente tem como público jovens de 14 a 18 anos. A falta de infraestrutura e recursos adequados para esses locais, a ausente ou insuficiente formação para capacitação de docentes a receberem esse público e a falta de colaboração por parte da família são fatores citados pelos professores e presentes no trabalho mencionado. No ensino superior, esses problemas se potencializam, pois normalmente as faculdades conferem aos alunos maior autonomia para traçarem seus percursos acadêmicos e resolverem

3 MOTTA, Alex dos Santos. *Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho: uma revisão da literatura*. Salvador: IFBA, 2018. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/salvador/ensino/cursos/superior/graduacao/administracao/monografias/2017.2/alex-dos-santos-motta.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

4 PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; DELLATORRE, Rochele. *Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo sobre a percepção dos envolvidos*. In: Perspectiva, Erechim, v. 39, n. 148, p. 95-109, dezembro/2015. Disponível em: <https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_537.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

5 *Idem*, p. 103 (p. 9 do arquivo pdf).

questões de caráter administrativo, mas muitas vezes não oferecem às PCDs matriculadas os recursos e o acompanhamento especializado necessário para tal.

Em síntese, os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência (PCDs) na sociedade, especialmente durante a juventude, são multifacetados e impactam profundamente suas trajetórias educacionais e profissionais. A falta de acesso a serviços adequados, a persistência de estigmas e preconceitos, a escassez de oportunidades de emprego e os obstáculos no ensino são realidades enfrentadas diariamente pelos jovens PCDs. A pesquisa acadêmica revela lacunas significativas no entendimento e na abordagem dessas questões, especialmente no contexto do mercado de trabalho. Embora haja legislação que busque promover a inclusão, como a reserva de vagas, a efetiva integração das PCDs ainda enfrenta desafios substanciais devido à falta de conscientização, acessibilidade e apoio adequado nos ambientes educacionais e profissionais. É imperativo que esses desafios sejam abordados de forma abrangente e sistemática para garantir que todos os jovens, independentemente de suas habilidades e limitações, tenham igualdade de oportunidades e sejam capacitados a contribuir plenamente para a sociedade. Nos próximos tópicos deste artigo, será discutido o possível papel de contribuição que o curso de Relações Públicas (RP) pode desempenhar nessa luta.

2 O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS E A COMUNICAÇÃO

É interessante, antes de prosseguir ao centro do tema deste trabalho, esclarecer o entendimento geral sobre o curso e o profissional de Relações Públicas para melhor fundamentar as próximas etapas desta discussão.

A importância deste tópico preliminar se confirma por Andrade, em seu livro *Para entender Relações Públicas* (1993, p. 29)⁶, que afirma que “Na realidade, há tantas definições e conceitos sobre Relações Públicas quanto há estudiosos, professores, profissionais e admiradores desta atividade”. Esse autor prossegue expondo diversas definições fornecidas por profissionais e pesquisadores da área de diversas partes do mundo, e apresenta também a definição oficial da Associação Brasileira de Relações Públicas:

“Entende-se por Relações Públicas o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização, pública ou privada, e seu pessoal, assim como entre essa organização e todos os grupos aos quais está ligada, direta ou indiretamente”. (ANDRADE, 1993, p. 41)

De acordo com essa definição, pode-se inferir que o profissional de Relações Públicas desempenha um papel estratégico na gestão da comunicação e da reputação de uma organização, trabalhando para estabelecer e manter relações sólidas e mutuamente benéficas com diversos públicos, incluindo funcionários, clientes, mídia e comunidade. Isso envolve, claramente, planejar e executar estratégias de comunicação, gerenciar crises, assessorar a imprensa, organizar

6 ANDRADE, Teobaldo. *Para entender relações públicas*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

eventos e monitorar a presença on-line da organização. Os profissionais de RP são, portanto, consultores estratégicos que ajudam a alta administração a tomar decisões informadas sobre comunicação e imagem corporativa, buscando sempre promover uma compreensão positiva e uma reputação sólida da organização no mercado.

A partir dessa concepção inicial, faz-se necessário o destaque do papel da comunicação no exercício da função de Relações Públicas. Margarida Kunsch, em sua obra *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada* (2003)⁷, apresenta o conceito de comunicação integrada, definindo-a como “uma junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica, da comunicação interna e da comunicação administrativa, que formam o *mix*, o composto da comunicação organizacional” (KUNSCH, 2003, p. 150). Ela afirma que esse é o modelo capaz de nortear e bem direcionar as ações comunicativas internas e externas de qualquer empresa ou organização. A autora estabelece também que:

“As relações públicas, graças ao papel que lhes cabe de lidar com públicos multiplicadores e ao planejamento que essa função exige, têm muito a contribuir para a eficácia da comunicação integrada nas organizações, justamente por sua capacidade de se dirigir diretamente a vários segmentos de públicos, usando comunicação específica”. (KUNSCH, 2003, p. 185).

O destaque do profissional de RP e da importantíssima função comunicativa exercida por ele foi feito para que, com esses conhecimentos, formemos uma ponte entre o instrumento e o objetivo deste trabalho, isto é, a comunicação como fator de mobilização social em favor dos jovens PCDs. De acordo com Braga, Silva e Mafra. (2001)⁸,

“Compreendendo o caráter aberto, dinâmico e descentralizado dos projetos de mobilização, a comunicação deve ser entendida como uma coordenação de ações e não como um instrumento de controle das ações. O desafio da coordenação de ações é o de gerar e manter canais desobstruídos para que os públicos interajam entre si e com o projeto. Mais do que informar, a ação comunicativa, em projetos de mobilização, tem a função de criar e manter *vínculos*, uma interação própria entre seus públicos, através do compartilhamento de sentidos e de valores.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2001, p. 67)

Partindo das colocações acima, pode-se afirmar convictamente que o profissional de Relações Públicas pode e deve atuar dentro das organizações com o objetivo de promover a conscientização de seu público acerca das reais necessidades de jovens com deficiência em um

7 KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2003.

8 BRAGA, Clara Soares; SILVA, Daniela Brandão do Couto e; MAFRA, Rennan Lanna Martins. *Fatores de Identificação em Projetos de Mobilização Social*. Belo Horizonte: 2001. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (organizador). *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ambiente de trabalho, mais recursos comunicativos inclusivos direcionados às PCDs e maior engajamento desse público com as atividades empresariais. Esse é o tópico discutido a seguir.

3 A PONTE: O PAPEL DAS RELAÇÕES PÚBLICAS NA INCLUSÃO DAS PCDs NA JUVENTUDE

Promover acessibilidade para todas as PCDs em todos os aspectos e lugares nada mais é do que um dever nacional. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015)⁹, em seu artigo 28, declara nos incisos I e II:

“Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”. (BRASIL, 2015, P. 12)

Ainda, segundo o artigo 34 desta mesma lei, está previsto e assegurado o direito ao trabalho: “Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 14). O artigo seguinte complementa este ao estabelecer: “Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho” (BRASIL, 2015, p. 14).

Portanto, retomando os tópicos anteriormente discutidos neste artigo, é papel do governo - e das instituições de iniciativa privada - não apenas proporcionar às PCDs oportunidades efetivas em ambientes de trabalho e em um sistema educacional verdadeiramente inclusivo (em todos os níveis) como também assegurar que estes tenham todos os recursos, apoio e acompanhamento necessários para bem desenvolverem todo seu potencial nestes dois contextos.

No que diz respeito à colaboração do profissional de Relações Públicas para este projeto, fazemos coro com Beserra, Domingues e Monteiro (2008)¹⁰, que constata que:

“ [...] se faz necessário a presença de um profissional de Relações Públicas na instituição, que através de suas ferramentas e conhecimentos, poderá contribuir no esclarecimento da importância da atitude inclusiva e

9 BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília: Edições Câmara, 2015. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

10 BESERRA, Elisabete Gonçalves; DOMINGUES, Sandra Karine. *A Contribuição das Relações Públicas na Inclusão da Pessoa com Deficiência Mental no Mercado de Trabalho*. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, São Paulo, 07 a 10 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/expocom/EX9-0401-1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

gerar uma transformação no modo de se pensar e enxergar a deficiência mental pela sociedade, por meio de um planejamento de ações cuja aplicação e prática beneficiarão o processo de inclusão para que atinja o êxito desejado” (BESERRA; DOMINGUES; MONTEIRO, 2008, p. 14).

A justificativa dessa ideia pode ser encontrada no que afirma Pereira (2015)¹¹, isto é, que é necessário que esses trabalhadores façam com que as organizações “entendam que elas afetam e são afetadas por diferentes grupos, como a comunidade na qual está localizada, seus clientes e colaboradores, por isso devem estar atentas para assuntos de interesse desses públicos e as demandas que essas julgam que a organização possa atender ou contribuir” (PEREIRA, 2015, p. 53). Esses profissionais podem atuar de diversas formas, seja promovendo campanhas de conscientização e transformação em empresas e escolas, seja atraindo a parceria de outras instituições e pessoas interessadas em participar da luta por essa causa, ou até mesmo influenciando em políticas públicas que tratem efetivamente as raízes dos problemas que geram barreiras que impedem a verdadeira inclusão dos jovens PCDs nesses ambientes. O trabalhador de RP pode também promover uma comunicação mais inclusiva dentro e para além do contexto de sua organização, como o projeto que analisaremos a seguir.

O projeto Inclusive Luísa, presente em blog e em podcasts, segundo a definição presente no site¹²,

“ [...] é uma iniciativa articulada desde 2020 por Luísa Camargos, integrante da equipe da AIC e primeira Relações Públicas com Síndrome de Down do país. A proposta é convocar as pessoas a se abrirem à diversidade. [...] O projeto convida à desconstrução das lógicas de exclusão e à atuação cotidiana em prol da sociedade inclusiva. Para isso, produz e difunde conteúdos educativos e informativos sobre a mobilização social pelos direitos das pessoas com deficiência. Além disso, apresenta o dia a dia de iniciativas realizadas por Luísa, como a Bagaceira (que incentiva pessoas com Síndrome de Down a ocuparem espaços de diversão e socialização) e a palestra ‘47 Cromossomos e Inúmeras Possibilidades’, em que ela fala de perspectivas para a sociedade inclusiva a partir de sua experiência de vida.”

Esse projeto foi concebido e criado por Luísa, uma profissional de Relações Públicas com Síndrome de Down que soube - e sabe - usar seus recursos e ferramentas profissionais para dar visibilidade e voz à causa dos jovens e demais pessoas com deficiência, abrindo caminho para diferentes histórias de outros indivíduos engajados nessa causa, tendo como fundamento a ideia de que “contar histórias é um ato político” (CAMARGOS, FARIA, 2023, p. 15). Este é apenas

11 PEREIRA, Bruna Karina Gonçalves. *As relações públicas e as estratégias para a inclusão de deficientes no ambiente organizacional*. São Borja: Unipampa, 2015. Disponível em: <<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/files/2015/04/As-rela%C3%A7%C3%B5es-p%C3%BAblicas-e-as-estrat%C3%A9gias-para-a-inclus%C3%A3o-de-deficientes-no-ambiente-organizacional.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

12 Para conhecer, acesse <https://www.inclusiveluisa.aic.org.br/>.

um exemplo de como os profissionais de RP podem atuar ativamente na sociedade em prol do desenvolvimento da juventude, e mais especificamente, dos jovens com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados pelos jovens com deficiência (PCDs) em educação e emprego são complexos e persistentes. A falta de acesso a serviços adequados, estigma social, escassez de oportunidades e barreiras educacionais são obstáculos significativos. Apesar do pequeno avanço já obtido na causa e das políticas de inclusão, como a reserva de vagas, a integração efetiva das PCDs enfrenta dificuldades, devido à falta de conscientização e apoio adequado. Para avançar na inclusão, são necessárias ações abrangentes, incluindo políticas mais eficazes, investimentos em acessibilidade e uma mudança cultural que valorize a diversidade e as habilidades individuais das PCDs. O objetivo é garantir igualdade de oportunidades para todos os jovens, independentemente de suas habilidades, capacitando-os a contribuir plenamente para a sociedade.

Diante desse cenário, os profissionais de Relações Públicas aparecem como um excelente meio de transformação, desempenhando um papel fundamental na promoção da mobilização social e inclusão por meio de estratégias de comunicação que enfatizam valores de diversidade e equidade. Eles podem engajar-se em campanhas de advocacia da causa, colaborar com líderes comunitários e organizações da sociedade civil para ampliar a conscientização sobre questões sociais relevantes. Além disso, podem adaptar suas mensagens para alcançar diversos grupos de maneira inclusiva e respeitosa, promovendo uma linguagem e representação corretas dos jovens e mais especificamente, dos jovens PCDs. Através de campanhas educativas e parcerias estratégicas, os profissionais de RP podem promover uma cultura de inclusão tanto dentro quanto fora das organizações, utilizando as mídias sociais como ferramenta para disseminar mensagens positivas e envolventes sobre a diversidade, conseguindo até mesmo atrair o apoio à iniciativa de outras pessoas e instituições colaboradoras - como o projeto Inclusive Luísa, apresentado neste artigo.

Na esfera pública, os profissionais de Relações Públicas podem contribuir para influenciar políticas públicas mais inclusivas, trabalhando em conjunto com organizações não governamentais e órgãos governamentais para promover mudanças legislativas que favoreçam a inclusão e a igualdade de oportunidades para as PCDs.

Por fim, as Relações Públicas são parte fundamental do processo de criação da imagem de uma organização ou marca, e nesse aspecto, os profissionais de RP podem procurar, desenvolver e aplicar instrumentos para fazer da causa dos jovens PCDs um tema importante dentro das empresas, construindo uma reputação verdadeiramente inclusiva que proporcione, tanto aos funcionários quanto aos clientes com deficiência, uma experiência de efetiva integração e interação com o trabalho desempenhado pela instituição.

Portanto, as Relações Públicas têm um papel vital na transformação de atitudes e práticas em relação às PCDs, ajudando a construir uma sociedade mais inclusiva, igualitária e respeitosa com as diferenças. É importante que os profissionais desta área atuem como agentes de mudança

e promovam ações concretas para combater o preconceito e garantir a plena participação das PCDs em todos os aspectos da vida social, cultural e econômica, não somente na sua juventude, mas durante toda sua vida.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE INICIATIVAS CIDADÃS; CAMARGOS, Luísa de Souza Rocha. *Inclusive Luísa*. Disponível em: <<https://www.inclusiveluisa.aic.org.br/>>. Acesso em: 04 maio 2024.

ANDRADE, Teobaldo. *Para entender relações públicas*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BESERRA, Elisabete Gonçalves; DOMINGUES, Sandra Karine. *A Contribuição das Relações Públicas na Inclusão da Pessoa com Deficiência Mental no Mercado de Trabalho*. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, São Paulo, 07 a 10 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/expocom/EX9-0401-1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRAGA, Clara Soares; SILVA, Daniela Brandão do Couto e; MAFRA, Rennan Lanna Martins. *Fatores de Identificação em Projetos de Mobilização Social*. Belo Horizonte: 2001. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (organizador). *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília: Edições Câmara, 2015. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CAMARGOS, Luísa de Souza Rocha; FARIA, Danusa Tederiche Borges de. *Para Que Todos Caibam No Mundo: Histórias De Vida, Construção De Memórias Em Rede E Mobilização Social*. In: XVII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 10 a 12 de maio de 2023.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2003.

MOTTA, Alex dos Santos. *Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho: uma revisão da literatura*. Salvador: IFBA, 2018. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/salvador/ensino/cursos/superior/graduacao/administracao/monografias/2017.2/alex-dos-santos-motta.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PEREIRA, Bruna Karina Gonçalves. *As relações públicas e as estratégias para a inclusão de deficientes no ambiente organizacional*. São Borja: Unipampa, 2015. Disponível em: <<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/files/2015/04/As-rela%C3%A7%C3%B5es-p%C3%BAblicas-e-as-estrat%C3%A9gias-para-a-inclus%C3%A3o-de-deficientes-no-ambiente-organizacional.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; DELLATORRE, Rochele. *Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo sobre a percepção dos envolvidos*. In: Perspectiva, Erechim, v. 39, n. 148, p. 95-109, dezembro/2015. Disponível em: <https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_537.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SANTOS, Alcinete Pureza dos; REIS, Ana Cristina Ferreira dos; FERNANDES, Fernando; FUMELÊ, Lizandra Valéria da Silva. *Desafios e possibilidades da inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino*. In: Revista FT - Educação, v. 28, n. 128, novembro de 2023. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/desafios-e-possibilidades-da-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-na-rede-regular-de-ensino/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Luísa de Souza Rocha Camargos

Graduada em Relações Públicas, pós graduada em Juventudes no Mundo Contemporâneo. Proprietária da Camargos Comunicação, empresa que gere sua própria carreira nas área de inclusão e comunicação.

ORCID: 0009-0008-3881-1198

Email: contato.luisacamargos@gmail.com

Endereço: Rua Capitão Manoel Soares, 48. Floramar. Belo Horizonte. Minas Gerais. 31742-020.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:.

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)



Juventudes Contemporâneas e Projeto de Vida: A Construção de Sonhos para Juventudes Diversas em Oportunidades e Fazeres

Maria Luzia de Moraes Fonseca¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo central pensar questões referentes às perspectivas das juventudes nas suas diferentes realidades, pretendendo entender a pertinência, e até mesmo viabilidade, de processos de Orientação Profissional/Projetos de Vida para diferentes contextos educacionais e sociais, atravessados pela desigualdade de oportunidades. O quanto são democráticas as possibilidades de sonhos que se apresentam durante a construção destes processos e o que sustenta o desejo de quem não foi sonhado, entre outras questões foi o que norteou o percurso deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Oportunidade. Juventudes. Projeto de vida. Perspectiva. Políticas Públicas

ABSTRACT: The central objective of this article is to consider issues related to the perspectives of youth in their different realities, seeking to understand the relevance, and even the potential, of Career Guidance/Life Project processes for different educational and social contexts, marked by inequality of opportunity. How democratic are the possibilities for dreams that arise during the construction of these processes, and what sustains the desire of those who have not been dreamed of, among other questions, guided the course of this work.

KEYWORDS: Opportunity. Youth. Life project. Perspective. Public Policies

1 O QUE VOCÊ VAI SER QUANDO CRESCER

Querer saber dos adolescentes o que esperam da vida e o que sonham para seus futuros é um anseio comum aos adultos que acompanham suas trajetórias. Perguntar sobre isso faz parte do repertório dos adultos, seja por falta de assunto, por curiosidade ou por expectativa mesmo.

Despretensiosa ou preocupada, esta questão recebe contornos vultosos e contribui muito para os processos de acompanhamento de adolescentes e jovens, seja em Processos de Orientação Profissional ou construção de Projetos de Vida.

1 Aluna da Especialização em Juventudes Contemporâneas – FAJE. E-mail: malumoraes.op@gmail.com

Pensar projeto de vida para estes adolescentes e jovens tornou-se importante ao ponto de se tornar um componente curricular do Novo Ensino Médio de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM- que visa “permitir que o aluno construa sua própria trajetória profissional acadêmica e pessoal com autonomia”.

Várias são as experimentações, como namoro, estabelecimento de vínculos de amizade, desconstrução de ideais familiares e, para alguns, inserção no mercado de trabalho. E tudo isso permeado por incertezas, relações fluidas, vínculos frágeis e espaços sociais diversos.

O desejo do sujeito de ser alguém na vida pode ser traduzido como o desejo de ser reconhecido, valorizado e respeitado pelo que é, pelo que sabe e pelas contribuições que pode dar à sociedade, no presente e no futuro.

Os projetos de vida são orientações subjetivas que se ancoram nas biografias, nas experiências, nas histórias de vida dos sujeitos, nos valores da sociedade e dos grupos sociais, nas condições materiais de existência e, também, no caso dos jovens, nas relações que estabelecem com a família, com os amigos, companheiros e instituições educativas e socioculturais.

Paulo Carrano, em seu texto “O jovem como sujeito do Ensino Médio”, diz que, “na juventude, especialmente a adolescência, é quando o sujeito começa a se perguntar que rumo tomar na vida. Todas essas são dimensões importantes e devem ser contempladas quando se discute projetos de vida.” (BRASIL, 2013, p.32)

E completa: “O projeto de vida começa com o sonho do jovem. Os desejos e as fantasias que lhe dão substância são transformados em objetivos passíveis de serem perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida.” (BRASIL, 2013, p.31)

Mas seu texto também traz uma advertência tanto aos profissionais que se incumbirão de conduzir os projetos de vida, quanto aos pais ou cuidadores desses jovens: nunca se esquecer do aspecto essencial que é o caráter indelegável e intransferível da ação projetada, ou seja, não se pode projetar pelos jovens:

“O entendimento dessa dimensão é fundamental, sobretudo no tangente aos projetos de vida, no sentido de que, por exemplo, os pais não podem (ou pelo menos não deveriam) projetar pelos filhos. Assim como a escola e seus professores não podem (ou não deveriam) querer que os estudantes cumpram projetos da instituição que ignorem os próprios projetos traçados pelos jovens para suas vidas.” (BRASIL, 2013, p.33)

Podemos então, a partir das falas acima que reiteram a importância do Projeto de Vida para adolescentes e jovens, avançar um pouco mais na construção deste trabalho: as juventudes contemporâneas são muitas e diversas, nos seus modos de apresentação e na forma como se situam na sociedade. Mas são diversas também as oportunidades para cada um. E essas diferenças fazem diferença nos modos de sonhar e construir seus projetos de vida.

2 “NÃO ME SONHARAM, NÃO ME ENSINARAM A SONHAR”

Há um outro desdobramento que se interpõe à construção do Projeto de Vida: se por um lado existem jovens que são atravessados pelo desejo dos pais ou cuidadores, por outro lado existem aqueles que “não foram sonhados.”

Nos muitos processos de acompanhamento de adolescentes e jovens em Orientação Profissional, é comum ouvir a “queixa” dos orientandos de que estão cansados de tanta cobrança dos pais sobre a escolha profissional, de tanta exigência para que sigam suas profissões, deem continuidade às empresas da família ou realizem sonhos que para eles, pais, foram impossíveis, mas que agora está em suas mãos, filhos, concretizar.

Estamos falando de jovens que foram “sonhados”, que trazem em sua subjetividade a marca do desejo de outros. Não que não dê trabalho se desvencilhar destas projeções e refazer a rota pela singularidade do caminho que cada jovem escolhe trilhar. Mas têm um ponto de partida, têm do que se esquivar.

No caso de outros tantos jovens que não foram sonhados, não se trata de escolher outro caminho, mas desbravar um campo virgem para pensar na possibilidade de construir uma estrada. Não foram sonhados por pais que, por sua vez, não sabiam sonhar. Não têm ponto de partida. Eles próprios são o marco zero, aprendendo a se permitir sonhar.

O documentário “Nunca me sonharam”, lançado em 2017, apresenta uma dimensão da realidade de muitos jovens, que é não ter sido sonhado por alguém, e por isso, não ter aprendido a sonhar ou até mesmo não ter tempo para isso.

Fala-se das oportunidades que não são as mesmas para todos. Escancara-se uma desigualdade social que não permite pensar no futuro dada a urgência de assegurar o presente.

Uma pergunta feita por um adolescente no documentário: “Quando vai chegar a minha vez? E vai ter para nós quando chegar nossa vez?” A fala é de uma adolescente: mulher negra, menor de idade, pobre, periférica, estudante de escola pública. Lembrando que 82% dos jovens estão na escola pública.

A resposta não temos, mas a provocação está posta: falamos da interseccionalidade, que são fatores sociais interagindo ou se sobrepondo definindo a identidade de uma pessoa e a forma como isso irá impactar na sua relação com a sociedade e definir seu acesso a direitos. Há um vínculo inseparável: gênero, raça e classe social que são marcações que se moldam mutuamente. Direitos que passam a ser privilégios.

Um outro professor diz que, “pobre, favelado e negro está no banco de reserva. Só entra no jogo se estudar.”

Mas a educação é efetivamente acessível a todos para que possam entrar no jogo?

Mais uma fala de um estudante: “Já no segundo ano estou procurando emprego, mas não tenho currículo. Quero fazer cursinho, mas não tenho dinheiro. Já entro em condições desiguais.”

A desigualdade social delimita os horizontes possíveis de ação dos jovens. Impactam na vida e nos seus projetos de vida. Regina Novaes, Antropóloga e Socióloga, também presente no documentário, na sua fala reforça que estes jovens “entram no mercado de trabalho de maneira precária e precoce”.

Basta ser capaz, ter inteligência e sonhar? Quem acredita sempre alcança mesmo? O que dizer das oportunidades desiguais, com a largada em lugares diferentes para uma mesma conquista?

Como insistir para que o jovem da favela estude e acredite que este é o melhor caminho para se dar bem na vida, quando na sua realidade tem exemplos de pessoas muito bem sucedidas – por sucesso entenda-se dinheiro, status e reconhecimento – nas ações do tráfico, por exemplo?

A escola perde 50% dos alunos da noite. Perde para o trabalho informal, para o tráfico, para a gravidez das adolescentes.

Na fala de Christian Dunker, psicanalista que compõe o documentário, “a infância é mais curta para os pobres. Encurta os sonhos. Pior que não oferecer oportunidades é matar o futuro.” E completa: “O tráfico é considerado um trabalho – a carreira na bandidagem te dá respeito, honra, condições de proteger os seus, autoridade.”

Macaé Evaristo finaliza: “a gente reduz a mortalidade infantil e mata na adolescência quando não dá condições de vida, de sonhar.”

3 ONDE ESTÃO AS RESPOSTAS? PARA QUEM SÃO AS PERGUNTAS?

Este trabalho se compôs a partir de estudos de casos de processos de Orientação Profissional e acompanhamento de jovens na construção de Projeto de Vida em diferentes realidades sociais. Foram comparados processos de 16 adolescentes, sendo metade alunos de escolas particulares e detentores de uma condição social que lhes permitem pensar no futuro sem preocupação com as necessidades básicas do presente e a outra metade alunos de um cursinho pré-universitário para alunos com baixa renda, vindos de escolas públicas, muitos já trabalhando e com uma condição social que apontava para muitas vulnerabilidades sociais.

Para os dois grupos foram feitas as mesmas perguntas. Abaixo seguem as duas respostas dadas por dois adolescentes, um de cada grupo social, para a pergunta: “Atento à sua realidade de hoje, o que você considera muito importante para o seu futuro profissional?”

Uma resposta foi “ter uma oportunidade de intercâmbio para ampliar as oportunidades profissionais”. Outra resposta foi “ter uma mesa em casa para poder estudar.”

Respostas reais, assim como a realidade de cada um dos respondentes. O primeiro entrevistado, um adolescente estudante de uma escola particular, relatando que o pai é um empresário e que entende que uma experiência no Exterior pode ser inspiradora para seu futuro como empreendedor e administrador de empresas. A segunda entrevistada, uma adolescente de um cursinho pré-universitário para jovens de baixa renda, acha que se tivesse uma mesa em casa, faria toda diferença para o seu futuro profissional.

Diante dos relatos desses jovens, alguns questionamentos se impunham: embora o sonho seja comum a todos os jovens, o que fazer com as realidades diversas que atravessam alguns sonhos e comprometem suas perspectivas de concretização? A construção do Projeto de Vida é a mesma para todos os jovens?

Tratava-se de propostas iguais para realidades diversas. Nem sempre as juventudes mais vulneráveis têm oportunidade de escolher o que vão ser quando crescer: quando têm a oportunidade de sonhar com a Faculdade, precisam limitar a escolha do curso à pontuação obtida no Enem, pois na grande maioria dos casos, precisam iniciar prontamente a Faculdade, no curso que a pontuação permitir, pois não poderão se dar ao luxo de fazer mais um ano de cursinho.

E mesmo na Faculdade as dificuldades se mantêm, pois a maioria ingressa em redes de ensino particulares, e por isso nem sempre finalizam o curso por não terem dinheiro para os financiamentos ou disponibilidade para atividades extras que coincidem com o horário do trabalho, trabalho este que precisa ser mantido, já que sustenta suas aulas quando não, suas famílias.

Não se trata de dizer que alguns jovens não têm projetos de vida, mas que o constroem de acordo com o seu contexto sociocultural, econômico e com os recursos financeiros, subjetivos, psíquicos, intelectuais e informacionais de que dispõem.

O contexto no qual cada jovem está inserido circunscreve suas possibilidades de realizar e concretizar seus projetos, conforme Paulo Carrano diz em seu texto “O jovem como sujeito do Ensino Médio”:

“Um projeto de vida tende a se realizar na junção de duas variáveis. A primeira delas diz respeito à identidade, ou seja, quanto mais o jovem se conhece, experimenta as suas potencialidades individuais, descobre o seu gosto, aquilo que sente prazer em fazer, maior será a sua capacidade de elaborar o seu projeto. Outra variável que interfere na elaboração do projeto de vida é o conhecimento da realidade. Quanto mais o jovem conhece a realidade em que se insere, compreende o funcionamento da estrutura social com seus mecanismos de inclusão e exclusão e tem consciência dos limites e das possibilidades abertas pelo sistema na área em que queira atuar, maiores serão as suas possibilidades de elaborar e de implementar o seu projeto.” (BRASIL, 2013, p.33)

Rousseau, em “A origem da desigualdade entre os homens”, diz:

“Considero o tema deste discurso como uma das questões mais interessantes que a filosofia possa propor e, infelizmente para nós, como uma das mais espinhosas que os filósofos possam resolver porque, como conhecer a fonte da desigualdade entre os homens, se não se começar por conhecer os próprios homens? E como poderá chegar o homem a se ver tal como a natureza o formou, por meio de todas as transformações que a sucessão dos tempos e das coisas teve de produzir em sua constituição original e separar o que está em sua própria origem daquilo que as circunstâncias e o progresso acrescentaram ou modificaram em seu estado primitivo?” (ROSSEAU, J., 2017, p.23)

Até aqui nos deparamos com as contradições e adversidades que as realidades juvenis nos apresentam e que dificultam a realização dos seus sonhos e projetos de vida.

Podemos nos apoiar no texto social de Freud, “O futuro de uma ilusão”, para vislumbrar mudanças neste cenário a partir da construção dos ideais, sejam culturais, religiosos ou de qualquer outra ordem como forças que buscam combater a inviabilidade posta por convenções sociais ou determinações de classe, raça ou cultura:

“A satisfação narcísica proporcionada pelo ideal cultural encontra-se também entre as forças que alcançam êxito no combate à hostilidade para com a cultura dentro da unidade cultural. Essa satisfação pode ser partilhada não apenas pelas classes favorecidas, que desfrutam dos benefícios da cultura, mas também pelas oprimidas, já que o direito a desprezar povos estrangeiros a compensa pelas injustiças que sofrem dentro de sua própria unidade. Não há dúvida de que alguém pode ter sido um plebeu infeliz, atormentado por dívidas e pelo serviço militar, mas, em compensação, não deixava de ser um cidadão romano, com sua própria quota na tarefa de governar outras nações e ditar suas leis.” (FREUD, S. 1927, p.25)

Essa satisfação que a crença num ideal pode promover nas juventudes, pode ser partilhada pelas classes favorecidas, que desfrutam dos benefícios da cultura, mas também pelas oprimidas. Essa é uma possibilidade de democratizar os sonhos.

Muitas vezes lutar por um sonho coletivo dilui a densidade de uma realidade individual. Pode ser salutar, pode resgatar a dignidade de muitas vidas subjugadas e proporcionar um engajamento necessário e até vital para aqueles que até então se sentiam alijados da sociedade.

Como parte dos ideais coletivos, temos a construção das políticas públicas que trazem perspectivas de mais sonhos para nossas juventudes. Responsabilidade atribuída à sociedade, representada por políticos, mas que conta com a atenção de educadores e pais quanto à urgência de mais incrementos e recursos para que se efetivem a contento.

É preciso pensar em outras possibilidades para a concretização dos projetos de vida, seja construindo políticas sociais pautadas no Estatuto da Juventude e Direitos Humanos, com direitos universais, invioláveis e inalienáveis, seja revisitando os ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que embora tenha pauta para os jovens, nem sempre os tem nas suas construções.

É imprescindível reconhecer o papel das comunidades nas políticas públicas, promover a participação e representatividade juvenil na política, organizar politicamente as escolas e grupos de apoio. Entender que é preciso escrever o sonho para que ele exista.

4 DESEJO, LOGO EXISTO

Este trabalho se iniciou com algumas perguntas sobre quão democráticos são os sonhos, ou melhor, a realização deles.

Falamos do contexto social e político que interferem na condição de sonhador dos nossos adolescentes e jovens e reiteramos a importância de cuidarmos disso.

É fato que os contextos sociais e políticos deficitários interferem significativamente na construção de projetos de vida e podem interromper possibilidades de concretização do que foi sonhado pelas nossas juventudes e, desta forma, continua premente atentarmos e nos mobilizarmos para mudar esta realidade. É necessário reiterar a responsabilidade social que é incluir a pauta das juventudes em todos os cenários políticos, culturais e sociais.

Mas voltando aos jovens aqui pesquisados, o que sustenta seus projetos de vida e suas escolhas profissionais mesmo em realidades tão vulneráveis e precárias?

Apesar de todos os atravessamentos e impedimentos, nossas juventudes ainda sonham. Isso ficou muito claro em 100% das respostas dos processos de Orientação Profissional e construção de Projetos de Vida.

Podemos dizer que o recurso simbólico próprio dos seres humanos, que os faz sujeitos desejantes, é responsável por sustentar estes jovens sonhadores.

Nossas juventudes são formadas por sujeitos de desejo e pensar a partir deste significante torna possível entender que o que falta não tem que ser necessariamente o que impede os jovens de sonhar. Paradoxalmente, a falta pode ser uma forma de compreendermos a determinação e persistência desses jovens e adolescentes tão atravessados por contextos de vulnerabilidade mas tão aguerridos na busca dos seus sonhos.

Sendo assim, o desejo ocupa o estatuto de promotor da esperança: torna possível a crença na construção de sonhos para juventudes diversas em oportunidades e fazeres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II : o jovem como sujeito do ensino médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [organizadores : Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013.

FREUD, S. “O futuro de uma ilusão, o mal estar na civilização e outros trabalhos. Edição Standart Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol.XXI Editora Imago: Rio de Janeiro, 1996.

“NUNCA me sonharam”. Direção: Cacau Rhoden. Produção: Luana Lobo, Marcos Nisti, Estela Renner, Juliana Borges. Roteiro: Cacau Rhoden, Tetê Cartaxo, André Finotti. Brasil, 2017.

ROSSEAU, J. “ A origem da desigualdade entre os homens” – São Paulo: LaFonte, 2017.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Maria Luzia de Moraes Fonseca, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduada em Saúde Mental e Trabalho, pela Faculdade Newton Paiva e especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo pela FAJE.

Trabalha como psicóloga no Tribunal Regional da 3ª região.

ORCID 0009-0000-5575-4238

malumoraes.op@gmail.com

Endereço residencial: Rua Araguari, 1730/501 B. Santo Agostinho Belo Horizonte-MG 30190-111

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



Contexto Sócio-Histórico do Projeto de Vida: Transformações Culturais da Modernidade Tardia, Temporalidades e Transições Juvenis

Renato Correia Santos¹

RESUMO: Este artigo explora as transformações culturais da modernidade tardia e suas implicações nas temporalidades e transições juvenis. A partir de uma perspectiva sociológica e histórica, analisamos como os contextos sócio-históricos moldam os projetos de vida dos jovens, influenciando suas trajetórias e identidades. Consideramos os desafios e oportunidades que surgem nesse cenário, destacando a importância de compreender as complexidades das experiências juvenis em contextos marcados por mudanças culturais, econômicas e tecnológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade tardia - Juventude - Projeto de vida - Transformações culturais - Temporalidades.

ABSTRACT: This article explores the cultural transformations of late modernity and their implications for youth temporalities and transitions. From a sociological and historical perspective, it analyzes how socio-historical contexts shape young people's life projects, influencing their trajectories and identities. It also considers the challenges and opportunities that emerge in this scenario, highlighting the importance of understanding the complexities of youth experiences in contexts marked by cultural, economic, and technological changes.

KEYWORDS: Late modernity – Youth – Life project – Cultural transformations – Temporalities.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário mundial tem sido marcado por profundas transformações culturais, sociais e tecnológicas, configurando o que muitos teóricos denominam como modernidade tardia. Este período é caracterizado por um dinamismo sem precedentes, onde mudanças ocorrem em uma velocidade que desafia a capacidade de adaptação dos indivíduos e das comunidades. Nesse contexto, a juventude se vê imersa em um ambiente repleto de incertezas e possibilidades, onde a busca por significado e propósito torna-se uma tarefa cada vez mais complexa e urgente.

¹ Graduado em Direito pelo Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente - SP, graduando em Filosofia e pós-graduando em Juventudes e o mundo contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte - MG. E-mail: renatocorreia36@gmail.com

O presente artigo explora o contexto sócio-histórico do projeto de vida, enfocando as transformações culturais da modernidade tardia e suas implicações para as transições juvenis. Primeiramente, discutiremos as características marcantes da modernidade tardia e como estas moldam as práticas e os valores culturais contemporâneos. Em seguida, abordaremos a busca por significado em um mundo acelerado, onde a simultaneidade de experiências e informações impõe novos desafios à construção de identidades e objetivos pessoais.

Adentrando o universo das transições juvenis, examinaremos como os jovens navegam pelas mudanças constantes e as incertezas que permeiam suas trajetórias de vida. Por fim, o projeto de vida será apresentado como um instrumento importante para a redefinição do futuro, oferecendo aos jovens uma maneira de criar significados e orientar suas ações em um mundo em constante transformação.

Ao analisar esses tópicos, esperamos contribuir para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas culturais e sociais que influenciam as trajetórias juvenis na modernidade tardia, bem como destacar a importância do projeto de vida como uma ferramenta estratégica para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais significativo e coeso.

1 MODERNIDADE TARDIA E TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS

O período da modernidade tardia é caracterizado por profundas transformações culturais, econômicas e sociais, que impactam significativamente as experiências individuais e coletivas. Nesse contexto, os jovens são especialmente influenciados pelas dinâmicas sociais em constante mutação, enfrentando desafios e oportunidades na construção de seus projetos de vida.

A modernidade tardia é marcada por uma série de mudanças culturais que impactam diretamente as formas de vida e os valores sociais. O advento da globalização, o avanço tecnológico e as transformações no mercado de trabalho são apenas alguns dos elementos que reconfiguram as estruturas sociais e as relações interpessoais. Nesse contexto, os jovens são confrontados com novos desafios, como a precarização do trabalho, a fragmentação das identidades e a fluidez das relações sociais.

Conhecida também como pós-modernidade ou segunda modernidade, a modernidade tardia configura-se como um período de profundas transformações sociais, culturais e epistemológicas que se desenrolam a partir da segunda metade do século XX (LECCARDI, 2005, p. 43). Marcada por rupturas com os pilares da modernidade clássica, essa fase caracteriza-se pela fragmentação da realidade, uma crise nas grandes narrativas e uma redefinição das identidades. Essas transformações impactam as juventudes de diversas maneiras, moldando suas experiências, valores e perspectivas de mundo (HALL, 1992, p. 14).

A fragmentação da realidade traduz-se na multiplicidade de perspectivas e na ausência de verdades absolutas (GROPO, 2016, p. 390). As grandes narrativas que antes ofereciam um senso de unidade e significado ao mundo, como a religião, a política e o progresso, perdem sua força explicativa para as juventudes. Essa fragmentação impacta a forma como os jovens constroem

sua identidade e seu lugar no mundo. Diante da multiplicidade de opções e da falta de referências absolutas, os jovens podem se sentir desorientados e inseguros, buscando constantemente novas formas de se expressar e se identificar (VANDENBERGHE, 2014, p. 303).

Outro aspecto marcante da modernidade tardia é a crise das identidades, que se reflete na fluidez e na pluralidade das identidades juvenis. Na era da globalização e da interconexão, os jovens se veem diante de múltiplas influências culturais e sociais, o que dificulta a construção de uma identidade única e coesa. Essa fluidez identitária pode ser desafiadora, mas também abre espaço para a criação de identidades mais plurais e autênticas (GROPO, 2016, p. 385). Os jovens podem explorar diferentes culturas, estilos e valores, construindo uma identidade que reflita suas experiências e individualidade.

Já as transformações culturais da modernidade tardia expressam-se em diversos aspectos da vida dos jovens, como na música, na moda, na arte e na linguagem. O ecletismo e o pluralismo estético marcam a cultura juvenil, com a coexistência de diversos estilos e movimentos, sem a busca por um único padrão dominante (LECCARDI, 2005, p. 43). As novas tecnologias de comunicação, como a internet e as redes sociais, também impactam profundamente a cultura juvenil. A internet cria espaços de interação e expressão cultural, permitindo que os jovens se conectem com pessoas de todo o mundo e compartilhem suas ideias e experiências (BAUMAN, 2001, 136).

Nesse contexto, observamos que a modernidade tardia apresenta diversos desafios para as juventudes, como a fragmentação social, a crise das identidades e os impactos da globalização. No entanto, também abre novas possibilidades para a criação de identidades mais plurais e autênticas, para a construção de um mundo mais justo e democrático e para o desenvolvimento de novas formas de expressão cultural. É fundamental que os jovens desenvolvam habilidades críticas para navegar nesse mundo complexo e em constante mudança. A educação deve ser um espaço para o diálogo, a reflexão e a construção de uma visão crítica da realidade, preparando os jovens para os desafios e oportunidades do século XXI (CAMARANO et al, 2004, p. 18).

Com efeito, para Leccardi (2005) a modernidade tardia é um período de grandes transformações que impactam profundamente as juventudes. Compreender as características desse período e seus reflexos na vida dos jovens é fundamental para construir políticas públicas e iniciativas educacionais que atendam às suas necessidades e os preparem para o futuro. As juventudes de hoje podem ser protagonistas de seu próprio tempo e têm o potencial de transformação social. Ao desenvolverem habilidades críticas, criatividade e senso de responsabilidade social, podem contribuir para a construção de um futuro mais justo, sustentável e democrático.

Neste sentido, buscou-se examinar as inter-relações entre o contexto sócio-histórico da modernidade tardia, as temporalidades e as transições juvenis, destacando a importância de compreender esses processos em suas nuances e complexidades. Além disso, reflete sobre a construção do projeto de vida como ferramenta para compreensão dessa dinâmica, evidenciando seu potencial para definição de sentido e propósito para o futuro.

2 A BUSCA POR SIGNIFICADO EM UM MUNDO ACELERADO: TUDO AO MESMO TEMPO AGORA

A compreensão das diferentes temporalidades é uma ótima maneira de compreender as experiências das juventudes, nos diferentes tempos e espaços, sobretudo, devido a influência dessa pluralidade temporal na percepção do tempo e do planejamento do futuro pela juventude.

Num mundo caracterizado pela instantaneidade e pela aceleração, os jovens enfrentam pressões para tomar decisões rápidas e eficazes, muitas vezes às custas da reflexão e da experimentação (CAMARANO et al, 2004, p. 18). Essa urgência constante, aliada à incerteza em relação ao futuro e à multiplicidade de escolhas disponíveis, pode gerar ansiedade e indecisão, tornando desafiadora a construção de trajetórias de vida estáveis e consistentes (OLIVIERI, 2009, p. 3).

Segundo Bauman (2001), a aceleração do tempo emerge como uma marca distintiva da modernidade tardia. Segundo o autor, a sensação de que tudo precisa acontecer imediatamente e a busca incessante por resultados rápidos impõem um ritmo frenético ao cotidiano (BAUMAN, 2001, p. 131). Essa aceleração temporal não apenas afeta as percepções de futuro, tornando mais difícil a concepção de projetos de vida de longo prazo, mas também dificulta a imersão em reflexões profundas sobre o significado da existência (LECCARDI, 2005, p. 42).

Com isso, percebe-se que num mundo caracterizado pela instantaneidade e pela aceleração do tempo, a busca por significado se torna um desafio cada vez mais presente, especialmente para os jovens (MAIA, 2007, p. 15).

Aliado a isso, a tirania da produtividade impera na sociedade contemporânea, pressionando os jovens a serem constantemente eficientes e produtivos. Essa lógica os leva a priorizar tarefas e resultados em detrimento de experiências e vivências que promovam o autoconhecimento, a criatividade e o bem-estar (MAIA, 2007, p. 14). Essa busca incessante por resultados imediatos impede a reflexão profunda sobre o significado da existência, tornando a construção de projetos de longo prazo um obstáculo.

A hiper conectividade com o mundo digital, através de smartphones e redes sociais, é outro fator que gera um fluxo incessante de informações e estímulos, dificultando o foco, a concentração e a reflexão profunda (BAUMAN, 2001, p. 137). Essa constante conexão também contribui para a comparação social e o sentimento de inadequação, intensificando a ansiedade e a pressão por resultados (LECCARDI, 2005, p. 36).

Neste contexto, a crise de identidade, resultante da multiplicidade de opções e da fluidez das identidades na sociedade contemporânea, pode gerar dúvidas e questionamentos sobre quem se é e qual o lugar no mundo. Essa crise, somada à pressão por decisões rápidas, torna ainda mais desafiadora a construção de um senso de si mesmo sólido e autêntico (LECCARDI, 2005, p. 42). A desvalorização do processo, em detrimento da ênfase excessiva nos resultados, leva à desvalorização das experiências e vivências. Essa lógica impede o desenvolvimento de

habilidades socioemocionais importantes, como resiliência, persistência e capacidade de lidar com frustrações (MAIA, 2007, p. 19).

A falta de referências, causada pela fragilização dos laços familiares e comunitários, a perda de valores tradicionais e a ausência de figuras inspiradoras, pode dificultar a busca por significado e propósito na vida. Sem referências sólidas, os jovens podem se sentir perdidos e desorientados em sua jornada individual (LECCARDI, 2005, p. 47).

Diante desses desafios, é fundamental buscar alternativas que possibilitem aos jovens a construção de um futuro com mais significado e propósito. Promover a educação para a vida, valorizar o processo, fomentar o senso de comunidade, incentivar a reflexão crítica e promover o bem-estar mental são ações que podem contribuir para a construção de um futuro mais promissor para as novas gerações (MAIA, 2007, p. 69).

Ao compreendermos as nuances da busca por significado em um mundo acelerado e ao trabalharmos para superá-los, podemos contribuir para o desenvolvimento de jovens mais autênticos, resilientes e realizados, capazes de construir trajetórias de vida significativas e com sentido.

3 TRANSIÇÕES JUVENIS EM CONTEXTO DE MUDANÇA

O contexto da modernidade tardia produz impactos significativos na transição da juventude para a vida adulta. Esse momento decisivo na vida do jovem tem sido afetado de diferentes maneiras por esta temporalidade – a saber, na escolha do trabalho, na construção das identidades, independência etc. O jovem, por sua vez, tem produzido diferentes estratégias para reagir a este novo contexto.

Carmen Leccardi, analisando o a relação entre jovens e temporalidades conclui que há entre os jovens uma nova relação com o tempo, mediada por uma atitude mais racional quanto ao que pode vir a ser. Dito de outro modo, verifica que a transição para a vida adulta na qual o tempo da juventude não encerra, abre espaço para a experimentação de um modo de vida e uma relação com o tempo “menos imediata”. Assim,

em seu centro está a necessidade de não se deixar engolir pela velocidade dos eventos, de controlar a mudança equipando-se para agir prontamente, de não desprezar o tempo deixando que “as coisas aconteçam”, de não se deixar encurralar pela insegurança difusa. Ainda que o tempo vivenciado seja sobremaneira incerto, o que parece importante é, sobretudo, “manter a rota”, não perder a direção interior. (LECCARDI, 2005, p. 53).

Por outro lado, é de conhecimento que a transição para a vida adulta é profundamente influenciada pelas condições socioeconômicas e culturais em que os jovens estão inseridos. No contexto da modernidade tardia, essas transições se tornam mais complexas, pois as instituições

tradicionais, como a família e a escola, muitas vezes não fornecem o suporte necessário para enfrentar os novos desafios emergentes.

Desse modo, as diferentes trajetórias individuais lançam luz sobre as contradições produzidas no seio da experiência coletiva na qual se inserem. Camarano et al ao focalizar na experiência das juventudes brasileiras, evidencia a multiplicidade de possibilidades nas quais pode se dar a transição para a vida adulta experimentadas pelos jovens no país, caracterizada “pela continuidade dos estudos entre os chefes e novos padrões de arranjos familiares, como os monoparentais femininos” (CAMARANO et al, p. 48). Esta heterogeneidade somado as diferentes trajetórias de vida tornam a transição para a vida adulta um período não linear na vida dos indivíduos.

Entretanto, muito embora a emergência de novas modalidades de transição, verifica-se ainda entre os jovens que a principal forma de transição seja a saída da casa dos pais, marcado pelo momento em que “tornando-se chefes, com ou sem cônjuge, que já deixaram a escola e ingressaram no mercado de trabalho, com ou sem filhos residindo no domicílio” realizam a transição para a vida adulta (CAMARANO et al, p. 47).

A entrada no mercado de trabalho, a formação da identidade e a busca por autonomia são processos que exigem acompanhamento e orientação adequados para promover o desenvolvimento integral dos jovens. Durante essa fase de construção de identidade, os jovens são particularmente afetados pelas mudanças características da modernidade tardia. A inserção no mercado de trabalho, por exemplo, torna-se mais desafiadora devido à exigência de habilidades e conhecimentos específicos que nem sempre são facilmente acessíveis. Além disso, as incertezas sobre o futuro e a fragmentação das relações sociais podem provocar sentimentos de angústia e desorientação. Portanto, é essencial oferecer suporte contínuo e adequado para ajudar os jovens a navegarem por essas transições de maneira saudável e produtiva.

4 O PROJETO DE VIDA COMO INSTRUMENTO PARA UM NOVO SIGNIFICADO DE FUTURO

O conceito de projeto de vida ultrapassa a simples criação de metas ou o planejamento estratégico; ele encarna as aspirações, valores e trajetórias únicas de cada indivíduo. É um mapa interno que guia as ações e reflete identidades, desejos e propósitos pessoais (SANTOS, 2023, p. 2).

Em um mundo em constante mutação, marcado pela aceleração do tempo, individualismo exacerbado e incertezas, a juventude se depara com um desafio singular: construir uma vida com sentido em meio à fluidez da modernidade tardia. Nesse contexto, o projeto de vida surge como um instrumento importante para navegar pelas transições juvenis e temporalidades, conferindo significado à existência e direcionando os passos em direção ao futuro.

A modernidade tardia, caracterizada pela fragmentação social, crise de valores e perda de referências tradicionais, exige dos jovens uma capacidade ímpar de adaptação e resiliência.

Diante da constante renovação de paradigmas e da pluralidade de opções, a construção de um projeto de vida torna-se uma ajuda para evitar a alienação e o vazio existencial. Ao delinear seus objetivos, valores, desejos e aspirações, o indivíduo toma as rédeas do próprio destino, tornando-se agente ativo na construção de sua trajetória.

Nessa perspectiva, como abordam Cruz e Correia (2018), o projeto de vida é visto como um plano biográfico, no qual a pessoa molda sua própria visão de mundo, formando sua identidade pessoal. Ao planejar suas ações futuras, o indivíduo, ao mesmo tempo, define o que ele se tornará (LECCARDI, 2005, p. 36). Além disso, esse trajeto pode ser interpretado como uma escolha subjetiva entre vários “futuros virtuais” possíveis, onde objetivos concretos são extraídos das fantasias e desejos subjacentes, todos delimitados por um horizonte temporal específico (LECCARDI, 2005, p. 46).

Nesse contexto, as transições juvenis, marcadas por mudanças físicas, emocionais e sociais, representam um período de grande vulnerabilidade, mas também de imensa oportunidade (MAIA, 2007, p. 62). Segundo Maia (2007), as autoras Castro e Corrêa (2005), “sustentam que muitos jovens de hoje se deparam com uma situação bastante paradoxal: ao mesmo tempo que têm diante de si amplitude muito maior de possibilidades, não têm o que escolher” (MAIA, 2007, p. 62). O projeto de vida, nessa circunstância, funciona como um mapa que orienta o jovem em meio às incertezas, ajudando-o a tomar decisões conscientes e a superar os desafios inerentes à passagem da adolescência para a vida adulta. Ao definir seus objetivos, o jovem ganha clareza sobre seus desejos e aspirações, o que lhe permite traçar um plano de ação para alcançá-los.

Essencialmente, um projeto de vida é a combinação única de quem a pessoa é e quem ela deseja se tornar. Trata-se de uma jornada única e constante, repleta de ambições, talentos, valores e metas. Ele engloba não apenas realizações materiais, mas também o equilíbrio emocional, o desenvolvimento pessoal e a realização espiritual (SANTOS, 2023, p. 2).

Como descreve o autor,

os elementos fundamentais que constituem um projeto de vida abrangente são múltiplos e interligados. O autoconhecimento surge como o alicerce primordial, demandando profunda imersão no próprio eu. Reconhecer virtudes, limitações, valores arraigados e aspirações é o ponto de partida para a construção desse projeto (SANTOS, 2023, p. 3).

Nesse ambiente, a temporalidade na modernidade tardia assume novas nuances. A aceleração do tempo, a instantaneidade das informações e a fragmentação das experiências exigem do jovem uma capacidade crítica para discernir o que é realmente importante e duradouro.

Segundo Leccardi (2005), a noção de temporalização, que consiste em conectar continuamente o passado e o futuro, experiências e expectativas em uma dinâmica que possibilita a percepção de um fluxo temporal contínuo, torna-se desafiadora.

Surge, portanto, um impasse, pois, conforme Bauman (2001), quanto maior a incerteza no presente, característica da sociedade contemporânea, menos o futuro pode ser incorporado aos projetos de vida. As mudanças nas concepções de tempo e espaço, estão impactando a forma como os projetos de vida são elaborados (MAIA, 2007, p. 59). Nesse sentido, para Leccardi (2005), a conexão entre projeto de vida, tempo biográfico e construção subjetiva está passando por transformações significativas.

Sob essa ótica, conforme a autora indica, se antes o futuro era visto como um campo cheio de possibilidades - um futuro “aberto” -, hoje ele se apresenta como um futuro “indeterminado” e “indeterminável”, dominado pela imprevisibilidade (MAIA, 2007, p. 58).

Nesse sentido, como afirma Maia,

o risco aparece nesse cenário como resultado da perda de relação entre intenção e resultado, entre racionalidade instrumental e controle. Assim, a experiência de futuro é carregada de sentimento difuso de alarme, associado a uma grande sensação de impotência (MAIA, 2007, p. 58).

As estratégias que os jovens desenvolvem para enfrentar as incertezas de um futuro incerto moldam a maneira como eles estão se construindo subjetivamente hoje. As formas como planejam seus futuros trazem várias implicações para diferentes aspectos de suas vidas, criando maneiras de ser e agir no mundo (MAIA, 2007, p. 63).

O projeto de vida, nesse contexto, tem surgido como um farol que ilumina o caminho, ajudando o jovem a identificar seus valores e prioridades, e a tomar decisões que estejam alinhadas com sua visão de futuro, a partir da realidade em que se encontra.

Encarada como um processo, a elaboração de um projeto de vida “oferece ao indivíduo a chance de organizar sua própria trajetória, intensificar o autoconhecimento, entender o contexto em que vive e formular planos” (CANESCHI, 2018, p. 80).

Como evidencia Santos (2023), a relevância do autoconhecimento e da reflexão pessoal na formação de um projeto de vida sólido é incontestável. Esses processos permitem não só entender as motivações internas do indivíduo, mas também reconsiderar os caminhos conforme se amadurece. A autoavaliação constante esclarece os objetivos e fortalece a resiliência diante das adversidades (SANTOS, 2023, p. 3).

Dessa maneira, deve-se admitir que, nesse leque de possibilidades, os indivíduos ocupam posições diferentes e desiguais, com recursos igualmente variados, a partir dos quais constroem e realizam seus projetos de vida em contextos sociais e históricos específicos. Como ressaltam Durau e Correia (2020), os projetos individuais resultam de negociações, interpretações e avaliações pessoais, enraizadas na realidade, enquanto a forma como são vividos é moldada pelas circunstâncias sociais. Cada escolha humana é influenciada por variáveis societárias que apontam caminhos individuais, não de maneira compulsória, de modo que as pessoas se vejam forçadas a repetir mecanismos socioculturais em voga. Existe, sim, uma margem de negociação,

embora seja essencial considerar as possibilidades e os desafios impostos pela realidade na qual os jovens são inseridos e socializados (DURAU & CORREIA, 2020, p. 22)

Com efeito, como assinala Santos (2023), um projeto de vida vai além de um planejamento inerte; é uma narrativa pessoal e dinâmica. Ele representa a manifestação concreta de valores profundos, orientando o percurso de uma vida em sintonia com as convicções e desejos internos de cada pessoa. O autoconhecimento e a reflexão são instrumentos que, quando aplicados, enriquecem o processo de educação consciente sobre o próprio destino, buscando a realização pessoal plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o contexto sócio-histórico dos projetos de vida na modernidade tardia revela um cenário de intensas transformações culturais. A rapidez e a simultaneidade dos eventos no mundo atual impõem uma busca constante por significado, desafiando indivíduos a encontrarem seu lugar em meio ao caos.

Os jovens, em particular, enfrentam transições complexas, adaptando-se a novas realidades que emergem de mudanças contínuas. Para compreender as experiências juvenis, é necessário uma análise sensível e contextualizada das condições em que vivem, levando em conta as transformações culturais, econômicas e tecnológicas do mundo contemporâneo.

Neste contexto, o projeto de vida se destaca como um instrumento importante para redefinir o futuro, proporcionando um sentido de direção e propósito. Ao integrar valores pessoais e reflexões, os projetar a vida não apenas orienta a trajetória individual, mas também permite que os jovens moldem um futuro alinhado com suas convicções e desejos mais íntimos. Assim, a construção de um projeto de vida sólido e consciente torna-se útil para navegar as incertezas da modernidade tardia e encontrar realização pessoal em um mundo em constante evolução.

Em um mundo em constante transformação, onde fragmentação, individualismo e globalização se entrelaçam, o projeto de vida se torna uma ferramenta crucial para que os jovens naveguem com autonomia e construam futuros promissores. Apropriando-se dessa bússola, os jovens podem superar os desafios da modernidade tardia, traçar seus próprios caminhos e contribuir para a construção de um mundo mais justo, humano e sustentável.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARANO, Ana Amélia; **MELLO**, Juliana Leitão e; PASINATO, Maria Teresa; KANSO, Solange. *Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros*. Revista Última Década, Santiago, v. 12, n. 21, p. 11-50, dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 13 maio 2024.

CANESCHI, Liciane Aparecida Cabral. Projeto de Vida e horizontes vocacionais. In. CAIXETA, Davi Mendes; CORREIA, Vanessa Araújo (orgs.). Reflexões e subsídios para o trabalho com jovens. São Paulo: Loyola, 2018.

CRUZ, Cristino Cordeiro; CORREIA, Vanessa Araújo. Projeto de Vida: fundamentos de uma proposta. In: CORREIA, Vanessa Araújo. Juventude no mundo contemporâneo: temas em debate. São Paulo: Loyola, 2019.

DURAU, Odair José; CORREIA, Vanessa Araújo. Projeto de Vida para jovens: um itinerário metodológico de esperança. São Paulo: Loyola, 2020.

GROPPO, Luís Antonio. *Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do brasil contemporâneo*. Revista de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, vol. 20, n. 1, pp. 383-402, jan./jun., 2016.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª Edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LECCARDI, Carmem. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, pp. 35-57, novembro 2005.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira. Ninguém pode ficar parado: juventude, trabalho e projetos de vida. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVIERI, Alejandro Gabriel. *Os desafios da reflexão sociológica frente aos processos de subjetivação na modernidade tardia*. Poliarquia - Revista de Estudos Políticos e Sociais do Centro Universitário UNIEURO, Brasília, v. 1, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em <https://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/poliarquia_02_002.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

SANTOS, Renato Correia. O Projeto de Vida e a Vocação na Vida Religiosa Consagrada: um encontro de significados e caminhos. IN: SIMPÓSIO INTERNACIONAL FILOSÓFICO E TEOLÓGICO DA FAJE, 18., 2023, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos [...] Belo Horizonte: FAJE, 2023. Disponível em: https://www.faje.edu.br/simposio2023/arquivos/comunicacoes/nao_doutores/Renato%20Correia%20Santos.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2024.

VANDENBERGHE, Frédéric. *Globalização e individualização na modernidade tardia: uma introdução teórica à sociologia da juventude*. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 19, n. 1, p. 265-316, jan./jun., 2014.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Nome do autor: Renato Correia Santos é religioso jesuíta, bacharel em Direito pelo Centro Universitário Toledo (UNITOLEDO) de Presidente Prudente, SP, e especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte, MG. Atuou na Rede Inaciana de Juventude – MAGIS Brasil, nos Eixos de Vocação e Pedagogia da Formação, coordenou cursos de extensão na FAJE nas áreas de projeto de vida e acompanhamento vocacional e atuou como pastoralista na Rede Jesuíta de Educação.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8847967947527979>

Email: renatocorreiasj@jesuits.net

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9733-1281>

Endereço Postal: Rua Nogueira Acioli, 863, centro, Fortaleza, Ceará. CEP: 60.110-140

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

GRUPO DE TRABALHO 2
JUVENTUDES E FENÔMENOS RELIGIOSOS



A Juventude em Caminhada: O Processo de Discernimento Vocacional Religioso e a Construção do Projeto de Vida

Cristovão Marcelo Novais Guingo¹

RESUMO: Este artigo analisa a juventude e a complexidade do discernimento vocacional religioso no contexto eclesial brasileiro, caracterizado pela diversidade cultural e pela influência contínua da Igreja. A reflexão aborda os desafios enfrentados pelos jovens diante da pluralidade religiosa e das transformações sociais. A partir da perspectiva do Projeto de Vida, evidencia-se sua relevância como instrumento de apoio no processo vocacional, articulando autoconhecimento, fé e escolha. Assim, busca-se compreender as dinâmicas que orientam a opção pela vida religiosa consagrada.

PALAVRAS-CHAVES: Juventude. Discernimento Vocacional. Projeto de Vida. Igreja no Brasil. Animação Vocacional.

ABSTRACT: This article examines youth and the complexity of religious vocational discernment within the Brazilian ecclesial context, marked by cultural diversity and the ongoing influence of the Church. The discussion highlights the challenges young people face amid religious plurality and societal transformations. Based on the Life Project framework, the text emphasizes its relevance as a supportive tool in the vocational process, integrating selfknowledge, faith, and decision-making. Thus, it seeks to understand the dynamics that shape the choice for consecrated religious life.

KEYWORDS: Youth. Vocational Discernment. Life Project. Church in Brazil. Vocational Animation.

INTRODUÇÃO

A juventude é uma fase em que vivenciamos várias descobertas, onde cada indivíduo se encontra em um grande oceano de possibilidades, questionamentos, busca por significado e identidade. É exatamente nessa fase que muitos jovens se deparam com a importante decisão de responder à sua vocação, de responder a esse chamado que vai além do mundo material e que busca preencher uma necessidade de ser no mundo. “Sabemos que a Animação Vocacional, pela

¹ Pós-graduando em Juventudes no Mundo Contemporâneo na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), e-mail: cristovaomarcelo@gmail.com

sua natureza e foco, tem como principal destinatário os jovens. Nesse sentido, a primeira responsabilidade é cuidar da pessoa em sua dimensão integral.” (COSTA, 2024, p. 08)

Em nossa realidade, o processo de discernimento vocacional religioso se realiza em meio a uma gigantesca diversidade cultural e religiosa, que se forma a partir de uma série de influências que vão desde as esferas familiares e sociais até as nuances culturais do país. Por isso, quando pensamos na pessoa do Animador Vocacional, percebemos que é fundamental que ele entenda o jovem, de forma a perceber seu contexto e seus desafios. (COSTA, 2024)

Entender o jovem de maneira integral é algo indispensável para o processo, porém mais que isso, precisamos buscar constantemente novos caminhos para a animação vocacional, buscando fazer com que ela responda os desafios do tempo e dos jovens.

Mediante essa reflexão, os animadores vocacionais têm nas mãos uma grande oportunidade de ressignificar e de criar novos caminhos para a animação vocacional, capazes de responder e de adaptar-se aos tempos que vivemos, acolhendo os jovens e dando-lhes a possibilidade de formarem um olhar integral sobre a questão. (COSTA, 2024, p. 08)

Porém, essa diversidade também pode representar um grande desafio, fazendo com que os jovens se sintam sobrecarregados pela multiplicidade de opções, tendo dificuldades para encontrar um sentido de pertencimento e identidade dentro de um panorama religioso tão heterogêneo. Além, claro, das pressões sociais e familiares, por parte ligadas a tradições religiosas específicas, que podem exercer um certo peso sobre as escolhas dos jovens, influenciando suas decisões de forma consciente ou inconsciente.

Devemos considerar, de forma bem aberta, o papel fundamental que a Igreja desempenha no processo de discernimento vocacional religioso. “A animação Vocacional nasce do ministério da Igreja e põe-se a seu serviço. Por isso, ela precisa ser assumida com vigor por todos os membros da comunidade” (LISBOA, 2003, p.41). Assim, as comunidades religiosas são chamadas a serem comunidades vocacionais e têm o desafio de acompanhar e orientar os jovens nesse caminho de descoberta, formando, acolhendo, apontando direções e sendo testemunhas vivas da missão de Cristo. No entanto, nem sempre isso ocorre de forma eficaz, o que leva muitos jovens a acabarem se sentindo abandonados e desencorajados em seu processo de discernimento vocacional a uma vocação religiosa específica.

Diante de tudo isso, é importante uma abordagem holística desse contexto de discernimento vocacional entre os jovens brasileiros. Para Costa, é fundamental considerar que cada jovem tem seu tempo, seu contexto, sua realidade; por isso, convém respeitar o desenvolvimento de cada um de forma particular. (COSTA, 2024, p. 13). Dessa forma iremos promover um discernimento vocacional autêntico, com a capacidade de nutrir e fortalecer a vivência espiritual dos jovens e contribuir para o fortalecimento das comunidades religiosas e da sociedade em geral.

1 CONTEXTO ECLESIAL BRASILEIRO

O Brasil é uma nação marcada pela sua diversidade religiosa e cultural, podemos ver, sem dificuldades, as diferentes tradições e expressões de fé coexistindo em uma espécie de mosaico cultural multifacetado. Desde tempos imemoriais, vemos a religião desempenhando um papel central na vida do povo brasileiro, permeando todas as esferas da sociedade e moldando nossa identidade coletiva.

A Igreja Católica, em especial, constitui-se como uma das instituições religiosas mais consolidadas na sociedade. No Brasil, ela se mostra desde o início de nossa “colonização” e perpassa o tempo participando da sociedade de forma ativa e transformadora.

É bem verdade que o campo religioso brasileiro é dominado pela matriz do cristianismo, uma vez que notamos que catolicismo e protestantismo abarcam 90% dos brasileiros afiliados a alguma religião em nosso país. A essa ampla maioria somam-se ainda outras religiões e movimentos que têm alcançado penetração e expressividade cada vez maiores. Entretanto, mesmo dentro do contexto dessas manifestações cristãs majoritárias encontramos marcas de diversidade e pluralidade que correspondem a contingências históricas e a conjunturas sociais e culturais das mais diversas. A religiosidade brasileira possui uma identidade plástica e metamorfa, que trai os números censitários. É possível detectar alguns fatores históricos e sociais comuns que afetam, ainda que com suas especificidades, os diferentes grupos religiosos brasileiros. (PEREIRA, 2013)

Nesse contexto, a Igreja Católica, de forma muito significativa, exerce uma grande influência na vida espiritual, social e cultural dos brasileiros. No entanto, nas últimas décadas, a Igreja tem enfrentado desafios complicados devido a secularização crescente e da emergência de uma pluralidade religiosa cada vez mais clara e evidente.

A secularização, é o processo pelo qual as instituições e valores religiosos perdem influência na sociedade em favor de uma visão mais secular e pluralista do mundo. À medida que a secularização cresce, muitos jovens se veem distanciados das tradições religiosas, buscando novas formas de vivência espiritual ou mesmo aderindo a outras religiões.

Além disso, o aumento da pluralidade religiosa no Brasil tem representado um desafio muito grande para a Igreja Católica, que agora precisa “competir” com variadas tradições religiosas e espirituais em busca de alcançar e captar os jovens. Nesse contexto onde há abundância de opções a seguir o jovem pode ter dificuldades no seu processo de discernimento vocacional.

Porém, não é apenas o contexto religioso que impacta o processo de discernimento vocacional entre os jovens brasileiros. O contexto socioeconômico do país, que se demonstra em meio às desigualdades gritantes e injustiças sociais, também exerce influências sobre as percepções e escolhas dos jovens em relação à sua vocação.

Nesse contexto de desafios, é fundamental que a Igreja busque compreender as necessidades e aspirações dos jovens que se dispõem no processo do acompanhamento vocacional, oferecendo-lhes apoio, orientação e espaço para desenvolver suas metas e aspirações.

2 O INDISPENSÁVEL PARA A VOCAÇÃO RELIGIOSA

Deus nos chama de maneiras diversas, e cada um de nós pode reconhecer esse chamado de forma única. No entanto, percebemos que, independentemente da forma como o chamado é feito, precisamos estar dispostos e preparados para vivê-lo plenamente.

A Vida Religiosa Consagrada é “um” caminho para Deus, entre tantos outros, cada qual com suas especificidades e exigências peculiares. Todos eles são vias igualmente valiosas na caminhada para Deus. Ao abraçar a Vida Religiosa Consagrada, escolhe-se “um” caminho e não “o” caminho. E esse se torna “meu” caminho, “o” caminho para mim, sem desmerecer os demais. (VITORIO, 2022, p.19)

Quando pensamos no passado, especialmente antes do Concílio Vaticano II, era comum que jovens ingressassem em casas de formação porque um religioso, ao passar pela cidade, convidava diversas famílias a enviarem seus filhos para se tornarem religiosos(as). Após o Concílio e, mais recentemente, percebemos que esse tipo de recrutamento não é mais tão comum. Em vez disso, é mais comum que os jovens, a partir de sua vivência na Igreja e de sua fé, sintam-se motivados vocacionalmente e tomem a decisão de seguir a vida religiosa por iniciativa própria, buscando agora a Congregação por conta própria.

O discernimento não é uma sabedoria para os cultos, os doutos, os iluminados”. [...] “O candidato sabe discernir? aprenderá a discernir? Se sabe discernir, sabe reconhecer o que vem de Deus e o que vem do espírito mau; então isto basta para andar em frente. Mesmo se não entende muito, mesmo se o reprovamos nos exames..., tudo bem, desde que ele saiba como fazer discernimento espiritual”. (BERGOGLIO, 2017, p. 525)

Ao mesmo tempo, observamos hoje muitos jovens que não se enquadram em nenhum dos dois modelos mencionados anteriormente. São jovens sem vivência eclesial, muitos sem sequer terem recebido os sacramentos, mas que, ainda assim, sentem o desejo de se entregarem à vocação religiosa. Mas como isso é possível?

Precisaríamos de muito tempo para analisar as motivações de cada um desses jovens. No entanto, isso configura um grande desafio para a Vida Religiosa, pois esses jovens chegam de forma bruta, necessitando ser lapidados de acordo com a proposta carismática da Igreja. São vocações para a Igreja que, paradoxalmente, ainda não estão inseridas nela.

Um relato interessante diz respeito a um jovem de uma Igreja protestante, onde ele exerce a função de obreiro e missionário. Ele se apresentou ao acompanhamento vocacional de uma

Congregação, expressando sua vontade de se tornar sacerdote católico. Quando questionado sobre sua religião, o jovem confirmou ser protestante. Ao ser informado de que precisaria mudar de religião para se tornar sacerdote católico, ele não aceitou a mudança, insistindo que queria ser sacerdote católico mesmo assim.

Outro relato envolve um jovem que entrou em contato com o serviço de animação vocacional da mesma congregação, expressando seu desejo de se tornar religioso. Como de praxe, foi feita uma série de perguntas, incluindo uma sobre os sacramentos que ele já havia recebido. Para surpresa de todos, o jovem não havia sido batizado. Quando questionado sobre o interesse em iniciar na vida sacramental, ele negou, afirmando que não tinha interesse, mas que ainda queria ser religioso sem os sacramentos.

Esses dois casos, entre muitos outros, ilustram uma situação bastante complexa e que tem aparecido com frequência. Como se dá o chamado nesses casos? O que os motiva a responder “sim” e querer fazer parte de tudo isso? Como entender esse tipo de situação? Não traremos a resposta neste artigo, mas esses casos nos fazem refletir sobre o quanto a vida religiosa sofre com as mudanças dos tempos.

Porém, uma coisa é certa, não existe vida religiosa sem alegria, intimidade com Deus e testemunho pessoal, essas são características bases para quem vive a vocação religiosa e para aqueles que querem vivê-la.

3 PROJETO DE VIDA E A OPÇÃO VOCACIONAL

Para não cairmos na situação de querer algo que por diversos motivos não condizem com nossa situação atual é importante que tenhamos um projeto de vida.

Cada um de nós, em algum momento, irá se deparar com a necessidade de planejar a vida de maneira consciente, isto é, pensar sobre como queremos que nossa vida seja a partir de agora. Isso significa ser realista sobre o que é possível, considerando onde desejamos chegar, quais habilidades possuímos e quais ainda precisamos aprender, além de buscar descobrir quais são os valores mais relevantes para nos guiar nessa escolha.

Mas, por que fazer um projeto de vida? Poderíamos responder que seria para termos direcionamento, conquistas e liberdade, mas antes de pensarmos no que é, de fato, um projeto de vida, podemos buscar entender o que não é um projeto de vida.

Projeto de vida não deve ser confundido com um mapa de realizações pessoais que apenas elenca as conquistas que vamos tendo durante a caminhada, ou a uma camisa de força, que nos permite seguir apenas do jeito que está planejado, muito menos um guia de ações práticas que nos levará até o caminho da felicidade.

Mais do que isso, um bom projeto de vida, precisa ser autêntico, flexível, prático, exequível e realista, enraizado nos pilares do autoconhecimento, para não nos enganarmos, da

autocompaixão, que nos fará ouvir a si mesmo e da autonomia, que nos ajudará a decidir o próprio caminho.

Através da construção do projeto de vida, o adolescente pratica o autoconhecimento, pergunta a si mesmo sobre as suas qualidades, limitações, potencialidades, faz planos realizar e como uma série de planos e etapas a serem vencidas rumo ao ideal que se tem, com vistas à organização e à orientação do próprio futuro”. (GOMES, 2016)

A partir dessa busca de compreender a si mesmo, o jovem pode ter a capacidade de saber o que de fato quer, porém, nem sempre é assim. Em um mundo de possibilidades, como citado anteriormente, os jovens nem sempre possuem a clareza do que querem e acabam se enveredando em um caminho confuso e muitas vezes, sem sentido.

CONCLUSÃO

A juventude é uma fase cheia de descobertas e de busca, e é justamente nesse período que muitos jovens se deparam diante da importante decisão de responder à sua vocação. O discernimento vocacional ocorre dentro de um contexto de grande diversidade, podendo sofrer influências de fatores que vão desde a família até a própria cultura o que faz com que o animador vocacional tenha a disposição de entender o jovem em sua integralidade e adaptar o processo de acompanhamento aos desafios atuais.

Este caminho, a Igreja desempenha um papel fundamental no processo de discernimento vocacional, pois ele nasce no ministério da Igreja e deve ser assumida por toda a comunidade eclesial. Contudo, a multiplicidade de opções religiosas e as pressões impostas pela sociedade podem tornar esse processo um grande desafio para os jovens, que muitas vezes se encontram sobrecarregados e sem sentido de pertencimento. É essencial que a Igreja compreenda as necessidades e aspirações dos jovens, ofertando apoio, orientação e criando espaços para que eles possam desenvolver suas metas e sonhos.

Nesse contexto, o Projeto de Vida surge como uma ferramenta indispensável para que os jovens planejem sua vida de forma consciente, realista e autêntica. Para isso, ele precisa ser flexível, prático e com as raízes bem fixas no autoconhecimento, na autocompaixão e na autonomia. Através dele, os jovens poderão desenvolver com clareza a sua vocação e ter mais claro qual caminho seguir, evitando confusões e o desvio de seu propósito.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Marcio. *Despertar para a vocação: identificação, consciência e encanto*. São Paulo: Paulinas, 2024.
- PEREIRA, J. B. B. *Religiosidade no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.
- VITORIO, Jaldemir. *A formação na vida religiosa consagrada: reflexões para uma pedagogia mistagógica*. São Paulo, 2022.

BERGOGLIO, Jorge Maria. *Estar na encruzilhada da história: Conversas com Jesuítas de Mianmar e do Bangladesh. Civilitá Cattolica*, n. 4, 2017.

GOMES, F. Z. et al. *Adolescentes e construção de projeto de vida: um relato de experiência. Revista do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde da Família*, n.3, 2016.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Nome do autor - Cristovão Marcelo Novais Guingo, é graduado em Marketing pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e possui especializações lato sensu em Juventude no Mundo Contemporâneo (FAJE) e em Pastoral da Educação e Pastoral Escolar (Faculdade Bagozzi). Complementa sua formação com MBAs nas áreas de Marketing e de Inteligência Competitiva e Inovação. Atua no campo da comunicação, pastoralidade e animação vocacional, integrando experiência técnica e sensibilidade formativa. Atualmente, exerce o cargo de Analista de Comunicação Sênior na Província Marista Brasil CentroNorte..

ORCID: 0009-0003-2822-2377 | E-mail: cristovaomarcelo@gmail.com

Endereço: QSB 10, Lt 20 – Taguatinga Sul | CEP: 72015-600 | Brasília (DF)

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



Juventude e Projeto de Vida

Maria Carvalho de Jesus¹

RESUMO: O estudo “Juventude e Projeto de Vida” analisa o conceito de juventude e a construção de projetos de vida, considerando dimensões histórico-sociais, etárias, religiosas e culturais. Aborda categorias sociais de jovens e suas experiências na contemporaneidade, refletindo sobre diferentes significados de ser jovem. Examina como essas vivências influenciam a formação dos projetos de vida. Conclui que a compreensão da juventude requer múltiplas perspectivas, conforme autores como Abramo.

PALAVRAS - CHAVE: Juventude. Projeto de Vida. Desafios. Contexto social. Contemporaneidade.

ABSTRACT: The study “Youth and Life Project” analyzes the concept of youth and the construction of life projects, considering historical-social, age-related, religious, and cultural dimensions. It addresses social categories of young people and their experiences in contemporary society, reflecting on different meanings of being young. It examines how these experiences influence the formation of life projects. It concludes that understanding youth requires multiple perspectives, as authors such as Abramo argue.

KEY WORDS: Youth. Life Project. Challenges. Social context. Contemporary times.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema Juventude e Projeto de Vida e traz como noção mais geral e usual do termo juventude uma prévia conceituação de juventudes, referindo-se a uma faixa etária, a um período de vida, a uma fase da vida, a uma geração, que se completa com o desenvolvimento físico do indivíduo e a uma série de mudanças psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar a sua entrada no mundo adulto. Ele é variável, varia de sociedade em sociedade (ABRAMO, 1994).

Percebe-se que a juventude é vista por diversos ângulos, seja etária, psicológica, social, e varia de sociedade em sociedade, ao longo dos tempos que estão em constantes mudanças e transformações. Seja ela histórica, cultural, enfim, em seus diversos contextos.

¹ Pós-graduanda *latu sensu* em Juventude no Mundo Contemporâneo na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia em Belo Horizonte. Turma 05, 2023-2024 – Pela FAJE- Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude -IPJ Leste 2. E-mail:social.pucsosocial@gmail.com.

Para desenvolver o tema sobre a juventude, foi necessário olhar os jovens em suas perspectivas de condição e situação juvenil, importante para compreender as particularidades da vivência da juventude em sua realidade em que vive, gostos diversos pelo lazer e as oportunidades de vida, local onde mora, com seu grupo de vivência, seu grupo na escola, grupos de pastorais juvenis, redes sociais, etnia, crença e religiosidade.

O artigo aborda também os aspectos sociais e juventudes na contemporaneidade: perspectivas e percepções do que é ser jovem no mundo contemporâneo. Neste sentido, contemporaneidade refere-se ao período em que se vive, ao momento atual da sociedade, as juventudes vivem no período de globalização, marcada por muitas mudanças e transformações que ocorrem a todo tempo e que geram impactos significantes em suas trajetórias de vida.

Descobrir os principais medos, anseios e desafios das juventudes na contemporaneidade é um passo primordial para a compreensão e análise das trajetórias e dos percursos na elaboração de seus projetos de vida. Os desafios das juventudes construir seus projetos de vida estão diretamente ligados aos contextos em que estão sujeitos a viverem. Sejam eles pelas incertezas do futuro, por estarem em transição, pela falta de direcionamento, como também pela ausência de oportunidades e de políticas públicas juvenis efetivas e entre outros fatores inerentes ao ser jovem.

1 UMA PRÉVIA CONCEITUAÇÃO DAS JUVENTUDES

O conceito de juventude segundo Abramo, (1994) se refere a uma faixa etária, a um período da vida, a uma transição em que se completa um desenvolvimento físico em que há mudanças tanto psicológicas quanto sociais, a uma categoria social, a uma geração. Estas dimensões referem-se a uma fase da vida entre o intervalo da fase da infância à vida adulta. Da mesma forma, o entendimento de “geração remete à ideia de similaridade de experiências e questões dos indivíduos que nasceram num mesmo momento histórico, e que vivem os processos das diferentes fases do ciclo de vida sob os mesmos condicionantes das conjunturas históricas”. Partindo desse ponto de vista pode também fazer com que as juventudes se tornem visíveis e façam intervenções como uma categoria social, como atores sociais, participando e reivindicando direitos como o direito à educação, saúde, lazer, cultura, trabalho, moradia, etc.

Segundo Groppo (2000), a categoria juventude é, ao mesmo tempo, uma representação social é uma situação formada através de representações simbólicas, de um conjunto de comportamentos, atitudes e situações em comum. Porém, apesar de existirem traços comuns à juventude, tal categoria não pode ser tratada como homogênea, uma vez que as situações vivenciadas pelos jovens não se apresentam da mesma maneira, se distinguindo de acordo com as diferenças de condições sociais, raça, etnia e gênero. É nesse sentido que se fala em juventudes no plural.

“Existe uma diferença entre condição juvenil e situação juvenil, importante para compreender as particularidades da vivência da juventude. A condição juvenil diz respeito ao que é comum aos jovens, de forma

geral, em sua dimensão simbólica, o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida. A situação juvenil está relacionada às diferentes formas de inserção social, política e econômica dos jovens, que vão diferenciar de acordo com a vivência da juventude nos seus diversos grupos, se revelando como tal condição é vivida, através dos variados recortes das diferenças sociais, como classe, gênero, etnia, etc.” ABRAMO, (2005)

Por isso é importante pensar que a juventude é sempre uma construção social, que vai acontecer em uma determinada sociedade, de acordo com sua realidade, com sua condição juvenil que vive naquele período da vida, levando em consideração suas características do ser juvenil, seus desafios, sua trajetória de vida, cultura, modo juvenil de ser com suas características, gostos diversos e as oportunidades de vida disponíveis ao seu processo de crescimento físico, intelectual, emocional e social.

É evidente de que não existe só uma juventude e sim juventudes, pois as juventudes variam de acordo com seu contexto social em que vive, local onde mora, com seu grupo de vivência na escola, nas pastorais juvenis, redes sociais, etnia, lazer e religiosidade. “A juventude na sociologia é uma categoria social. Social pelo fato de existir e fazer parte da sociedade e por “pertencer a um determinado grupo, a uma coletividade de sujeitos” (GROPPO, 2017).

Não é possível pensar a juventude partindo só de um ponto de vista, seja da biologia ou da psicologia apenas, porque ela é diversa, faz parte de grupos, segundo a sociologia do ponto de vista de (GROPPO, 2017), ela é uma categoria histórica.

A juventude é, na sociologia, também uma categoria histórica. É que a juventude, concretamente como representação social e como grupo etário, não é reconhecida ou formada em todas as sociedades. Quando existe, a juventude opera de modos diferentes, conforme a sociedade em que vigora e, até mesmo, conforme o grupo específico ou classe social. A juventude é uma categoria histórica, enfim, porque é sujeita a transformações e metamorfoses, a ponto de poder desaparecer quando dada sociedade se reconfigura – como na passagem das sociedades antigas às medievais, no mundo europeu. (GROPPO, 2017).

Assim sendo, é preciso olhar a juventude nas várias dimensões em que ela vive, como etária, como um ser que está em desenvolvimento tanto físico, quanto mental, quanto a partir da sociologia porque a juventude faz parte de uma sociedade, relaciona-se com grupos sociais, contribui, pertence a uma determinada classe social, ela carrega consigo sua história de vida bio psíquica, afetiva, e social. (ABRAMO, 2005).

A juventude está em constante mudança, seja pelos pensamentos, atitudes, comportamentos, ou seja, muda de acordo com o momento, a ao contexto em que vive. Na contemporaneidade é considerado jovem no Brasil segundo o Estatuto da Juventude dos 15 aos 29 anos de idade e a Política Nacional de Juventude faz uma divisão entre as idades em três grupos: jovens

adolescentes dos 15 aos 17 anos de idade, jovens dos 18 aos 24 anos de idade e jovens adultos dos 25 aos 29 anos de idade.

Contudo, para um acompanhamento de qualidade a nossos jovens em seus projetos de vida é necessário levarmos em consideração as fases de suas trajetórias de vida enquanto sujeitos que sonham e que querem se realizar e contribuir com um mundo mais fraterno, justo e digno para viver.

2 ASPECTOS SOCIAIS E JUVENTUDES NA CONTEMPORANEIDADE: PERSPECTIVAS E PERCEPÇÕES DO QUE É JOVEM NO MUNDO CONTEMPORÂNEO E PROJETO DE VIDA.

A contemporaneidade refere-se ao período em que se vivem ao momento atual da sociedade, as juventudes vivem no período de globalização, marcada por muitas mudanças e transformações que ocorrem a todo tempo, mudanças na tecnologia, no mercado de trabalho, etc. A cada dia é uma tecnologia nova, um palavreado e expressões e comportamentos diferentes. Para Inês Hennigen a contemporaneidade é uma mudança em várias dimensões, tanto sociais, quanto culturais, tecnológicas, econômicas, dentre outras.

Isso gera muita insegurança na juventude em função de estarem expostos a um contexto dinâmico, onde nada é estático. Segundo Novaes (2007) apud SOUZA (2024), a juventude brasileira tem três medos: o medo de morrer por causa da violência, o medo de sobrar por causa do desemprego e o medo de ficar desconectado por causa do avanço da tecnologia. O medo de morrer por causa da violência é o maior medo da juventude brasileira. As juventudes vivem diariamente essa violência, essa insegurança. É necessário políticas públicas de segurança e de juventude para sanar esses medos enfrentados por elas. Conforme o cenário da violência da juventude na contemporaneidade não pode-se omitir a real situação de matança e genocídio² da juventude.

Ser jovem na contemporaneidade é ser dinâmico, protagonista, inquieto, participativo, é estar em constantemente relação com seus grupos de vivência, por gostos musicais, danças, entre elas a dança de rua, teatro, redes sociais, grupos de escolas, de faculdades e de trabalho.

Sentem-se necessidades experienciar outras realidades juvenis, entre eles em grupos religiosos, segundo a pesquisadora Regina Novaes (2018) transitam por várias formas de manifestações religiosas, a juventude faz experimentação, e tem crescido os que se declaram das denominações neo pentecostais, bem como aumento daqueles que se declaram “sem religião”, mas tem fé, porém, não participam de nenhuma religião.

2 Segundo o mapa da violência da juventude 2024, os dados são referentes a 2022. Em 2022, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 34 foram vítimas de violência de homicídio. Dos 46.409 homicídios registrados, 49,2% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Foram 22.864 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, uma média de 62 jovens assassinados por dia no país. Considerando a série histórica dos últimos onze anos (2012 – 2022), foram 321.466 jovens vítimas da violência letal no Brasil. Em 2022 pessoas pretas e pardas assassinadas, foram cerca de 76, 5%.

Conforme apontam os estudos, da revista *ft*, (2024) cresce o número expressivo de jovens sem adesão a uma identidade religiosa. O Brasil é um país marcado pela religiosidade, mas o grupo “Sem religião” cresceu nas últimas décadas. Os 8% da população que se disseram “Sem religião” no censo de 2010, pode parecer pouco, porém é muito maior que os 1% do censo de 1980 conforme (MONTERO & DULLO apud CHIES. 2024). Segundo o pensamento de Azevedo, destaca-se que:

Esse crescimento se relaciona com diversos fatores: liquidez da religiosidade pós-moderna, desejo de liberdade para experiências mais diversas (ecletismo), a troca do sagrado e da moral religiosa, por uma escatologia secular e ética afetual (AZEVEDO, 2023).

Ainda sobre a percepção do aspecto religioso, cita-se que:

Esse grupo “sem religião” é bastante heterogêneo, desde pessoas que não acreditam em nenhuma transcendência ou força superior até aqueles que não tem uma religião organizada. (AZEVEDO, 2023).

Eles estão em constante movimento, o que gera desafios de fazerem processos de construção de seus projetos de vidas. Por isso, o projeto de vida é também dinâmico, uma vez que a vida das juventudes é dinâmica, estão em constante movimento, também pela insegurança em que vivem nesse mundo com suas constantes transformações.

As juventudes gostam de participar, de serem escutadas, de sentirem-se úteis, de contribuir com a sociedade. Há ausência de políticas públicas, são poucas as oportunidades de elaborarem seus projetos de vida, falta apoio no acompanhamento de construção e também na concretização de seu projeto.

Nas realidades das juventudes de comunidades, nem sempre existem projetos sociais, que deem suporte, aparato, mecanismo, há ausência de referência de família, escola que junto à juventude, cobrem políticas públicas de educação de qualidade, de cultura, de lazer, de saúde que deem oportunidades de sonharem, de acreditar num mundo melhor, mais fraterno. É preciso estar junto aos jovens no caminho, nas suas buscas, nas inquietações, ajudando-os a descobrirem o sentido da vida, qual caminho, vocação a seguir.

Os jovens estão à margem da sociedade, da educação de qualidade, muitas vezes precisam trabalhar para ajudar nas despesas da família, por isso não têm tempo para estudar, vivem o desemprego, vivem numa sociedade excludente, que não acredita nas capacidades das juventudes, não escuta o que elas têm a falar para contribuir com a sociedade, com as políticas públicas de juventude.

Mesmo sabendo que têm muito a contribuir com a sociedade, não dão oportunidades para elas se desenvolverem intelectualmente e que possam contribuir com o mercado de trabalho, com um mundo mais justo, humano e fraterno.

Para que essa realidade possa melhorar, é preciso pensar em políticas públicas para a juventude, de juventude e com a juventude e com isso, garantir de fato que o jovem tenha a oportunidade de sentir-se seguro, de sonhar e acreditar que vale a pena construir o seu projeto de vida, que tem suporte, de que não precisa trabalhar em empregos subalternos para garantir o sustento, a sobrevivência da família.

3 PROJETO DE VIDA E DESAFIOS

Projeto de Vida deriva do latim *projectus* que significa “lançar para adiante”, “arremessado” ou “atirado” longe e com força, ou seja, remete à ideia de futuro. (Dicionário virtual). Projetar a vida é sonhar por algo, fazer um plano, para alcançar seus objetivos, para não se perder pelo caminho, não perder o rumo, poder contribuir com uma sociedade mais humana, fraterna, solidária, dar sua contribuição enquanto ser humano no mundo, ‘Reino de Deus’ de acordo com sua crença, religião, se realizar como pessoa humana, como vocacionado a uma determinada missão, profissão. Enfim, em busca da felicidade, da realização pessoal, espiritual, emocional e social.

O projeto de vida é uma maneira de estar no mundo e que vai sendo construído diariamente, não é algo pronto, estático. Em nossa vida vão surgindo novas experiências de vida, trilhando outros caminhos, é preciso muitas vezes mudar a rota, mas sem perder o foco, porque os contextos sociais geram mudanças de entendimentos, de pensamentos.

Dentro da dinâmica da construção do projeto de vida é de suma relevância o aspecto do autoconhecimento, processo este que para uma juventude em perene transformações e experiências, tornam-se um pouco mais complexo e desafiador tendo em vista uma vez que o processo de autoconhecimento requer certa maturidade e discernimento, o que é muitas das vezes frustrado por uma cultura do imediatismo provocado pelo próprio contexto histórico em que vivem.

Segundo FRAIMAN (2020), as pessoas constroem seus projetos de vida porque querem saber quem são e como podem desenvolver sua capacidade de tomar decisões e de fazer escolhas autênticas com mais segurança e consciência.

É preciso explorar os seus limites, suas emoções e seus sentimentos. É necessário pensar estratégias para lidar com seus sonhos, objetivos, frustrações, desafios, oportunidades, mudanças de planos e também identificar as estruturas sociais para desenvolver o projeto. Nesse sentido, para ajudar a juventude em seu projeto de vida, é preciso ganhar espaço de trabalho com a juventude e poder contribuir com sua vida, ajudá-la a torná-la sujeito de sua história, é necessário abrir espaços de vivências, escuta e de acolhida. Contudo o ponto de partida deve ser sempre o chão em que se pisa, o seu contexto em que vive. (GABRIEL 2020)

Assim é preciso sempre olhar a realidade, o contexto em que os jovens estão inseridos, levar em consideração que o chão onde se pisa é sagrado, é preciso tirar as sandálias e pisar com respeito, ajudando-os a encontrar sentido em sua vida. Sendo assim, o autor supracitado relata

que o projeto de vida é uma experiência de sentido, de olhar a própria história, reavivar memórias, questionar-se sobre seu lugar no mundo e sobre o próprio mundo, vislumbrar o horizonte à frente.

Neste sentido, é o momento de descobrir seus sonhos, sua missão no mundo, suas possibilidades e o que deseja e pode contribuir com a sociedade para que se torne melhor, mais justo, onde todos possam ter oportunidades de viver com dignidade, um mundo mais humano, fraterno e digno de se viver.

Ainda segundo este mesmo autor, trata-se o projeto de vida como uma experiência de sentido e trata de juntar e construir retalhos sem fim para tecer a própria história e dela saborear um sentido que impulsiona e que a linha que marca cada ponto e envolve toda a trama é Deus, mas a história não pode ser tecida sem que haja um autor disposto a perfurar cada pedacinho de ponto e juntar uma a uma todas as dimensões da vida.

É preciso tomar consciência de que é preciso fazer esse caminho de construção de nossa vida, precisamos também tomar consciência de que Deus está conosco a cada projeto, a cada sonho, passo que damos em busca da construção e concretização do seu projeto de vida.

No campo da psicologia os autores (ARANTES, ARAÚJO, e PINHEIRO), apresentam, uma rica tradição de estudos sobre o sentido da vida. Relatam que, nos textos, pesquisas, há uma diversidade de termos como sentido, propósito, projeto de vida. Isso leva à visão bastante contrastante como as pessoas conseguem ou não dar sentido às suas ações presentes e projeções futuras, o que abre um campo fértil para estudo e investigações. Nesse sentido é importante o acompanhamento ao jovem em sua construção de seu projeto, na pastoral, nos grupos de jovens, escutar a juventude para entender a falta de sentido de vida.

Ao construir um projeto de vida requer que os jovens conheçam a si mesmos e ao universo que os rodeiam para que consigam identificar as necessidades, os problemas e os conflitos presentes no seu contexto
Damon, 2009 apud ULISSES, VALÉRIA e VIVIANE (2020).

Como já mencionado, para construir um projeto de vida é importante conhecer, identificar o que circula ao seu redor, identificar o contexto, do contrário fica um projeto, incompleto, inacabado.

Para (CORREIA, 2020), “em sua tentativa de inserção no mundo do trabalho, grande parcela de jovens convive com ciclos que envolvem desemprego e ou colocações caracterizadas pela precarização, rotatividade, baixos salários, e a exigência de altos níveis de capacitação”. No campo da educação, muitas vezes pelos jovens precisarem sair cedo da escola para trabalharem não se capacitando o quanto o mercado exige, tem menos chance de ingressar no mercado de trabalho onde possam ter um salário digno para viverem.

Essa é a realidade dos jovens, sobretudo dos que habitam nas comunidades periféricas de nosso país e aqui se chama a atenção para as juventudes da PJMP que moram nas periferias

de Fortaleza, são realidades que acompanhadas diretamente por uma pastoral, onde pelos momentos de escuta e vivências pode se conhecer um pouco de suas realidades desafiadoras.

Dentre elas a situação de inserção ao mercado de trabalho, o mercado exige um mínimo de capacitação, mas muitas vezes as juventudes precisam ajudar no sustento da família e acabam saindo da escola o que gera casos de evasão e abandono escolar. Muitos trabalham em sua maioria nas barracas luxuosas das praias e submetendo a empregos subalternos e por precisarem trabalhar muito cedo, além de saírem da escola, enfrentam desafios de construir seus projetos de vida sem direcionamento e maturidade.

A juventude vive em contextos, realidades, classe social diversas, destacando aqui as realidades juvenis das classes populares, classe trabalhadora de comunidade periférica onde a PJMP é presente. É interessante perceber que em meio às dificuldades da vida, essa juventude quer sair das situações, e querem fazer projetos de vida. Ao mesmo tempo em que a juventude quer sair daquela situação em que vive, é um desafio pensar em projetos de vida, sem muitas vezes terem o básico para viver. Apesar de viverem a incerteza, a juventude sonha.

Escutando algumas lideranças jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular- PJMP sobre o desafio que é pensar o projeto de vida em sua comunidade, realidade.

Trazemos alguns registros de relatos orais obtidos por meio de uma dinâmica aplicada durante o mês de abril de dois mil e vinte e quatro.

Adota-se aqui neste estudo, nomes meramente ilustrativos. Foram ouvidos três lideranças juvenis da PJMP da Paróquia São Francisco Xavier - Santa Rosa- Comunidade São José de Anchieta, Ocara grupo na Comunidade do Batente - Santa Isabel, Paróquia Sagrada Família; Na Praia do Futuro, é uma área pastoral, mas em breve será Paróquia de Lourdes.

Paulo relata que de uma forma geral a pobreza é uma questão que impede os jovens de construir um bom projeto de vida, as condições das comunidades. Um ponto importante a dizer é que a pastoral da Juventude acaba sendo uma alternativa para ajudar nesse processo contraponto ao mundo, no sentido de um mundo capitalista que priva do jovem muitos direitos e cobra da juventude muitos deveres.

Paulo diz que na praia do futuro, tem uma realidade que impede a construir esse projeto de vida, e de saber o que querem como fazer no futuro que seja aliado da forma que a gente acredita que é “vida e mundo em abundância” é basicamente a necessidade do trabalho, a pobreza gera a necessidade de trabalho, acabam tendo que se afastar da escola, para trabalharem nas barracas de praia porque a condição social na praia do futuro é assim, existem várias barracas luxuosas aonde todos os turistas vão mais do outro lado da avenida existem várias comunidades. Os jovens acabam tendo que se distanciar desse processo de construir seu projeto de vida, porque precisam sair para trabalhar, para conseguirem dinheiro para ajudar a sustentar o lar e acabam atingindo na educação nesse processo.

João Pedro relata que na comunidade Santa Rosa, existe o processo de violência, aliás, as facções dominaram o estado do Ceará, mas na praia existe um processo por disputa de território. Enquanto na Santa Rosa a juventude acaba sendo cooptada pelo crime, não existem de certa forma matança de disputa entre facções rivais. Na praia a juventude não pode atravessar de um lado para o outro porque a facção que domina é uma facção rival.

Paulo, tivemos um grupo que se desarticulou, porque os jovens moravam em comunidades diferentes, eram a mesma Igreja, mas a territorialização do tráfico era diferente, para que pudesse entrar alguém tinha que esperar na divisa e dizer que os jovens iam para a Igreja. Na Santa Rosa a questão é outra: são cooptados sem divisão de território tão latente já que os jovens estão aí no mesmo território, as regiões são dominadas pela mesma facção e a mesma realidade com relação ao trabalho. Acabam tendo que trabalhar aí não podem participar do grupo. Uma coisa que as coordenações, lideranças vêm debatendo sobre a nossa percepção durante anos a luta da PJMP foi por mais acesso ao trabalho, à educação que se deu nos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores-PT.

Pensa-se como a pastoral se reinventar para trabalhar o nosso modo de serem grupos de jovens, sendo que os jovens estão mais ocupados com o trabalho, faculdade, escola integral que é fundamental o grupo não deve competir com isso nunca, jamais, mas antigamente nossos jovens tinham mais tempo livres para participar da comunidade. Hoje os jovens são mais conscientes, fazem uma faculdade, consegue através do acesso as faculdades públicas, consegue através das formas de facilitação de acesso às particulares. Aí a pastoral fica em segundo plano, o que é justificável e dificulta a fazer o processo de construção do projeto de vida.

Paulo relata que no interior em Ocara, a realidade é outra. O grupo articulado que a PJMP tem é na zona rural, vem à questão de permanência do jovem, no meio rural as condições para que os filhos(as) de agricultores permaneçam lá e continue sendo agricultores são mínimas, eles têm um projeto de vida, têm tempo livre para participar dos grupos de jovens mais do que na cidade.

Isso permite fazer com que eles construam o projeto de vida e acaba sendo uma questão do projeto de vida deles, é sair da zona rural e ir para a cidade, por não ter oportunidade, não ter emprego, aqui não é legal, não tem uma boa escola, quero ir para o meio urbano porque lá tem uma boa escola, tem escola profissionalizante e também por questões de trabalho, construir a própria vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo conclui-se que do ponto de vista dos autores pesquisados, não é possível olhar para a juventude só a partir de um ponto de vista, é preciso abordar a partir de vários contextos, sejam eles por uma perspectiva histórico social, etária, categoria social, religiosa, geracional, etc. Estas dimensões referem-se a uma fase da vida entre a infância e a vida adulta. Vivem em um período de transição. Pois, a juventude está em constante mudança, transformações.

Com isso a juventude vive muitos desafios em construir seus projetos de vida, nesse mundo incerto, ausência de políticas públicas que ajude os jovens a sentirem seguros, de terem suporte para pensarem e construir seus projetos de vida, de sentir com clareza que podem ser contados para contribuir com uma sociedade onde todos sintam mais seguros e dignos de viver.

Com o estudo realizado a partir dos autores citados, para que os jovens tenham possibilidades de sonharem, e de acreditar que é possível construir seus projetos de vida, é preciso de políticas públicas de juventudes que deem suporte em suas vidas tanto capacitação, profissional, econômico, cultural para que acreditem que têm direito de sonharem, de se realizarem enquanto pessoa e que a Igreja também seja suporte no acompanhamento tanto de construção, quanto na concretização de seus projetos de vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994. 172p.
- ARANTES, Valéria, ARAÚJO, Ulisses F., PINHEIRO, Viviane. *Os fundamentos psicológicos da construção de projetos de vida*. <https://www.gruposummus.com.br/>. Acesso em 19 de maio de 2024.
- Atlas da violência 2024 / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2024.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.
- CORREIA, Vanessa Araújo, et al. *Projeto de vida para jovens: um itinerário metodológico de esperança*. Organizadores: Odair José Durau, Vanessa Araújo Correia- 1. ed. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2020.
- MORAIS SIMÕES, C. et al. *Jovens Trabalhadores: experiência do trabalho e condição juvenil*. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br>. Acesso em 10 de maio de 2024.
- CHIES, Gabriel Antônio Flores. *Os sem-religião, diferenças de religiosidade e espiritualidade entre jovens ateus e sem religião*. Disponível em: <https://revistaft.com.br/>. Acesso em 25 de maio de 2024.
- DE SOUZA, Hildete Emanuele Nogueira. *Juventudes: Medos, Esperanças e Caminhos*. Disponível em: JUVENTUDES: MEDOS, ESPERANÇAS E CAMINHOS. Disponível em: <https://agostinianos.org.br>. Acesso em: 28 maio. 2024.
- FRAIMAN, Leonardo de Perwin. *Projeto de Vida*. Pensar, sentir e agir. Disponível em: <https://pnld.ftd.com.br/>. Acesso em 20 de maio de 2024.
- FREITAS, Maria Virgínia, LEÓN, Oscar Dávila e ABRAMO, Helena Wendel. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Disponível em <https://library.fez.de/pdf-files/bueiros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2024.
- GROPPO, Luís Antonio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- HENNIGEN, Inês. *A contemporaneidade e as novas perspectivas para a produção de conhecimentos*. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/>. Acesso em 18 de maio de 2024
- Origem e significado de projeto de vida. <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 12 de abril de 2024.

NOVAES, Regina. *Juventude e religião*, sinais do tempo experimentado. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/>. Acesso em 18 de maio de 2024.

SILVA Roselani Sodré. DA SILVA, Vini Rabassa. *Política Nacional de Juventude*: trajetória e desafios. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em 17 de maio de 2024.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Maria Carvalho de Jesus - pertence à Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, atualmente está na missão junto às juventudes a nível de pastoral, Bacharel em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, Pós-Graduada em Ciências da Religião pela Faculdade Única de Ipatinga, Pós-Graduada Lato Sensu em *Juventude no Mundo Contemporâneo* pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte.

E-mail: social.pucsosocial@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6642-4762>

Endereço: Rua José Custódio Sampaio, nº 243, Novo Pabussu, Caucaia – CE, Brasil CEP: 61.600-250

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



O Protagonismo Juvenil na Defesa da Ecologia Integral: O Diálogo Inter-religioso Como Ação Sociotransformadora

Wanessa Freire Almeida¹

RESUMO: A presente pesquisa bibliográfica, apresenta o papel das juventudes religiosas, que a partir dos ensinamentos e vivências da fé, faz-se um compromisso social com a vida do planeta, o Papa Francisco convida, todas as pessoas e religiões, para que se tenha uma vida interligada com o meio ambiente, e ao chamar de Ecologia Integral, ele considera uma vivência em harmonia. Considerando que a maioria da Juventude brasileira expressa algum tipo de fé, nota-se que é possível realizar ações inter-religiosas protagonizadas pelas juventudes, e assim conseguir enfrentar um problema que vem assolando várias gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia Integral. Diálogo Inter Religioso. Protagonismo Juvenil. Fé. Juventudes.

ABSTRACT: This bibliographic research presents the role of religious youth who, based on the teachings and experiences of faith, make a social commitment to the life of the planet. Pope Francis invites all people and religions to live in connection with the environment, and by calling it Integral Ecology, he proposes a way of living in harmony. Considering that the majority of Brazilian youth express some type of faith, it is possible to carry out interreligious actions led by young people, thus helping to confront a problem that has been affecting several generations.

KEYWORDS: Integral Ecology. Interreligious Dialogue. Youth Protagonism. Faith. Youth.

INTRODUÇÃO

O diálogo inter-religioso tem se tornado um fator importante para tratar diversas pautas, entre elas a pauta da ecologia integral, o Papa Francisco na “Encíclica Laudato si” chama toda a humanidade, todas as religiões para uma causa comum. A juventude mostra um grande interesse pela causa ecológica, sendo um importante grupo que pode desenvolver ações efetivas para a defesa da vida do planeta, a partir dos ensinamentos presentes nas religiões a respeito do cuidado com a casa comum.

Esta pesquisa tem como principal foco entender o que as religiões dizem sobre o cuidado com a natureza e apontar o que a juventude vem construindo a partir disso. Entendendo que a maioria da Juventude brasileira expressa algum tipo de fé, nota-se que é possível realizar

1 E-mail: wanessafreirealmeidaas@gmail.com.

ações inter-religiosas protagonizadas pelas juventudes, e assim trazer mais pessoas engajadas, e conseguir enfrentar um problema que vem assolando várias gerações.

Foi utilizado a pesquisa bibliográfica, para este artigo, sendo este tipo de pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (2003), é primordial para colocar o outro em contato com tudo o que já foi escrito anteriormente sobre o assunto estudado. Foi realizado leituras em livros, revistas, artigos, teses e documentários. A seleção das leituras foi seletiva, escolhendo os textos que se relacionam com o objetivo da presente pesquisa.

O presente artigo tem como objetivo geral apresentar o papel das juventudes, através dos ensinamentos religiosos, em diversas religiões, para ações de uma pauta comum, em defesa da vida do planeta. Identificar iniciativas juvenis pela justiça climática. Descrever como as religiões ajudam a cuidar da casa comum. Verificar o compromisso inter-religioso juvenil para com a Ecologia integral.

Por se tratar de uma pauta urgente, e por a juventude em sua pluralidade brasileira, ter um grande potencial para a transformação social, tendo como principal meio a fé, essa presente pesquisa busca compreender o papel das juventudes religiosas, em meio a um cenário de destruição do planeta, e consequentemente da vida humana.

2 A ECOLOGIA E O DIÁLOGO INTER RELIGIOSO

A questão climática vem afetando toda a sociedade, nestes últimos anos as suas consequências vem sendo cada vez mais sentidas pela população, as religiões têm muito a contribuir para a defesa do nosso planeta, assim como as juventudes presente nessas religiões, podendo formar redes, grupos e coletivos inter religiosos, para uma pauta em comum à justiça climática.

Estamos vivendo um momento de colapso ecológico. As questões políticas, econômicas e sociais são crises, pois tendem a passar. Mas a situação de habitabilidade do planeta é algo muito mais profundo, e o distanciamento da natureza que a humanidade, principalmente o ocidente, construiu nos últimos séculos, chegou a um momento de colapso.” (Milanez, p. 08, 2023).

A fé é o fator principal para motivar e engajar esta pauta ambientalista, a partir do que o Papa Francisco pede e chama a todas as religiões, a se unirem em prol da vida do planeta, a nossa casa comum, este chamado traz um clamor para uma vivência em harmonia com o meio ambiente, pela não destruição deste, pois esta forma predatória destroi também a vida do ser humano. As juventudes têm um papel primordial, a partir dela pode ser construir um presente e um futuro habitável para as próximas gerações, através dos conhecimentos e vivências religiosas constroem-se ações que transformam a realidade para uma vivência em harmonia com a casa comum .

Quando usamos o termo “Natureza” traz uma ideia de algo distante dos humanos, “Meio-ambiente” por sua vez traz avanços, mas ainda traz em si, uma separação entre os humanos e demais seres, aqui iremos chamar de “Casa Comum”, como vem sendo chamado em âmbito internacional: “O nosso planeta é como uma casa no qual habitam e coabitam os seres abióticos (água, ar solo e energia do sol), Os seres bióticos (microrganismos, plantas e animais) e, entre eles nós - seres humanos - que somos mamíferos, singulares, dotados de linguagem, liberdade, razão e outros elementos que diferencia nossos espécie.” (Murad p. 18, 2022).

“As ações humanas são responsáveis pelas mudanças climáticas, que tem o potencial de tornar a vida na Terra muito diferente do que conhecemos até aqui. [...] Tal impacto está relacionado ao fato do ser humano moderno se julgar um ente à parte da natureza.” (Scarano, p. 09, 2022).

Chamamos de Ecologia integral pois segundo Murad: “ Compromete a um mesmo tempo indivíduos, grupos, movimentos sociais, povos, nações e religiões.” Pode haver diversas abordagens, desde o que nos indica a ciência, o saber cultural dos povos tradicionais e o entendimento sobre a criação divina. Por diversas vezes, igrejas tendem a manifestar uma certa resistência à temática ecológica, com narrativas preconceituosas, que revelam o não comprometimento com o cuidado da casa comum. (Murad, p. 31,2022).

O cuidado com nossa casa comum, torna-se por outro lado, um ponto de encontro entre as religiões, assim como o cristianismo pode através de seus ensinamentos enriquecer outras religiões, outras religiões também podem trazer seus ensinamentos para o cristianismo. O Papa Francisco chama a todas as religiões para estabelecer um diálogo para o cuidado com a casa comum. (Ferraz, p. 136-137, 2020).

“Se a ciência é necessária para informar e projetar com precisão; se a voz da arte é indispensável para inspirar; se as vozes dos conhecimentos ancestrais - indígenas e tradicionais - são essenciais por serem próprios de humanos que não se apartaram da natureza, a voz da religião é imprescindível para nos remeter ao senso de fraternidade, de casa comum e para renovar a esperança na humanidade e no mundo.” Scarano, p. 12, 2022).

Os diversos saberes e vivências religiosas tem muito a ensinar para um viver em comunhão com o meio ambiente, “As **benzedadeiras e os benzedores** atuam a partir de uma sabedoria ancestral nas curas dos males do corpo e da alma, sempre empunhando alguns ramos de seus quintais, como a arruda. No **cristianismo**, há uma forte relação com as águas, utilizadas para bênçãos e batismos. Os **povos indígenas** entendem os seus espaços de vida como território sagrados, com os seus corpos e o meio ambiente interligados. O **Budismo** trata da natureza da mente dos seres, e o respeito aos seres vivos ao nosso redor. O **espiritismo** aponta o amor à natureza, ao cosmo, e a solidariedade ao próximo. Percebe-se que o cuidado e o amor com os seres vivos e o planeta é algo intrínseco às múltiplas manifestações religiosas.” (Marques e Proetti, 2023)

3 A JUVENTUDE AS RELIGIÕES E A DEFESA DA ECOLOGIA

Ao olhar e se perceber nesta realidade terrível da relação humana com a natureza, a juventude vem, a ser e ter um papel primordial para a mudança que se espera. (Conceição, p. 46, 2022).

Entendendo que a juventude é diversa e plural, compreende-se que a defesa e a luta pela justiça climática, faz-se um importante princípio, pois os impactos climáticos não atingem todas as pessoas da mesma maneira. Essa pauta é da Juventude não por simplesmente atingir ou afetar o futuro, mas por mudanças que precisam ser feitas no agora. (Dias e Cavalcante 2021).

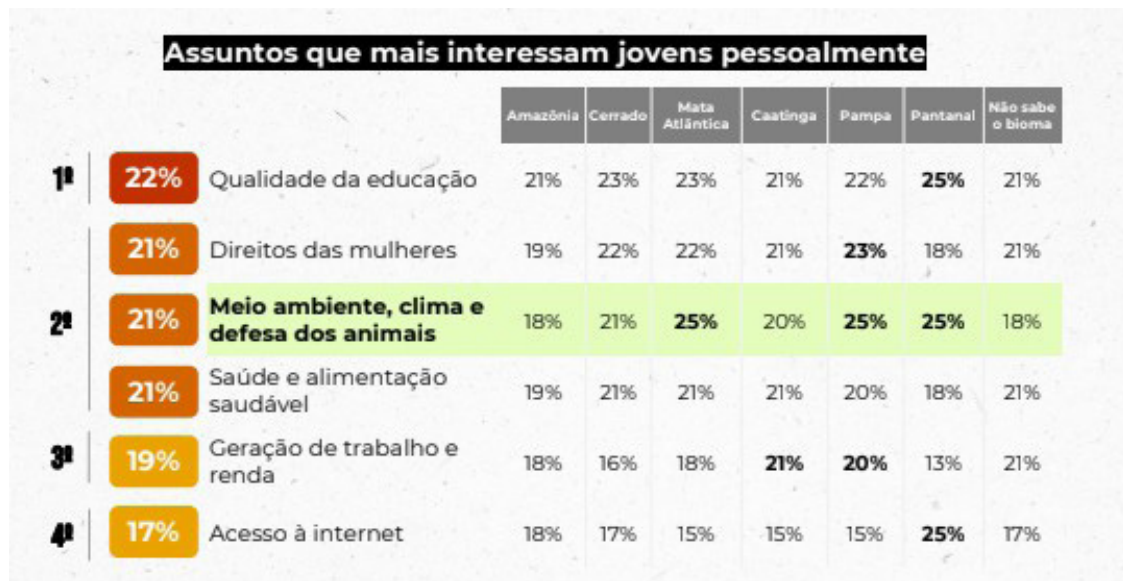
A crise climática está cada vez mais visível, não sendo mais um problema para o futuro, pois os impactos já são sentidos e vivenciados, nesse sentido o futuro e o presente já se misturam, e essa distância é cada dia menor, é com base Nessa noção que esta pauta se conecta com as juventudes. (Dias e Cavalcante 2021)

Em diversos movimentos sociais percebe-se a presença das juventudes, em alguns casos com muitas barreiras para a participação, diante disso se torna essencial que estes jovens sejam criativos, inovadores e resilientes. Diante desta realidade surgem coletivos dos próprios jovens, como por exemplo o “engajamundo” que é feito de jovens para jovens, onde se tem a responsabilidade como um princípio para os desafios existentes. (Dias e Cavalcante, 2021)

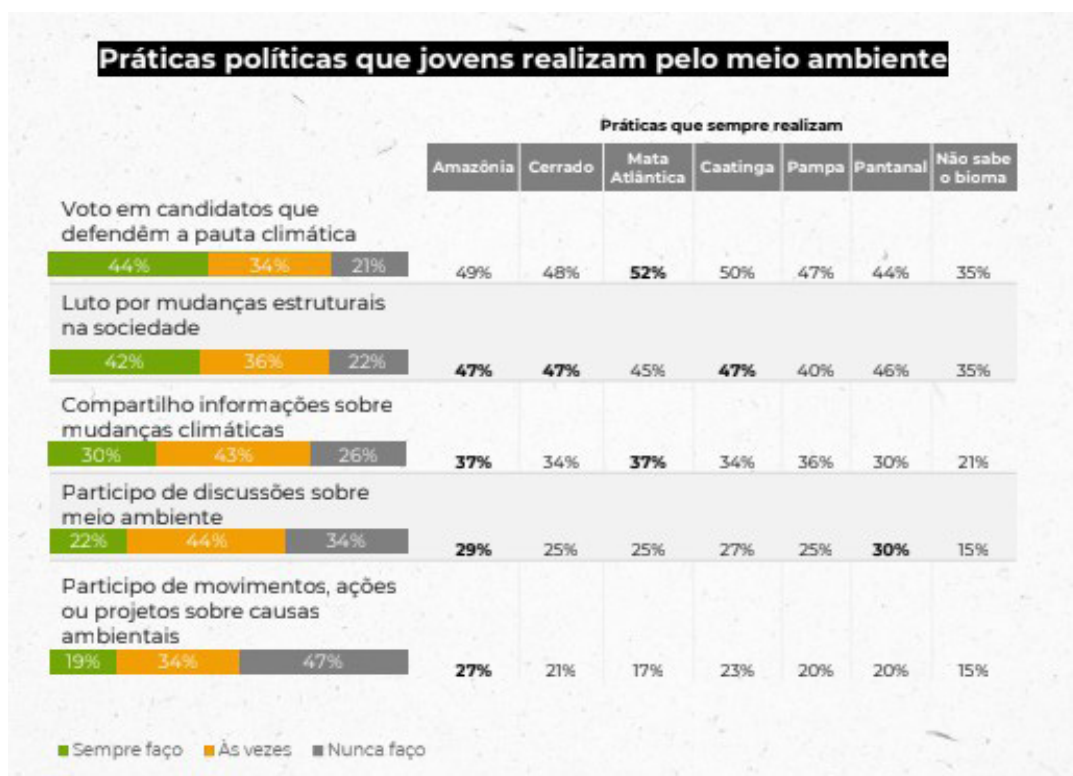
Nestes últimos anos diversas religiões têm procurado repensar sua relação com a casa comum, para um cuidado responsável com o planeta, neste espírito de diálogo inter-religioso para uma ação efetiva na defesa do meio ambiente, surge o “fé no clima” um coletivo que conecta saberes religiosos e científicos para cuidar do nosso planeta, esse lugar sagrado para todos os seres. (Fernandes, p. 08, 2022).

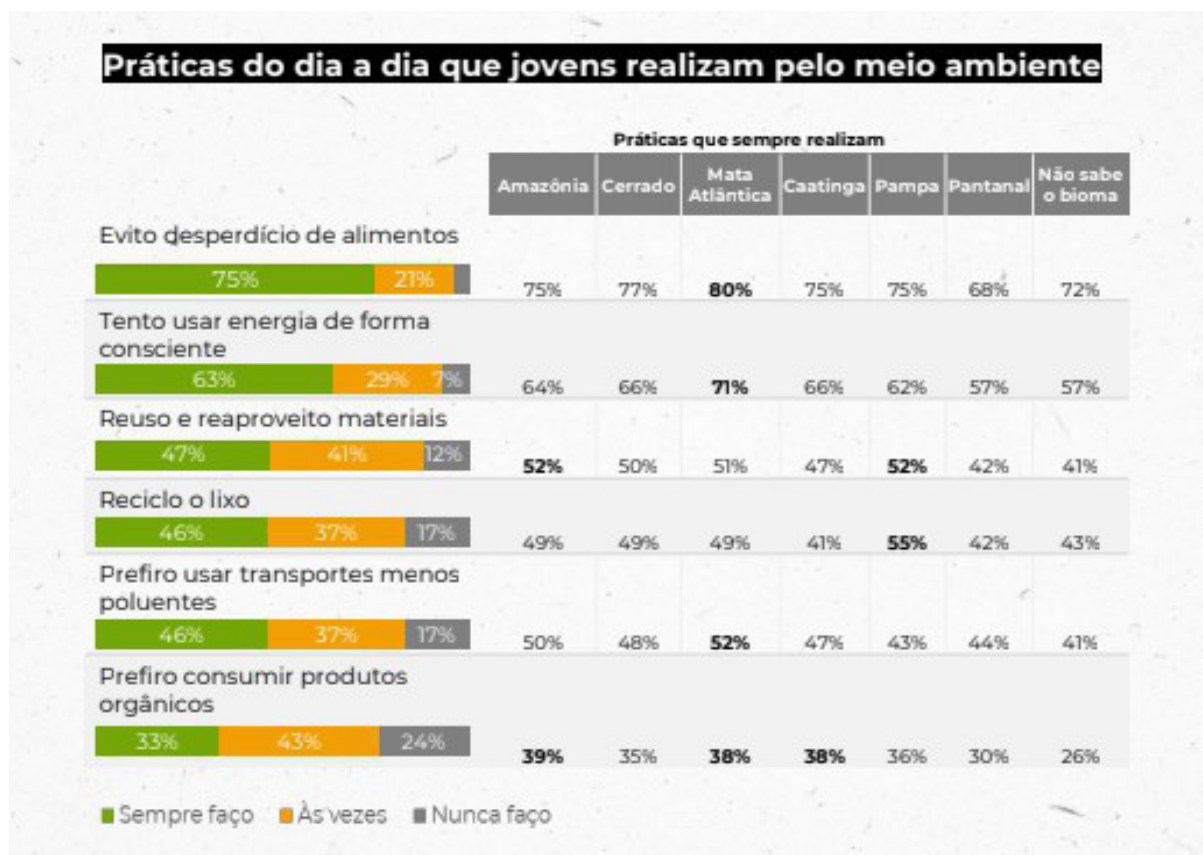
A juventude tem um papel central na defesa da ecologia integral a partir dos ensinamentos religiosos, entendendo a casa comum como o lugar de viver bem, esta responsabilidade ecológica vindo da Juventude em suas distintas religiões, traz várias iniciativas para promover um debate com as demais gerações, para um cuidado efetivo com o meio ambiente, na perspectiva de ter um presente e um futuro com mais qualidade de vida.

A pesquisa juventudes, meio ambiente e mudanças climáticas, aponta que o meio ambiente, é dos principais assuntos que a juventude se interessam, como mostra o gráfico:



Por se tratar de um tema que gera interesse pelas juventudes, nesta mesma pesquisa foi perguntado sobre as práticas políticas e diárias que as juventudes têm realizado, pelo meio ambiente, nota-se que as práticas diárias são as mais realizadas, sendo pouco o engajamento em movimentos ambientalistas, conforme mostram os gráficos a seguir:





Ao analisar esses dados é notável o interesse e as ações realizadas pelas juventudes, nos diversos biomas, a partir desse entendimento, faz-se necessário entender também que a maioria da juventude manifesta uma expressão de fé. Se por um lado a juventude contemporânea não tem a religião como um sentido para a vida, por outro lado, as vivências religiosas ganham essa importância por serem maneiras de viver e estar no mundo, comprometidos por exemplo com uma causa importante, o que faz as juventudes de diversas religiões formarem grupos para uma causa comum. (Novaes, 2022)

CONCLUSÃO

As juventudes podem ser uma categoria extremamente importante, para criar e desenvolver campanhas pela ecologia integral, pois ao manifestar como um dos temas que mais se interessam, tem-se um indicativo, para que as religiões possam a partir daquilo que acreditam como cuidado com a criação divina, propor um diálogo inter-religioso através das Juventudes para gerar um espaço também de transformação ambiental.

A fé se mostra como o fio condutor, para desenvolver as ações em prol do meio ambiente, através dela é possível se interligar com outras expressões de fé, para que motivados por ela, possa se criar diálogos para um bem comum.

As juventudes se mostram interessadas por esta temática, e entende-se que através do diálogo inter-religioso é possível desenvolver ações, campanhas e atitudes para um cuidado efetivo com a casa comum. As religiões têm muito a ensinar sobre o cuidado com a natureza, através das suas vivências e credos, e portanto podem de forma saudável e respeitosa no exercício dialógico, trabalhar juntos em prol da defesa da ecologia integral.

É possível através do próprio protagonismo juvenil, mobilizar articular e dialogar com as demais juventudes, das diversas expressões de fé, para uma ação comum, pela vida do planeta. A pesquisa nos mostra que esta temática é uma das que mais interessam a este público, mas ao mesmo tempo também nos mostra que as atitudes políticas não tem sido muito efetiva, portanto precisa-se destacar a importância das religiões trazerem esse debate, para ao redor das suas mesas ou dos seus espaços de vivências. Envolver a juventude é extremamente importante, pois a partir desse ponto central, onde todas as religiões podem se encontrar para estabelecer o cuidado com a casa comum, pode ser um ponto de motivação para as juventudes se engajarem, pois a temática já é do seu interesse.

Ao perceber o planeta em colapso, as juventudes das diversas religiões, podem nos mostrar várias formas de estabelecer ações para desenvolver uma ecologia integral. Ao olhar o coletivo fé no clima, tem-se como um exemplo positivo de um diálogo inter-religioso, que leva de uma forma única, ações e discussões pelo bem do meio ambiente, partindo de cada vivência religiosa.

É preciso destacar que ao perceber esta temática como um dos principais interesses da Juventudes, faz-se necessário abrir espaços para se discutir com a juventude esta importante temática, ao realizar isso nota-se um engajamento, um compromisso e uma responsabilidade por parte da Juventudes, pois estas se entendem como uma geração que pode mudar os rumos de destruição ambiental, e ter um planeta mais habitável para esta e também para as próximas gerações que virão, pois já percebem as consequências da ação humana e isto já impacta o presente, e consequentemente ainda mais o futuro.

Conclui-se que, através das ações realizadas e feitas pelas próprias juventudes das diversas denominações religiosas e expressões de fé, tem-se um maior engajamento e um compromisso para a defesa da ecologia integral, pois o meio ambiente passa a ser esta casa comum, e a vida humana precisa estar interligada, pois ela faz parte desse todo, e através dessa fé em comum, encontra-se caminhos para a transformação social.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Elizeu. *Ecoteologia e Juventude - No projeto do humanismo integral do Papa Francisco*. Revista de Cultura Teológica. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/58317/40639>. Acesso em : 14 de Maio de 2024.

DIAS, Carolina Oliveira; CAVALCANTI, Giselli. *Por que a crise climática também é uma pauta das juventudes: Um olhar para além da ideia da geração do “amanhã”*. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/porque-a-crise-climatica-tambem-e-uma-pauta-das-juventudes/>. Acesso em: 13 de Maio de 2024.

FERNANDES, Clemir. *O caminho do diálogo no enfrentamento às mudanças climáticas*. Guia fé no clima: matriz africana. Instituto de Estudos da Religião. Rio de Janeiro - RJ. 2022

FERRAZ, Chrystiano Gomes. *O diálogo inter-religioso para uma ecologia integral : estudo sobre a contribuição do papa Francisco especialmente com a Laudato Si’ para o diálogo inter-religioso*. Dissertação (mestrado)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48527/48527.PDF>. Acesso em: 09 de Maio de 2024.

JUMA - *Pesquisa juventudes, meio ambiente e mudanças climáticas*. 2022. Disponível em: https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-Pesquisa-Juventudes-Meio-Ambiente-e-Mudancas-Climaticas_JUMA_2023.pdf. Acesso em: 09 de Maio de 2024.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ed. São Paulo. Editora Atlas. 2003.

MARQUES, Elvis. PROETTI, Amanda. *Religiões como espaços para o exercício político do cuidado*. Revista Casa Comum. São Paulo. Nº 06. p. 05. 2023.

MILANEZ, Felipe. *A intervenção do capitalismo e o colapso ambiental*. [Entrevista cedida a] Maria Victória Oliveira. Revista Casa Comum. São Paulo. Nº

07. p. 08. 2023

MURAD, Afonso. (2022). *Janelas Abertas: Fé cristã e ecologia integral*. E-book. São Paulo. Editora: Paulinas.

NOVAES, Regina. Célia. Reyes. (2022). Juventude e religiosidades: Sinais dos tempos no Brasil contemporâneo. *Revista Teopraxis*, 36(126), 17–48. Disponível em: <https://revista.itepa.com.br/index.php/teopraxis/article/view/98>. Acesso em 24 de Maio de 2024.

SCARANO, Fábio Rubio. *O caminho do diálogo no enfrentamento às mudanças climáticas*. Guia fé no clima: matriz africana. Instituto de Estudos da Religião. Rio de Janeiro - RJ. 2022.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Wanessa Freire Almeida: graduada em Serviço Social pela Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida - PA e Especialista em Juventudes no mundo contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte - MG. Atualmente trabalha como Coordenadora de Pastoral no Colégio Madre Clélia Merloni, em Palmas-TO.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8074-7571>

E-mail: wanessafreireas@gmail.com

Endereço: ARSE 71(704 sul), Alameda 16, Residencial Pantanal, Bloco E, Ap. 307

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)



“Tá Lá O Corpo Estendido No Chão”¹: O Genocídio Da Juventude Negra À Luz Da Ética Cristã

Higor Ferreira de Oliveira

RESUMO: A questão ética teológica que perpassa o genocídio da juventude negra é a forma e modo que lhe é retirada a vida. A juventude Negra sofre uma indiferença, não sendo percebida, mas sendo oprimida, principalmente, pela violência feita por parte do Estado brasileiro. Em outras palavras, isso se traduz no que chamamos de genocídio, isto é a violência que é causada a grupos por razões étnicas, religiosas ou raciais. No Brasil, a juventude negra sofre por constantes ataques genocidas, devido a raça, etnia e religião. O necrobiopoder, ou seja, a atitude do Estado em dizer quem é que determina, a partir de suas forças coercitivas, quem deve viver ou morrer, produz a violência genocida para com a juventude negra brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude negra. Necrobiopoder. Violência. Ética teológica. Genocídio

ABSTRACT: The theological ethics issue that permeates the genocide of the Black youth is the way in which their lives are taken. Black youth suffer from indifference, not being recognized, but being mainly oppressed by violence carried out by the Brazilian State. In other words, this is what we call genocida, that is, the violence inflicted upon groups for ethnic, religious, or racial reasons. In Brazil, Black youth suffer constant genocidal violence, due to race, ethnicity, and religion. The necrobiopower, that is to say, the State's power to determine, through its coercive forces, who should live or die, produces the genocidal violence against Black Youth in Brazil.

KEYWORDS : Black Youth. Necrobiopower. Violence. Theological Ethics. Genocide.

INTRODUÇÃO

O Genocídio da juventude negra se configura uma realidade no Brasil, sobre isso já foram feitas diversas conferências, estudos e até mesmo foi instaurada uma comissão própria de investigação (CPI), neste sentido, este nosso trabalho não quer ser repetitivo ou enfadonho, mas deseja trazer todo este debate à luz da ética teológica.

A nossa pergunta de fundo é entender como fazer uma teologia que busque a ética como princípio das suas exposições e como perceber os fundamentos éticos-teológicos na busca de superação do racismo e da discriminação racial.

1 Música: “De frente pro crime”. Letra: Aldir Blanc Mendes / Joao Bosco De Freitas Mucci

Apontaremos os estudos recentes do mapa da violência, os autores que têm se dedicado ao tema da racialidade e o modo como o magistério católico se posicionou e/ou se posiciona nos dias atuais. É nosso intuito que, ao final deste estudo, renasça uma nova consciência acerca dos negros/as no Brasil e, principalmente diante das mortes de jovens negros de 15 a 29 anos, trazendo novas proposições para a erradicação do racismo, numa luta coletiva antirracista, à luz da ética cristã.

1 O CORPO NEGRO COMO ALVO DE MORTE

No Brasil, por muito tempo, os pesquisadores da temática racial tiveram dificuldades em conceituar o racismo e seu *modus operandi*. Desta forma, é difícil precisar a gênese do racismo, embora no Brasil essa problemática tenha se dado a partir da supremacia racial, quando uma raça se julga melhor que a outra. Essa problemática ainda hoje é visível, pois a questão não é somente um ato jurídico de pôr um fim ao trabalho escravo, como foi a Lei Áurea, mas de denunciar a ideologia, ainda presente, na qual a cor da pele, o ser preto/negro é ainda visto como mal ou não confiável.

A crescente ideologia do racismo estrutural, em nossos dias, tem produzido morte, a qual nos intriga por ser um grupo muito específico, tratando-se da juventude negra de 15 a 29 anos. A problemática que levantamos é uma das formas concretas de perceber que o ser negro no Brasil é, ainda, um alvo de morte. Essa mentalidade é fundada na ideia de que o negro sempre está ocupando o lugar de alguém e oferecendo perigo, o negro é sempre uma adversidade!

Tendo que se livrar da concepção tradicionalista que o definia econômica, política e socialmente como inferior e submisso, e não possuindo uma concepção positiva de si mesmo, o negro viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social (SANTOS, 2021, p.47)

Para Neusa Santos, o negro no Brasil precisou a ser equiparado ao branco, para que tivesse ascensão social. Isso se dá num modo de recusa da própria raça, criando na pessoa negra um espectro de inferioridade perante uma pessoa branca que, por sua vez, se encontra num lugar de privilégio, pelo simples fato de ser branca.

“A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco, e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (SANTOS, 2021, p.48). Uma vez demarcado o lugar do negro/a no Brasil, este lugar não foi de destaque e nem central, mas posto em lugar de inferioridade, agravando cada vez mais o racismo na estrutura da sociedade brasileira.

A realidade produzida pelo racismo estrutural afeta principalmente a juventude negra de 15 a 29 anos. Compreendermos o racismo estrutural é entendermos a estrutura de funcionamento de uma sociedade que se mantém sobre o privilégio de dominação sobre um grupo

específico. Silvio de Almeida traz algumas definições que podem nos ajudar a compreender essa querela tão presente no nosso contexto.

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2019, p.15).

1.1 O ESTADO E O NECROBIOPODER

A desigualdade e a violência fazem com que o corpo negro se torne alvo de morte numa estrutura que não reconhece o negro/a como pessoa. Essa estrutura tem uma ideologia de extermínio. Muitas vezes esse extermínio tem um alvo concreto: preto, empobrecido, morador de região periférica, baixo grau de instrução escolar. Todas essas características são frutos da aguda rejeição do negro/a e de seu protagonismo como sujeito na sociedade.

O que mais se torna problemático na presente análise sobre o genocídio da juventude negra, é que os assassinatos ocorridos, em grande parte, são cometidos pelo próprio Estado com seu aparelho reparador, ou seja, os que deveriam manter a segurança pública são os que praticam, também, a violência.

No estado de São Paulo, as polícias mataram mais de uma pessoa por dia ao longo de 2022, totalizando 414 casos, segundo balanço da Secretaria de Segurança Pública. Dessas, 62,5% foram identificadas como pessoas negras. Em janeiro deste ano, foram 37 mortes classificadas como “intervenção policial”.²

Pessoas negras têm quatro vezes mais chances de sofrer violência policial do que as brancas durante abordagens, segundo um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). O levantamento analisou 3.500 boletins de ocorrência com mortos e feridos em intervenções policiais no estado, de 2013 a 2018. Os pesquisadores traçaram o perfil dos envolvidos e identificaram que quase 7 em cada 10 mortos ou feridos em abordagens da polícia são negros. A maioria são homens com até 29 anos de idade. Cerca de um terço estudou até o ensino fundamental³.

2 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/violencia-policial-e-expressao-do-racismo-em-diversas-partes-do-mundo> (acesso em 24/08/2023).

3 <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/11/20/negros-tem-4-vezes-mais-chance-de-sofrer-violencia-policial-do-que-brancos-nas-abordagens.ghtml> (acesso em 24/08/2023).

É preciso refletir sobre as causas e motivos que trazem essa realidade à tona. Uma dentre outras é que o racismo identificado na sua estrutura como forma ideológica de manter privilégios, formas ideológicas de extermínio de um grupo em detrimento do outro. As características de deste grupo social acometidos de violência traçam um perfil quase que comum entre eles, em sua maioria, são homens da faixa etária entre 15 a 29 anos, com escolaridade incompleta morador de região periférica.

Segundo dados do IBGE, o abandono escolar no Brasil atinge mais a população negra do que a branca. É o que nos mostra reportagem publicada na Folha de São Paulo, em 1º de setembro deste ano. Assim, se a média geral de jovens entre 19 e 24 anos que não conseguiram concluir o ensino médio em 2018 já é alta (um terço desta parcela populacional, resultado similar ao dos homens brancos), o panorama entre os negros é ainda pior: quase metade (44,2%) dos negros homens dessa faixa etária não concluiu a etapa. Se analisarmos a situação das meninas, que normalmente apresentam taxas de escolaridade mais elevadas, a disparidade persiste. Cerca de 30% das meninas negras não concluíram o ensino médio, enquanto a taxa é de 18,2% entre as brancas.⁴

Essa manutenção de privilégios por parte da classe média brasileira é de longa data! Se revisitarmos a história veremos como sempre houve “oligarquias” nesse país e que nunca perderam o seu status. Outra questão que aqui podemos analisar é o necrobiopoder. A autora desse termo, Berenice Bento, provoca uma reflexão entre os termos de biopoder, cunhados por Michel Foucault (1926-1984) e o necropoder por Achille Mbembe (1957). No entanto, a autora vê que os termos são insuficientes para descrever o processo histórico e colonial do Brasil.

Segundo Foucault, o biopoder, é “em última análise, o direito de matar é quem detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida” (Foucault, 1999). Trazendo para a nossa reflexão sobre o genocídio da juventude negra, esse jovem que deveria ser assistido pelo Estado em suas formas básicas e necessárias, é eliminado, pois é o próprio Estado quem decide quem vive e quem morre!

Mbembe fará uma reflexão sobre o modo como o Estado exerce seu necropoder. Para ele, é pelas reiteradas formas de matar que o Estado se constitui.

Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. [...] A soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é [...] A forma mais bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina.

4 <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=716> (acesso em 24/08/2023).

Nesse caso, o Estado sempre escolhe matar em detrimento do fazer viver. Ou seja, uma limpeza étnica. No entanto, Bento conclui:

O necrobiopoder unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (BENTO, 2018).

Ao parecer da autora, podemos identificar um problema gravíssimo que nos preocupa, que é o modo como o Estado legisla a favor de quem vive e quem morre numa hierárquica social. Podemos constatar que essa decisiva do Estado faz com que a juventude negra se encontre num grande arcabouço dialético entre o viver e o morrer: entre o viver e o morrer, o que resta ao jovem negro nesse abismo permeado por dois eixos? Porém, como vimos acima, existem forças ideológicas que permeiam a vida dos sujeitos e que podem, ou não, lhes dar condições dignas de nascer ou de morrer.

2 A ESTATÍSTICA DA MORTE DA JUVENTUDE

No Brasil, a violência é a principal causa de morte dos jovens, afirma o atlas da violência de 2021⁵. Dentre essas causas de morte violentas o atlas aponta que em sua grande maioria estão “os conflitos frutos da ação do crime organizado e das mortes decorrentes do uso de armas de fogo”⁶. A letalidade que atinge a maioria da juventude brasileira decorre, também, do racismo estrutural que atinge aos jovens negros/as. O Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada IPEA, infelizmente não traz esse recorte racial dentro da violência contra a juventude. Diferencia, no entanto, o feminicídio de mulheres negras e não negras, mas sem a indicação de idades.

Existem dados concretos que nos dão clareza que há uma letalidade maior de pessoas negras em vista de pessoas não negras. Quando cruzamos os dados históricos, é possível visualizar um genocídio contra a juventude negra, e também contra a mulher negra. No entanto, nessa nossa análise, nos deteremos somente à questão da juventude negra. Segundo Sampaio,

A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Este é o dado apresentado no Mapa da Violência que expressa a realidade brutal da violência que os jovens negros são submetidos no Brasil. O racismo é uma determinante estrutural em nossa sociedade e molda os princípios

5 <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf> pg. 27 (acesso em 10/05/2023)

6 Idem

de organização de todas as nossas relações sociais.⁷

O IPEA tem feito considerações importantes no que se refere à morte de jovens negros. No entanto, não é possível precisar os dados de 2020 e 2021, pois não foram compilados com os dos anos anteriores. A fim de alargar nossa visão, vamos considerar a década de 2009 a 2019, por termos dados concretos apresentados pelo IPEA.

Durante os anos de 2009 a 2019⁸, por unidade federativa, a região com maior número de homicídios de negros foi a região nordeste do Brasil, sendo a Bahia o estado onde houve maior assassinatos de jovens negro foi o estado da Bahia, totalizando uma crescente de 881% para cada 100 mil habitantes.

Notabiliza-se a grande variável entre não negros e negros assassinados no Brasil, a população negra, entre pretos e pardos, constitui a maioria destes homicídios pois a desigualdade presente entre negros e não negros é destoante.

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras.⁹

Os dados do IPEA publicados em 2021, embora os últimos dados sejam de 2019, retratam que a questão da morte de negros por homicídios é um dado frequente. Para os Pesquisadores,

A intensa concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil não constituiu uma novidade ou mesmo um fenômeno recente. Pelo menos, desde a década de 1980, quando as taxas de homicídios começam a crescer no país, vê-se também crescer os homicídios entre a população negra, especialmente na sua parcela mais jovem. Embora o caráter racial da violência letal tenha demorado a ter presença constante nos estudos mais gerais da violência, as organizações que compõem o movimento negro há décadas tematizam essa questão,

7 Genocídio da juventude negra, Tamires Gomes Sampaio, in: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/04/19/o-genocidio-da-juventude-negra/#:~:text=A%20cada%2023%20minutos%20um,negros%20s%C3%A3o%20submetidos%20no%20Brasil>. (acesso em 12/05/2023)

8 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/41> (acesso em 10/05/2023)

9 <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. (Acesso em: 12 mai de 2023).

nomeando-as de diferentes modos, conforme apontado por Ramos (2021): discriminação racial (1978-1988), violência racial (1989-2006) e genocídio negro (2007-2018). Nesse sentido, a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda. Os números deste Atlas, mais uma vez, comprovam essa realidade.¹⁰

Constamos que a problemática da violência contra pessoas negras é uma situação sustentada por dois pilares, um vertical e outro horizontal. A coluna vertical é sustentada pelo desenvolvimento econômico. A coluna horizontal pela quantidade de pessoas negras. Essas duas vertentes não se encontram, pois, a distância é abissal entre ambos, causadas pela presença estrutural do racismo. O IPEA traz uma série de questões que detalha os motivos da aguda morte de pessoas negras.

A redução geral das taxas de homicídios se concentrou muito mais sobre a população não negra do que entre a população negra. As razões para isso são diversas: a associação de variáveis socioeconômicas e demográficas, que definem um lugar social mais vulnerável aos negros na hierarquia social e que limitam o seu acesso e usufruto às condições de vida melhores (CERQUEIRA; MOURA, 2014); a reprodução de estereótipos raciais pelas instituições do sistema de justiça criminal, sobretudo as polícias, que operam estratégias de policiamento baseadas em critérios raciais e em preconceitos sociais, tornando a população negra o alvo preferencial de suas ações (SINHORETTO; BATITUTTI; MOTA, 2014); e a ausência de políticas públicas específicas que combatam as desigualdades vividas por essa parcela da população¹¹.

Nas questões apresentadas acima, é possível identificar a estrutura que produz o racismo e sua origem, sendo que o crescente de homicídios acometendo pessoas negras tem raízes visíveis e profundas, provocadas pela ausência de políticas públicas que proporcionem a essa população ascender econômica e socialmente, é uma das questões que identificamos durante estes períodos.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO NEGRA

Ao voltarmos o nosso olhar para a história, vemos que ainda estamos muito longe de atingir uma equidade racial. Se tomamos as datas e leis que antecederam a abolição da escravidão no Brasil, podemos notar nitidamente seus interesses, nunca pensando nos negros escravizados.

10 <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. (Acesso em: 12 mai de 2023).

11 <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 12 mai de 2023 às 22:51

A “abolição” da escravatura pela Princesa Isabel, se deu em 1888, há 135 anos! O que é isso para uma nação que usou mão de obra escrava por mais de 300 anos?

É preciso ressaltar que após o período de redemocratização do Brasil, a primeira secretária de combate à desigualdade social, surgiu-se no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Sueli Carneiro,

Deve-se reconhecer, a bem da verdade histórica, que Fernando Henrique Cardoso, em coerência com sua produção acadêmica sobre o negro, foi o primeiro presidente na história da República brasileira a declarar em seu discurso de posse que havia um problema racial no Brasil e que era necessário enfrentá-lo com audácia política. Como consequência, em seu governo as primeiras políticas de inclusão racial foram gestadas e implementadas, sendo grandemente impulsionadas pelo processo de construção da participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em Durban, África do Sul, em 2001. (CARNEIRO, 2011, não paginado)

Este impulso da participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em Durban, África do Sul, em 2001 fomentou outras políticas públicas para a população negra.

As leis sancionadas, em sua grande parte no campo da educação, com exceção do estatuto da igualdade racial, foram avanços significativos para a inserção do negro/a nas universidades e em outras áreas, dando-lhe maior visibilidade.

Foram sancionadas as seguintes leis:

Lei 10.639/03¹² Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Lei 12.288/10¹³ - Institui o Estatuto da Igualdade Racial;

Lei 12.711/12¹⁴ - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Lei 12.990/14¹⁵ - Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da

12 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm (acesso em: 16/05/2023)

13 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/L12288.htm#art49%C2%A71 (acesso em: 16/05/2023)

14 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm (acesso em: 16/05/2023)

15 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm (acesso em: 16/05/2023)

administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

As políticas públicas para a população negra ocorreram muito tarde em vista do tempo de escravidão no Brasil. Não se pode desconsiderar os esforços de muitos movimentos negros para a consolidação de tais leis e sua efetivação. Contudo, somente estas leis não são suficientes para minimizar o racismo e a violência contra a juventude negra no Brasil. Concomitante a estas leis, no ano de 2016, aconteceu a CPI (comissão parlamentar de inquérito) para investigar o assassinato de jovens no Brasil. Dentre as conclusões desta CPI, concluiu-se que o “Estado brasileiro, direta ou indiretamente, provoca o genocídio da população jovem e negra”¹⁶. Este é um primeiro diagnóstico feito pelo poder público para referendar o genocídio acometido a juventude negra. A CPI coloca com clareza os principais motivos que corroboram para a manutenção deste ato genocida.

A partir dos trabalhos desta CPI, somos sabedores que os homicídios da juventude negra estão de algum modo relacionados à ação ou omissão do Estado brasileiro. Seja pelo crescimento dos homicídios decorrentes de intervenção policial, muitas vezes nominados de autos de resistência; seja pela violência emergente do tráfico de drogas nas comunidades de baixa renda, resultado da ausência estatal; seja pelo racismo institucional que se infiltra nas instituições públicas e privadas. Como resultado, a população jovem negra vai sendo dizimada, com números que realmente se aproximam de uma guerra civil.¹⁷

A CPI deixa notável a falta de políticas públicas de reparação social para com as populações negras. A dificuldade econômica, o racismo, a questão das drogas e a violência policial denotam a fragilidade do Estado em promover e pôr em prática ações que visam abrandar estas causas de violência. Está ausência do Estado é tamanha que os jovens promovem a autofagia, ou seja, são eles, muitas vezes, as vítimas e os autores. O sistema faz com que a população se autoextermine em face das drogas e da violência em geral.

Os homicídios dolosos aqui tratados também têm natureza autofágica. Jovens negros e pobres matam jovens negros e pobres. Eles estão dos dois lados de um processo fratricida, como vítimas e autores. Assim, na epidemia de violência que vive o Brasil, observou-se que o perfil econômico, etário e principalmente racial do algoz é muitas vezes o mesmo das vítimas. Igualmente, fomos levados a perceber que este processo de genocídio está umbilicalmente marcado pelo racismo institucional. Como vimos, os negros são os mais assassinados, mas também os que têm menor nível de instrução, os menores salários e menor acesso ao

16 <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens> p. 145 (acesso em:18/05/2023)

17 <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens> p. 146.(acesso em:18/05/2023)

mercado de trabalho. O índice de mortalidade infantil da população negra é maior do que da população branca e as mulheres negras igualmente morrem mais no parto, o mesmo acontecendo no menor tempo de acompanhamento pré-natal. É maior o número de jovens negros internados no Sistema Socioeducativo (SINASE) e é justamente o jovem negro que mais morre dentro desse Sistema, sob custódia do Estado.¹⁸

O relatório final da CPI é um bom resumo do que vemos diariamente acontecer com a população negra, como as ausências de políticas públicas sempre colocam o outro em situação de inferioridade, sendo a população jovem negra quem tem menos acessos e direitos. Pisando o chão da realidade, da concretude, passamos à reflexão e devemos nos perguntar: diante destes fatos que nos tocam e, tão próximos a nós, o que fazer?

3 A PROBLEMÁTICA DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA A PARTIR DA ÉTICA TEOLÓGICA

O direito à vida, até o seu fim natural é um imperativo para ética cristã. O rompimento da vida a não ser por causa naturais, principalmente em se tratando de jovens, se caracteriza pelo que as reflexões ligadas sobretudo à Bioética Social chamam de “mistanásia”, entendida como a morte precoce, provocada, ou seja, não é uma morte natural. Quando a morte é causada por mistanásia surge diante de nós um dilema ético ao qual devemos problematizar. Anterior ao termo da mistanásia, se utilizava o termo “eutanásia social”, ou seja, uma forma de despedir da morte de forma feliz, mesmo a morte provocada por situações sociais. Porém, para Marcio Fabri dos Anjos, teólogo moralista,

Ao entender a eutanásia como morte suave, feliz, a primeira situação que nos ocorre para contextualizá-la é o seu contrário. Parece importante falar, então, da morte infeliz, dolorosa, que chamaríamos de mistanásia. Isto nos remete, dentro da área da biomedicina, aos pacientes terminais sofredores, seja pela convicta recusa em não se interferir no processo de morte, seja pelo mau atendimento médico-hospitalar. Mas nos remete também muito além da área hospitalar. E nos faz pensar na morte provocada de formas lentas e sutis por sistemas e estruturas. A mistanásia nos faz lembrar os que morrem de fome, cujo número apontado por estatísticas é de estarrecer. Faz lembrar, de modo geral, a morte do empobrecido, amargado pelo abandono e pela falta de recursos os mais primários. Mas também nos remete aos mortos nas torturas de regimes políticos fortes e que os deixam por fim como “desaparecidos”. Nesses casos, a mistanásia (do grego mis = infeliz). (RICCI, 2017, p. 28)

18 <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens> p. 146.(acesso em:18/05/2023)

O conceito de *mistanásia* indica um jeito triste de lidar com a situação. Não se trata de alguém que morre após longa enfermidade, mas de alguém que sofre uma morte abrupta. Neste sentido, o termo cunhado por Fabri atende melhor à nossa relação com a morte no contexto de América Latina. Em suma, podemos constar aqui uma questão ética: a vida é um direito e as condições externas à vida não podem afetar seu fim natural. É preciso pensar os âmbitos da vida que interferem diretamente no nascer e no morrer, principalmente suas causas.

O título desse trabalho remonta a uma canção de Aldir Blanc e João Bosco, na qual, diante de um corpo estirado ao chão, as pessoas fazem ‘vistas grossas’ e até aproveitam do fato para se autopromoverem. A canção retrata a triste lida das pessoas que morrem e não são notadas como um vivente que morreu, sendo apenas mais um. Não há sensibilidade com a vida que foi tirada abruptamente, numa atitude de total indiferença: “Olhei o corpo no chão e fechei minha janela de frente pro crime”.

A questão ética que perpassa o genocídio da juventude negra é a forma e modo que lhe é retirada a vida. Essa juventude está sofrendo uma indiferença, não sendo notada, mas oprimida. Essa indiferença é produzida pelo que já relatamos acima, um Estado que se mantém através do necrobiopoder, uma questão de *mistanásia*.

O genocídio da juventude negra pode ser entendido no campo da ética teológica como uma questão de *mistanásia*:

Na verdade, constata-se que na origem da *mistanásia* está o problema ético-social (maldade humana e inequidades sociais), que pode ser denominado como o momento originante que precede as expressões originadas, dentre as quais a *mistanásia*. Portanto, a *mistanásia* é originada do originante. Logo, é causada e não natural (RICCI, 2017, p. 31).

À luz da ética teológica, queremos refletir o que acontece com a juventude negra, com idade de 15 a 29 anos que têm sua vida ceifada por fatores externos, mortes provocadas por armas de fogo, não chegando ao seu fim natural. Ou seja, um exemplo óbvio de morte ocorrida por *mistanásia*. Como afirmar o que disse Jesus: “Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10) quando existem vidas que são impedidas de viver?

Quando falamos de *mistanásia* estamos dizendo de uma morte provocada por exclusão social. É um fenômeno de coisificação e nadificação da pessoa. Ou seja, a morte da pessoa poderia ter sido evitada se, de fato, ela tivesse sido assistida com dignidade e não tivesse sido fruto da maldade humana. Para exemplificar em nossos dias, vemos exemplos claros de *mistanásia* durante a pandemia quando pessoas morreram por falta de vacinas, por negligência de uma só pessoa. Isto constitui a *mistanásia*. Já definimos acima o que é necrobiopoder. Dessa forma, queremos evidenciar qual a relação entre *mistanásia* e necrobiopoder em relação ao genocídio da juventude negra.

É bom lembrar que a vida deve ser sempre um direito! Jamais pode ser compreendida como uma necessidade. Não se vive bem sendo infeliz. Por vezes, a felicidade na vida das pessoas

perpassa pelo critério da necessidade. Ter o que comer, vestir, uma boa assistência médica e escolar e outras, são necessidades básicas das pessoas que devem ter ao menos isso para terem uma vida boa. Ao contrário disso, vemos uma falta extrema, onde as pessoas não têm o básico necessário para viver. Com isso a vida deixa de ser um direito e se torna um fardo, um grande peso. Não precisamos ir longe para podermos evidenciar essas características no meio das pessoas.

Essa configuração de falta do básico necessário, colocam as pessoas em situações de vulnerabilidade. E se pensando um pouco mais com largueza, o Brasil é um país que nasceu sob a égide de vulneráveis, como foi o processo de escravização de negros e negras por mais de 300 anos. Esse processo tão bem solidificou como uma ideologia, que de lá para cá os negros (as) sempre foram vistos e ainda são, como pessoas inferiores, massa de manobra e ou como marginais. De 1888, aos dias atuais, se visualiza o povo negro tendo que ainda resistir para serem tratados como pessoas!

Nesse sentido vemos a relação da mistanásia com o necrobiopoder, pois além de ser nadiificado e coisificado, ele ainda se torna alvo de morte do Estado. Isso se dá por falta de alteridade, não reconhecimento do Negro (as) como pessoa humana. É considerável a partir de então os dados e os motivos que leva um jovem pelo simples fato de ser negro perder sua vida por uma bala de revólver. Esse jovem já está relegado ao ostracismo, sem direitos de habitação, escola e saúde. Por vezes resta-lhe habitar os aglomerados, favelas e vilas, e ainda ser fruto da falta de alteridade por parte do Estado, não lhe tendo políticas públicas que lhe garantem uma reparação social e o coloque na sociedade, para ser enxergado e visto como pessoa humana.

3.1 ASPECTOS BÍBLICOS E TEOLÓGICOS

Nos evangelhos, em diversas passagens, vemos pessoas que gritam, clamam, acorrem e chamam por Jesus que por vezes sofrem diante da indiferença ou são calados por alguém. Jesus chama para o meio (Mc 3,3); procura a mulher que lhe toca a barra do manto (Mc 5,30); faz lama com a saliva e toca-lhe os olhos (Jo 9,6), vemos que Jesus a todo instante está a combater indiferença que o sistema daquela época produzia diante dos mais fracos e vulneráveis. Porém, ainda hoje, convivemos com um sistema que produz indiferença.

O texto do evangelho de Lucas, conhecido como Parábola do Samaritano, traz um imperativo ético que vale a nossa consideração por narrar uma iniciativa que parte de um grupo marginalizado na época de Jesus. Ao ser questionado sobre o que fazer para herdar a vida eterna, Jesus apresenta ao mestre da Lei os Mandamentos, e o exorta a amar o seu próximo, segundo o legalista, isso não lhe era novidade, pois ele, disse que já o observava, no entanto Jesus conclui, “faze isto e viverás” (cf. Lc 10, 28b).

Para tomarmos uma fundamentação ética a partir da bíblia, vemos que a vida está fundamentada no se colocar ao encontro do outro, estreitamente ligada ao modo como se trata o próximo, e quais relações estabelece com ele. Jesus em diversos trechos dos evangelhos chama a atenção para essa relação. Nesta mesma perícopa, vemos desdobrar outro imperativo ético, ao perguntar quem lhe é o seu próximo, Jesus conta ao mestre da lei a parábola do samaritano (cf.

Lc 10, 29-36). Ao dizer para o ele, “vai tu e fazes o mesmo” Jesus o indaga sobre sua conduta perante o que sofre e está abandonado no caminho. É urgente fazer algo em prol dos que sofrem, e dos que estão a “margem” do caminho para a promoção da vida.

A preocupação central sobre a vida que é tirada, por violência, nas sagradas escrituras, já vem descrita no livro das gênesis no fatídico fratricídio de Abel. No princípio da criação este é o primeiro caso de violência narrada, que tem a intervenção de Deus, sobre a conduta ética de Caim fazendo lhe uma pergunta: “onde está teu Irmão Abel? Ele respondeu: “ não sei. Acaso sou guarda de meu irmão? ” (Cf. Gn 4, 9). Diante deste diálogo de Deus com Caim, percebe-se o caráter ético subentendido na narrativa, pois, de fato, sou sim responsável pelo meu irmão. O motivo da morte de Abel está intimamente ligado a uma questão de não aceitação do outro, ou seja, Caim tem dificuldades de reconhecer que os dons de Abel agradaram a Deus, e não podendo ele, também agradar, preferiu eliminar do que ver beleza na oferta de Abel.

3.2 MAGISTÉRIO DA IGREJA E A QUESTÃO RACIAL

Para abordar a questão racial em nossos dias, temos de fazer uma consideração histórica e, no presente recorte, interessa-nos sobretudo a relação da Igreja com tal realidade. Na impossibilidade de considerar toda a história do cristianismo, iniciamos nosso percurso nos albores do século XVI, época das grandes navegações e da chegada dos europeus ao continente americano.

A oficialização da escravização ocidental tem suas origens nas navegações marítimas empreendidas por Portugal por meio da colonização dos povos mediterrâneos. Este processo foi outorgado pelas bulas *Dum Diversa* (1452) e *Romanus Pontifex* (1454) do Papa Nicolau V (1447-1455), as quais foram porta de entrada da oficialização da escravização de negros e indígenas pela Coroa Portuguesa, por parte do magistério da Igreja. Estas duas Bulas são tidas como cartas magnas que legitimam as ações da Coroa Portuguesa com o respaldo de estarem colaborando para a salvação das almas, como uma forma de redimir os pecados dos seus antepassados.

Além destes documentos, há outros que são totalmente contrários à escravização de negros e indígenas, como a *Pastorale officium* de Paulo III (1468-1549) proibindo submeter os indígenas orientais e meridionais à escravidão (DZ 1495); a constituição *In supremo apostolatus fastigio*, de Gregório XVI (1765-1846) na qual manifesta o empenho de afastar radicalmente os fiéis do desumano mercado de negros ou de outros homens quaisquer (DZ 2745). João XXIII (1881-1963) se pronunciou contra a discriminação racial na encíclica *Pacem in Terris*, pois “as discriminações raciais não encontram nenhuma justificação, pelo menos no plano da razão e da teoria (DZ 3977) e Paulo VI (1897-1978) na encíclica *Populorum Progressio*, afirmando que “o racismo grassou, com frequência, entre colonos e autóctones, impedindo que chegassem a um recíproco e fecundo entendimento e inflamando os corações com ódio acerbo em consequência de verdadeiras injustiças” (DZ 4467)

Neste interlúdio entre João XXIII e Paulo VI, o Concílio Vaticano II (1962-1965), na sua constituição pastoral *Gaudium et Spes* afirmou que “qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição

social, língua ou religião deve ser superada e eliminada como contrária à vontade de Deus” (DZ 4329).

A nível de América Latina, houve uma dedicação das conferências de Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007) que fazem uma alusão direta à questão racial e ao racismo que é vigente em nosso meio. A conferência de Santo Domingo (1992) retrata o seguinte no número 249: “Conscientes do problema da marginalização e do racismo que pesa sobre a população negra, a igreja, na sua missão evangelizadora, quer participar dos seus sofrimentos e acompanhá-los em suas legítimas aspirações em busca de uma vida mais justa e digna para todos”.

A Conferência de Aparecida (2007) traçou linhas e metas para que pudessem haver formas de combater a indiferença produzida pelo racismo. No número 532, o documento traz a seguinte citação:

O seguimento de Jesus no Continente passa também pelo reconhecimento dos afro-americanos como desafio que nos interpela para viver o verdadeiro amor a Deus e ao próximo. Ser discípulos e missionários significa assumir a atitude de compaixão e cuidado do Pai, que se manifestam na ação libertadora de Jesus. A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força avassaladora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna. Conhecer os valores culturais, a história e as tradições dos afro-americanos, entrar em diálogo fraterno e respeitoso com eles, é um passo importante na missão evangelizadora da Igreja (CELAM, 2007, 532).

A Conferência de Aparecida elabora, de modo concreto, a ação da Igreja perante os negros e negras. Reconhece sua história, sua caminhada de luta, a invisibilidade que sofrem e a indiferença que os permeiam.

O Papa Francisco, na sua carta encíclica *Fratelli Tutti*, diz que “o racismo é um vírus que muda facilmente e, em vez de desaparecer, dissimula-se, mas está sempre à espreita” (FT 97). Desse modo, o Sumo Pontífice rechaça a indiferença produzida pelo racismo, que se dissimula, que muda facilmente e vemos, como que ele ataca ferozmente a nossa juventude negra. Em outra passagem da encíclica, Francisco nos fala sobre o mal que essa indiferença provoca na sociedade e suas consequências, pois

Nesta linha, com tristeza, volto a destacar que “vivemos já muito tempo na degradação moral, baldando-nos à ética, à bondade, à fé, à honestidade; chegou o momento de reconhecer que esta alegre superficialidade de pouco nos serviu. Uma tal destruição de todo o fundamento da vida social acaba por colocar-nos uns contra os outros na defesa dos próprios interesses” (LS, n. 229). Voltemos a promover o bem, para nós mesmos e para toda a humanidade, e assim caminharemos juntos para

um crescimento genuíno e integral. Cada sociedade precisa de garantir a transmissão dos valores; caso contrário, transmitem-se o egoísmo, a violência, a corrupção nas suas diversas formas, a indiferença e, em última análise, uma vida fechada a toda a transcendência e entrincheirada nos interesses individuais (FRANCISCO, 2020, n.113).

Apontamos, claramente, que o magistério da Igreja, atualmente, é firme em denunciar toda espécie de indiferença e quaisquer coisas que levem a ela ou são por ela provocadas. Dentre os vários motivos causadores da indiferença, o racismo é uma forma concreta, atentamos a isso devido ao auto nível de jovens negros que são marginalizados e assassinados, pelo único fato de serem negros, mostra o mal que a indiferença produz.

O tornar-se indiferente ao outro é um meio próprio de subalternizá-lo, isto é, não se faz questão da pessoa na sua integralidade, a isso detectamos que a alteridade é um valor, ou seja, o estar com o outro em mesma dimensão, porém um valor que há tempos anda ameaçado pela indiferença. A indiferença retira a pessoa da fraternidade e a leva ao egoísmo, não mais vendo aos outros, mas bastando a si mesma. Nesse sentido, precisamos identificar a falta de alteridade como produto do racismo. A pergunta que nos resta fazer, é a seguinte: O que faz com que o Outro não seja reconhecido como humano? O que faz com que um jovem negro possa ser assassinado pelo simples fato de ser negro? Estamos diante de um dilema étnico! O que há do nascimento à morte da pessoa que a torne indiferente e não a deixa viver, com dignidade, atingindo seu fim natural?

4 DE “FRENTE PRO CRIME”, O QUE FAZER?

Uma vez situado o dilema ético, o genocídio da juventude negra, precisamos “propor iniciativas e atitudes éticas capazes de criar resistência a essa realidade e potencializar a cultura da vida” (RICCI, 2017, p. 32). A essa questão, precisamos olhar para o Estado e tentar propor resoluções para tal questão.

Quando olhamos essa problemática por parte do Estado, vemos que há, ainda, poucas iniciativas que possam promover uma equidade racial. Para se chegar a isso, é preciso políticas públicas de inserção do negro na sociedade como protagonista, não mais como coadjuvante. Outro aspecto ao qual o Estado precisa direcionar, são leis e ações de combate e erradicação ao racismo, isso em todas as esferas do poder público. Algumas estratégias nas últimas décadas já foram tomadas, contudo não são suficientes, ainda, para uma fomentação da equidade racial.

O racismo se dissimula facilmente, dentre outras formas, existe pelo sistema econômico. Se pensarmos um Estado com política econômica neoliberal, no qual se torna mínimo e de “pouca” influência na vida das pessoas, logo, a má administração desse corpo estatal interfere diretamente na vida da pessoa, pois a lógica econômica se torna meritocrata, pois quem têm dinheiro, têm poder! O Estado precisa abarcar a vida das pessoas, de modo a superar as suas fragilidades, dando-lhe condições de viver. O racismo se sustenta a partir de um projeto político

econômico, o Estado evidência muito mais o capital, e esquece a distribuição de renda, o racismo se torna um aliado econômico do Estado.

É visível na sociedade brasileira um vocabulário totalmente racista, com expressões de cunho desmoralizante do negro, dentre as diversas está o “denegrir”, que é pejorativo, pois relacionar que algo negro é ruim. O adjetivo para tratar de situações calamitosas, como o “neguinho” fez isso, ou depois vem “neguinho” falar a respeito... questões que colocam a pessoa negra como a problemática do debate. A pergunta a que devemos fazer é a seguinte: “os espaços que frequento, as pessoas negras estão usufruindo ou servindo?”. A partir desta ótica sensível surgirá um desejo de entender o que é o racismo por meio uma profunda (*metanóia*) mudança de consciência, seja por parte da pessoa, das religiões, dos governantes, dos espaços de decisão e de poder.

É preciso fomentar políticas públicas de erradicação do racismo, de equidade racial, equidade de gênero, programas de ação afirmativa para que haja uma reparação histórica-social, que retrate as pessoas negras, reconhecendo o duro peso que levam até os dias atuais. Nenhuma política pública será suficiente sem mudança de consciência, sem fomentar um novo ethos da consciência humana, uma nova intersubjetividade.

A Igreja do Brasil, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, após o ano de 1988, nos 100 anos da abolição da escravidão, fomentou a discussão racial por meio da campanha da Fraternidade, com tema: “fraternidade e o negro”. Esta campanha da fraternidade de 1988 corroborou para a promulgação do estudo de número 85 da CNBB. Este estudo direcionado a pastoral afro-brasileira (PAB) surge do esforço da própria pastoral, após pesquisas para estimular as comunidades cristãs a “assumir e realizar ações efetivas no combate a toda forma de racismo, na valorização das culturas e na solidariedade com a população afro-descendente” (Estudos da CNBB, 85, p. 8).

A Igreja do Brasil reconhece a situação da comunidade negra e salienta que não mais “é suficiente a elaboração de diagnóstico da realidade, mas é necessário empreender ações concretas” (Estudos da CNBB 85, nº28). A Igreja compreende que somente por meio de políticas públicas serão possíveis o nivelamento das desigualdades presentes no seio da sociedade, no entanto, o estudo 85 fomenta que alguns passos já foram dados, como a política de cotas em locais de estudos e empregos, deixando um apelo à Igreja, pois a

“Comunidade negra espera das instituições eclesiais, escolas católicas e de outras denominações, não só a denúncia da realidade gritante, mas o seu envolvimento, criando espaços alternativos que possam estar à disposição daqueles e daquelas que lutam por superar as barreiras de exclusão tão visíveis na área educacional” (Estudos da CNBB, 85, nº26)

Por parte da Igreja, sempre houve, admoestações que visam a denúncia do racismo e do preconceito, sobretudo no que tange aos povos africanos e afrodescendentes, porém na América latina, de modo especial no Brasil, o posicionamento da Igreja tem sido de modo muito mais

incisivo devido as marcas indeléveis deixadas pelo racismo na comunidade negra. A orientação do estudo 85 da CNBB, nos coloca de frente a uma Igreja que procura resgatar no seu “baú teológico” formas de compreensão dos povos afrodescendentes, sua história, sua religiosidade e sua cultura e meios de fomentar, por meio da Igreja, sua expressão de culto e a liberdade de uma celebração que preze pela inculturação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ética que permeou nosso trabalho foi o genocídio da juventude negra. Tentamos de modo claro trazer a problemática no viés histórico, abordando as principais causas que nos fazem refletir sobre essa temática.

No viés teológico, descobrimos o processo de alteridade como fruto da libertação das pessoas, uma vez que a indiferença produz distância e morte. Nesse sentido, usamos de textos do evangelho para exemplificar como é manifesta a alteridade por Jesus de Nazaré. Contudo, pudemos deslumbrar que o nosso trabalho não apresenta uma resposta final à problemática ética apresentada, mas que, à luz do Evangelho, podemos, sim, adversar a indiferença que produz o racismo e que leva tantos jovens à morte. Vemos que a mistanásia é presente e junto a um projeto de necrobiopoder, mostra-se o quanto a juventude negra está vulnerável em pleno século XXI.

O resultado final deste trabalho é entender que a ética teológica não está distante da vida das pessoas e de suas fragilidades. Fazer teologia implica em uma ética aplicada e comprometida, que não só teorize, mas que promova iniciativas que valorizem a vida em sua plenitude. Não dá mais para fazer uma teologia que não seja ética, uma teologia que não questiona, que seja acomodada e que não se implique na vida das pessoas, mas que seja boa-nova e esperança de novos céus e nova terra (cf. Ap 21). Ao contrário disto haverá, somente e, principalmente para o jovem negro, o “silêncio servindo de amém”.¹⁹

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Cadernos pagu (53), 2018.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 12 set. 2023
- CNBB. Pastoral afro-brasileira. São Paulo: Paulus, 2002, 48 pp. (Estudos da CNBB 85)
- COMPÊNDIO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 743 pp.
- CONCLUSÕES DA IV CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO SANTO DOMINGO, Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã, Texto Oficial, São Paulo, Paulinas, 1992, 257 pp.
- DENZINGER Heinrich, DENZINGER, (DZ) Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral. Traduzido com base na 40ª edição alemã (2005) aos cuidados de Peter HÜNERMANN, por José Marino Luz e Johan Konings, São Paulo: Paulinas / Loyola, 2007.

19 Música: “De frente pro crime”. Letra: Aldir Blanc Mendes / Joao Bosco De Freitas Mucci

DOCUMENTO DE APARECIDA, Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, 13-31 de maio de 2007, 2ª edição, CNBB, São Paulo, Paulinas, Paulus, 2007.

FRANCISCO, Papa. Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

MBEME, Achille. NECROPOLÍTICA. Arte & Ensaios: revista do ppgav/eba/ufrrj. v. 32, n. 0, p. 123-151, dez. 2016. Semestral.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1999.

OS FILHOS DE CAM: A LEGITIMAÇÃO DA CATOLICA DA ESCRAVIZAÇÃO DO NEGRO. Porto Alegre: Fi, 2021. 154 p. RECURSO ELETRONICO. Disponível em: <https://www.editorafi.org/290cam>. Acesso em: 12 set. 2023.

RICCI, Luiz Antônio Lopes. A morte social: Mistanásia e bioética. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. 2021. Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar. 171 p

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Higor Ferreira de Oliveira: Religioso Franciscano, bacharel em teologia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino – ISTA/ Especializando em Juventudes no Mundo contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

E-mail - ferreirahigor@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9000-6648>

Endereço: Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 - Planalto, Belo Horizonte - MG, 31720-300

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

GRUPO DE TRABALHO 3
JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E DESIGUALDADES



Juventude, Tecnologia e Espaços Urbanos: Uma Experiência de Internacionalização “Spring School Youth” na Puc Minas

Fabyolla L. Macêdo de Castro¹

Luciana Kind²

RESUMO: Este trabalho apresenta um relato de experiência da Spring School YOUTH, realizada na PUC Minas em parceria com instituições internacionais. A atividade reuniu pesquisadores e estudantes para discutir juventude, espaços urbanos e tecnologia. A partir de análise comparativa entre Brasil e Israel, evidenciam-se diferentes formas de engajamento juvenil: no Brasil, com foco em redes feministas digitais; em Israel, nas questões de identidade e segurança. A experiência destaca a relevância da interdisciplinaridade, da internacionalização e do acesso às tecnologias para a participação juvenil.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Espaços urbanos. Tecnologia. Participação juvenil. Internacionalização.

ABSTRACT: This paper presents an experience report based on the Spring School YOUTH, held at PUC Minas in partnership with international institutions. The program brought together researchers and students to discuss youth, urban spaces, and technology. Through a comparative analysis between Brazil and Israel, different forms of youth engagement are highlighted: in Brazil, through feminist digital networks; in Israel, through issues of identity and security. The experience emphasizes the importance of interdisciplinarity, internationalization, and access to digital technologies for youth participation.

KEYWORDS: Youth. Urban spaces. Technology. Youth participation. Internationalization.

INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior tem sido uma estratégia crescente para ampliar a formação de pesquisadores e fortalecer a produção científica globalmente. (CAPES, 2024). Segundo a CAPES (2023), “a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação com qualidade também passa pelo seu nível de internacionalização, especialmente através de relações de cooperação internacional.” Nesse contexto, a experiência vivida na Spring School YOUTH, realizada na PUC Minas em junho de 2024 e em Viena, Áustria, emergiu como uma oportunidade de crescimento na minha trajetória como doutoranda em Psicologia. Esta iniciativa,

1 Doutoranda de Psicologia PPGPsi PUC Minas. E-mail: fabyollamacedo@gmail.com.

2 Docente Fapsi e PPGPsi PUC Minas. E-mail: Luciana Kind lukind@gmail.com

desenvolvida em parceria com instituições de ensino de Viena e Tel Aviv, ofereceu um ambiente propício para a troca interdisciplinar e transnacional de conhecimentos, com foco específico na temática de interações entre juventude, espaços urbanos e tecnologia.

Este relato de experiência visa compartilhar os principais aprendizados e reflexões que surgiram durante a participação no projeto, destacando como as práticas juvenis de apropriação dos espaços urbanos, mediadas por tecnologias digitais, configuram novos modos de expressão política e cultural. A análise comparativa entre o Brasil e Israel, por exemplo, que realizei a partir das trocas com pesquisadores durante as atividades da Spring School, permitiu explorar como jovens de diferentes contextos socioculturais utilizam a cidade e as plataformas digitais como palcos de resistência, política e transformação social.

Ao longo deste relato, serão discutidos os desafios enfrentados durante o processo de internacionalização e as contribuições acadêmicas proporcionadas por essa experiência, que ampliaram não apenas a compreensão teórica, mas também as competências analíticas e metodológicas essenciais para a continuidade da minha pesquisa doutoral. A vivência proporcionada pela Spring School YOUTH demonstrou-se fundamental para possibilitar análises críticas das relações entre juventude, espaços urbanos e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento de novas perspectivas sobre as práticas juvenis em contextos de precarização social.

1 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A participação na Spring School YOUTH, realizada na PUC Minas em parceria com instituições de Viena e Tel Aviv, proporcionou uma experiência rica e diferencial, tanto no âmbito acadêmico quanto pessoal. Este projeto de internacionalização reuniu pesquisadores e estudantes de diferentes disciplinas e países, todos focados no estudo da juventude, dos espaços urbanos e da tecnologia. A imersão em um ambiente tão diversificado e interdisciplinar possibilitou uma troca de conhecimentos e perspectivas que ampliou significativamente a compreensão dos temas abordados.

Durante a Spring School, fui exposta a uma variedade de metodologias e abordagens teóricas, que me permitiram aprofundar a análise crítica das práticas juvenis em contextos urbanos. As discussões foram pautadas em pesquisas contemporâneas sobre juventude, espaços urbanos e tecnologia sob distintas perspectivas e área, assim como por uma rede de pesquisadores de diferentes partes do mundo. Destaco a oportunidade que tive de realizar uma comparação analítica crítica a partir da pesquisa sobre “Subjetivações políticas em trajetórias de jovens feministas” no Brasil e Moçambique, da minha orientadora Luciana **Kind (2018)**, e a investigação de **Zaban & Cohen (2023)** sobre o engajamento político de jovens em Israel. A oportunidade de comparar e contrastar essas realidades proporcionou uma visão mais ampla e nuançada dos desafios e das oportunidades enfrentadas pelos jovens em diferentes contextos sociopolíticos.

A experiência foi enriquecida pelas variadas metodologias de pesquisa apresentadas, que se mostrou particularmente eficaz para captar as complexidades das histórias vividas pelos jovens em suas respectivas realidades urbanas. Essas distintas abordagens permitiram explorar

não apenas os eventos e ações dos jovens, mas também as significações e os sentidos atribuídos por eles a essas experiências, revelando as múltiplas camadas de subjetividade envolvidas no processo de engajamento político.

Outro aspecto relevante da experiência foi a oportunidade de trabalhar em um ambiente interdisciplinar e internacional online e offline. A interação com pesquisadores de diferentes áreas, como Psicologia, Educação, Ciências Sociais, Arquitetura e Geografia, possibilitou a construção de um entendimento mais integrado dos temas complexos em discussão. Além disso, a diversidade cultural dos participantes trouxe à tona diferentes perspectivas sobre juventude e urbanidade, enriquecendo ainda mais as reflexões e os debates.

A Spring School também foi um espaço para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, científicas, profissionais e pessoais, como a capacidade de articular ideias complexas em outra língua (inglês) e a adaptação a novos ambientes culturais e acadêmicos. A convivência com colegas e professores de outras nacionalidades e disciplinas incentivou a criação de redes de colaboração que certamente terão impactos duradouros na minha trajetória acadêmica.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS: UMA PERSPECTIVA NARRATIVA

A participação na Spring School YOUTH, realizada na PUC Minas, em junho de 2024, representou uma oportunidade única de internacionalização que transcendeu as fronteiras geográficas e acadêmicas, proporcionando uma rica experiência de imersão em um ambiente de colaboração interdisciplinar, redes de pesquisadores e transnacional. A internacionalização, neste contexto, não se limitou à troca de conhecimentos técnicos e teóricos entre pesquisadores de diferentes países, mas incluiu uma profunda reflexão sobre a construção de narrativas que moldam a compreensão da juventude, dos espaços urbanos e do uso da tecnologia como ferramentas de transformação social.

No âmbito das narrativas, a experiência foi enriquecedora ao permitir uma análise crítica sobre como as histórias dos jovens em diferentes contextos socioculturais são articuladas, contadas e reinterpretadas. Como Gubrium e Holstein (2009) destacam, a “realidade narrativa” envolve não apenas os textos e histórias em si, mas também os contextos em que essas narrativas são elaboradas e como elas são recebidas e interpretadas (Gubrium e Holstein, 2009, p.22). Nesse sentido, a Spring School proporcionou um espaço para a exploração dessas narrativas, tanto no Brasil quanto em Israel, ampliando a compreensão sobre como os jovens utilizam as tecnologias digitais e os espaços urbanos como arenas para a construção de identidade e resistência.

A experiência no Spring School também contribuiu significativamente para a minha formação acadêmica, oferecendo novas ferramentas metodológicas e analíticas que enriqueceram meu percurso de pesquisa. A interdisciplinaridade, um dos pilares do programa, foi essencial para desenvolver uma visão mais abrangente e integrada dos desafios enfrentados pelos jovens em contextos de precarização social. Além disso, a interação com pesquisadores internacionais trouxe à tona a importância de considerar as práticas juvenis em uma perspectiva comparativa,

identificando semelhanças e diferenças nas formas como os jovens de diferentes culturas se apropriam dos espaços urbanos e das tecnologias digitais para expressar suas demandas e resistências.

Essas reflexões alinham-se com a abordagem narrativa, que sugere que as experiências humanas são construídas e compreendidas através de experiências e contextos, assim como elas são moldadas pelo contexto social e cultural em que são contadas (Polkinghorne, 1988). A Spring School YOUTH, ao proporcionar um ambiente de troca e reflexão crítica, facilitou a criação de novas narrativas que não só contribuem para a minha pesquisa, mas também têm o potencial de influenciar políticas públicas e práticas sociais relacionadas à juventude e aos espaços urbanos.

Essa experiência ressaltou a importância de considerar o papel da experiência³ na construção do conhecimento acadêmico, particularmente no campo das ciências humanas, onde as histórias individuais e coletivas desempenham um papel crucial na compreensão das dinâmicas sociais e culturais. A internacionalização, nesse sentido, não apenas amplia os horizontes acadêmicos, mas também enriquece as narrativas que emergem dessas interações, oferecendo novas perspectivas e aprofundando a análise crítica das questões contemporâneas que afetam a juventude em um mundo cada vez mais interconectado.

3 A SPRING SCHOOL YOUTH: DISCUSSÕES SOBRE JUVENTUDE, ESPAÇOS URBANOS E TECNOLOGIA

Na Spring School YOUTH, as discussões foram conduzidas com base em investigações acadêmicas realizadas em diversas áreas do conhecimento e regiões geográficas, incluindo Belo Horizonte, na PUC Minas, envolvendo docentes dos programas de pós-graduação em Psicologia, Educação, Ciências Sociais, Arquitetura e Geografia, bem como em Viena, com pesquisadores de distintas áreas também e de diversas partes do mundo, todos convergindo em torno do eixo temático Juventude, Espaços Urbanos e Tecnologia.

3 A partir do texto de Vera Caine sobre “Narrative Inquiry” (2021) podemos sintetizar o conceito de experiência como algo intrinsecamente relacionado à vida, em que as experiências não são eventos isolados, mas contínuos, evoluindo e sendo constantemente remodelados pelas interações com o ambiente e com outras pessoas. A experiência é vista como uma fonte de conhecimento que é viva, fluida e em constante transformação. Dewey, um dos principais filósofos mencionados, argumenta que a experiência ocorre continuamente e que sua qualidade é determinada pela interação entre o indivíduo e seu ambiente, bem como pela continuidade de experiências passadas que influenciam as futuras.

Nesse sentido, a internacionalização pode ser concebida como uma experiência transformadora, que não só amplia os horizontes acadêmicos, mas também contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional, influenciando a maneira como os indivíduos percebem e interagem com o mundo ao seu redor. A participação em programas de internacionalização, como o Spring School YOUTH, exemplifica essa concepção ao proporcionar não apenas uma troca de conhecimentos entre diferentes culturas e contextos, mas também uma profunda reflexão sobre como essas experiências moldam nossas narrativas pessoais e profissionais. Através da internacionalização, vivências e conhecimentos são continuamente reavaliados e incorporados em novas práticas e perspectivas, evidenciando a natureza dinâmica e contínua da experiência.

A relação entre juventude, espaços urbanos e tecnologia tem se tornado um campo de estudo cada vez mais relevante nas ciências humanas, especialmente em contextos de crescente urbanização e digitalização. As cidades, com suas dinâmicas sociais complexas, e as tecnologias digitais, com sua capacidade de conectar e amplificar vozes, oferecem aos jovens novas formas de expressar suas subjetividades, reivindicar seus direitos e engajar-se em ações políticas e culturais.

Durante a Spring School YOUTH na PUC Minas, exploramos como os jovens, em diferentes contextos culturais, utilizam os espaços urbanos e as tecnologias digitais como plataformas para construir e disseminar suas narrativas. Esses espaços não são apenas físicos, mas também simbólicos, configurando-se como arenas onde identidades são negociadas e resistências são articuladas. Conforme discutido em Gubrium e Holstein (2009), as narrativas juvenis são moldadas tanto pelos contextos urbanos quanto pelas tecnologias que mediam essas.

No Brasil, especialmente em cidades marcadas pela desigualdade social, os jovens das periferias enfrentam desafios significativos, como a violência, a falta de acesso a recursos e a exclusão social. No entanto, eles também encontram nesses espaços oportunidades para a criação de novas formas de engajamento e resistência. A cidade se torna, então, um palco onde práticas culturais e políticas são performadas, e as tecnologias digitais funcionam como catalisadores dessas práticas, permitindo que as vozes juvenis alcancem audiências mais amplas.

A experiência no Spring School YOUTH proporcionou uma análise comparativa entre a realidade dos jovens brasileiros (Kind, 2018) e israelenses (Zaban & Cohen, 2023) destacando como os contextos socioculturais influenciam a maneira como a juventude se apropria dos espaços urbanos e das tecnologias. No Brasil (Kind, 2018), observou-se que as tecnologias digitais são frequentemente utilizadas como ferramentas de sobrevivência e resistência, enquanto em Israel, elas são vistas como meios de inovação e transformação social.

A tecnologia, nesse contexto, não é apenas um meio de comunicação, mas um instrumento de poder e agência. Ela possibilita a criação de redes de solidariedade, a organização de movimentos sociais e a disseminação de narrativas que questionam as estruturas de poder estabelecidas. A capacidade dos jovens de se apropriarem desses recursos tecnológicos e urbanos para articular suas demandas e identidades revela a importância de entender a juventude como um agente ativo de transformação social.

Essa análise foi enriquecida pela metodologia de realidade narrada (Caine; Clandinin; Lessard, 2021), que permitiu compreender as histórias vividas pelos jovens em seus contextos específicos e como essas histórias são contadas e reinterpretadas no ambiente urbano e digital. Como aponta Caine (2021), a narrativa é uma forma poderosa de captar as complexidades da experiência humana, especialmente em contextos de transformação social.

Portanto, o estudo das relações entre juventude, espaços urbanos e tecnologia não apenas amplia nosso entendimento sobre as práticas juvenis, mas também revela as potencialidades

desses jovens como protagonistas na construção de novas formas de viver e experienciar a cidade e a sociedade digital.

4 SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA EM CONTEXTOS DE RESISTÊNCIA: UM DIÁLOGO ENTRE JOVENS NO BRASIL E ISRAEL

A subjetivação política de jovens em diferentes contextos culturais e geográficos revela as diversas formas de engajamento e resistência que emergem em resposta às particularidades socioeconômicas e culturais de cada país. Para realizar essa análise, comparamos as pesquisas realizadas no Brasil por Kind (2018), que explora a subjetivação política de jovens feministas, com o estudo de Zaban & Cohen (2023) em Israel, que investiga o engajamento político de jovens em meio a conflitos sociopolíticos.

Kind (2018) foca na subjetivação política de jovens feministas em contextos urbanos no Brasil, analisando como as práticas e discursos feministas emergem como formas de resistência e construção de identidades políticas. O estudo de Kind mostra que, em um ambiente marcado por desigualdades sociais e violência de gênero, as jovens feministas utilizam os espaços urbanos e as tecnologias digitais para criar redes de apoio e solidariedade, promovendo o ativismo e a conscientização sobre questões de gênero. A pesquisa destaca como a subjetivação política dessas jovens é moldada pela interseccionalidade, onde gênero, classe e raça se entrelaçam, influenciando suas formas de engajamento e resistência.

A apropriação dos espaços urbanos por essas jovens é vista como um ato de reivindicação de direitos e de contestação às estruturas patriarcais presentes na sociedade brasileira. As tecnologias digitais, por sua vez, são utilizadas como ferramentas essenciais para a articulação de movimentos feministas, permitindo a organização de protestos, campanhas de sensibilização e a disseminação de narrativas que desafiam as normas tradicionais de gênero. Nesse sentido, a subjetivação política dessas jovens feministas é profundamente influenciada pelo contexto urbano e pelas possibilidades oferecidas pelas plataformas digitais, criando um novo campo de ação política que transcende os limites físicos da cidade.

Por outro lado, a pesquisa de Zaban & Cohen (2023) em Israel analisa o engajamento político de jovens em um contexto de conflito contínuo, onde as questões de segurança, identidade nacional e políticas de Estado desempenham um papel central na formação da subjetividade política. Zaban & Cohen (2023) exploram como os jovens israelenses, particularmente aqueles envolvidos em movimentos políticos e sociais, constroem suas identidades políticas em resposta às complexas dinâmicas de poder e resistência presentes na sociedade israelense.

Os jovens em Israel, segundo Zaban & Cohen (2023), experimentam um tipo diferente de subjetivação política, onde o engajamento é frequentemente mediado pelo contexto de conflito e pela necessidade de navegar entre as expectativas do Estado e os movimentos sociais que buscam alternativas ao status quo. Ao contrário do foco feminista observado na pesquisa brasileira, os jovens em Israel estão mais diretamente envolvidos em questões de identidade nacional, segurança e direitos civis, utilizando os espaços urbanos e as tecnologias digitais não apenas

como plataformas de resistência, mas também como meios para articular visões alternativas de coexistência e paz.

Ao comparar as pesquisas de Kind (2018) e Zaban & Cohen (2023), podemos observar como o contexto socioeconômico e político influencia significativamente a subjetivação política dos jovens. No Brasil, a subjetivação política das jovens feministas é profundamente moldada pelas dinâmicas de gênero, onde a luta contra o patriarcado e a violência de gênero ocupa um lugar central nas práticas de resistência e engajamento. Em contraste, em Israel, o contexto de conflito e a centralidade das questões de identidade nacional moldam uma subjetivação política que é fortemente influenciada pelas dinâmicas de segurança e pelas relações de poder entre diferentes grupos étnicos e religiosos.

Além disso, enquanto no Brasil as tecnologias digitais são vistas como ferramentas para a mobilização feminista e a criação de redes de solidariedade, em Israel, essas mesmas tecnologias são utilizadas tanto para a resistência quanto para a promoção de narrativas de paz e coexistência. Essa diferença destaca como as mesmas ferramentas podem ser apropriadas de maneiras distintas, dependendo do contexto cultural e político.

Portanto, a análise crítica dessas pesquisas revela que a subjetivação política de jovens é um processo multifacetado e profundamente enraizado no contexto específico em que ocorre. As práticas de resistência e engajamento, bem como o uso dos espaços urbanos e das tecnologias digitais, variam significativamente entre o Brasil e Israel, refletindo as diferentes realidades sociais, políticas e culturais enfrentadas pelos jovens nesses dois países.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A experiência vivida na Spring School YOUTH resultou em uma série de insights valiosos sobre a intersecção entre juventude, espaços urbanos e tecnologia. A imersão em um ambiente internacional e interdisciplinar permitiu uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que moldam a subjetivação política dos jovens em diferentes contextos socioculturais. Observou-se que, tanto no Brasil quanto em Israel, os jovens utilizam os espaços urbanos e as tecnologias digitais como ferramentas essenciais para a construção de identidades políticas e para a organização de movimentos sociais. Essa descoberta confirma a importância dos espaços físicos e digitais como arenas cruciais para a expressão e a mobilização juvenil.

No entanto, a experiência também revelou diferenças significativas na forma como esses elementos são apropriados pelos jovens em cada contexto. No Brasil, as jovens feministas demonstram uma clara utilização das tecnologias digitais como meios de resistência e criação de redes de solidariedade, enquanto em Israel, as questões de identidade nacional e segurança emergem como fatores predominantes na subjetivação política. Essas diferenças destacam a importância de considerar as especificidades culturais e políticas ao analisar o engajamento juvenil.

A Spring School YOUTH proporcionou vários aprendizados essenciais. Primeiramente, a experiência destacou a importância da interdisciplinaridade na análise de questões complexas

como juventude, espaços urbanos e tecnologia. Ao trabalhar com pesquisadores de diferentes áreas, foi possível integrar perspectivas diversas, o que enriqueceu a compreensão dos fenômenos estudados. Além disso, a troca internacional de conhecimentos permitiu identificar como contextos socioculturais distintos influenciam as práticas juvenis, oferecendo uma visão comparativa que ampliou os horizontes teóricos e metodológicos da pesquisa.

Outro aprendizado significativo foi a constatação do papel central das tecnologias digitais na mobilização e articulação política dos jovens. As plataformas digitais emergem não apenas como meios de comunicação, mas como espaços de resistência e construção de identidades, o que reforça a necessidade de uma compreensão crítica e contextualizada dessas ferramentas na análise das práticas juvenis.

Os resultados obtidos durante a Spring School YOUTH estão alinhados com a literatura existente sobre subjetivação política e práticas juvenis. Kind (2018), por exemplo, argumenta que a interseccionalidade é um elemento-chave na subjetivação política das jovens feministas no Brasil, um achado que foi corroborado pela experiência vivida durante o projeto. Da mesma forma, Zaban & Cohen (2023) ressaltam a influência do contexto de conflito na subjetivação política dos jovens em Israel, o que também foi observado durante as discussões na Spring School.

Esses achados reforçam as conclusões de autores como Livingstone, Stoilova e Nandagiri (2021), que enfatizam o papel das tecnologias digitais na amplificação das vozes juvenis e na facilitação de práticas de resistência. A experiência da Spring School contribuiu para a confirmação dessas teorias, oferecendo evidências empíricas que ilustram como essas dinâmicas ocorrem em contextos específicos.

As implicações da experiência na Spring School YOUTH são significativas tanto para a prática quanto para a teoria e a política. Do ponto de vista prático, os insights obtidos podem informar a criação de programas e políticas públicas voltadas para a juventude, que considerem as especificidades dos contextos socioculturais e as potencialidades das tecnologias digitais como ferramentas de empoderamento e mobilização.

Teoricamente, a experiência contribui para a ampliação do entendimento sobre a subjetivação política juvenil, evidenciando a necessidade de abordagens interseccionais e contextualmente situadas. A integração de perspectivas comparativas entre diferentes países enriquece o campo de estudo, sugerindo novas direções para pesquisas futuras que explorem a interseção entre juventude, urbanidade e tecnologia.

Em termos de política, os resultados apontam para a importância de promover políticas públicas que incentivem a participação juvenil e reconheçam o papel central das tecnologias digitais na vida dos jovens. Além disso, a experiência ressalta a necessidade de políticas que garantam o acesso equitativo às tecnologias, permitindo que todos os jovens possam participar ativamente da construção de suas identidades políticas e da sociedade em que vivem.

Assim, a experiência na Spring School YOUTH proporcionou uma compreensão mais profunda e integrada dos desafios e oportunidades enfrentados pelos jovens em diferentes

contextos, oferecendo valiosos entendimentos que podem orientar futuras pesquisas e políticas voltadas para o engajamento juvenil em ambientes urbanos e digitais.

CONSIDERAÇÃOSE FINAIS

A participação na Spring School YOUTH foi uma experiência transformadora que proporcionou uma compreensão aprofundada e comparativa das dinâmicas de subjetivação política de jovens em diferentes contextos socioculturais. Ao analisar as interações entre juventude, espaços urbanos e tecnologia, a experiência revelou a complexidade e a diversidade das práticas juvenis, evidenciando como esses elementos se entrelaçam para moldar identidades e formas de resistência.

As discussões realizadas durante a Spring School, fundamentadas em pesquisas contemporâneas do Brasil e de Israel, demonstraram que, embora os jovens de diferentes partes do mundo enfrentem desafios específicos, há uma convergência na maneira como utilizam os espaços urbanos e as tecnologias digitais como arenas de expressão e transformação social. No Brasil, a luta das jovens feministas contra o patriarcado e a violência de gênero, e em Israel, o engajamento dos jovens em questões de identidade nacional e segurança, destacam as múltiplas formas de subjetivação política que emergem em resposta a contextos locais.

Essa experiência também sublinhou a importância da interdisciplinaridade e da internacionalização na pesquisa acadêmica. A colaboração com pesquisadores de diversas áreas e culturas enriqueceu as discussões e possibilitou a construção de um conhecimento mais abrangente e integrado sobre as questões analisadas. Além disso, a utilização da metodologia de inquérito narrativo permitiu captar as nuances das experiências vividas pelos jovens, contribuindo para uma análise mais profunda e contextualizada.

As implicações desta experiência são amplas, tanto para a prática quanto para a teoria e a formulação de políticas públicas. Os resultados obtidos destacam a necessidade de políticas que promovam a participação ativa dos jovens e garantam o acesso equitativo às tecnologias digitais, reconhecendo seu papel central na construção de identidades políticas e na mobilização social. Teoricamente, a experiência contribui para o avanço do campo de estudo da subjetivação política juvenil, sugerindo novas direções para pesquisas futuras que explorem as interseções entre juventude, urbanidade e tecnologia.

Dessa forma, a Spring School YOUTH não apenas ampliou os horizontes acadêmicos e metodológicos, mas também apresentou a importância de considerar as especificidades culturais e contextuais ao analisar as práticas juvenis. Os aprendizados e reflexões obtidos durante essa experiência continuarão a influenciar e orientar futuras pesquisas e intervenções voltadas para o empoderamento juvenil e a transformação social em contextos urbanos e digitais.

REFERÊNCIAS

- BENEDICTO, R.; CARRANO, P. *Juventude e contemporaneidade: dilemas e possibilidades*. Revista Brasileira de Educação, v. 25, e250050, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250050>.
- CAINE, V; CLANDININ, D.J.; LESSARD, S. *Narrative Inquiry: Philosophical Roots*. Editora Bloomsbury Academic, 2021, 264p.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. *The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- GÓMEZ-PÉREZ, M.; OLIVEIRA, L.; ROMÃO, R. Engajamento juvenil e plataformas digitais: um estudo sobre a juventude brasileira em tempos de crise. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 15, n. 3, p. e020022, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i3.2427>.
- HEIDEMAN, E. Youth and political activism in the digital age: A critical analysis. *Journal of Youth Studies*, v. 22, n. 6, p. 764-778, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13676261.2019.1575346>.
- HERNÁNDEZ, R.; TATOMIR, A. The Urban Youth and Their Right to the City: An Analysis of Youth Engagement in Public Spaces. *Urban Studies*, v. 57, n. 8, p. 1725-1741, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0042098019862235>.
- JANSSON, A. *Mediated Urbanism: A Critical Analysis of New Media and Spatial Practices*. London: Routledge, 2020.
- KIND, L. *Subjetivação política em trajetória de jovens feministas*. Projeto de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, PUC Minas. 2018.
- LIVINGSTONE, S.; STOILOVA, M.; NANDAGIRI, R. The Possibilities and Risks of Digital Technologies for Young People's Political Participation. *New Media & Society*, v. 23, n. 4, p. 1186-1202, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444820932547>.
- LOW, S. M.; IVESON, K. *Protesting Cities: Social Movements and Public Space*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2019.
- STEVENSON, D. Urban Citizenship and Youthful Engagement: Rethinking Public Spaces. *Journal of Urban Affairs*, v. 43, n. 5, p. 702-720, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07352166.2020.1724563>.
- ZABAN, H.; COHEN, N. *Youth, Conflict, and Political Engagement in Israel: National Identity and Resistance in a Divided Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Fabyolla L. Macêdo de Castro: Doutora em Psicologia. Mestre em Psicologia (Intervenções Clínicas e Psicossociais) pela PUC Minas e especialista em Neurociências pela UFMG. Graduada em Psicologia pela PUC Minas. Realizou formação na Université Louis Pasteur (França). Docente da PUC Minas, com atuação na graduação e pós-graduação. Integra o grupo de pesquisa Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS/CNPq). Desenvolve pesquisas nas áreas de psicologia, saúde e educação, com enfoque interdisciplinar.

E-mail - fabyollamacedo@gmail.com

Luciana Kind: Pós-doutora em Psicologia Social (UFMG). Doutora em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ, com estágio doutoral no Instituto Max Planck (Alemanha). Mestre e graduada em Psicologia pela UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas, onde atua também na coordenação. Líder do grupo

Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS/CNPq) e coordenadora de GT na ANPEPP. Possui experiência em Psicologia Social e Saúde Coletiva, com ênfase em saúde pública, gênero, violências e metodologias qualitativas.

Orcid - 0000-0002-0327-0722

E-mail - lukind@gmail.com

Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Avenida Dom José Gaspar, 500 - Bairro Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG
CEP: 30535-901 - Brasil

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



DOI: 10.20911/25260782v11n2p142/2026

Oz Guarani: O rap Como Caminho de Reafirmação de Identidade dos Jovens Indígenas Guarani Mbya no Pico do Jaraguá-SP

Robson da Silva Oliveira¹

RESUMO: Este estudo investiga a resistência dos jovens Guarani Mbya no Pico do Jaraguá, em São Paulo, focando no Rap como ferramenta de reafirmação identitária. Através das letras e vivências do grupo Oz Guaranis, a pesquisa joga luz sobre o protagonismo indígena urbano, tema ainda escasso na academia. Ao analisar esses discursos, o trabalho mostra como a música serve para denunciar injustiças e dar visibilidade às pautas territoriais. Conclui-se que o Rap é, acima de tudo, um caminho potente de sobrevivência cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Indígena. Resistência. Rap. Indígena

ABSTRACT: This study investigates the resistance of Guarani Mbya youth at Pico do Jaraguá, São Paulo, focusing on Rap as a tool for identity reaffirmation. Through the lyrics and lived experiences of the group Oz Guaranis, the research highlights urban indigenous protagonism, a theme still scarce in academia. By analyzing these discourses, the work shows how music serves to denounce injustices and provide visibility to territorial struggles. It concludes that Rap is, above all, a powerful path for cultural survival.

KEYWORDS: Youth. Indigenous. Resistance. Rap. Urban Context.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho quer trazer uma reflexão sobre a resistência e a afirmação da identidade indígena provocadas pelo grupo de Rap Oz Guarani, composto por 2 jovens indígenas residentes na Terra Indígena Guarani Mbya na cidade de São Paulo, Jeferson Xondaro e Mirindjú Mano Glowens. O objetivo principal deste trabalho é refletir como a música promovida por jovens indígenas é uma forma de resistência, formadora de identidade e afirmação cultural.

De acordo com os dados do IBGE no seu último Censo Demográfico em 2022, o Estado de São Paulo conta com uma população de 55.295 mil pessoas autodeclaradas indígenas,

¹ Graduado em História (UNIVAP), Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Pós-Graduando em Juventude no Mundo Contemporâneo, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). robs_pjsjc@hotmail.com.

distribuídas em suas cidades (IBGE,2023). Na cidade de São Paulo, também segundo o Censo Demográfico de 2022, temos mais de 19,777 mil indígenas de mais de 52 etnias habitando a Grande São Paulo, tornando a cidade o 4º município em população autodeclarada indígena (IBGE, 2023). Confirma Lourenção, Silva e Guiral em seu artigo “A São Paulo Indígena”:

No quadro nacional, São Paulo é o quarto município em população autodeclarada indígena. Com relação ao quesito de indígenas vivendo em meio urbano, a cidade de São Paulo ocupa o primeiro lugar no país. (LOURENÇÃO, SILVA, GUIRAL, 2013:86).

Temos então dois tipos de situação em relação a estes povos indígenas: oito aldeias Guaranis localizadas na zona sul (TI Tenondé Porã) e seis aldeias Guaranis localizadas na zona noroeste (TI Jaraguá) da cidade de São Paulo. E uma grande população indígena distribuída por diversos bairros da Grande São Paulo, constituída por famílias que migraram de suas terras de origem de várias regiões dos pais.²

Neste sentido, faremos uma reflexão do rap indígena de um grupo residente no território indígena Guarani na cidade de São Paulo, precisamente na Região Noroeste, a Terra Indígena (TI) Jaguará. Os Guaranis foram um povo de grande expressão populacional no Brasil. Segundo John Manuel Monteiro (1998: 476-477), a presença Guarani no Século XVI abrangia uma área que hoje corresponde aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Atualmente são 12 *tekoa*³, que formam as duas Terras indígenas em processo de demarcação: a TI Jaraguá e a TI Tenondé Porã. A Terra Indígena Jaraguá está localizada na região noroeste da metrópole paulistana, nos municípios de São Paulo, engloba a *Tekoa Ytu*, o *Tekoa Pyau*, *Tekoa Itakupe*, *Tekoa Yvy Porã*, *Ita Endy* e *Iva Vera*. A TI é composta por cerca de 250 casas de pau a pique e cimento e é considerada a menor terra indígena do Brasil com 1,7 hectares (FARIA, 2015, p. 21). Fora as áreas demarcadas surgiram outras áreas fruto de retomadas que são a *Tekoa Yvy Porã*, *Ita Endy* e *Iva Vera*, áreas não demarcadas.

Para Lefebvre (1991), a cidade resulta de uma produção social e tem seus espaços e benefícios produzidos e apropriados de forma desigual e excludente. Nesse sentido, para os indígenas em contexto urbano, a cidade lhes impõe uma forma de apropriação socioespacial desigual e a negação dos seus direitos de povos indígenas, além da negação dos próprios direitos à cidade, à identidade e cultura (LOURENÇÃO, SILVA, GUIRAL, 2013, p. 94).

Durante séculos os povos indígenas vêm usando a produção artística e cultural como uma ferramenta capaz de fortalecer laços culturais e identitários e de conscientizar a população

2 Disponível em: <<http://cpisp.org.br/indios/html/texto.aspx?ID=207>> acessado em 18/12/2016.

3 O termo *tekoa* tem um sentido polissêmico ligado a terra, à natureza e às relações sociais, políticas e religiosas pelos grupos Guarani. Abarca a noção de local onde se realiza o modo de ser. Pode ser definido como local onde se realizam as relações sociais entre as famílias extensas (TROQUEZ, 2006, p. 32).

através de suas manifestações, denunciando e mostrando os verdadeiros sentidos e objetivos das ações das classes dominantes dentro do sistema capitalista e neoliberal.

O rap, por sua vez, é a expressão que mais difundiu esse movimento de resistência, inclusive na mídia. Este estilo musical destaca os preconceitos raciais e sociais, a pobreza e a violência, presentes no cotidiano das comunidades negras e constituem uma manifestação contemporânea fundamental do cenário cultural brasileiro. Na construção do estilo rap podemos observar sobretudo uma história de exclusão, de violência, mas também de riqueza cultural e de resistência. Desde seu surgimento no Brasil na década de 1980, o rap, por meio de suas letras, manifesta um evidente engajamento às problemáticas sociais e históricas de nosso País. Marcado, inicialmente, por uma linguagem fora dos padrões acadêmicos e da norma culta da língua, foi responsável por trazer à tona a dura realidade da periferia, dos morros e das quebradas, evidenciando os dilemas dos sujeitos e coletivos que os ocupam e buscando a construção de uma consciência crítica por meio da produção de um estilo próprio.

Já o rap indígena, Walter Benjamin (1987) nos ajuda a refletir que o processo narrativo faz com que a manifestação cultural se apresente como uma ação social, sendo assim o rap indígena enquanto manifestação cultural e social mostra um hibridismo linguístico, permitindo que tanto os indígenas quanto as pessoas não indígenas compreendam as condições sociais, de existência e resistência do povo. O rap indígena, carregado de um poder simbólico, gera processos de autoafirmação e constrói caminhos para que outras gerações se empoderem, gerando relações de forças que mobilizam o protagonismo para que os mais jovens também se organizem para as lutas e as resistências cotidianas em seus territórios, além de dar visibilidade às pautas e lutas dos povos indígenas (FERNANDES, 2018).

É diante dessas afirmações que este trabalho se torna importante, evidenciando o sujeito jovem como protagonista e formador de uma cultura da resistência e gerador de processos que possibilitam o fortalecimento da identidade e cultura dos povos indígenas.

1 METODOLOGIA

Este artigo será articulado pelo método de pesquisa exploratório, amparado por uma revisão bibliográfica e juntamente com uma análise discursiva das músicas do grupo Oz Guarani, com base em depoimentos já publicados

Os movimentos concretos de uma pesquisa exploratória necessitam ser pensados em seus fundamentos, objetos, desempenho e estratégias de modo flexível e aberto para acolher as necessidades e tudo aquilo que é requerido durante o processo de pesquisa em construção. Deve estar aberto ao movimento de se refazer e andar nas perspectivas que se abrem e se redesenham diante de novas focalizações, obstáculos e de tudo que se apresenta no caminho da exploração.

Como prática metodológica a pesquisa exploratória implica em aproximações empíricas ao fenômeno ou objeto a ser estudado e investigado para perceber seus contornos, nuances

e singularidades, explorando aspectos que interessem e sejam relevantes à problemática em construção.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ser jovem indígena

A juventude é considerada uma categoria social, cultural e historicamente construída, composta por sujeitos que vivem diferentes situações juvenis (GROPPO, 2000; ABRAMO, 2005; NOVAES, 2007). De forma muito concreta, “juventude” é aquela ou aquele com idade entre 15 e 29 anos. E essa é considerada a fase no ciclo de vida na qual se concentram os maiores problemas e desafios, mas também de maior vigor, generosidade, sensibilidade, potencial criativo, dinamicidade e aptidão para o engajamento. Essa fase da vida também é marcada pela necessidade de afirmação de direitos, definição de identidades, inserção social e processos de desenvolvimento, falar de juventudes exige noções de espaço e tempo. Exige um olhar para as múltiplas dimensões em que estão inseridas, para a pluralidade e diversidade de expressões e realidades.

O caminho das juventudes indígenas está permeado por todos esses processos de construção de suas identidades enquanto jovens e a reafirmação de suas culturas. Os jovens indígenas urbanos organizam-se de diversas formas. São jovens nascidos nas cidades, na sua grande maioria nas periferias ou são migrantes recentes. São estudantes, trabalhadores ou estudante-trabalhador, compartilhando culturas e estilos de vida no mundo urbano. Em entrevista ao Portal Desacato⁴, Jeferson Xondaro Rose, membro do Oz Guarani define o ser jovem Guarani Mbyá dizendo que *“O jovem indígena é considerado adulto a partir dos 16 anos, o jovem da aldeia é sempre considerado independente a partir dos 16 anos”*.

Em uma entrevista concedida para o Lais Fernandes (2019), Jeferson Xondaro afirma que o Rap do Oz Guarani tem a missão de falar do cotidiano do jovem da aldeia, trazendo o que vivem, o que passam pois:

“...a gente não vê na televisão, a mídia mostrando jovens, é Guarani Kaiwoa de Mato Grosso do Sul sendo mortos por fazendeiros. Eles não mostram a invasão dos fazendeiros nas aldeias não mostra o conflito né? Então algumas partes das nossas letra é bem pesada que fala exatamente isso. Então a gente usa a língua portuguesa pra mandar essa mensagem pra população não indígena. E tem grande parte que a gente faz em guarani, e que é mais pros jovens, que é mais pras mulheres, e pras pessoas mais antigas né? A gente é, tenta, de alguma forma, levantar a pessoa que tá triste. E a pessoa, muitos dos jovens já tiveram depressão nas aldeias, não só aqui como em toda, toda aldeia né então eu também já tive, já passei por isso, então eu consegui vencer isso (FERNANDES, 2018, p.20).

4 Entrevista concedida ao Portal Desacato no dia 11 de agosto de 2019 : <https://www.youtube.com/watch?v=pL9WsbCBFNI>. Acessado em 20/11/2023.

Vale ressaltar que a fala de Jeferson Xondaro traz uma questão muito presente na vida dos jovens indígenas. A alta taxa de suicídio entre jovens indígenas é três vezes maior do que a média nacional⁵. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que entre os principais motivos dessas taxas estão os conflitos nas demarcações de terra, o preconceito e a interculturalidade.

Outro elemento importante a se considerar dos jovens indígenas é a facilidade de serem um elo de conexão entre a aldeia e os não indígenas. Com facilidade assimilam e operam equipamentos e ferramentas que permitem serem produtores e divulgadores de sua própria cultura, a partir de um olhar étnico que mostra denúncia e traz para a pauta as demandas, dificuldades, resistências e conquistas do território indígena como explicitado na fala de MC Jeferson Xondaro:

O nosso objetivo no hip-hop é fortalecer as lideranças, fortalecer os demais e não deixar que nossa cultura morra né. A nossa missão como indígena é cuidar mais assim da natureza, a gente sabe que o indígena vem disso, vem da terra. A gente exige do governador que ele reconheça a nossas terras tradicionais, a gente tem muitas lideranças de outras aldeias que estão somando com a gente. Hoje em dia temos o grupo de mulheres, o grupo de jovens que se organizam aqui dentro da aldeia, tanto para sair as ruas, tanto para fazer atos, a gente sempre, o lugar mais sagrado pra gente é o *opy*, a gente tira a sabedora, a força tudo de lá [...]. É muito difícil a mídia mostrar o que a gente passa o dia a dia, então no Rap achamos a forma de representar nosso povo e valorizar nossa cultura, nossa língua. (Depoimento dado para o Portal Desacato, em 11 de agosto de 2019)

Os jovens indígenas assumem protagonismo em lutas distintas, buscando conexões com seus modos próprios de vida, como o debate antirracista, as demandas LGBTQIAPN+ e pelo direito de existirem em suas identidades e territórios, usufruindo das conquistas tecnológicas da humanidade. Por eles são criados inúmeros caminhos de resistência, articulando diversas estratégias, entre elas o Rap, como veremos a seguir.

3 OZ GUARANI: O RAP COMO CAMINHO DE RESISTÊNCIA E REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DA JUVENTUDE GUARANI MYBIA

A resistência não é cristalizada, ela é cotidiana, e como nos diz Scott (2004), se apresenta de várias formas, não necessariamente por meio de lutas, confrontos diretos, rebeliões ou revoltas, mas naquilo em que consiste e persiste o fundamento da existência Guarani, pautando sua

5 Taxa de suicídio entre jovens indígenas é três vezes superior a média do país. <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/24/taxa-de-suicidios-entre-indigenas-e-tres-vezes-superior-a-media-do-pais>. Acessado em 20/11/2023

lógica de ocupação, de articulação, de manifestação cultural dentro e fora do seu território, que revela assim a negação da lógica capitalista. (FARIA, 2015).

Existem diversas formas de resistência, e várias delas são praticadas por grupos sociais que estão subalternizados, ou sob constantes ameaças e conflitos e que de certa forma envolvem táticas e estratégias (CERTEAU, 2014) que são territoriais, culturais, artísticas, de enfrentamos direto, entre outras. Muitas vezes a resistência constitui-se em territórios e territorialidades, ainda que muitas vezes se dê em uma territorialidade precária (HAESBART, 2004), como tem sido muitas vezes com os povos indígenas, em especial o povo Guarani Mbya do Pico do Jaraguá, representados pelo grupo Oz Guarani. Vale lembrar que a resistência se dá não por se fechar em um território, mas, sim, por envolver, acionar e acessar múltiplos territórios, buscando caminhos para resistir e libertar.

Mc Jeferson Xondaro, ao falar do início, em 2014, dos Oz Guranis, afirma que o Rap foi esse caminho de dar visibilidade à resistência e à realidade da comunidade:

Tivemos a ideia de fazer um rap falando de resistência indígena, do cotidiano nosso. A gente sabe que o rap não é uma moda. Acreditamos que o rap é um protesto e uma chance de você relatar todos os seus problemas. O rap é uma oportunidade de se soltar mesmo. Foi uma libertação para nós, [...] a gente não tem uma produção grande, somos independentes e corremos atrás das coisas. Mas a vida indígena é conhecida pela sua capacidade de luta e resistência. Foi através da arte que a gente conseguiu enxergar outro caminho. A partir disso percebemos que estávamos representando a nossa comunidade e as nossas crianças através da música. A nossa voz no rap é muito importante para que a sociedade possa entender o que a gente está passando. (Depoimento dado para o Portal Desacato, em 11 de agosto de 2019)

Mc Mirindju, integrante do Oz Guarani complementa dizendo do propósito e foco das canções:

Nosso foco é a luta pela demarcação de terras indígenas. Nosso rap tem o objetivo de levar nossa luta, mostrar e falar a verdade. Dentro da arte a gente denuncia as coisas que a população não-indígena vem fazendo, as invasões nos territórios indígenas, os ataques. A gente não precisava estar passando por isso, mas infelizmente é o que está acontecendo, é essa a realidade, o sistema atacando. Os governos não querem saber.

Para Proust (1997), a resistência se expressa em um misto de conservação e invenção, se manifesta como a resposta a uma situação, para os povos indígenas, a resistência se apresenta de diferentes formas, uma delas é através do uso e apropriação do espaço-território como fruto direto da sua cultura, que se materializa em seus rituais e na persistência da leitura de mundo, que através de seus mitos dão a forma para compreender a relação dos Guaranis com o mundo,

resistindo às formas de apropriação privada da terra. Devemos ressaltar que a resistência indígena nas cidades, mesmo com uma legislação que não garante seus direitos, se revela em estratégias diferenciadas, questionando a tendência da homogeneização imposta pela lógica capitalista que manifestada no território busca destruir as particularidades ou outras formas que a contrapõem. No trecho da canção “Contra a PEC 215”⁶ os Oz guarani deixam claro sua realidade e denunciam a necessidade da urgente demarcação do território que até hoje é a menor terra indígena do Brasil.

Oz Guarani chegou chegando com a flecha engatilhada
 Pra mandar essa mensagem, não é ideia errada
 Eu vou falar minha verdade que você não quis ouvir
 Agora para e me escuta, chegou Oz Guarani
 A nossa terra não nos suja, o que nos suja é seu papel
 Suas lei e vaidade, o seu ódio cruel
 Crianças quer crescer, os jovens querem viver
 E a nossa natureza estão matando, então, por que?
Hei, nego, hei, nega
Chegou Oz Guarani com vocês pra somar
Hei, nego, hei, nega
Contra a PEC Oz Guarani
Pode crer, é nós que tá
 Então, demarquem nossas terras e entende a nossa luta
 Seu dinheiro vale nada, não me trata como puta
 Na cidade, escorre o sangue do meu povo assassinado
 A Europa ficou rica desse ouro saqueado
 Na lembrança, vem o pico do meu povo escravizado
 Por um velho sardinha, que devia tá enlatado
 Nessa história mentirosa, que não foi nosso passado
 Violenta e truculenta, nós não tinha aliados.

Neste sentido, o território incorpora uma dimensão política, econômica e cultural, ligada ao modo pelo qual as pessoas utilizam a terra e o espaço. A territorialidade como componente de poder não é apenas um meio para criar a ordem, mas uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico; e por ele, experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219). Sendo assim, para os jovens do grupo Oz Guarani a terra guarda o sentido de pertencimento, cujo conteúdo está ligado a uma parte integrante do próprio corpo indígena, expressa na relação sociedade e natureza, fundamentalmente em sua cultura, tornando-se algo sagrado, de apropriação comunitária, e tem como seu único dono a divindade que os criou (Nhanderu) (FARIA, 2015, p. 19). O modo de se relacionar com a natureza está ligado intrinsecamente e fundamentalmente com a sua preservação e conservação, não separando a vida

6 RAP OZ GUARANI- CONTRA A PEC 215. Video clip publicado em 14 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hyyBB_xf3jo>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

destes indígenas com a vida da natureza, porque dela provem sua vida física e espiritual. Nessa relação da natureza e com o território como importante meio de preservação da sobrevivência física e cultural, temos o território como espaço de preservação da memória e cultura coletiva do grupo, neste caso os Guarani.

Outra perspectiva da resistência é que ela se torna inseparável da existência; com base nisso se compreende o processo de resistência dos Guarani na cidade de São Paulo ao longo do último século, na acepção de sobrevivência ao processo de expropriação de suas terras e a não garantia jurídica de suas terras e direitos. Não basta que os indígenas tenham sobrevivido, mas que mantenham sua existência como indígenas em suas terras, orientados pela sua cultura e pelo modo de organizar e viver em seu território. Na canção “Índio é forte”⁷ os Guarani nos ajudam a visualizar através do rap a reafirmação de sua identidade que resiste, reafirmando sua cultura também através da língua guarani presente na canção:

Os mano firmeza já vêm chegando
 Salve, salve, no corre, na correria
 Pode pá, é nós que tá
 Pode crer, estamos aqui no ar
Representando no Rap
 O dia a dia de batalha do índio guerreiro
 Atrás da paz, verdade, anhete [verdade]
 Com a fé de Deus na mente
 M'Bya kuery [O indígena] não desiste
Direto da Aldeia Jaraguá
 Na resposta pra somá
 A nossa voz está no ar
 Aqui mais um rapaz, humilde sobrevivente,
 Eu manjo mesmo no som, a minha rima está aqui
 No meu rap eu vou seguindo meu caminho
 Até o fim, muitas vezes já caí
 Meus parceiros me levantam, me levanto e mais forte fico
 Assim que é truta, no mundão a batalha é que não falta
 O meu coração bate forte na missão de conseguir
 demarcação
 Pois então, eu num quero desandar
 Acredito no que sou, em cima vou rimando, vou gritando
 Chega de corrupção
 Xondaros [guerreiros], guerreiros, herdeiros da aldeia, sou
 índio Guarani
 Eu rimo e vou mandando em Guarani, escuta aí:

7 O ÍNDIO É FORTE. YouTube: vídeo clipe do grupo Oz guarani, publicado em 11 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iXIpDa28HQU&feature=youtu.be>>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

*Kunimin Gué Kunha Taingué kyri guei Py tu nhavó
jerekoike
[os jovens e as crianças toda noite entram na casa de reza]
Opy ojerojy mborai omonhendu tataxinare ko haxy'i
Pavé hapotei omombey
[Fazem sua dança e pedem força para todos os parentes]
O índio é forte e sobrevive jogado à própria sorte*

É evidente que a relação do grupo Oz Guarani com o Rap fez surgir um modo muito sensível e contextualizado de mostrar para a os não indígenas o contexto em que vivem e reafirmar sua cultura, como ressalta Fernandes:

As características específicas do rap enquanto estilo musical, a exemplo de seu rendimento político, a luta pela demarcação, a denúncia da realidade que não é veiculada na mídia. Essa representação de si e de um povo traz os versos em Guarani, na voz de jovens guerreiros. Por mais que tenhamos identificado um discurso positivo e um negativo, a consonância entre eles é o fundamental, é a resistência desses jovens e a forma deles se relacionarem com os universos ao seu entorno que torna este rap uma poética de resistência. (FERNANDES, 2018, p. 26)

Neste sentido, o grupo Oz guarani, fazendo parte de um circuito até então não praticado pelos povos indígenas, constrói um movimento de resistência que forma uma representação poética e política, que caminha entre duas culturas diferentes e atualiza constantemente a mensagem dos Guarani Mbya. Entender o rap como uma arte de resistência faz com que o discurso seja adaptado para que além da rítmica e da poesia, ele também seja um caminho de autoafirmação. Do mesmo modo que o discurso se dirige aos jovens guaranis e aos próprios parentes, levando fortalecimento e reafirmação da luta indígena. O discurso negativo traz a denúncia da realidade que afeta o povo, levando à mídia de forma clara o que ocorre nos processos de demarcação, a questão do suicídio dos jovens, a mortalidade infantil, o descaso dos órgãos públicos com a causa e a luta que ultrapassa os muros da aldeia e perpassando nas esferas estatais, civis e legais (FERNANDES, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para estes cenários que se apresentam, devemos também olhar para tantos processos de resistência e de luta que os povos indígenas vêm protagonizando em conjunto com outros movimentos, ocupando as ruas, os espaços públicos, promovendo discussões, pautando suas lutas e sua cultura nas redes sociais e em outros espaços virtuais e também no ato da defesa intransigente de seus territórios, defendendo um outro modo de viver e de olhar para os espaços urbanos, acima de tudo para periferias de uma grande Metrópole como a cidade de São Paulo.

No entanto, é diante dos conflitos e das resistências entre lógicas diferenciadas e imensa desigualdade e injustiças, que os indígenas vão resistindo através de inúmeras ferramentas e

estratégias, compondo parte dos conteúdos da periferia da metrópole, o que revela que ela (periferia) não é homogênea, apesar da imensa luta por dignidade e garantia de direitos, ela também é berço de nascimento de diversas culturas. E é por essa razão que este trabalho se apresenta como um convite para pensar as inúmeras formas de resistir e de se autoafirmar, tendo como protagonista os e as jovens, sobretudo indígenas, que através da arte manifestam seu modo de ser, estar e viver no mundo. O Grupo Oz Guarani traz em sua mensagem o grito, a luta e a vida de um povo que através do tempo vem se fazendo resistência e construindo possibilidades de um outro mundo possível.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. cap. 2, p. 20-35.
- BENJAMIN, Walter (1987). *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense [3ª ed.; 1.ª ed. 1985].
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 21 ed. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FARIA, Camila Salles. *A luta guarani pela terra na metrópole paulista: Contradições entre propriedade privada capitalista e a apropriação indígena*. São Paulo, 2015.
- FERNANDES, Lais Silvestre. *Oz Guarani: poética de resistência política*. 2018.
- GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 7-25.
- GUIRAU, Kárine Michelle ; LOURENÇÃO, A. M. R. ; SILVA, Carolina Rocha, A São Paulo dos Índios. In: *A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas*, 2013, São Paulo.
- HAESBART, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. - *População residente, total e indígena, por localização do domicílio e quesito de declaração indígena nos Censos Demográficos - Primeiros Resultados do Universo*. 2023.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito a cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NOVAES, R. *Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial, Ciência e Vida, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6-15, 2007
- PROUST, Françoise. *De la résistance*. Paris: Les Édition de Cerf, 1997.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Robson da Silva Oliveira é graduado em História (UNIVAP), Doutorando em História (UFPB), Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Pós-Graduando em Juventude no Mundo Contemporâneo, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

E-mail: robs_pjsjc@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0239-9233>

Endereço: R. Dra. Maria de Lourdes Albuquerque, 23, Bl. A Ap. 208 - Mangabeira I, João Pessoa - PB, 58056-150

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



A Construção das Geografias Das Juventudes: Estado do Conhecimento nos Encontros Nacionais de Prática de Ensino de Geografia (Enpeg)

Marina de Assumpção Bello¹

Victor Hugo Nedel Oliveira²

RESUMO: Nas últimas décadas é possível observar o aumento do debate acerca das juventudes na Geografia brasileira, que discute a espacialização dos considerados jovens, indivíduos entre 15 e 29 anos. O presente trabalho consiste nos resultados da pesquisa que vem construindo o Estado do Conhecimento das pesquisas sobre juventude na Geografia, especificamente nos anais do evento científico: Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG). Realizado o levantamento das produções a partir de 2010 e organizados os dados a respeito destes, foram localizados 5 trabalhos sobre o tema. As produções tratam, no geral, do protagonismo jovem na educação geográfica, das práticas espaciais e territorialidades juvenis.

PALAVRAS-CHAVE: Geografias das Juventudes. Estado do Conhecimento. ENPEG.

ABSTRACT: In recent decades, there has been a growing debate on youth within Brazilian Geography, focusing on the spatialization of young people, understood as individuals between 15 and 29 years old. This paper presents the results of a study that has been constructing the State of Knowledge of research on youth in Geography, specifically in the proceedings of the scientific event Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG). After surveying the publications from 2010 onward and organizing the available data, five works addressing this theme were identified. In general, these studies discuss youth protagonism in geographic education, as well as youth spatial practices and territorialities.

KEYWORDS: Geographies of Youths. State of Knowledge. ENPEG.

INTRODUÇÃO

As juventudes são categoria social muito diversa, constituída por sujeitos políticos, portanto dotados de direitos, demandas, angústias próprias e indissociáveis às condições materiais de existência dos sujeitos, suas espacialidades, territórios e vivências (Abramo, 1997).

1 E-mail: marinabello04@gmail.com. Graduanda em Geografia na UFRGS, Bolsista BIC/UFRGS de Iniciação Científica.

2 E-mail: victor.nedel@ufrgs.br. Doutor em Educação, Professor do Departamento de Geografia da UFRGS. Instituição financiadora da pesquisa: UFRGS

O debate acadêmico acerca das juventudes que as reconhecem enquanto agentes sociais e políticos, é recente na Geografia brasileira, ganhando espaço nas últimas décadas (Cardoso; Turra Neto, 2011). A Geografia faz pensar as condições materiais que os sujeitos experienciam, materializa o cenário dos fenômenos que integram juventudes. A espacialização, como ferramenta analítica da disciplina, é importante para especificar as experiências e interseccionalidades dos sujeitos e contribuir para o debate.

Assim, é pertinente para esta pesquisa uma abordagem que considere as condições materiais que moldam as relações que os sujeitos estão inseridos e suas mudanças ao longo do tempo, materialista-histórica. Fenômenos sociais, intrinsecamente vinculados ao espaço – mesmo virtual – e, tais espacialidades – diferentes/desiguais como as juventudes – produzem relações igualmente diversas (Oliveira, 2023a).

Por fins metodológicos, consideramos jovens indivíduos entre 15 a 29 anos, em acordo ao Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). Para analisar o debate sobre o tema das juventudes na Geografia, adotamos a metodologia do Estado do Conhecimento (Morosini; Fernandes, 2014), que realiza o levantamento e organização de produções sobre o tema de interesse. A partir dos dados extraídos dos trabalhos, o método permite melhor interpretação e análise das discussões sobre juventudes na Geografia dentro do recorte temporal. O presente trabalho tem como objetivo construir o estado do conhecimento das pesquisas sobre juventudes em eventos científicos da Geografia brasileira, neste caso, o Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia (ENPEG).

1 METODOLOGIA

O recorte temporal adotado foi a partir do ano de 2010, delimitando produções mais recentes sobre o tema. Esta pesquisa foi construída com base nos anais do evento científico ENPEG, pensados de forma bienal, mas os anais do XI ENPEG de 2013 não foram localizados e nos anais do XI ENPEG em 2011 não foi localizado nenhum trabalho sobre o tema. Portanto, os trabalhos selecionados iniciam em 2017, na XIII edição, depois do evento não ter acontecido em 2015 (Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 2011, 2017, 2019, 2022).

Os descritores, palavras utilizadas na busca pelos trabalhos, foram: Juventudes; Jovens; Adolescências; e Adolescentes. Dos trabalhos selecionados, foram extraídos os dados de: 1º autor; demais autores; palavras-chave; objetivos; ano; titulação do 1º autor; instituição; e região do Brasil.

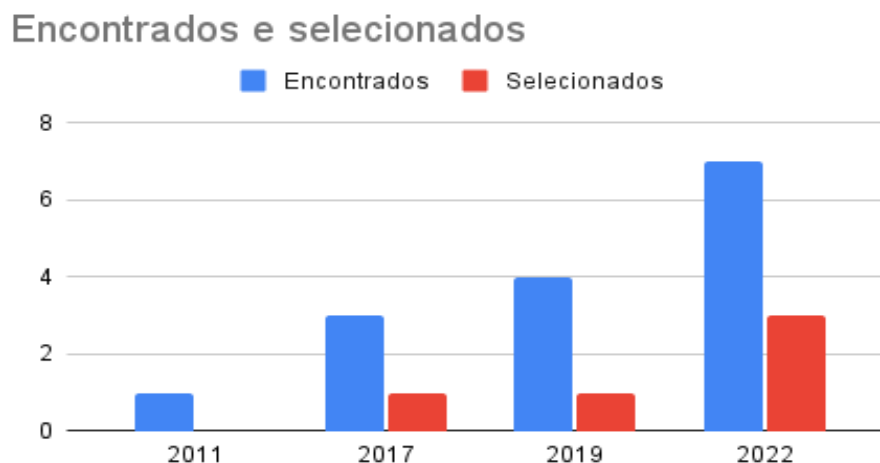
Por ter sido realizada somente com textos científicos para revisão da literatura científica, esta pesquisa é dispensada de análise ética, conforme Resolução 510/2016 (Brasil, 2016).

2 RESULTADOS

Nos anais dos eventos foram encontrados 15 trabalhos e selecionados 5. Em análise mais detalhada, por ano de evento: 1 trabalho em 2017, 1 em 2019 e 3 apresentados em 2022. Os

trabalhos que não cabiam no eixo temático e não foram selecionados tratavam, em maioria, sobre o ensino de jovens e adultos (EJA) e da formação de jovens professores.

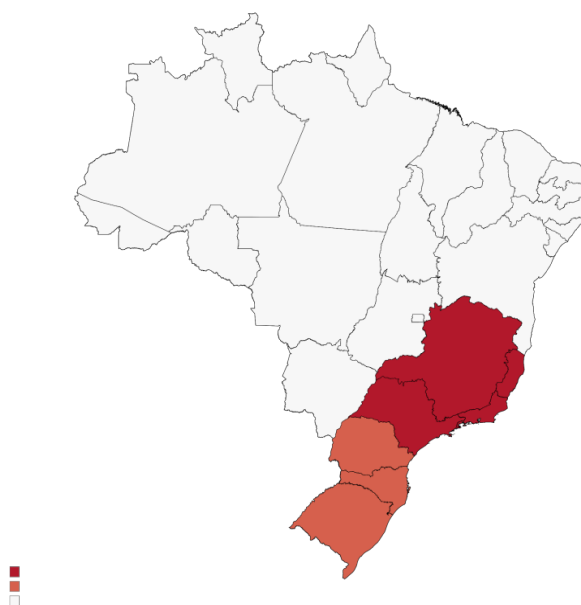
Figura 1: Gráfico do número de trabalhos encontrados e selecionados por ano de evento



Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização os autores (2024)

Dos 5 trabalhos selecionados, 3 (60%) foram produzidos na região Sudeste do país e os 2 (40%) restantes na região Sul. Da titulação dos primeiros autores, 80% dos trabalhos não tinham a informação disponível, os outros 20% eram graduandos.

Figura 2: Mapa das produções encontradas por região do Brasil

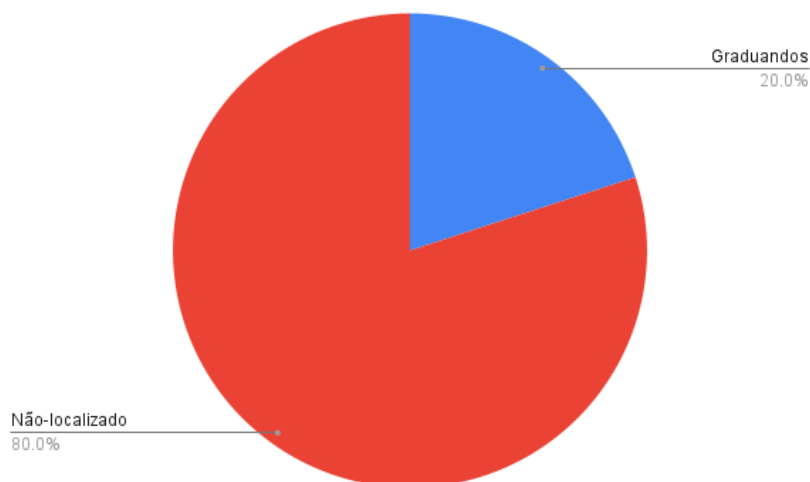


Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização os autores (2024)

Como demonstra o mapa da figura 2, os trabalhos selecionados estão localizados nas regiões Sul e Sudeste, onde Milton Santos descreve a região concentrada do país. Isso ocorre porque

ao longo do desenvolvimento histórico e social, especialmente durante o processo de industrialização do Brasil, a região acumula recursos e população em comparação ao restante do território (Santos; Silveira, 2006).

Figura 3: Gráfico da titulação do primeiro autor



Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização os autores (2024)

A composição da análise encaminha a primeira questão do número reduzido de trabalhos encontrados a respeito de juventudes na Geografia. Mesmo com a indisponibilidade dos anais da edição de 2013, no XI ENPEG em 2011 já não foi encontrada nenhuma produção sobre o tema, demonstrando o caráter recente da discussão acadêmica no tópico.

Nas figuras 4 e 5, as nuvens de palavras apresentam os termos mais utilizados nos objetivos e títulos dos trabalhos, organizados em tamanho por relação de frequência:

Figura 4: Nuvem de palavras (objetivos).



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2023). Organização os autores (2024)

Figura 5: Nuvem de palavras (títulos)



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2023). Organização os autores (2024)

As figuras 4 e 5 relacionam visualmente as palavras mais utilizadas nos objetivos e títulos dos trabalhos selecionados na pesquisa, permitindo levantamento de características gerais sobre as produções. Observa-se a divisão dos espaços de análise entre rural e urbano, como demonstra “campo” na figura 4; a presença das palavras “estudantes” e “escola”, indicam foco em jovens em idade escolar e no ambiente escolar.

Os trabalhos pautam principalmente práticas espaciais, territoriais das juventudes, representadas pelas palavras “território” e “política”; as palavras “perspectivas” e “projeto” tratam das possibilidades de futuro dos sujeitos jovens; e o protagonismo juvenil na educação geográfica é indicado por “protagonismo” e “ensino”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca das juventudes está longe de se esgotar no pensamento geográfico brasileiro (Oliveira, 2023b). Ganhando espaço nas últimas décadas, Geografias das juventudes é um campo importante de estudo para a compreensão das disposições organizacionais, territoriais de diferentes sujeitos que compõem e caracterizam os lugares.

A construção do estado de conhecimento das pesquisas sobre o tema, a organização dessas produções, demonstra a forma como se moldam as discussões acerca das juventudes, do ser jovem e do pensar dos sujeitos jovens enquanto agentes ativos na concepção dos espaços (Oliveira, 2023c). Pouquíssimos trabalhos centralizam a busca na reflexão acerca do papel formativo dos espaços sobre os jovens.

Os eventos analisados pela pesquisa propõem reunir pesquisadores e contribuir ao desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro, são importantes espaços de discussão e divulgação científica para geógrafos e professores de Geografia. O Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia tem o enfoque educacional das pesquisas, que transparece nos resultados.

De forma geral, os trabalhos pautam chamadas práticas espaciais das juventudes: experiências, interações, leituras e pertencimento aos diferentes lugares; e o protagonismo juvenil no ambiente escolar, sobretudo em sua educação geográfica, tudo isso com ênfase na compreensão das variadas condições materiais de existência desses sujeitos. Ou seja, apesar de recente, a discussão é construída reconhecendo os jovens enquanto agentes, ativos, políticos e transformadores do espaço.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 25-36. 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 28 de ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso: 17 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso: 17 abr. 2024

CARDOSO, Diogo da Silva; TURRA NETO, Nécio. Juventude, Cidade e Território: Esboços de uma Geografia das Juventudes. In: JUVENTUDES E CIDADES, 1., 2011, Juiz de Fora. *Anais [...]* Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea/wp-content/uploads/sites/338/2019/09/JUVENTUDE-CIDADE-E-TERRIT%C3%93RIO-ESBO%C3%87OS-DE-UMA-GEOGRAFIA-DAS-JUVENTUDES.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2024

ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA (ENPEG), 11., 2011, Goiânia. *Anais [...]* Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2011. Tema: a produção do conhecimento e a pesquisa sobre o ensino de Geografia. Disponível em: <https://lepeg.iesa.ufg.br/p/48026-anais-xi-encontro-nacional-de-praticas-de-ensino-de-geografia-enpeg>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA, 13., 2017, Belo Horizonte. *Anais [...]* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Tema: Conhecimentos Da Geografia: Percursos De Formação Docente E Práticas Na Educação Básica. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325023428_Anais_do_%27XIII_Encontro_Nacional_de_Pratica_de_Ensino_em_Geografia%27_2017. Acesso em: 28 ago. 2024.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA, 14., 2019, Campinas. *Anais [...]* Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019. Tema: Políticas, linguagens e trajetórias. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/index>. Acesso em: 28 ago. 2024

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA, 15., 2022, Salvador. *Anais [...]* Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2022. Tema: Percursos de formação e Geografia Escolar: espaços, tempos e narrativas em contextos de crises. Disponível em: <http://www.proet.uneb.br/15enpeg2022/>. Acesso em: 28 ago. 2024

MOROSINI, Marília; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284139997_Estado_do_Conhecimento_conceitos_finalidades_e_interlocucoes. Acesso em: 11 abr. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Geografias das Juventudes: A Construção do Estado da Arte na Pós-Graduação Brasileira. *ParaOnde!?* Porto Alegre, v.17, n.2, p.59-78, 2023a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/130242>. Acesso: 11 abr. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Geografias das Juventudes – Apresentação. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. *Geografias das Juventudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2023b, p. 9-12. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256855>. Acesso em: 13 de abr. 2024

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Análise das pesquisas sobre juventudes na pós-graduação da Geografia brasileira. *Revista de Geografia*, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 100–118, 2023c. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/259381>. Acesso em: 26 ago. 2024

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Marina de Assumpção Bello. Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3011-7061>

E-mail: marinabello04@gmail.com

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS.

Victor Hugo Nedel Oliveira. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Professor e Pesquisador no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Espaço – GEPJUVE/UFRGS/CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

E-mail: victor.nedel@ufrgs.br

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



Mapeamento das Publicações Sobre Geografia das Juventudes nos Periódicos de Pós-Graduação em Geografia No Brasil: Uma Análise Temporal e Regional

Matheus de Paoli Henriques¹

Victor Hugo Nedel Oliveira²

RESUMO: O artigo mapeia as publicações sobre Geografia das Juventudes em periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. A partir de um estado da arte, foram analisados artigos localizados por meio de descritores relacionados às juventudes. Identificaram-se 90 trabalhos distribuídos em 38 revistas, com crescimento expressivo das publicações após 2010. Os resultados indicam concentração regional no Centro-Sul e forte presença de estudos voltados ao contexto educacional, contribuindo para compreender tendências e lacunas desse subcampo emergente da Geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Geografias das Juventudes. Estado da arte. Produção científica. Periódicos de Geografia.

ABSTRACT: This article maps publications on the Geographies of Youth in journals linked to Graduate Programs in Geography in Brazil. Based on a state-of-the-art approach, articles were analyzed using descriptors related to youth. A total of 90 studies distributed across 38 journals were identified, with a significant increase in publications after 2010. The results indicate a regional concentration in the Center-South of Brazil and a strong presence of studies focused on the educational context, contributing to the understanding of trends and gaps in this emerging subfield of Geography.

KEYWORDS: Geographies of Youth. State of the art. Scientific production. Geography journals.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre juventude refletem as manifestações de processos políticos, sociais, econômicos, relacionais e culturais próprios de cada época (Pais, 2015). Eles revelam tramas complexas e novas formas de representações sociais, moldadas e transformadas pelas condições de espaço e tempo, que definem maneiras distintas e peculiares de interação, vestuário, comunicação em grupo, entre outros aspectos. Portanto, as juventudes não podem ser vistas como uma

1 Acadêmico do Curso de Geografia da UFRGS e Bolsista CNPq de IC. E-mail: matheusphenriques@hotmail.com.

2 Doutor em Educação, Professor do Departamento de Geografia da UFRGS. E-mail: victor.nedel@ufrgs.br.

categoria linear, passível de descrição ou debate a partir de um conjunto único de elementos (Oliveira, 2024).

Em resposta à crescente demanda por pesquisas que têm as juventudes como tema central, a Geografia, em comparação com outras Ciências Humanas já consolidadas, tem ganhado destaque, especialmente na última década. Esse campo tem se expandido tanto em termos de quantidade quanto de qualidade das obras produzidas. O subcampo da Geografia das Juventudes busca compreender as vivências e realidades dos jovens em diferentes contextos geográficos e, como ressalta Oliveira (2023a; 2023b), ainda se encontra em processo de estruturação e consolidação.

Dado que a Geografia das Juventudes é um subcampo emergente, propõe-se aqui a construção de um estado da arte para analisar as produções acadêmicas existentes. Esse esforço visa compreender quem são os jovens estudados, as espacialidades em que estão inseridos e identificar os autores responsáveis por essa produção de conhecimento. Dessa forma, espera-se identificar as demandas mais exploradas e as lacunas existentes nesse campo de estudo.

Este trabalho tem como objetivo mapear as publicações relacionadas ao tema das juventudes em revistas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Busca-se destacar uma variedade de dados com o propósito de contribuir para a construção e consolidação do campo de pesquisa da Geografia das Juventudes. Ao identificar e analisar essas publicações, espera-se não apenas traçar um panorama atual da produção acadêmica, mas também fornecer subsídios para futuras pesquisas e intervenções na área.

1 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa-quantitativa. A primeira etapa consistiu na extração dos dados predeterminados, que foram posteriormente examinados através da análise de conteúdo e análise estatística. Classifica-se como um estado da arte (Morosini; Fernandes, 2014), pois ajuda a formalizar e reconhecer tudo o que já foi publicado, a partir dos critérios determinados.

O primeiro passo da pesquisa foi delimitar a busca exclusivamente em revistas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Geografia de instituições de ensino superior brasileiras, garantindo que as publicações analisadas fossem representativas e relevantes dentro do contexto acadêmico nacional. Esse recorte proporciona uma base sólida para compreender as tendências e lacunas na produção científica sobre juventudes no campo da Geografia.

Não foi adotado nenhum tipo de limitação temporal, já que um dos objetivos da pesquisa é analisar o crescimento das publicações desde o seu início. Em cada periódico, foram utilizados os seguintes descritores: jovem, jovens, juventude e juventudes. As obras encontradas foram analisadas para determinar se se enquadravam no campo da Geografia das Juventudes. Cada artigo relacionado ao tema foi catalogado com a extração dos seguintes dados: 1) Revista publicada e sua classificação Qualis; 2) Título da obra; 3) Autores; 4) Ano de publicação; 5) Titulação do primeiro autor; 6) Região do Brasil em que o primeiro autor atua; 7) Palavras-chave da pesquisa.

A obtenção desses elementos permitirá uma análise aprofundada sobre a dinâmica dessa esfera de pesquisa.

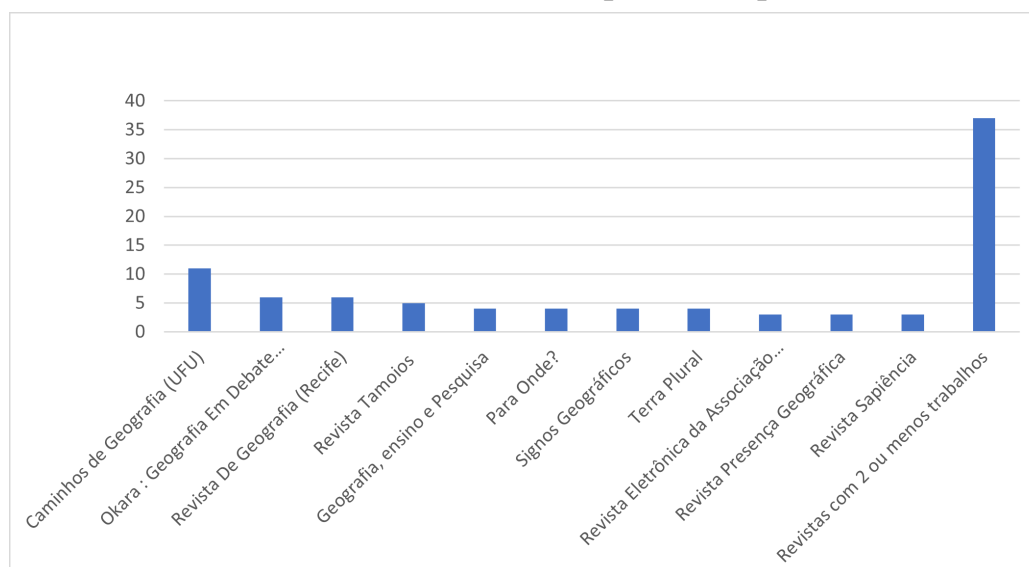
A metodologia foi desenvolvida cuidadosamente, com o objetivo de identificar as principais demandas de pesquisa em Geografia das Juventudes, os autores envolvidos, as regiões do Brasil onde esse conhecimento está sendo produzido, o nível de formação dos autores (graduação, mestrado, doutorado) e o crescimento das publicações ao longo do tempo. Dessa forma, espera-se que a pesquisa contribua significativamente para o fortalecimento e a consolidação deste subcampo emergente.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o presente trabalho não necessitou da análise do Comitê de Ética na Pesquisa, seguindo todos os procedimentos necessários nesta classe de pesquisas disponibilizadas na Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 90 artigos, distribuídos em 38 revistas. Na maioria, elas não apresentavam mais de 2 trabalhos; apenas em 11 situações (representadas pelo gráfico 1) houve 3 ou mais trabalhos e, em 3 desses cenários, as revistas tinham mais de 5 trabalhos, destacando-se “Caminhos de Geografia (UFU)”, com 11 artigos publicados, “Okara: Geografia Em Debate (UFPB)” e “Revista De Geografia (Recife)”, ambas com 6 publicações.

Gráfico 1 – números de trabalhos publicados por revista



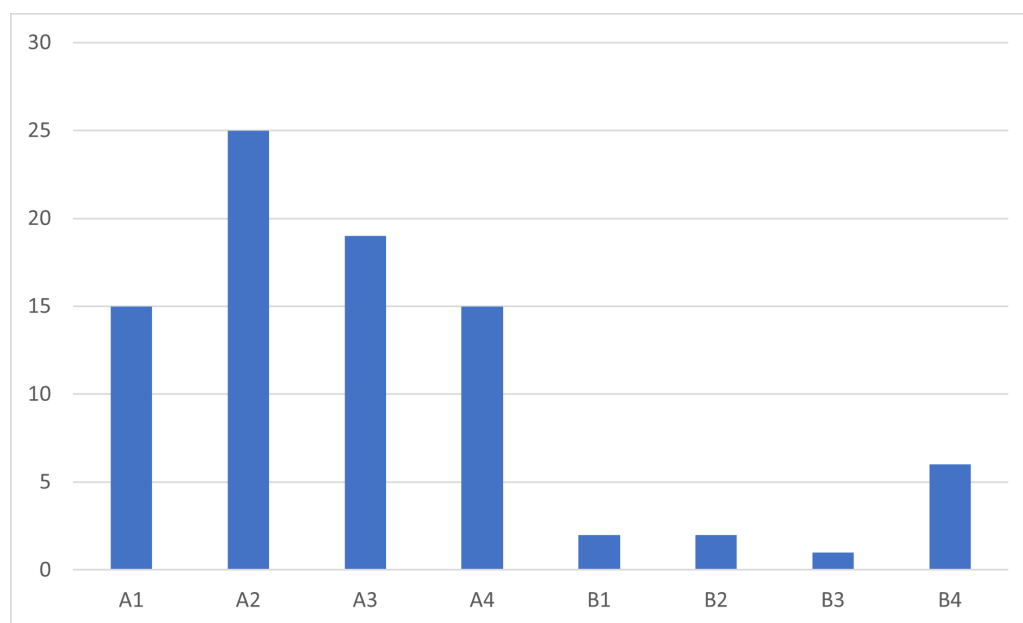
Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização: os autores (2024).

A presença significativa de trabalhos em “Okara: Geografia Em Debate (UFPB)” e “Revista De Geografia (Recife)” pode apontar para uma regionalização da produção científica sobre juventudes, onde certas regiões ou programas de Pós-Graduação estão

mais engajados com essa linha de pesquisa. Essa concentração em poucos periódicos levanta questões sobre a necessidade de diversificar e expandir a disseminação desse conhecimento, incentivando outras revistas e/ou universidades a abrirem mais espaço para estudos voltados à Geografia das Juventudes.

Em relação ao Qualis³ das revistas encontradas, apenas 2 não estão presentes na plataforma da CAPES, totalizando 5 trabalhos. As outras 36 revistas estão entre o Qualis A1 e B4 (somando 85 artigos). Desses, 11 estão em revistas Qualis B, enquanto os outros 74 são encontrados em revistas de Qualis A, denominadas pela CAPES como revistas de grande impacto. Nas revistas de Qualis C, não foi encontrado nenhum artigo relacionado ao tema. Os seguintes dados são mostrados no gráfico 2.

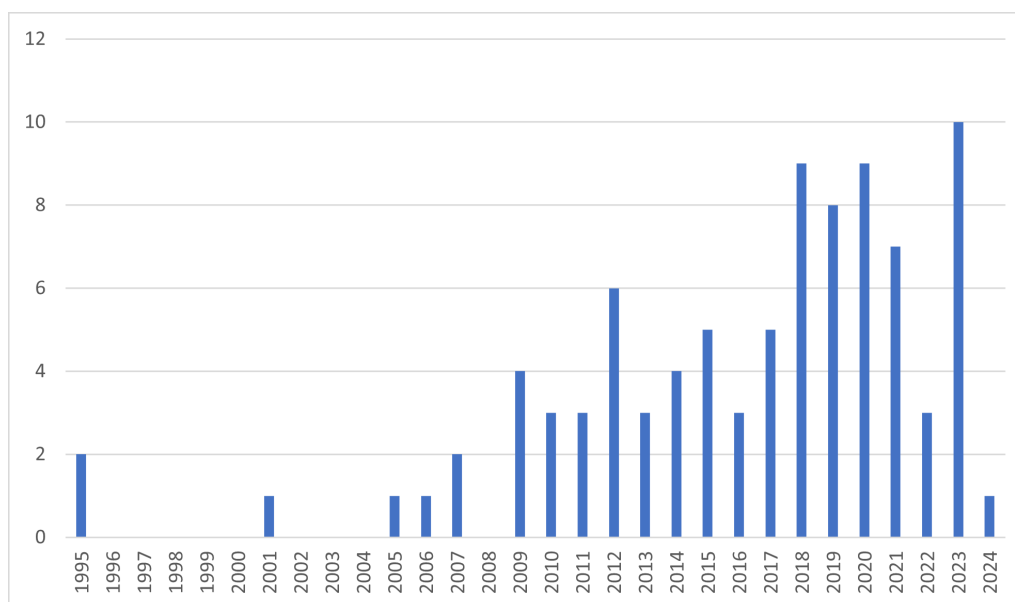
Gráfico 2 – Qualis CAPES das revistas selecionadas



Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização: os autores (2024).

Do ponto de vista temporal, a pesquisa não adotou nenhum recorte específico, permitindo uma análise abrangente da distribuição das publicações ao longo dos anos. O primeiro artigo catalogado foi publicado em 1995, e os mais recentes são de 2024. Para facilitar a compreensão da dinâmica de crescimento das publicações, o período foi dividido em duas partes: de 1995 a 2009 e de 2010 a 2024. Essa divisão permite observar com mais clareza como a produção acadêmica sobre juventudes na Geografia evoluiu ao longo do tempo, evidenciando possíveis tendências de aumento, como manifestado no gráfico 3.

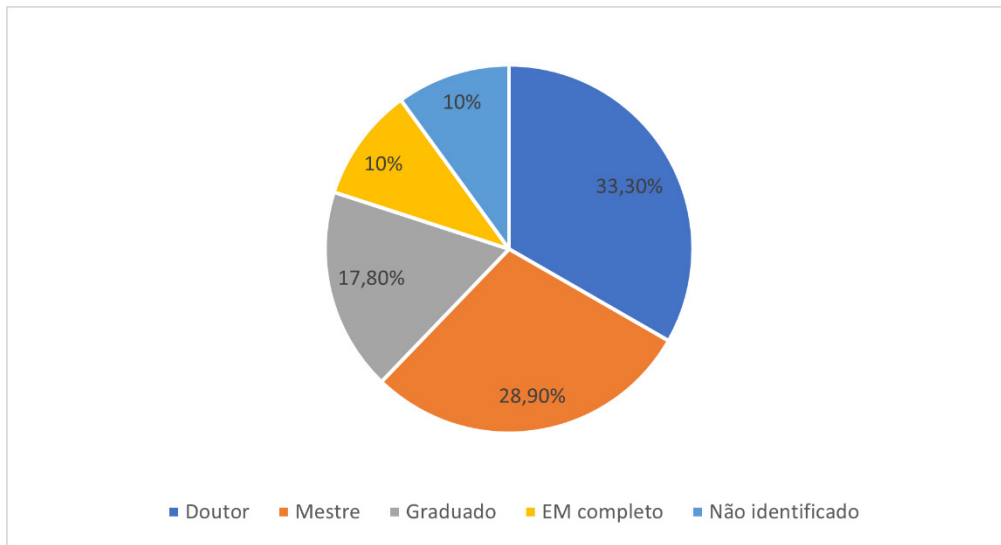
3 Qualis é um sistema de classificação das produções científicas de pós-graduação brasileiras, desenvolvido pela CAPES, que utiliza os seguintes grupos: A1 a A4, B1 a B5 e C.

Gráfico 3 - ano de publicação dos trabalhos catalogados

Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização: os autores (2024).

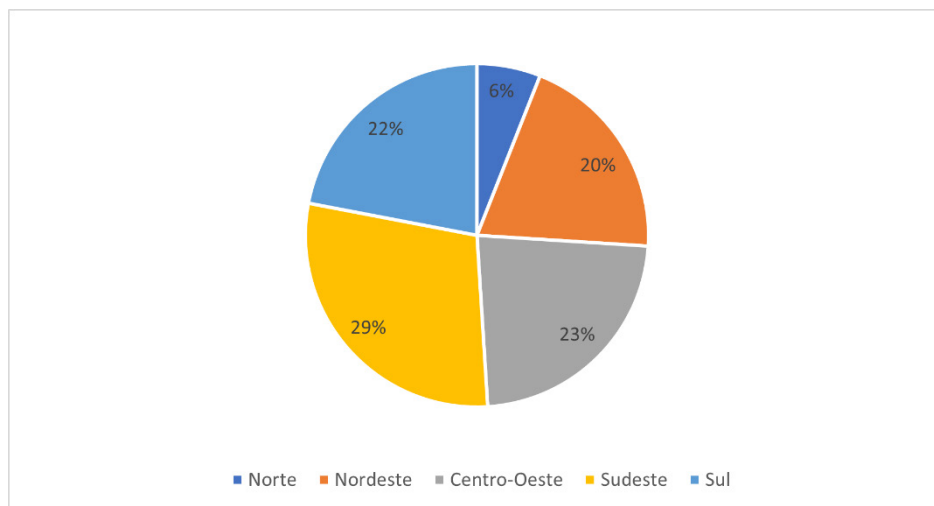
Entre 1995 e 2009, foram publicadas 11 obras nos periódicos de pós-graduação em Geografia brasileiros, representando 12,2%. Nos quinze anos seguintes, de 2010 a 2024, esse número subiu mais de 600%, totalizando 79 (87,8%) artigos publicados. Existem fatores que explicam esse aumento significativo de publicações. Um deles é a criação do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que estabeleceu direitos específicos para as juventudes e fortaleceu a criação de políticas públicas para esse grupo. A formalização dessa lei garantiu maior visibilidade às questões juvenis no cenário político e social, impulsionando a produção acadêmica.

No que diz respeito aos autores, foram extraídas informações acadêmicas (gráfico 4) e regionais (gráfico 5). Em relação à titulação acadêmica, há um equilíbrio entre as qualificações obtidas dentro da academia: 30 autores (33,3%) são doutores, 26 são mestres (28,9%) e 16 são graduados (17,8%). Observa-se que 9 pessoas (10%) com ensino médio completo publicaram na área de Geografia das Juventudes, enquanto outros 9 autores (10%) não tiveram sua formação identificada. Esses dados refletem uma diversidade de níveis educacionais entre os autores, o que pode indicar uma ampla acessibilidade e interesse por parte de diferentes perfis de pesquisadores na área.

Gráfico 4 – Titulação do 1º autor


Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização: os autores (2024).

As regiões em que mais se tem pesquisado sobre juventudes na Geografia são: Sudeste com 29% dos autores, seguido do Centro-Oeste e Sul, com 23% e 22%, respectivamente, Nordeste com 20% e Norte com apenas 6% dos escritores. Esses dados revelam uma concentração de estudos no polo econômico Centro-Sul brasileiro, onde há maior número de universidades.

Gráfico 5 – Região de atuação do 1º autor


Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização: os autores (2024).

A imagem 1 apresta uma nuvem de palavras das palavras-chave da pesquisa, enquanto a imagem 2 mostra uma nuvem de palavras dos títulos, ambas feitas através do site Voyant Tools, com o objetivo de identificar possíveis categorias qualitativas preliminares.

Imagem 1 – Nuvem de palavras das palavras-chave



Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização: os autores (2024).

Imagem 2 – Nuvem de palavras dos títulos



Fonte: banco de dados da pesquisa (2023). Organização: os autores (2024).

As duas palavras que mais apareceram em cada uma das figuras são as mesmas: “juventude” e “jovens”, somando 107 aparições no total. Tratam-se dos sujeitos que estão a ser observados. Nas palavras-chave, chama a atenção o vocábulo “rural”, empregado 14 vezes, indicando

a subárea de estudo dos jovens do campo, com pesquisas que incluem temas como educação, agricultura familiar, entre outras. Já nos títulos, a palavra “adulto” pode causar curiosidade. Ela aparece devido às pesquisas em ambiente escolar de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todavia, a maioria dos artigos tem como tema central a educação dos jovens, refletindo interesse predominante por essa faixa no contexto educacional, podendo ser relacionado também com o ensino da Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo mapear as publicações sobre a Geografia das Juventudes em todas as revistas dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. O intuito foi compreender e identificar tendências, lacunas e áreas de concentração de pesquisas, além de fornecer uma visão geral da distribuição geográfica e da titulação dos autores que se dedicam a esse campo de estudo, oferecendo uma base para o seu desenvolvimento.

A estratégia de investigação adotada proporcionou a realização de uma série de coletas e análises de dados. Foi constatado um aumento significativo das publicações a partir de 2010, indicando que a Geografia das Juventudes se tornou um campo de estudo de maior interesse para a comunidade acadêmica, consolidando-se como uma área relevante dentro da Geografia. Além disso, a maioria dos trabalhos encontra-se publicada em revistas de Qualis A, o que reflete sua qualidade, relevância e reconhecimento dentro do cenário científico.

Embora a maioria dos artigos enfoque o ambiente escolar como principal espaço de estudo, outros temas têm sido explorados e mostram potencial de crescimento, como as pesquisas que abordam jovens em áreas rurais. Assim como ocorre com esses temas emergentes, novas linhas de pesquisa dentro desse campo podem surgir, promovendo um entendimento mais amplo e diversificado sobre as geografias juvenis.

Espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para a construção e fortalecimento desse campo de estudo, valorizando o que já foi produzido e fornecendo uma base sólida para trabalhos futuros. É crucial para o desenvolvimento dos nossos jovens que essa área de estudo continue a expandir-se, promovendo visibilidade e apoiando o direito de ser jovem, garantindo que suas vozes e perspectivas sejam devidamente consideradas na formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 12.852*, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude -SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htmAcesso em: 28 ago.2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510*, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em:https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.htmlAcesso em: 28 ago.2024.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, pp.154-164, dez.2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875> Acesso em: 28 ago. 2024

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. *Geografia das Juventudes*. Porto Alegre: GEPEJUVE/UFRGS, 2023a. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256855>. Acesso em: 29 de maio. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Geografias das juventudes: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. *Para Onde!?*, v. 17, n. 2, p. 59–78, 2023b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/130242>. Acesso em: 29 maio. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Análise das pesquisas sobre juventudes na pós-graduação da Geografia brasileira. *Revista de Geografia*, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 100–118, 2024. DOI: 10.51359/2238-6211.2023.259381. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/259381>. Acesso em: 28 ago. 2024.

PAIS, José Machado. *Lufa-lufa cotidiana: ensaios sobre Cidade, Cultura e Vida urbana*. Lisboa: ICS, 2015.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Matheus de Paoli Henriques. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor de Geografia da rede privada, em Porto Alegre.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2132-2765>. **E-mail:** matheusphenriques@hotmail.com

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS.

Victor Hugo Nedel Oliveira. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Professor e Pesquisador no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Espaço – GEPEJUVE/UFRGS/CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>. **E-mail:** victor.nedel@ufrgs.br

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



Jovens Observadores do Espaço Urbano: Analisando a Cidade, a Escola e a Segurança Pública

Gabriela Borba Bispo dos Santos¹

Victor Hugo Nedel Oliveira²

RESUMO: As juventudes contemporâneas são heterogêneas, o que impacta nas maneiras de viver e ocupar a cidade. Este estudo buscou investigar os temas latentes sobre a cidade a partir das vivências de jovens-estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS. Para tanto, foram realizados três grupos focais sobre segurança pública, espaços de Porto Alegre e a escola. Os resultados indicam que os jovens compreendem a juventude como uma dimensão biológica e social, tendo maior peso das experiências coletivas. Conclui-se que, apesar da insegurança urbana percebida, os jovens continuam ocupando os espaços da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Culturas juvenis. Escola. Cidade. Segurança pública.

ABSTRACT: Contemporary youth are heterogeneous, which impacts their ways of living and occupying the city. This study sought to investigate latent themes about the city based on the experiences of young students from the Colégio de Aplicação of UFRGS (Federal University of Rio Grande do Sul). To this end, three focus groups were conducted on public safety, spaces in Porto Alegre, and the school. The results indicate that young people understand youth as a biological and social dimension, with collective experiences carrying greater weight. It is concluded that, despite perceived urban insecurity, young people continue to occupy city spaces.

KEYWORDS: Youth. Youth cultures. School. City. Public safety.

INTRODUÇÃO

A temática das juventudes contemporâneas é discutida consideravelmente no meio acadêmico com o objetivo de debater e compreender como os jovens se relacionam e ocupam os mais variados lugares. A sociedade diariamente nos mostra que os jovens são heterogêneos, uma vez que cada sujeito pertence a um grupo específico a qual se identificam, e com isso, é criado o sentimento de pertencimento. Com essa análise, podemos concordar com Feixa (1998) quando afirma que as culturas juvenis são expressas coletivamente.

1 Mestranda em Geografia – UFRGS / Bolsista CAPES. E-mail: gabrielasantos1996@hotmail.com.

2 Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRGS; e-mail: victor.nedel@ufrgs.br.

A juventude compreende a faixa etária dos 15 aos 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). Essa etapa é marcada por muitas mudanças, como o término do Ensino Médio, o início da faculdade e a inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, é notória a presença dos jovens em todos os lugares, contudo, muitas vezes eles não são contemplados nos espaços de decisões e/ou não são ouvidos quando verbalizam. Sabe-se que as juventudes têm suas próprias opiniões e que é de grande importância, para o seu crescimento pessoal, estarem por dentro de diversas discussões, como as relacionadas à educação, por exemplo.

A cidade, por sua vez, é onde ocorrem as ações, onde a maioria da população reside – tendo um percentual de 84,8% (IBGE, 2010) – e onde criamos nossos vínculos de pertencimento. Contudo, é necessário considerar que a situação nas grandes e médias cidades estão complexas, pois as questões de mobilidade e segurança estão dificultando a apropriação plena do espaço urbano. A mídia nos informa que a vida nas grandes cidades está desafiadora devido à falta de segurança nas ruas. Um levantamento feito pela Secretaria Nacional da Juventude (2013) revela que dois dos maiores problemas que preocupam os jovens é exatamente a questão de segurança e violência nas cidades; 51% deles já perderam alguém próximo por esse motivo. O ir e vir dos sujeitos enfrenta dificuldades por várias razões, sendo uma delas a inadequação do transporte coletivo. As reclamações são frequentes, como ônibus em péssimo estado, rotas que não atendem as suas necessidades, tarifas elevadas e pouca acessibilidade para determinados bairros.

Desta forma, não podemos esquecer que a apropriação dos meios urbanos se dá por através dos nossos laços de pertencimento. No artigo de Oliveira e Lacerda (2018), observamos onde os jovens se sentem à vontade para estar, mas que ainda não possuem total apropriação dos espaços urbanos devido ao desconhecimento de como esses espaços funcionam ou de como chegar a diferentes pontos da cidade. Concordamos com Carrano (2003) quando afirma:

As cidades se apresentam como territórios privilegiados de ação social da juventude. Os jovens fazem a cada dia uma nova cidade que, em grande medida, é terra estrangeira para aqueles que não compartilham dos mesmos referenciais de identidade e se tornam impotentes para reconhecer a multiplicidade de sinais que emanam de suas múltiplas práticas. (p.109).

Sendo assim, as teias de relações juvenis, que às vezes perturbam o tecido social, possuem uma dimensão identitária que se espelha sobre o espaço urbano e fazem das cidades, territórios para as ações da juventude. Diariamente, os jovens criam uma cidade, que muitas vezes é desconhecida para aqueles que não compartilham os mesmos referenciais de identidade e os afasta, visto que não entendem as tais referências e práticas juvenis, resultando na incapacidade de reconhecer a diversidade envolvida nessas ações.

O presente artigo tem por finalidade analisar as experiências dos jovens estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na cidade de Porto Alegre, na escola em que estudam e com a segurança pública.

1 BREVE REFERENCIAL TEÓRICO

Carrano (2003) afirma que diariamente os jovens transformam a cidade e começam a desenvolver vínculos de identidade nesses locais. Para aqueles que não conseguem acompanhar tais transformações, não é estabelecido um referencial de identidade, gerando certo estranhamento. Além disso, as cidades são educadoras, pois os territórios urbanos permitem redes de relações e práticas socioeducativas

As práticas sociais que ocorrem nas cidades incorporam-se ao conceito de educação, uma vez que compreendem em suas dinâmicas culturais próprias de realização, a formação de valores, a troca de saberes e, em última instância, a própria subjetividade. (p.20)

O espaço urbano é caracterizado como “uma unidade de análise consistindo em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço” (Clark, 1991, p. 37).

Santos (1997) define o conceito de espaço geográfico ao afirmar ser: “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. (p. 51). E o lugar como sendo um espaço onde há o sentimento de identidade e pertencimento.

Por outro lado, os estudos sobre as juventudes no campo da Geografia são muito relevantes, visto que nos proporciona uma melhor compreensão das espacialidades produzidas pelos jovens através do tempo. Contudo, essa temática ainda se encontra em fase de consolidação na Geografia brasileira (Oliveira, 2023a), uma vez que há poucos trabalhos sobre esta temática no âmbito da Geografia. Sendo assim, Oliveira (2023b) contribui para o debate acerca dessas pesquisas quando afirma que as juventudes podem ser compreendidas como um fenômeno social e que suas espacialidades podem ter impactos positivos e negativos para os próprios jovens, além da materialização de suas heterogeneidades, bem como suas vivências são influenciadas pela posição social, pela etnia, pela raça e/ou pelo gênero (Oliveira, 2024).

Feixa (1998) traz a discussão de que os jovens costumam se adaptar aos lugares onde existem laços de pertencimento e pelas relações que lhes agradam e, assim, as experiências dos jovens são expressas coletivamente.

En un sentido amplio, las culturas juveniles se refieren a la manera en que las experiencias sociales de los jóvenes son expresadas colectivamente mediante la construcción de estilos de vida distintivos, localizados fundamentalmente en el tiempo libre, o en espacios intersticiales de la vida institucional. (p. 32).

Pais (2003) nos versa que os jovens são múltiplos, pois ao compará-los, temos grandes disparidades que os envolvem.

[...] a juventude deve ser olhada “não apenas na sua aparente unidade, mas também na sua diversidade”, pois não há um único conceito de juventude, que possa envolver todos os campos semânticos que a ela estão associados. (p.98).

Sendo assim, a diversidade entre os jovens, que por um lado os individualiza, por outro se reflete na coletividade, as chamadas culturas juvenis. Essas culturas são, portanto, o resultado das ações individuais combinadas dos jovens, que se relacionam e se normalizaram ao longo do tempo, ocorrendo em diversos espaços do cotidiano, alguns dos quais são impostos às juventudes, como a escola e a casa.

2 METODOLOGIA

Cabe explicitar que esta investigação fez parte de um projeto maior denominado: “(De) Marcando a cidade: vivências urbanas de jovens-estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS”. De maneira a alcançar o que foi proposto enquanto objetivo principal foi feita a análise das experiências e percepções urbanas vivenciadas pelos jovens estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em razão disso, na primeira etapa, foi elaborado um questionário autoaplicável na plataforma do *Google Forms*, contendo as seguintes etapas: caracterização, escala *Likert* e a sessão Porto Alegre (Santos *et al*, 2019). Na segunda etapa, foi concebida a escrita de uma carta para um visitante hipotético a fim de apresentar os principais pontos da cidade de Porto Alegre (Barbosa *et al*, 2020).

Como público-alvo, foram eleitos os alunos do Ensino Médio. Os jovens participantes foram convidados e aceitaram espontaneamente a participar desta etapa da coleta de dados (terceira parte), após assinaturas dos termos de consentimento pelos responsáveis e assentimento pelos jovens, bem como a pesquisa foi aprovada no comitê de ética da UFRGS.

Para escolher estes jovens, com o intuito de desenvolver essa terceira etapa da pesquisa, convidamos aleatoriamente um número “x” de alunos do terceiro ano (na etapa anterior estavam no segundo ano). E com isso, foi criado três grupos no aplicativo *WhatsApp* com os sujeitos distribuídos em cada um dos grupos. Os três grupos intitulavam-se “Grupo Focal do CAP” e o primeiro contato com os alunos foi explicando que éramos pesquisadores da UFRGS, o que era um grupo focal, o dia que ia ser, o horário que ia ser e que eles tinham que confirmar a sua presença no dia marcado.

Os grupos focais são conversas com uma temática específica, as quais são elaboradas com um número pequeno de participantes, pois é muito relevante que todos falem suas opiniões durante o debate e não há respostas certas ou erradas, mas sim uma construção de ideias onde os participantes podem concordar ou discordar entre si, cabendo ao moderador a mediação de que até que ponto irá a discussão. Concordamos com Kind (2004) quando afirma que:

Os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo. A despeito disso, o grupo focal conserva o caráter de técnica de coleta de dados, adequado, a priori, para investigações qualitativas. (p.125)

Desse modo, a técnica de grupo focal, ainda que não aprofunde as narrativas individualmente, tal como uma entrevista, a sua construção grupal permite avaliar, em função de sua dinâmica e proposta, o contraditório, o colaborativo, o agregador, etc., na fala dos participantes, uma vez que a situação os faz pensar de uma forma diferente de uma situação de entrevista.

Sendo assim, foi efetuado a realização de três grupos focais (Barbour, 2009) com os principais temas emergentes nas etapas anteriores da pesquisa (questionário e carta ao visitante), quais sejam: a segurança pública, os espaços de Porto Alegre e a escola (Colégio de Aplicação da UFRGS). Cada grupo focal foi realizado com seis jovens estudantes do espaço de pesquisa e teve duração de, aproximadamente, 50 minutos. Por fim, a representação dos resultados se deu pela análise dos conteúdos que foram debatidos em cada grupo focal.

3 RESULTADOS

Os resultados estão organizados da seguinte forma: 1) Grupo focal segurança pública; 2) Grupo focal espaços da cidade e 3) Grupo focal escola.

GRUPO FOCAL 1: SEGURANÇA PÚBLICA

A primeira pergunta feita para os sujeitos da pesquisa foi “o que é ser jovem?”; e em suas respostas, o que ficou mais marcante, foi que seria uma etapa da vida na qual se tem muitas descobertas sobre si mesmo, o conhecimento intelectual é ampliado, qual a melhor forma de se apresentar para o mundo e de entender porque certas coisas acontecem. Entretanto, também levantado por eles, nessa fase não se sabe as consequências de tudo e que há uma ambivalência entre desejar muito alguma coisa, mas pela dependência financeira dos pais, acabam não desfrutando desses desejos.

Quando questionado ao grupo focal “você se sente seguros no Colégio de Aplicação”, foi possível constatar que a maioria dos participantes não se sente plenamente segura nas dependências da escola, como, por exemplo, com a possibilidade de ocorrência de um atentado ou de serem assaltados dentro do perímetro escolar; mas entendem que o Colégio de Aplicação da UFRGS possui um importante aparato de seguridade em relação às demais instituições de ensino na cidade de Porto Alegre. Do ponto de vista da violência simbólica, trazem a questão de que no colégio esse tipo de violência é reduzido ou combatido. Entretanto, foram levantados dois casos de opressão por parte de alguns professores do gênero masculino e que em ambos os casos, apontados por eles, foram atos de misoginia.

Quando perguntado “você já deixaram de frequentar algum espaço da cidade de Porto Alegre por medo”, mais da metade responderam que mesmo com a notória falta de segurança em diversos espaços, os jovens ainda optam por frequentar os locais públicos da cidade, pois já naturalizaram seu medo e que a insegurança não está nos lugares específicos, mas principalmente no fluxo urbano. É levado em conta também que as mulheres correm mais risco no seu trânsito pela cidade do que os homens, como por exemplo, muitas são vítimas de violência sexual. Aos arredores da escola, mais especificamente na parada de ônibus, os jovens têm preferência em andar em grupos a fim de evitar os possíveis assaltos.

Em seguida, foi apresentado ao grupo focal um gráfico realizado nas etapas anteriores da presente pesquisa, que consistia na pergunta “em Porto Alegre, as

essoas frequentam os espaços públicos?”; a partir disso, foi questionado porque com a notória falta de segurança na cidade, as pessoas continuam frequentando os espaços públicos. Mais uma vez, vem à tona que a população já naturalizou seu medo de transitar pela cidade, pois os assaltos e a violência não estão em locais específicos, mas principalmente no seu fluxo urbano. Relatam também que quando vem um estrangeiro visitar o Brasil, a violência não é tão exacerbada, pois o governo promove algumas táticas para esconder essas questões de segurança no país, e com isso, possibilitam até visitas às favelas. Quase todos desse grupo focal já foram assaltados pelo menos uma vez, e colocam que ainda há certo receio de ir em alguns lugares, principalmente porque alguns locais são longe de suas casas. Contudo, não se prendem tanto de circular pela cidade, pois levantam a questão que as pessoas começam a se privar de ir a alguns locais por causa da insegurança e deixam de viver.

Por último, quando foi perguntado “que manchete de jornal você gostariam de ler daqui a vinte anos em relação à segurança de Porto Alegre”, dois trouxeram a ideia das escolas, um no sentido de elas serem mais bem guarnecidas e a outra, no sentido de que a maioria das pessoas tem acesso às escolas. Dois trouxeram a questão da segurança, um no sentido de a capital gaúcha ter os menores índices de criminalidade e a outra, que as pessoas não têm mais medo de andar na rua. E um trouxe a questão da restauração da Redenção para assim, voltar à circulação abundante de pessoas.

GRUPO FOCAL 2: ESPAÇOS DA CIDADE

Começamos abordando esse grupo focal com a pergunta “o que é ser jovem”, as respostas transitaram entre a faixa etária e ao sentir-se jovem. Sob a visão deles, quando se é jovem pela idade, a pessoa é um jovem-adulto de 25 anos para baixo, tem uma vida social ativa e começam a desenvolver a sua personalidade. Por outro lado, o indivíduo pode ter uma idade avançada, mas sente-se jovem de espírito; colocam também que esses sujeitos continuam com sua vida social ativa e demonstram não sentir indisposição para realizar suas ações.

Quando perguntados “quais são seus espaços preferidos de Porto Alegre”, obtivemos três enfoques principais. O *shopping* foi bem presente na fala dos jovens participantes; contam que gostam de ir nesse espaço para ver filmes no cinema, fazer lanches na praça de alimentação e

passar pelas lojas com os amigos. Os *shoppings* citados foram: o Praia de Belas, o Iguatemi e o Bourbon Ipiranga. A Casa de Cultura Mário Quintana foi mencionada como um lugar com uma atmosfera maravilhosa e gostam principalmente de transitar pelo Jardim Lutzenberger, tomar café e ficar observando e admirando as pessoas que circulam por lá. A própria casa dos participantes também é um dos seus espaços preferidos de Porto Alegre visto que lá, através do ciberespaço, se comunicam com os amigos pelas redes sociais assim como jogam *games* virtuais.

Foi perguntado “em seu tempo livre, tem diferença de como você ocupa a cidade de Porto Alegre durante a semana e nos finais de semana”, obtivemos dois polos de análise. Repara-se que os participantes em sua maioria são jovens mais caseiros, o que pode produzir um contraponto com a etapa anterior da pesquisa, entretanto, por mais que os jovens sejam mais caseiros durante a rotina nos dias úteis por causa do colégio, eles têm os seus lugares preferidos pela cidade de Porto Alegre aos finais de semana, como por exemplo, ir ao *shopping* ou na orla do Gasômetro, bem como na casa dos amigos. Dentro da discussão sobre a escola, foi questionado se percebem cultura juvenil nela. Nesse ponto houve uma divergência, pois um dos participantes colocou sobre a escola não lidar com os jovens, e ser uma relação negativa entre jovens-escola. Sob a visão do participante, no ensino médio tem muitas coisas que não farão diferença na vida deles e com isso, passam por muita dificuldade para aprender aquilo, simplesmente para provar para a escola que conseguem uma nota boa na prova. Contudo, os outros participantes apontam de indiferença a algo positivo, sendo este último por causa dos amigos e pelos aprendizados nas disciplinas. Por último, foi debatido sobre ser um local de cultura juvenil, apenas porque há muitos jovens ou por ter vários tipos de jovens.

Por último, foi perguntado para eles “que espaço falta hoje pros jovens de Porto Alegre” e, portanto, foram eleitos três espaços principais. O primeiro, se trata de construir mais bibliotecas públicas pela cidade. Nelas, os jovens poderiam pegar emprestado livros de graça para ler, bem como um espaço silencioso para estudar. O segundo, seria promover mais shows com música ao vivo, como por exemplo, no Anfiteatro Pôr do Sol. Lá, os jovens poderiam encontrar os seus amigos para apreciarem os grupos musicais que mais gostam. O terceiro, seria promover a volta do “corujão” das *lan houses* na cidade. Ali, os jovens pagavam uma taxa para acessar o espaço durante toda madrugada; com isso, jogavam os mais variados *games* com seus amigos ao lado.

GRUPO FOCAL 3: ESCOLA

Quando perguntados sobre “o que é ser jovem”, as ideias transitaram de uma definição biológica para uma social. Esta última se aproximava mais das ideias expostas, mas não foi negado a possibilidade de também entender o ser jovem como um fato biológico. Desse modo, a maioria concordou na possibilidade da coexistência desses dois modos de definir o que é ser jovem, sem haver necessariamente a exclusão de um pelo outro.

Foi perguntado aos jovens “qual a importância da escola em suas vidas”, e pôde ser notado que havia, pela maioria dos jovens do grupo, o interesse em cruzar a realidade que se tem no Colégio de Aplicação com outros colégios privados e públicos do município de Porto Alegre e

do município de Viamão. Isso foi bem presente nas falas, que através de suas experiências e conhecimentos, demarcavam as diferenças positivas do CAP em relação às outras instituições que passaram ou conheciam. Quando comparado o CAP com colégios privados, no aspecto negativo, temos relatos de que nas outras instituições havia muitas regras e não havia espaço para debater sobre determinados assuntos, como por exemplo, o feminismo; outro relato revela que na época das eleições de 2018, a antiga escola estava polarizada entre os estudantes que apoiavam os candidatos da direita e outro, os que apoiava os candidatos da esquerda. Nesse clima de antagonismos, um professor de sociologia foi dar uma aula sobre o teórico Karl Marx e foi gravado por um aluno que o denunciou para a direção da escola de que o mesmo doutrinaría os alunos, quando na verdade ele só estava seguindo o conteúdo programático do livro. No aspecto positivo, relatam que a passagem na antiga escola foi muito importante no sentido das oportunidades que tiveram, como por exemplo, a boa qualidade de ensino, ter fluência num segundo idioma e intercâmbio para outros países. É lembrado também que nas escolas privadas, não há aulas de artes variadas, como, por exemplo, aulas de desenho, aulas de música e aulas de teatro. Quando comparado o CAP com colégios públicos, no aspecto negativo, falaram da falta de estrutura física, a falta de professores e a falta de alguns recursos didáticos. Disseram também que por mais que tu fosses dedicado ou se esforçasse nesse lócus, não seria oportunizado tudo aquilo que estão desfrutando no CAP.

Quando questionados se já presenciaram e/ou sofreram algum tipo de violência no colégio, o CAP, em geral, foi muito elogiado e prestigiado pelos participantes, que destacaram a paz do colégio e fizeram elogios a instituição,

mostrando, naquele grupo, que o colégio tem um bom ambiente e uma boa relação com os alunos. No entanto, ao mesmo tempo em que se destaca essa relação positiva, se denuncia alguns preconceitos por parte de professores e brigas, sem violência física, na OCA (Olimpíadas do Colégio de Aplicação), em função da competitividade. Foi exposto também, que há um tempo, era permitido o acesso da escola para a comunidade escolar e para os alunos da UFRGS. Com isso, um dos participantes contou que um grupo de jovens garotos que não eram do colégio, estavam na quadra de esportes e começaram falar algumas agressões verbais para este indivíduo e, portanto, ficou com receio de ir pegar a mochila que estava lá. Movido pelo medo, resolveu então, chamar alguns amigos para lhe acompanhar até lá para conseguir buscar a mochila. Posteriormente os familiares do estudante foram conversar com a direção da instituição e o problema foi resolvido. Fazendo um balanço com as opiniões expressadas sobre o colégio, a instituição sai com um saldo positivo, mas precisa se atentar às brigas e preconceito por parte dos professores, pois havia ainda ocorrência daqueles casos até aquele momento, e não haviam sido promovidas soluções definitivas para ambos os casos.

Por último, quando perguntados sobre “que dicas ou conselhos que vocês dariam para um aluno que ainda vai entrar no CAP”, muitas ideias surgiram, mas em síntese, quase todos disseram para aproveitar tudo o que o colégio fornece e dar valor ao espaço que se está ocupando na instituição, bem como não faltar as aulas, estudar bastante, se envolver com os projetos da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser jovem, como os diversos estudos nas Ciências Humanas e Sociais apontam, é uma construção social, ainda que nas áreas da saúde, como a psicologia, o jovem seja confundido com a figura do adolescente, e, portanto, com características bem definidas, tais como as alterações hormonais decorrentes do período definido como puberdade. O que vemos nas opiniões dos jovens é esse limiar em entre um ser e estar jovem, não tão ligado a questões biológicas e etárias, e um jovem definido justamente por estar duas últimas questões. Chama a atenção também que ser jovem para alguns não passa somente por estas questões mencionadas anteriormente, mas pelas circunstâncias pelas quais eles estão limitados - e pelas quais se imagina que não existem a um adulto normal - que seria a dependência que possuem dos pais.

Os jovens estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS percebem a insegurança em seus fluxos urbanos, mas, mesmo assim, continuam transitando pela cidade, o que reforça a ideia de uma juventude que encontra importante valor em vivências sociais coletivas. Porém esse trânsito também se dá, como apontam os jovens pesquisados, por já terem, de certa forma, normalizado a violência urbana no seu cotidiano, o que não quer dizer que não sentem mais medo ou que não tomem precauções, mas que de certa forma a insegurança naturalizou-se; e como as pessoas são obrigadas a transitar pela cidade, se relacionar, consumir, ter lazer, etc., aparentemente, a insegurança é introduzida na vida das pessoas como mais um fator cotidiano normal.

Observa-se também que a casa é um importante espaço levantado pelos jovens, como referência na cidade, pois ali são desenvolvidas práticas sociais coletivas, como, por exemplo, jogos virtuais e festas. Um pouco pela questão da segurança, mas também do conforto. O Shopping é outro local fortemente mencionado pelos jovens, sendo um lugar pelo qual, em função de sua ambientação mais moderna, voltada, principalmente, ao consumo – fenômeno marcante das últimas gerações, as quais se diz estarem mergulhadas naquilo que se aponta popularmente como consumismo – integrando-se, assim, mais adequadamente aos códigos das juventudes atuais.

Já sobre o Colégio de Aplicação da UFRGS, os jovens pesquisados, majoritariamente, possuem uma boa relação com o colégio em função das oportunidades e boa qualidade de educação. No entanto, segundo alguns relatos, há relações de conflito.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Júlia Barbosa; SANTOS, Gabriela Borba Bispo dos; OLIVEIRA, Leonardo Brião de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. “Metodologia De Cartas” Como Forma de Análise dos Trânsitos Urbanos de Jovens Contemporâneos. Rev. FSA, Teresina, v.17, n. 2, art. 11, p. 209-224, fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.html. Acesso em: 12 mai. 2024.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos Focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CLARK, David. *Introdução à Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FEIXA PAMPOLS, Carles. *La ciudad invisible: territorios de las culturas juveniles*. In: MARGULIS, Mario; CUBIDES, Humberto; VALDERRAMA, Carlos. *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santa Fé de Bogotá: *Universidad Central; Siglo Del Hombre*, 1998.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

KIND, L. *Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004. .

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). *Geografias das Juventudes*. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023b.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. GEOGRAFIAS DAS JUVENTUDES: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA ARTE NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA. *Para Onde!?*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 59-78, 2023a. DOI: 10.22456/1982-

0003.130242. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/130242>. Acesso em: 13 ago. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Análise das pesquisas sobre juventudes na pós- graduação da Geografia brasileira. *Revista de Geografia, [S. l.]*, v. 40, n. 3, p. 100- 118, 2024. DOI: 10.51359/2238-6211.2023.259381. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/259381>. Acesso em: 13 ago. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Miriam Pires Corrêa. *Culturas Juvenis e Pertencimento Urbano: mapeando os Fluxos Juvenis na Cidade* Rev. FSA, Teresina PI, v. 15, n. 2, art. 6, p. 110-124, mar./abr. 2018

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; PREVEDELLO, Tatiana; LACERDA, Miriam Pires Corrêa De; SANTOS, Andreia Mendes dos. *Jovens percepções do urbano em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul*. Revista Annales FAJE, v. 3, p. 345- 356, 2018.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

SANTOS, Gabriela Borba Bispo dos; OLIVEIRA, Leonardo Brião de; BARBOSA, Júlia Barbosa; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. *Culturas Juvenis: Um Estudo Sobre as Vivências dos Estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS*. Rev. FSA, Teresina, v.16, n.2, art. 11, p. 199-218, mar/abr. 2019.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Gabriela Borba Bispo dos Santos. Licenciada e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1070-2976>

E-mail: gabrielasantos1996@hotmail.com

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS

Victor Hugo Nedel Oliveira. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é Professor e Pesquisador no Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação – GEPJUVE/UFRGS/CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

E-mail: victor.nedel@ufrgs.br

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)



Entrevista com Pesquisadores do Campo de Juventudes Sobre a Dimensão da Problemática da Fome¹

José Inácio da Silva Júnior²

Victor Hugo Nedel Oliveira³

RESUMO: O presente trabalho surge a partir das inquietações diante das problemáticas sociais, como a fome, na qual configura-se como um fenômeno social. Cerca de 125 milhões de brasileiros estão inseridos em algum grau de insegurança alimentar, deste, 30 milhões são jovens. Dessa forma, objetivou verificar as percepções de pesquisadores (as) das juventudes que trabalham a temática da periferia, sobre a questão das juventudes que passam fome. Foram estruturadas questões e aplicadas em uma entrevista com duração aproximada de uma hora. O relato permitiu que fossem abordadas questões relacionadas aos jovens suscetíveis a insegurança alimentar. Para dialogar com as ideias do trabalho, o referencial teórico aborda o tema de juventudes contemporâneas, com o foco nas juventudes periféricas. A metodologia inclui entrevista estruturada com três pesquisadores de juventudes especialistas em juventudes periféricas.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens. Juventudes Periféricas. Entrevistas. Fome. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT: This study emerges from concerns regarding social issues such as hunger, which is understood as a social phenomenon. Approximately 125 million Brazilians experience some level of food insecurity, including about 30 million young people. Thus, the study aimed to examine the perceptions of youth researchers who work with the theme of the periphery regarding the issue of young people experiencing hunger. Structured questions were developed and applied in interviews lasting approximately one hour. The accounts allowed for discussions on issues related to youth vulnerable to food insecurity. The theoretical framework addresses contemporary youth, with a focus on peripheral youth. The methodology includes structured interviews with three researchers specializing in peripheral youth.

KEYWORDS: Youths. Peripheral Youths. Interviews. Hunger. Social vulnerability.

1 O presente texto é produto do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Geografia de Silva Júnior (2024).

2 Mestrando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

3 Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

INTRODUÇÃO

As experiências espaciais juvenis revelam e dizem muito sobre estes sujeitos, a diversidade, diferenças e desigualdades entre estes sujeitos refletem nas relações espaciais. Esse trabalho surgiu a partir das questões sociais que percorrem as escolas de periferias. Por exemplo, a problemática da fome fica extremamente evidente durante e pós pandemia por Covid 19, na qual as escolas se encontram fechadas, mas mesmo assim buscando alternativas de garantir assistência aos alunos. Os prejuízos da insegurança alimentar persistem e acompanham muitos estudantes pós pandemia. Dessa forma, como pode o Brasil ser um dos maiores produtores em alimentos, mas tendo mais de 125 milhões⁴ de pessoas situadas em algum grau de insegurança alimentar, entre eles, jovens? São diversos questionamentos. Contudo, a questão que perdurou foi: Como será o cotidiano de jovens inseridos neste contexto de insegurança alimentar? Dessa maneira, coloco que compreender a dimensão da insegurança alimentar para os jovens é olhar e entender os anseios desses sujeitos inseridos neste contexto, que vai para além do ato de alimentar-se. A fome é um limitante social, cultural, político e econômico, sendo ela uma questão que perpassa diversos grupos etários, entre eles, o período da juventude.

Para falar desta questão para jovens é necessário comentar sobre os conceitos pensados por Abramo (2005) de condição e situação juvenil. A Condição Juvenil refere-se a uma construção social referente a um determinado momento da vida, segundo Estatuto da Juventude - EJUVE⁵, dos 15 aos 29 anos; enquanto a Situação Juvenil caracteriza o modo que tal condição é vivida, devido os diferentes recortes - como gênero, classe, etnia, etc - que percorrem os diferentes grupos de jovens. Sendo assim, podemos encaixar a fome/insegurança alimentar grave, sendo um fenômeno social, como um recorte na vida de jovens inseridos neste contexto. Logo, analisar os impactos da insegurança alimentar para os jovens engloba discorrer sobre suas vivências e como são afetadas por estarem nesta condição.

Seguindo a legislação no que tange alimentação é inclusão como direito social, em 2010, por meio do artº 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988), sendo assim, estabelece a responsabilização do Estado em garantir o acesso à alimentação a todos e a promoção de políticas eficazes para o combate à pobreza e à fome. Além de tudo, o Art. 19. do EJUVE dispõe sobre o direito à saúde e qualidade de vida dos jovens. Pensando a partir disso, os direitos destes jovens ao acesso à alimentação de qualidade, seja por meio da Constituição e/ou Estatuto, estão sendo garantidos? Para responder a esta questão retomaremos o momento de isolamento social devido ao Covid-19, a partir deste momento conseguimos acompanhar com maior frequência

4 De acordo com o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), são mais de 125 milhões de brasileiros situados em algum grau de insegurança alimentar. Destes, mais de 33 milhões estão passando fome.

5 Aprovado por meio da Lei Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 que Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. (Brasil, 2013).

6 Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

as problemáticas sociais e trazendo para dentro deste trabalho pensaremos a partir do contexto escolar.

Com o advento da pandemia e, conseqüentemente, as escolas fechadas, milhões de alunos passam a ter aulas remotas, muitos têm a escola como uma base para acessarem direitos fundamentais que lhe são garantidos em lei, como é o caso da alimentação. Neste período, as comunidades escolares desenvolvem estratégias para que os alunos tenham ao menos acesso à alimentação, escolas da rede pública, por meio da Publicação da Lei 13.987 e da Resolução nº2 (Brasil, 2020), fizeram repasse de alimentos, em muitos casos cestas básicas, aos pais dos alunos. Com a retomada gradual das aulas professores da rede pública de ensino conseguiram acompanhar a realidade de seus alunos, na qual muitos alunos apresentaram déficit de atenção, casos de agressividade e alguns momentos sintomas físicos, como desmaio, mas qual a relação destas situações? A fome. Professores, não somente neste momento, se viram além do sujeito que está à frente de uma turma, mas pensando em formas de auxiliarem e orientarem alunos que se encontram nesta posição.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O entendimento acerca da ideia de Juventude como uma fase da vida surge, principalmente, no séc. XX na qual são atribuídas características específicas, antes era concebida a ideia de que as pessoas passavam diretamente da infância para fase adulta. Sobre a tematização social da juventude no Brasil somente a partir da década de 50 que esta categoria assume uma dimensão social (Abramo, 1997), sendo considerada como uma fase turbulenta e os jovens supostamente tenderiam a serem delinquentes. E a partir da década de 90 se tem visualização e compreensão de ações juvenis coletivas e individuais.

Os estudos sobre a evolução desta categoria apontam o avanço da concepção de que a juventude antes era compreendida como uma fase de transição da infância para vida adulta - baseado em critérios de idade e/ou desenvolvimento biológico - para que hoje seja visto a partir de uma perspectiva ampla e diversa, compreendendo critérios sociais e identitários. Segundo Cavalcanti (2023) não se pode falar em juventude, no singular, como uma etapa de transição para a vida adulta, algo abstrato e difuso, nem se pode ficar preso à fase etária. Apoiado nisso, pode-se compreender Juventudes, no plural, porque os jovens, como outros grupos da sociedade e sujeitos sociais são diversos, diferentes e desiguais. Podemos assim, compreender Juventude como uma categoria social e historicamente construída, Cavalcanti (2023) acrescenta que juventude é um tipo de vida, de práticas inseridas em determinado contexto social e, que é uma identidade importante aos jovens, que deve ser observado pela sua multiplicidade. É múltiplo devido ao fato de que além de jovens, estes sujeitos, por vezes, são estudantes, trabalhadores, pais, entre outros. São características e vivências que lhes permitem vivenciar a juventude de diferentes modos, possuem pontos singulares e coletivos.

O campo de trabalho em Juventudes é muito diverso, pode ser analisado e relacionado a partir de diferentes perspectivas, seja relacionado a outras categorias ou temáticas emergentes

que apresentam significativas contribuições para o campo de Juventudes. Por exemplo, entre as diferentes abordagens, destaca-se as juventudes de periferias, a partir dos escritos de Gamalho (2013) é possível compreender a dimensão dessa temática. Os jovens de periferias, comumente, passam por processo de estereotipação e este fato influencia na vida e como são vistos, os estereótipos mais comuns agregados aos jovens de periferias são questões de desemprego, evasão escolar e violência. Existe um distanciamento social de jovens de periferias para jovens de classe média, para exemplificação, Gamalho (2023) comenta sobre a moratória social, sendo que, ocio para jovens de classe média é socialmente legitimado, visto como um momento de “preparação” para vida adulta e, já para os jovens de periferias, é visto como um problema por terem tempo “livre”, essa concepção em relação a jovens periféricos é uma demonstração da exclusão das diferentes formas de vivenciar o ‘ser jovem’. E esta criação de estereótipos é significativa ao ponto dos sujeitos se questionarem seu pertencimento ou de não se reconhecerem como jovens, visto que as representações sociais hegemônicas em torno do que é considerado “ser jovem” não correspondem com sua vida.

Outra temática trabalhada é em relação ao Juvenicídio. Scherer (2018) considera o Juvenicídio como “interrupção de vidas jovens, de forma violenta por meio dos homicídios, provocados, especialmente, pela condição de precarização existencial gerada pela violência estrutural que impossibilita a construção de projetos de vida e futuro”. A questão do Juvenicídio é tido como um fenômeno que provém da falta de proteção juvenil e, historicamente, decorrente de um processo histórico da sociedade brasileira e que se faz presente, a questão da violência assola, principalmente aos jovens, segundo Atlas da Violência 2021, dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, isso é 23.327 jovens tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país (Scherer, 2021).

Estabelecendo uma analogia, pode-se compreender a categoria de Juventudes como um prisma (uma figura geométrica formada por retas), as diversas formas de vivenciar a juventude correspondem as retas, que por fim, constitui a ideia de Juventudes (o prisma) e, a partir desta diversidade podemos realizar diferentes análises para compreensão das especificidades dos jovens e como estes sujeitos se constituem. E um dos segmentos que ganha força no campo da Juventude são as questões e fenômenos sociais, que surgem como temáticas emergentes, entre elas as questões de violência, trabalho, desigualdade de gênero e étnico-racial. Outro recorte a ser trabalhado dentro do campo é a problemática da fome/insegurança alimentar. Amaral (2011), inspirado em Carlos Feixa, comenta sobre as culturas juvenis que englobam a expressão coletiva das experiências sociais dos jovens por meio de estilos de vida diferentes, a partir disso, quais seriam as culturas juvenis de jovens inseridos em contexto de insegurança alimentar?

De acordo com Castro (2002, pág. 32) fome define-se como “fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à ação nefasta”, fenômeno no qual não restringe somente a Geografia visto que existe uma complexidade para compreender tal fenômeno, abrange outras áreas como área de medicina, nutrição, psicologia, ecologia, educação, re/lações internacionais, entre outras, assim, podemos considerar como um fenômeno

multifacetado (Nascimento, 2022). E além disso, um fenômeno social sendo possível interpretar diversos aspectos da sociedade quando relacionados a outros fenômenos sociais, apresentando comportamentos individuais e coletivos da sociedade. Neste caso, retoma a ideia trazida por Abramo (2005) de Situação Juvenil que caracteriza o modo que tal condição é vivida, devido os diferentes recortes - como gênero, classe, etnia, etc - que percorrem os diferentes grupos de jovens. Desta maneira, a fome deve ser vista como um fator determinante ao modo de um sujeito vivenciar a juventude.

2 METODOLOGIA

Como a pesquisa objetivou verificar as percepções de pesquisadores das juventudes que trabalham a temática da periferia, sobre a questão das juventudes que passam fome, optou-se pela a realização de uma entrevista estruturada. De acordo com Gil (2021, p. 128), a entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas em que não apenas o enunciado e a ordem das perguntas, mas também as alternativas de resposta são definidas previamente.

Foram elaboradas questões a fim de compreender quem são os jovens situados no contexto de insegurança alimentar e, em parte, as vivências de tais sujeitos a partir do relato dos entrevistados, o encontro teve duração aproximada de uma hora. Os pesquisadores convidados foram Professor Doutor Leandro Rogério Pinheiro (UFRGS), que tem trabalhado com temáticas de juventudes, processos de socialização/individuação, cotidianos, reflexividades, narrativas e ações coletivas; Professora Doutora Nola Patrícia Gamalho (UNIPAMPA), que trabalha com conceitos como espaço geográfico, representações sociais, periferia, paisagem cultural, territorialidades, práticas espaciais, metodologias qualitativas, Juventudes e educação antirracista e Ensino de Geografia e; Professora Doutora Juliana Ribeiro Vargas (UFRGS), que tem trabalhado com temáticas como juventudes, escolarização, ensino médio, feminilidades, interseccionalidade, artefatos culturais e periferias urbanas. Em relação aos cuidados éticos, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de concederem a entrevista.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

DOS JOVENS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR

Em busca de compreender quem são os jovens em situação de insegurança alimentar/fome, a primeira questão: *A partir de sua trajetória, qual perfil seria o de jovens em situação de maior vulnerabilidade social? Estariam eles/as em insegurança alimentar?*. As respostas permitiram traçar um perfil de quem seriam os jovens em maior vulnerabilidade social e, consequentemente, alimentar, observamos que os sujeitos mais suscetíveis são os de periferias. Segundo a fala do professor Leandro:

“[...] as periferias, que são nelas que concentram os marcadores de desigualdade, onde tem muita gente passando fome nessas localidades.”
- Leandro Pinheiro

Ao analisar a fala das professoras e do professor ficou perceptível que são as periferias que emergem como cenários de maior contingente de jovens em vulnerabilidade social e, muito des-ses, em situação de insegurança alimentar. Esse fato vai de acordo como apresentado por Ramos (2018) que a modernidade, para além do continente europeu, é marcado pelo desenvolvimento baseado na conquista, colonização e integração de países ao mercado mundial, como o Brasil, no qual resultou em consequências históricas sobre os segmentos subalternos como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros. Associado a isso, podemos adicionar a questão da insegurança alimentar e para que não prevaleça seu estado mais grave muitos dos jovens periféricos se põem em trabalhos informais. Segundo a narrativa da professora Juliana, com base em sua trajetória profissional, comenta que:

“Me recordo da minha experiência de professora, por exemplo, na Vila Dique que fica atrás do aeroporto, que nos meses de final de ano, a gente tinha os esvaziamento das turmas porque as famílias se movimentavam para buscar trabalho, fosse no mercado, na praia, na arrumação de casas na praia, esses serviços mais precarizados, mas que empregavam desde o ‘gurizinho’ de 10 anos até o jovem de 18,19, 20 anos.” - Juliana Vargas

A partir do relato conseguimos enxergar a precariedade que circula nas periferias, observamos que jovens periféricos são inseridos precocemente no mundo do trabalho. Essa inserção se deve, em muitos casos, para a complementação de renda das famílias dos estudantes, visto que existe uma movimentação familiar. Quando perguntada sobre o trabalho que estes jovens desempenham dentro de tal localidade, a professora comenta que:

“É uma população de crianças e jovens que trabalham basicamente no entorno da Ceasa, não carregando frutas, talvez os maiores carregam frutas, as crianças e os pouco mais velhos trabalham fazendo e arrumando caixas de frutas e ganhando centavos por este trabalho. Poderíamos dizer que é um trabalho analogo a escravidão, porque, é muito trabalho para uma baixa remuneração. Também trabalhavam arrancando capim para alimentar cavalos de carroceiros e caminhoneiros.” - Juliana Vargas

A precariedade do trabalho apresentado pela professora vai ao encontro do que foi dito por Tommasi e Corrochano (2020, p. 354) de que:

[...] os problemas ligados ao mundo do trabalho, tanto no que diz respeito à sua ausência (os índices de desemprego entre os jovens sempre são sensivelmente maiores do que entre a população em geral), ou presença como trabalho informal, mal remunerado, de baixa qualificação, como, ainda, com respeito ao cotidiano dos jovens, especialmente a necessidade de conciliar estudos, trabalho e vida familiar.

O trabalho faz parte de uma das dimensões da experiência juvenil. Entretanto, quando visto as condições de trabalho de jovens de periferias enxergamos a precariedade, a falta de

profissionalização e remuneração digna. Observamos que a inserção, mesmo que precária, de jovens ao mundo do mercado de trabalho significa uma tentativa de distanciar da fome/insegurança alimentar grave e moderada (torna-se uma questão de sobrevivência), não significa que este jovem não esteja inserido num contexto de insegurança, neste caso, encontram-se em uma questão nutricional. Um dos pontos que ganha destaque a partir dos entrevistados, são as condições nutricionais de jovens de periferias em trabalhos informais. Como mencionado pelas professoras Juliana e Nola:

“[...] com esta venda (mão-de-obra) há complementação para a não efetividade da insegurança alimentar, mas esse jovem não tem uma alimentação plena, não tem uma alimentação que consiga fornecer, por exemplo, uma vida mais saudável. É muito complicado porque vivemos numa sociedade onde o pacote de bolacha é muito mais barato que um 1 kg de maçã. Ter uma alimentação variada, com nutrientes, se torna muito caro para todo mundo e para quem está em vulnerabilidade social mais ainda, e destes, crianças e jovens acabam sendo bem mais atingidos.” - Juliana Vargas

“[...] a população mais vulnerável, tem uma alimentação que não é rica em nutrientes, ela é muito rica em carboidratos e gorduras saturadas, deste modo já vem a importância da merenda escolar, alimentação escolar equilibrada, com nutricionistas.” - Nola Gamalho

A má remuneração pelo trabalho realizado cria uma barreira significativa que compromete a garantia ao acesso a alimentos saudáveis. Ao analisar as palavras da professora Juliana podemos entender a lógica perversa do capitalismo, os jovens de periferia possuem uma relação de proximidade a alimentos considerados adequados a questão nutricional, mas devido a sua má remuneração das atividades desempenhadas por eles, se cria uma barreira que distancia os jovens e impossibilita que consumam tais alimentos.

A professora Nola acrescenta, além da questão nutricional, a importância da merenda escolar para jovens, como uma das formas de promoção à alimentação saudável. Embora a alimentação escolar seja uma medida crucial para solucionar a problemática da fome, salientamos que esta deve andar em conjuntos com políticas públicas e ações que visem garantir a segurança alimentar em curto e longo prazo e que coloque a realidade e os desafios enfrentados por segmentos sociais mais vulneráveis, neste caso, jovens periféricos, como centro da questão para remediar a realidade da insegurança alimentar.

DO ACESSO LIMITADO ÀS ESTRATÉGIAS/TÁTICAS JUVENIS

Para entender os interesses culturais e como funciona o acesso para quem está em insegurança alimentar, a questão “*Quais são os interesses, lazeres, gostos de jovens em situação de insegurança alimentar? É possível afirmar que esses sujeitos possuem esses acessos?*” permitiu explicar a questão para os jovens.

“Acho que o acesso a cultura, a arte, aos espaços de lazer, reconhecidos pela sociedade, são mais precarizados para os jovens de periferias e para os jovens em insegurança alimentar. Existem custos. Senão o custo da participação é o custo do deslocamento. [...] Mas também podemos dizer que não tenha espaços de lazer, de entretenimento, de diversão, eu acho que eles criam, não tenho dados sobre isso, mas eles criam seus espaços de lazer, de condição, de sociabilidade. [...] eles criam esses espaços, dentro de seus territórios, a gente que desconhece esses espaços, mas tem as festas, os sons, as resenhas. Então, comentando sobre essa questão, a insegurança alimentar existe na periferia, mas a solidariedade também existe nestes espaços, muito mais do que em outros espaços.” - Juliana Vargas

Conforme a fala acima podemos observar que o acesso a serviços culturais e de lazer são mais distantes de jovens de periferias. Existem barreiras espaciais, como a distância entre residência e o serviço prestado, além do mais, existem as barreiras econômicas. Mesmo que seja garantido aos jovens por meio da Lei 12.852/2013 (Brasil, 2013) o direito à cultura, isso não significa que seja efetivamente realidade de todos os jovens brasileiros. Usamos a realidade de Porto Alegre como exemplo, as medidas da gestão do Prefeito Sebastião Melo na reformulação para acesso a meia passagem estudantil criou uma burocratização na obtenção do benefício dificultando aos demais serviços. Entretanto, os jovens desenvolvem maneiras de contornar as dificuldades e alternativas para terem tais acessos.

“[...] há algum acesso, mas um acesso muitas vezes produzido pela própria agência, capacidade de articular alguma astúcia. Tem a pesquisa de uma orientanda minha de mestrado com jovens em situação de rua e uma das coisas que ela observava era que os jovens tentavam criar alternativas, não somente para se proteger mas também para algum consumo cultural. Então, elas criam essas alternativas, a gente não pode olhar para essas pessoas em vulnerabilidade somente a partir da ausência mais flagrante, elas passam fome, é lógico que é uma urgência quando estamos falando de fome, mas é impressionante como as pessoas criam formas de lidar com as coisas que a sociedade produz, apesar dos limites que elas vivem.” - Leandro Pinheiro

Fica perceptível que mesmo que jovens se encontrem em situação de insegurança alimentar buscam formas de acessar formas de sociabilidade e acabam criando alternativas, em grande maioria, dentro de seus territórios. Conforme Duran (2007), inspirada em Michel de Certeau, coloca que toda atividade humana pode ser considerada cultura, mas desde que tenha sentido para quem desenvolve tais práticas. E, de acordo com Vasques, Oliveira e Lacerda (2020) definem, a partir de Certeau, a diferença entre *Estratégias* e *Táticas*:

[...] as estratégias se associam à produção de um lugar que torna possível administrar as relações. Encontramos em Certeau (1998, p.99) “a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...]”. Ao contrário disto, as táticas envolvem ações determinadas pela ausência de um lugar próprio. Para tanto, agem devagar, aproveitando as ocasiões, subvertendo muitas vezes a ordem das coisas ao fazê-las trabalhar com fins e funções distintas daquelas para as quais foram criadas. (2020, p. 189).

Podemos considerar que os jovens em situação de vulnerabilidade alimentar e social desenvolvem táticas e estratégias ao analisarmos os cotidianos deles. Para exemplificar, as táticas permito-me colocar uma observação pessoal/profissional, presenciei estudantes de área de periferia de Porto Alegre, em meados de 2022 (com as mudanças já vigentes da concessão do benefício de meia-passagem aos estudantes⁷), ao usarem o transporte público dividirem a mesma passagem, neste caso, os dois estudantes em questão se esforçaram e se espremeram entre as barras da catraca do ônibus para que não precisassem pagar mais uma passagem, portanto, podemos considerar que este acontecimento se configura como uma tática visto a necessidade imediata dos sujeitos de reverterem uma situação e contrariarem a lógica posta a eles. E ao mesmo tempo elaboram estratégias, no momento em que criam espaços para desenvolverem suas práticas, que em certa medida, são restringidas em outros espaços. Alguns exemplos são as praças, festas, ruas, entre outros, que servem para estes jovens como espaços de sociabilidade para que possam desenvolver suas práticas sociais, culturais, artísticas e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar nas juventudes periféricas contradiz a ideia e a realidade de jovens de classe média. Como exemplo, a questão da moratória social sendo que o ócio para jovens de classe média é socialmente legitimado, visto como um momento de “preparação” para vida adulta e, já para os jovens de periferias, é visto como um problema por terem tempo “livre”, essa concepção em relação a jovens periféricos é uma demonstração da exclusão das diferentes formas de vivenciar o ‘ser jovem’. Esse pensamento sobre juventudes periféricas cria um processo de estereotipização na vida desses jovens, o que leva sujeitos a não terem o sentimento pertencimento ou de se reconhecerem como jovens, visto que as representações sociais hegemônicas em torno do que é considerado “ser jovem” não correspondem com sua vida. A fome pode ser compreendida como um fenômeno social que abrange diversos setores da sociedade. Dessa forma, ao pensar neste fenômeno associado à juventude é investigar como a condição juvenil é vivenciada e quais setores de suas vidas são interferidos.

7 Nas investigações de Silva (2023) sobre a questão da mobilidade urbana para jovens estudantes do Ensino Médio pontua a dificuldade de obtenção do benefício devido às medidas da gestão atual. Além disso, coloca que uma expressiva redução de beneficiários, cerca de 77% no número de usuários

O uso de entrevista estruturada facilitou a conexão entre as hipóteses do estudo e as percepções dos pesquisadores entrevistados. Considerando o caráter exploratório da pesquisa e a sensibilidade do tema, foram selecionados pesquisadores do campo de juventudes que estudam a temática de juventudes periféricas.

Ao analisar as falas dos entrevistados percebeu-se que existe uma vulnerabilidade não somente social mas como alimentar. A fome configura-se como um estigma na vida destes sujeitos e devido os profundos impactos que acompanham a fome, os entrevistados colocam a necessidade de fomento de políticas públicas que visem diferentes dimensões na vida destes sujeitos, como trabalho, saúde e escola, ações necessárias a fim de superarem a fome.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. (Org.). *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n. 5, maio-agosto; n. 6, setembro-dezembro, p.25-36, 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstrat. Acesso em: 27 de jan. 2024.

AMARAL, Márcio de Freitas do. *Culturas juvenis e Experiência Social: Modos de Ser Jovens na Periferia*. Orientadora: Profa. Dra. Maria Stephanou. UFRGS, 2011. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28825>. Acesso em: 27 de ago. 2024.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de ago. 2024.

BRASIL. *Lei Nº 12.852*, de 05 de agosto de 2013. Dos Direitos e Das Políticas Públicas De Juventude. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 24 de ago. 2024.

BRASIL, *Conselho Nacional de Saúde*. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 24 de ago. 2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens Escolares e a Cidade: Concepções e Práticas Espaciais Urbanas e Cotidianas. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. Especial, n. 5, p; 74-86, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2171>. Acesso em: 28 de ago. 2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Juventudes, Ensino de Geografia e Formação/Atuação Cidadã. In: OLIVEIRA, Vitor Hugo Nedel (Org.). *Geografias das Juventudes*. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023. p. 155-179.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema do brasileiro: pão ou aço*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Josué de. *Fome: um tema proibido - últimos escritos de Josué de Castro* / Anna Maria Castro (org.). - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema do brasileiro: pão ou aço* / Josué de Castro. - Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1980.

DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel De Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v07n22/v07n22a08.pdf>. Acesso em: 28 de dez. 2023.

GAMALHO, Nola Patrícia. Juventudes e as Periferias. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (Org.). *Geografias das Juventudes*. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023. p. 39-59.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-cmc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 de ago. 2024.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SARTI, Flavia Medeiros. A leitura entre táticas e estratégias? Consumo cultural e práticas epistolares. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 14, n. 31, p. 195-217, mai./ago. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3216/321627138008.pdf>. Acesso em: 27 de ago. 2024.

RAMOS, Renata Fornelos d'Azevedo. *JUVENTUDE DA PERIFERIA do estigma ao modo de vida*. Curitiba: Appris, 2018.

REDE PENSSAN. *I VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

REDE PENSSAN. *II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

SCHERER, Giovane Antonio (Org.) *Junenecídio, Território e Políticas Públicas: Rastros de Sangue na Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: CirKula, 2022. Disponível em: <https://livrariacirkula.com.br/produto/9786589312697>. Acesso em: 28 de ago. 2024.

SILVA, Gabrielle Bezerra da. *A “reforma” do ensino médio pela perspectiva de jovens escolarizados: estudo de caso em uma escola da rede pública estadual em Porto Alegre/RS*. Orientador: Profº. Drº. Victor Hugo Nedel Oliveira. UFRGS, 2023. Monografia (Curso de Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/264376>. Acesso em: 25 de ago. 2024.

SILVA JÚNIOR, José Inácio da. *Geografias da Fome: Uma Análise Qualitativa das “Fomes” das Juventudes Brasileiras*/José Inácio da Silva Júnior. --2024. Orientador: Victor Hugo Nedel de Oliveira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)--Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 353-371, ago./set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7gJR8dVYp3WdpCy8hPnNMdF/> Acesso em: 27 de ago. 20234.

VASQUES, Daniel Giordani; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Miriam Pires Corrêa. Táticas e estratégias para a educação durante a pandemia: um estudo sobre o Colégio de Aplicação da UFRGS. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 8, n 62, p. 186-198. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4330>. Acesso em: 26 de ago. 2024

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

José Inácio da Silva Júnior. Licenciado e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor de Geografia da rede privada, em Porto Alegre.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4908-5576>

E-mail: joseinaciojunior88@gmail.com

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS.

Victor Hugo Nedel Oliveira. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Professor e Pesquisador no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Espaço – GEPJUVE/UFRGS/CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

E-mail: victor.nedel@ufrgs.br

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontifícia Universidade Javeriana/Colômbia)

GRUPO DE TRABALHO 4
POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL



DOI: 10.20911/25260782v11n2p193/2026

As Políticas Públicas De Juventude Na Cidade De Camaçari/BA: Elementos de Estruturação da Pauta na Agenda Governamental Municipal Entre os Anos de 2005-2016¹

*Mailson Santos Pereira²**Larissa Mello do Nascimento³*

RESUMO: Esta pesquisa analisou a institucionalização das políticas públicas de juventude no município de Camaçari/BA, investigando a presença da pauta juvenil na agenda governamental entre 2005 e 2016. Foram examinadas a normatização na estrutura administrativa municipal (coordenação e conselho) e as ações voltadas às juventudes nos Planos Plurianuais de 2006/2009, 2010/2013 e 2014/2017, por meio de análise documental e de conteúdo. Identificou-se maior presença da pauta no PPA 2014/2017, porém sem um programa específico para juventude, destacando-se ações ligadas à educação, trabalho e profissionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas de juventude; Agenda Governamental; Gestão Municipal; Plano Plurianual; Camaçari.

ABSTRACT: This study analyzed the institutionalization of youth public policies in the municipality of Camaçari, Bahia, Brazil, investigating the presence of youth issues on the governmental agenda between 2005 and 2016. The study examined the formalization of youth-related structures within the municipal administration (coordination and council) and the actions directed toward youth in the Multi-Year Plans for 2006/2009, 2010/2013, and 2014/2017, through documentary and content analysis. A greater presence of youth issues was identified in the 2014/2017 plan; however, no specific program for youth was found, with actions mainly related to education, work, and professional training.

KEYWORDS: Youth public policies; Government Agenda; Municipal management; Multi-Year Plan; Camaçari.

1 Parte desta produção é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Gestão Pública Municipal, pela UFBA, defendido pelo autor no ano de 2024 (Pereira, 2024).

2 Psicólogo Social – CRP03/7767; Mestre em Ciências Sociais pela UFRB e em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO; Discente do Bacharelado em Ciências Sociais pela UNEB e do Doutorado em Ciências Sociais pela UFBA; e membro do Observatório Social da Juventude – CAHL/UFRB. UFBA, pereiramailson@msn.com.

3 Bacharela em Negociações Internacionais; Mestra e Doutoranda em Administração pela UFBA. E-mail: larymello@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a temática das políticas públicas de juventude – PPJ, necessariamente, se debruçando sobre os elementos referentes à sua institucionalização na estrutura administrativa da gestão municipal de Camaçari-BA, no período de 2005 a 2016. A tarefa investigativa da qual este escrito é fruto visou verificar como se deu a estruturação das políticas públicas de juventude em âmbito municipal na Bahia, analisando as institucionalidades criadas e a presença desta temática nos instrumentos de planejamento governamental da gestão pública, especificamente nos planos plurianuais, buscando colaborar para a pauta das juventudes na agenda das políticas públicas municipais.

O início da institucionalidade da juventude na agenda governamental municipal de Camaçari-BA se deu em 2006, com a criação do Conselho Municipal de Juventude, sendo realizadas algumas ações, nos anos subsequentes, que visibilizaram esta pauta entre as instâncias da gestão municipal, a exemplo da realização de um ciclo de consultas públicas junto aos jovens da cidade, denominado “Fala Jovem”, nos anos de 2010 a 2012.

Cumprе sinalizar que o desenvolvimento de políticas públicas, por parte dos entes governamentais, demanda a presença dessas ações no planejamento da gestão pública, devendo figurar no Plano Plurianual, para ser possível alocar recursos específicos, nas Leis Orçamentárias Anuais, para a operacionalização dessas ações. Compreender como uma unidade subnacional inclui a temática das juventudes em seus instrumentos de planejamento pode auxiliar na análise da importância da pauta na agenda governamental municipal decisional, bem como colaborar para a consolidação do campo das políticas públicas de juventude e para uma melhor gestão das ações para este público alvo.

A escolha por uma unidade subnacional municipal ocorreu, devido à pouca presença de estudos sobre as políticas públicas de juventude neste nível de gestão. Esta pesquisa visa corroborar com os estudos sobre as políticas públicas de juventude nos municípios brasileiros, fortalecendo o conhecimento científico acerca da implementação de ações estatais para as/os jovens nas realidades subnacionais.

Em relação ao município de Camaçari, a escolha se deu por este ser um dos municípios baianos que inclui a pauta da juventude em sua agenda governamental, criando algumas institucionalidades e desenvolvendo algumas ações, bem como pela razão do pesquisador residir neste município e por ele ter acompanhado a Coordenação de Juventude desta cidade no período de maio a outubro de 2013, enquanto Articulador Territorial do Plano Juventude Viva na Bahia, sendo este município umas das cidades de sua responsabilidade de realizar o monitoramento.

O município de Camaçari, situa-se na Região Metropolitana de Salvador, distante cerca de cinquenta quilômetros da capital baiana. É conhecido como “cidade industrial” por abrigar em seu território o Polo Industrial de Camaçari e por ter sua ocupação populacional permeada pelas dinâmicas de trabalho neste setor específico. Em 2022, possuía uma população de 300.372

peessoas. Figura como o quinto maior PIB municipal do estado da Bahia e com índice de desenvolvimento humano de 0,694, em 2010 (IBGE, 2024).

Questiona-se aqui, como se deu a institucionalização das políticas públicas de juventude no município de Camaçari/BA? Partiu-se da hipótese de que a pauta das juventudes conseguiu adentrar a agenda governamental municipal de Camaçari/BA, com a criação das institucionalidades da coordenação e do conselho municipal de juventude, mas com baixa inserção de marcadores específicos relacionadas às juventudes nos instrumentos de planejamento governamental municipal, em específico, no Plano Plurianual.

Para responder este questionamento e verificar a hipótese elencada, estabeleceu-se como objetivo geral identificar o processo de institucionalização da juventude na agenda governamental municipal no período de 2005 a 2016⁴, verificando a normatização da pauta na estrutura organizacional no município (coordenação e conselho) e a presença de ações voltadas para as juventudes nos Planos Plurianuais municipais de 2006/2009, 2010/2013 e 2014/2017.

Apresenta-se abaixo o marco teórico dos instrumentos do planejamento orçamentário; os procedimentos metodológicos adotados; os resultados sistematizados (seja o contexto histórico municipal de desenvolvimento das PPJ; seja a análise dos planos plurianuais acima referidos); e as considerações finais do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa se inseriu no escopo da análise de políticas públicas que desenvolve seu estudo científico enquanto ação do Estado. Partiu-se aqui da concepção sinalizada por Lascoumes e Le Galès (2012) de que “a análise de políticas públicas contribui para a compreensão das mudanças de todas as sociedades contemporâneas e de sua regulação. Por isso, ela é um dos grandes paradigmas das ciências sociais” (LASCOUTES e LE GALÈS, 2012, p. 37). Nesse sentido, a partir da análise de políticas públicas, ao lançar o olhar para as Políticas Públicas de Juventude, pretendeu-se entender os processos de mudanças e estruturação dos direitos sociais, em específico os direitos juvenis, e das respostas estatais que buscam efetivar esses direitos.

Tomou-se aqui as políticas públicas de juventude como ações desenvolvidas para garantir os direitos juvenis, estabelecidos no Estatuto da Juventude, dentro do campo maior dos direitos sociais. No intuito de situar teoricamente a pesquisa, apresenta-se abaixo a definição dos instrumentos do planejamento orçamentário brasileiro.

Para a implementação e desenvolvimento das políticas públicas faz-se necessário a inclusão dessas ações nos instrumentos de planejamento orçamentário – Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA – para que seja possível

4 O período analisado, para fins desta pesquisa, corresponde à gestão municipal do mesmo grupo político, sob a condução do Partido dos Trabalhadores, sendo que as gestões 2005-2008 e 2009-2012 tiveram como prefeito o mesmo gestor, a saber: Luiz Carlos Caetano e a gestão 2013-2016, teve como prefeito Ademar Delgado das Chagas.

alocar e investir recursos públicos nas ações específicas definidas para a resolução do problema político a ser enfrentado.

Importa considerar que o modelo de planejamento orçamentário brasileiro se encontra estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 165 (BRASIL, 1988), a partir dos instrumentos acima referidas, - PPA, LDO e LOA, - de forma que estas leis “[...] são estritamente ligadas entre si, compatíveis e harmônicas, formando um sistema integrado de planejamento e orçamento, o qual busca concretizar as políticas públicas e os programas de governo” (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2019, p. 06).

Através da análise dos instrumentos de planejamento orçamentário, é possível identificar por onde caminham as ações das gestões públicas, quais suas prioridades, quais pautas se encontram alocadas na agenda de decisão e, conseqüentemente, se tem ações, projetos e/ou programas estabelecidos nos Planos Plurianuais, desembocando na destinação de recursos nas Leis Orçamentárias Anuais.

Segundo Salvador (2012, p. 128) “os gastos orçamentários definem a direção e a forma de ação do Estado nas suas prioridades de políticas públicas”. Espera-se com a análise dos PPA da gestão municipal de Camaçari/BA, para os anos de 2006 a 2017, conseguir verificar como a pauta da juventude figura na agenda decisional do poder público municipal em questão.

Buscando definir cada instrumento específico do planejamento orçamentário brasileiro, compreende-se que o PPA “[...] traduz, de um lado, o compromisso com estratégias e a visão de futuro, e, de outro, a previsão de alocação dos recursos orçamentários nas funções de Estado, nos **programas de governo** e junto aos órgãos públicos” (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2019, p. 06, grifo nosso).

O Plano Plurianual é elaborado no primeiro ano das gestões municipais, estaduais e federais, com validade de quatro anos, sendo estes: do segundo ano de cada gestão até o primeiro ano da próxima gestão do respectivo ente federado, garantindo o princípio da ação estatal. Segundo a Escola Nacional de Administração Pública (2019, p. 06)

O PPA pode ser entendido como um planejamento das ações que o governo pretende realizar nos próximos quatro anos. Estabelece para a Administração Pública, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas que orientarão a aplicação dos recursos públicos para um período de quatro anos.

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias “[...] é um instrumento legal que estabelece os critérios para a elaboração e execução dos orçamentos públicos. Essa lei é elaborada anualmente e deve ser compatível com o PPA” (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2019, p. 16) e pode ser considerada como um elo entre o PPA e a LOA.

Esta legislação estabelece metas e prioridades para a gestão pública no exercício financeiro subsequente. Se o PPA estabelece o planejamento de médio prazo, de quatro anos, a LDO

define as ações que devem ter preferência de alocação de recursos na elaboração da LOA para o próximo ano.

A Escola Nacional de Administração Pública (2019, p. 21) estabelece que “é por meio da Lei Orçamentária Anual que o orçamento é materializado, sendo o instrumento por meio do qual o governo estima as receitas que espera arrecadar ao longo do ano seguinte e fixa as despesas (os gastos) a serem realizadas com tais recursos”.

Sendo assim, a LOA é o instrumento do planejamento orçamentário que estabelece o planejamento de curto prazo para a gestão pública, para um ano do exercício financeiro, sendo uma peça legal autorizativa do investimento em políticas públicas nas prioridades de governo definidas no PPA.

De modo sintético, como já apontado acima, tem-se que “[...] o PPA estabelece o planejamento de médio prazo, por meio dos programas do governo, enquanto a LOA fixa o planejamento de curto prazo. A LDO, por sua vez, cabe o papel de estabelecer a ligação entre esses dois instrumentos” (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2019, p. 39).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As opções teóricas que embasaram a metodologia utilizada nesta pesquisa vieram dos estudos das políticas públicas, necessariamente, da análise de políticas públicas de cunho descritivo. Neste sentido, figurou-se aqui como uma pesquisa qualitativa, na modalidade explicativa-descritiva. Para o alcance dessa tarefa teórico-metodológica, enquanto procedimento metodológico, o estudo se orientou pela análise documental enquanto técnica específica de coleta e interpretações dos dados, além do uso da análise de conteúdo.

A análise documental, parte-se da consideração de que esta “[...] compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2008, p. 271), sendo que no presente caso, a finalidade foi identificar documentos acerca das políticas públicas de juventude em Camaçari/BA, - seja os Planos Plurianuais, seja demais legislações municipais, - para compreender o processo de estruturação desta pauta na agenda governamental municipal. A importância da análise documental para essas funções encontra-se embasada no fato de que

[...] os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (FLORES, 1994 *apud* CALADO; FERREIRA, 2004, p. 03).

A pesquisa teve como fontes primárias: os PPAs municipais de Camaçari/BA de 2006/2009, 2010/2013 e 2014/2017 e as legislações acerca da regulamentação das políticas públicas de juventude do município pesquisado. Realizou-se a busca dos documentos junto ao Diário Oficial

de Camaçari/BA, no sítio eletrônico oficial do município: <https://www.camacari.ba.gov.br/> e no Portal Leis Municipais, especificamente, no endereço que continha as legislações do município pesquisado: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/ba/camacari>.

As informações coletadas foram tratadas por meio da análise de conteúdo, sendo que o material identificado nos sítios eletrônicos acima permitiu a construção do histórico das PPJ no município de Camaçari/BA, delimitando alguns dos aspectos da estruturação das políticas de juventude em Camaçari/BA, até o ano de 2016. Referente à análise de conteúdo, para Bardin (2011, p. 48, grifo do autor) esta remete a

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Quanto aos Planos Plurianuais recolhidos, foi feita uma primeira leitura destes instrumentos do planejamento orçamentário e identificado a presença dos marcadores “jovem”, “jovens”, “juventude”, “juventudes” e “PROJOVEM”, registrando-se o quantitativo de suas ocorrências em cada PPA. Após uma segunda leitura e verificação, de forma a checar o quantitativo registrado, os dados foram sistematizados em uma tabela, apresentada abaixo, no item de análise das peças orçamentárias destacadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sistematizou-se o histórico das políticas públicas de juventude em Camaçari, sendo que a sistematização de informações se deu apenas até 2016, por ser este o recorte temporal desta pesquisa. Em seguida, analisou-se os resultados das ocorrências dos marcadores pesquisados nos três PPAs do município, apresentando o quantitativo identificado de cada marcador.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO CENÁRIO MUNICIPAL DE CAMAÇARI/BA

O desenvolvimento de ações estatais voltadas para a juventude camaçariense parece ter iniciado a partir do ano 2002, com a criação do Programa Municipal de Apoio a Juventude, pela legislação municipal n. 550/2002, que visava “a atenção integral e a inclusão social dos jovens deste Município, através de ações articuladas entre as várias Secretarias Municipais” (CAMAÇARI, 2002), que foi revogado pela Lei Municipal n. 1.339/2014⁵ (CAMAÇARI, 2014).

Por outro lado, a institucionalização das políticas públicas de juventude no município de Camaçari/BA começa a ser estruturada a partir de 2006, com a criação do Conselho Municipal

5 Esta legislação criou o Projeto Bolsa Estágio que tinha “por objetivo garantir, à população residente neste município, o aprimoramento da qualificação profissional aos estudantes do ensino médio, técnico e universitário” (CAMAÇARI, 2014).

do Juventude de Camaçari/BA, por meio da Lei Municipal n. 731/2006 (CAMAÇARI, 2006), que foi alterada pela Lei Municipal n. 943/2008 (CAMAÇARI, 2008a) e posteriormente, alterada novamente, pela Lei Municipal n. 1.283/2013 (CAMAÇARI, 2013).

Além da criação do espaço de controle social das políticas públicas de juventude, através do aparato legal acima mencionado, o município passou a realizar, em consonância com o Governo Federal e Estadual, a escuta das juventudes camaçarienses com a realização da I, II e III Conferência Municipal de Juventude, nos anos 2008, 2011 e 2014, respectivamente, convocadas pelos Decretos Municipais n. 4.546/2007, 4.999/2011, 5.030/2011 e 6.027/2015.

Ainda, em torno das ações estatais voltadas para a juventude, em setembro de 2008, foi sancionada a Lei Municipal n. 912/2008, que criou o Programa de Apoio a Geração de Empregos para Jovens, sendo uma política voltada para os jovens de 16 a 21 anos, conforme consta na legislação do Programa (CAMAÇARI, 2008b).

Já no âmbito da estrutura administrativa municipal, em 2009, foi criada a Coordenadoria de Promoção de Políticas Públicas para a Juventude, por meio da Lei Municipal n. 951/2009, que modificava a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal (CAMAÇARI, 2009a). Esta Coordenação estava inicialmente vinculada à Secretaria de Promoção da Mulher e da Reparação – SEPRON, sendo remanejada, no mesmo ano, para a Secretaria do Governo – SEGOV, através de nova alteração da estrutura organizacional do ente federado em questão, pela Lei Municipal n. 1.005/2009 (CAMAÇARI, 2009b).

Cabe destacar que esta primeira Coordenação é criada após a realização da I Conferência Municipal de Juventude de Camaçari e desenvolveu uma ação de diálogo e consultas públicas à juventude de Camaçari, nas escolas da cidade, - com o objetivo de construir o Plano Municipal de Juventude de Camaçari e compor o Conselho Municipal de Juventude de Camaçari, - que foi o Programa Municipal Fala Jovem, lançado no dia 16 de julho de 2010 (IWWA AGÊNCIA, 2010).

O Fala Jovem se constituiu, em 2010 e 2011, em um ciclo de nove audiências públicas junto às juventudes estudantis da sede e da orla de Camaçari. Após esta primeira etapa e compreendendo que haviam jovens camaçarienses que não se encontravam alocados nos espaços da escola pública, a Coordenação de Juventude estendeu a ação inicial, realizando o Fala Jovem nos Bairros, no final de 2011 e início de 2012 (IWWA AGÊNCIA, 2011).

Após o ciclo de escuta das juventudes de Camaçari, por meio do Fala Jovem, a Coordenação de Juventude realizou as Plenárias da Juventudes, que teve o intuito de sistematizar as contribuições dos jovens e apresentar uma proposta de Plano Municipal de Juventude de Camaçari, a ser encaminhado para a casa legislativa municipal, como também discutir o processo eleitoral para a composição do plenário do Conselho Municipal de Juventude de Camaçari (IWWA AGÊNCIA, 2012).

Retomando a questão da institucionalidade da política de juventude no município de Camaçari, ainda em 2011, a Coordenadoria de Promoção de Políticas Públicas para a Juventude

foi remanejada para a Secretaria Municipal de Relações Institucionais - SERIN⁶, por meio da Lei Municipal n. 1.150/2011 (CAMAÇARI, 2011), permanecendo vinculada legalmente a esta Secretaria até o ano final de 2016.

A alocação da Coordenação Municipal de Juventude, na estrutura administrativa da Prefeitura de Camaçari, seja na SEGOV, seja na SERIN, coadunam com a compreensão de que a pauta de juventude, por ser um dos direitos difusos, precisa estar em um espaço institucional com capacidade de articulação junto às demais secretarias de governo, para garantir a intersectorialidade do desenvolvimento das ações para as diversas juventudes existentes no território de responsabilidade do órgão gestor.

Destaca-se, no entanto, que no período da gestão municipal de 2013 a 2016, a Coordenação de Juventude, mesmo que legalmente alocada à SERIN municipal, foi vinculada administrativa e politicamente à Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão - SECIN⁷ sem, necessariamente, ter havido mudança legal na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Camaçari.

Ainda que com caráter de secretaria finalística, - por estar responsável por pautas de direitos difusos, que demandavam ações intersetoriais, - parece que a SECIN possuía certa capacidade de articulação institucional. Haja visto de que, na ocasião em que a Coordenação de Juventude esteve alocada a esta Secretaria, se identificou a maior presença dos marcadores pesquisados no PPA correspondente ao período de gestão em questão.

3.2 A ANÁLISE DOS PLANOS PLURIANUAIS DE CAMAÇARI/BA, DE 2006 A 2017

Ao analisar os três PPAs do município de Camaçari/BA, do período pesquisado, buscou-se identificar a presença de ações voltadas para as juventudes nestas peças do planejamento orçamentário municipal, necessariamente, aquelas ações que faziam referência direta aos termos “jovem”, “jovens”, “juventude”, “juventudes” e/ou “PROJOVEM”, sendo descartadas as ações que pareciam alcançar o público jovem, mas utilizavam-se de outras categorias⁸ para indicar o seu público alvo, sendo que estas não delimitavam apenas a população juvenil.

Os Planos Plurianuais analisados possuíam estrutura similares, a saber, o texto da legislação e seus anexos. Estes últimos, em sua maioria, com os seguintes elementos: Receitas segundo a Natureza; Receitas por fonte de Recursos; Apresentação e/ou Contextualização do Programa;

6 A SERIN da Prefeitura de Camaçari tinha por “[...] finalidade formular diretrizes, planejar, implantar, coordenar, executar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas municipais de promoção dos movimentos sociais e das políticas institucionais do Município [...]” (CAMAÇARI, 2011).

7 Inicialmente a SECIN foi criada em 2011, com a “[...] finalidade formular diretrizes, planejar, implantar, coordenar, executar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas municipais de promoção e inclusão à cidadania, em especial a Promoção da Igualdade Racial e de Combate à Discriminação Social; Promoção da Livre Orientação Sexual; Economia Solidária; Inclusão Produtiva, todas no âmbito do Município [...]” (CAMAÇARI, 2011) e, a partir de 2013, agregou a pasta de juventude em sua estrutura de gestão.

8 Entre essas outras categorias foi possível identificar as seguintes: “adolescentes”, “alunos”, “estudantes”, “universitários”, “atletas”, “trabalhadores”, “pobres”, “segmentos excluídos”, “público definido”, “usuários” e “famílias e indivíduos”

Caracterização do Programa; Detalhamento do Programa; Regionalização do Programa; Resumo dos Programas/Desembolso previsto por exercício; e Resumo das despesas não integrantes do PPA.

A delimitação das políticas públicas prioritárias a serem desenvolvidas, no quadriênio ao qual o PPA é referente, são definidas a partir da escolha dos Programas a serem implementados no período correspondente, o que implica uma análise da realidade municipal, a definição do problema a ser enfrentado, do objetivo geral a ser alcançado, da justificativa para a escolha de cada Programa, da estratégia de implementação, do público a ser atendido, das ações pormenorizadas a serem realizadas e seus objetivos específicos, do indicador de resultado a ser utilizado para aferição do alcance das ações e das metas estabelecidas.

Esta estrutura de orçamento-programa no PPA permite uma melhor gestão dos recursos públicos, tendo em vista o planejamento prévio das ações prioritárias a serem desenvolvidas, pois “essa modalidade de orçamento possibilita uma melhor identificação das funções, situação, soluções, objetivos e recursos, dando ênfase às realizações, e não ao gasto apenas, do governo” (NUNES, OLIVEIRA, BEÚ, 2015, p. 428).

Como informado acima, os Planos Plurianuais são elaborados no primeiro ano de cada gestão. No caso dos PPAs aqui analisados, o de 2006/2009 foi construído no ano de 2005, já o PPA 2010/2013 foi feito no ano de 2009, - ano de criação da Coordenadoria de Promoção de Políticas Públicas para a Juventude de Camaçari, - e o o PPA 2014/2017, foi redigido no ano de 2013, - no qual a Coordenação de Juventude estava vinculada à SECIN.

Em relação a ocorrência dos termos pesquisados, nas peças do planejamento orçamentário pesquisado, foi possível identificar estes apenas a partir dos anexos, especificamente, da apresentação, contextualização ou caracterização dos programas em diante. Foram encontradas 11 (onze) ocorrências no PPA 2006/2009, 16 (dezesesseis) ocorrências no PPA 2010/2013 e 58 (cinquenta e oito) ocorrências no PPA 2014/2017, como é possível verificar na tabela abaixo.

Tabela – Quantitativo de ocorrência dos marcadores pesquisados nos Planos Plurianuais de Camaçari, de 2006 a 2017

	PPA 2006/2009	PPA 2010/2013	PPA 2014/2017
Jovem	5	0	1
Jovens	6	13	51
Juventude	0	0	6
PROJOVEM	0	3	0
Total	11	16	58

Fonte: Elaboração própria, a partir dos PPAs analisados, 2024

Constata-se que ao longo do período analisado houve um aumento das ocorrências de referências diretas às juventudes, neste instrumento do planejamento orçamentário, principalmente na presença do marcador “jovens” e no quantitativo total do último PPA analisado.

Considerando os dados sistematizados acerca do histórico das políticas públicas de juventude em Camaçari/BA, pode-se sugerir que a institucionalização da juventude na agenda governamental municipal, por meio da criação da Coordenadoria de Promoção de Políticas Públicas para a Juventude de Camaçari e de suas ações realizadas, foi elemento importante para uma maior presença de referências às juventudes neste instrumento do planejamento orçamentário.

No ano de 2005, ainda não havia um espaço institucional, de gestão das políticas públicas de juventude na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, que pudesse incidir sobre a construção do PPA 2006/2009. Mesmo em 2009, após a realização da I Conferência Municipal de Juventude de Camaçari e com a Coordenação de Juventude já criada, parece que esta institucionalidade ainda carecia de capacidade de incidência técnica e política para que a especificidade das juventudes camaçarienses pudesse figurar, de forma mais nítida, no PPA 2010/2013.

Já no ano de 2013, após a realização das audiências públicas do Fala Jovem e do Fala Jovem nos Bairros, bem como as Plenárias das Juventudes e a II Conferência Municipal de Juventude de Camaçari, apesar da Coordenação de Juventude estar em uma secretaria finalística e, provavelmente, com menos capacidade de articulação institucional, havia um cenário de mobilização da pauta na cidade e, conseqüentemente, na agenda governamental, o que pode ter potencializado a capacidade de incidência do órgão gestor municipal das PPJ na elaboração do PPA 2014/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de compreender como se deu a institucionalização das políticas públicas de juventude em uma unidade subnacional, escolheu-se a cidade de Camaçari/BA, situada na Região Metropolitana de Salvador. Buscou-se então identificar a presença da pauta de juventude na agenda governamental municipal no período de 2005 a 2016, verificando a normatização da pauta na estrutura organizacional do município e a presença de ações voltadas para as juventudes nos Planos Plurianuais municipais de 2006/2009, 2010/2013 e 2014/2017.

O percurso metodológico adotado e percorrido permitiu contextualizar o cenário municipal, no que tange ao desenvolvimento das ações voltadas para as juventudes, além de verificar a hipótese aventada, a saber: a institucionalidade da pauta das juventudes na estrutura administrativa municipal e a presença dos marcadores específicos relacionados às juventudes.

Pode ser constatado um aumento progressivo da presença da juventude nos planos plurianuais, considerando as três peças do planejamento orçamentário analisadas, com destaque para o PPA 2014/2017, no qual foram identificadas cinquenta e oito ocorrências dos marcadores pesquisados.

Ao mesmo tempo, verificou-se que em nenhum desses três instrumentos de gestão havia um Programa específico para as juventudes camaçarienses, na lógica do orçamento-programa. Apenas se identificou a presença de algumas ações, necessariamente, em torno dos direitos à educação e à profissionalização, ao trabalho e à renda.

Enquanto limitação, por questão temporal, este estudo não deu conta de analisar todos os demais PPAs existentes, quer sejam o PPA 2018/2021 e o PPA 2022/2025, que correspondem à gestão de outro grupo política à frente da Prefeitura de Camaçari. Dessa forma, sugere-se que seja dada continuidade a esta pesquisa analisando os PPAs restantes, bem como realizando análise comparativa das gestões dos grupos políticos divergentes, que disputam a condução do município, para identificar a atenção que cada agrupamento dá a pauta das juventudes.

Ainda no que tange à análise dos diversos PPAs, sugere-se a elaboração de um índice capaz de aferir a baixa, média ou alta presença da pauta das juventudes nos instrumentos de planejamento orçamentário para ser aplicado em pesquisas futuras. Importante também realizar uma análise qualitativa mais aprofundada das ocorrências dos marcadores voltados às juventudes, delimitando melhor as ações planejadas identificadas, assim como ampliando o olhar e analisando as ações que alcançam os jovens, mas que não se utilizam dos marcadores aqui delimitados.

Constata-se a potencialidade do estudo dos instrumentos do planejamento orçamentário para verificar as opções da gestão pública e como, cada governo, prioriza determinadas pautas que estão em sua agenda governamental decisional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. Análise de documentos: método de recolhe e análise de dados. Metodologia da Investigação I, DEFCUL, 2004. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/12123665-Analise-de-documentos-metodo-de-recolha-e-analise-de-dados.html>>. Acesso em: 11 de jan. 2024.

CAMAÇARI. *Lei n. 550*, de 04 de janeiro de 2002. Cria o Programa Municipal de Apoio a Juventude. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/y4Gwp>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CAMAÇARI. *Lei n. 731*, de 18 de maio de 2006. Cria o Conselho Municipal de Juventude. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/JEORv>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CAMAÇARI. *Lei n. 943*, de 18 de dezembro de 2008. Altera do dispositivo da Lei n. 731/2006. 2008a. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/g9BgI>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CAMAÇARI. *Lei n. 912*, de 03 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Programa de Apoio a Geração de Emprego para Jovem. 2008b. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/fQgjh>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CAMAÇARI. *Lei n. 951*, de 16 de fevereiro de 2009. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal. 2009a. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/N93FP>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CAMAÇARI. *Lei n. 1.005*, de 11 de setembro de 2009. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal. 2009b. Disponível em: <<https://acesse.dev/KVd6E>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CAMAÇARI. *Lei n. 1.150*, de 09 de maio de 2011. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal. 2011. Disponível em: <<https://encr.pw/mUm8f>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CAMAÇARI. *Lei n. 1.282*, de 21 de outubro de 2013. Altera a Lei Municipal n. 731/2006. Disponível em: <<https://l1nq.com/JKCDz>>. Acesso em 15 fev. 2024.

CAMAÇARI, *Lei n. 1.339*, de 09 de junho de 2014. Institui o Projeto Bolsa Estágio. Disponível em: <<https://encr.pw/ltfLJ>>. Acesso em 15 fev. 2024.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Instrumentos do Processo Orçamentário Brasileiro**. Brasília: ENAP, 2019. Curso Orçamento Público: Módulo 2.

IBGE. *Camaçari*, 2024. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/panorama>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

IWWA AGÊNCIA. Decreto regulamenta o programa. *Prefeitura de Camaçari*, 17 jul. 2010. 2010. Disponível em: <<https://www.camacari.ba.gov.br/decreto-regulmenta-o-programa-2/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

IWWA AGÊNCIA. Jovens discutem políticas públicas. *Prefeitura de Camaçari*, 02 dez. 2011. 2011. Disponível em: <<https://www.camacari.ba.gov.br/jovens-discutem-politicas-publicas-3/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

IWWA AGÊNCIA. Camaçari realiza Plenária das Juventudes. *Prefeitura de Camaçari*, 29 fev. 2012. 2012. Disponível em: <<https://www.camacari.ba.gov.br/camacari-realiza-plenaria-das-juventudes-2/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LASCOUTES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologia da ação pública*. Maceió: EDUFAL, 2012.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 269-279.

NUNES, André; OLIVEIRA, Ricardo Borges; BEÚ, Rivanny Borges. O orçamento-programa no contexto da gestão pública. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 424-432, set.-dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/18883/pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PEREIRA, Mailson Santos. *As políticas públicas de juventude na cidade de Camaçari/BA: elementos de estruturação da pauta na agenda governamental municipal entre os anos de 2005-2016*. 2024. 30 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, Evilásio *et al.* (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 123-152.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Mailson Santos Pereira, Bacharel em Psicologia; Mestre em Ciências Sociais pela UFRB e em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO; Discente do Bacharelado em Ciências Sociais pela UNEB e do Doutorado em Ciências Sociais pela UFBA; membro do Observatório Social da Juventude – CAHL/UFRB,

E-mail: pereiramailson@msn.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8962-7106>

Endereço: Rua Ovídio Aranha, 514, Barra do Pojuca, Camaçari/BA, 42.841-504.

Larissa Mello do Nascimento, Bacharela em Negociações Internacionais; Mestra e Doutoranda em Administração pela UFBA;

E-mail: larymello@hotmail.com

Endereço: Salvador/BA.

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)



DOI: 10.20911/25260782v11n2p206/2026

Juventude Cyberpunk: Hackativismo, Cultura e Identidade na Era Digital

Guilherme Augusto Siebeneichler¹

RESUMO: Este artigo examina a complexa interseção entre juventude, cultura cyberpunk e movimentos de resistência digital, com foco especial no hackativismo. Partindo da perspectiva da juventude como um grupo frequentemente associado à delinquência e à marginalização, o estudo busca desafiar esses estereótipos e explorar como as narrativas cyberpunk refletem e moldam as identidades juvenis na sociedade contemporânea. O cyberpunk, como expressão cultural, levanta questões sociais, políticas e tecnológicas, influenciando o imaginário coletivo e a cultura popular. O hackativismo emerge como uma forma de resistência, redefinindo o papel da tecnologia na promoção da justiça social e da democracia participativa. Ao promover uma abordagem inclusiva e centrada nos direitos humanos, o artigo abre espaço para uma reflexão crítica sobre o papel dos jovens na construção de um mundo mais justo e equitativo. Através de uma análise teórica e empírica, o estudo contribui para o entendimento das dinâmicas de poder e transformação social que permeiam a juventude e suas práticas culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Cultura, Cyberpunk, Hackativismo, Justiça Social.

ABSTRACT: This article examines the complex intersection between youth, cyberpunk culture, and digital resistance movements, with a particular focus on hacktivism. Starting from the perspective that youth are often socially associated with delinquency and marginalization, the study seeks to challenge these stereotypes and explore how cyberpunk narratives both reflect and shape youth identities in contemporary society. Cyberpunk, as a cultural expression, raises social, political, and technological questions, influencing the collective imagination and popular culture. Hacktivism emerges as a form of resistance, redefining the role of technology in promoting social justice and participatory democracy. By advancing an inclusive approach grounded in human rights, the article opens space for a critical reflection on the role of young people in building a more just and equitable world. Through theoretical and empirical analysis, the study contributes to the understanding of the dynamics of power and social transformation that permeate youth and their cultural practices.

KEYWORDS: Youth; Culture; Cyberpunk; Hacktivism; Social Justice.

INTRODUÇÃO

A juventude e sua interação com a cultura têm sido temas de interesse e investigação em diversas disciplinas acadêmicas e esferas da sociedade. Ao longo dos anos, a juventude tem sido

¹ Pós-graduando em Juventude no Mundo Contemporâneo na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), email: guilhermeaug123@gmail.com.

percebida como uma fase de transição crucial, marcada por mudanças físicas, emocionais e sociais significativas. Neste contexto, a cultura desempenha um papel fundamental na formação da identidade e na expressão dos jovens, refletindo e influenciando suas visões de mundo, valores e comportamentos.

Este estudo busca explorar as complexidades da relação entre juventude e cultura, examinando como esses dois elementos se entrelaçam e se manifestam na sociedade contemporânea. Ao longo dos capítulos, analisaremos não apenas a definição e percepção da juventude, mas também a forma como a cultura material, simbólica, ética e moral influenciam e são influenciadas pelas experiências e práticas dos jovens.

Além disso, este trabalho também abordará o surgimento de identidades juvenis, como o cyberpunk, e movimentos sociais, como o hackativismo, como formas de resistência e transformação social. Ao examinarmos esses fenômenos, seremos capazes de compreender melhor as dinâmicas de poder, as lutas sociais e as possibilidades de mudança que permeiam nossa sociedade.

O presente artigo representa uma síntese de reflexões realizadas ao longo da Especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo, somadas ao processo de revisão bibliográfico de autores que compuseram a bibliografia básica desse curso, bem como outros autores que desenvolveram pesquisas nas áreas da cultura, juventude e ciberativismo, esses textos foram selecionados com base em autores renomados em suas áreas. Trata-se de um resgate sócio-histórico de fim qualitativo.

Por meio desta pesquisa, buscamos não apenas ampliar nosso entendimento da juventude e da cultura, mas também contribuir para a construção de um diálogo mais amplo e inclusivo sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelas gerações mais jovens. Ao fazermos isso, esperamos abrir espaço para reflexões críticas e ações transformadoras que promovam a justiça social, a equidade e a inclusão em nossa comunidade e mundo.

1 JUVENTUDE: CONCEITO E PROBLEMA SOCIAL

A juventude, como conceito, é uma construção social complexa que varia de acordo com o contexto histórico, cultural e socioeconômico. Geralmente, é definida como a fase da vida que marca a transição da infância para a idade adulta, caracterizada por mudanças físicas, emocionais, cognitivas e sociais significativas. No entanto, as percepções e definições de juventude podem diferir amplamente entre culturas e ao longo do tempo, refletindo as normas e valores predominantes em uma determinada sociedade.

Desde meados do século XIX, quando o conceito de adolescência começou a emergir, a juventude tem sido objeto de estudo e preocupação para os estudiosos das ciências sociais e humanas. Nesse período, a industrialização, urbanização e a expansão da educação formal contribuíram para a criação de uma fase distinta entre a infância e a idade adulta, marcada por uma série de desafios e oportunidades únicas.

No entanto, é importante reconhecer que a juventude nem sempre foi vista como uma etapa separada na vida humana. Em sociedades tradicionais, onde a transição para a idade adulta era frequentemente marcada por rituais de passagem, como cerimônias de iniciação, as fronteiras entre a infância e a vida adulta eram menos definidas. Foi somente com o advento da modernidade e o surgimento de novas formas de organização social que a juventude começou a ser reconhecida como uma fase distintiva da vida.

Hoje, a juventude é frequentemente percebida como um período de oportunidades e desafios. Por um lado, os jovens podem enfrentar pressões significativas para alcançar o sucesso acadêmico, profissional e social, enquanto lidam com questões de identidade, autonomia e pertencimento. Por outro lado, a juventude também é vista como uma época de exploração, descoberta e crescimento pessoal, onde os indivíduos têm a oportunidade de experimentar novas ideias, valores e relações sociais.

Foracchi (2018) trabalha com o conceito de juventude a partir da compreensão do que significa ser “adulto” em uma sociedade e, nisso sintetiza a formulação da compreensão de que as sociedades precisam preparar as novas gerações para o ideal de adulto que aquela sociedade impõe, isso, principalmente nas sociedades que não possuem ritos de passagem bem demarcados da infância para a vida adulta. Nas palavras da própria autora:

Toda sociedade elabora um ideal de “adulto”, na qual estão sintetizadas as suas inspirações mais ambiciosas, seus valores mais raros, suas normas mais características, numa palavra, a essência do seu *ethós*. Esse ideal de adulto constitui o ponto máximo da sua humanização, a demonstração viva da riqueza e da variedade de suas potencialidades, a prova incontestável da sua justiça e envergadura moral. A plenitude do status, a amplitude de participação, a identificação completa com os ideais que a sustentam são condições que definem o adulto perante a sociedade em que vive. (FORACCHI, 2018, p. 23)

No entanto, apesar das muitas oportunidades que a juventude pode oferecer, também é frequentemente percebida como um problema social. Questões como desemprego juvenil, violência, delinquência, abuso de substâncias, gravidez na adolescência e marginalização social são comuns em muitas sociedades ao redor do mundo. Esses problemas são frequentemente atribuídos a uma série de fatores, incluindo desigualdades socioeconômicas, falta de acesso a oportunidades educacionais e de emprego, discriminação e marginalização social.

A percepção da juventude como um problema social pode ser exacerbada por representações negativas na mídia, que muitas vezes retratam os jovens como rebeldes, irresponsáveis ou perigosos. Essas representações estereotipadas podem contribuir para a estigmatização dos jovens e dificultar sua integração na sociedade.

No entanto, é importante reconhecer que a maioria dos jovens são cidadãos responsáveis, engajados e ativos em suas comunidades. Muitos deles estão envolvidos em atividades construtivas, como voluntariado, ativismo social, esportes e arte, contribuindo de maneira significativa para o bem-estar de suas comunidades e sociedades.

Em suma, a juventude é um conceito complexo e multifacetado que desafia definições simplistas. Embora seja frequentemente percebida como um período de oportunidades e desafios, também é vista como um problema social em muitas sociedades. No entanto, é importante reconhecer o potencial dos jovens e apoiá-los na realização de seus objetivos e aspirações, construindo assim um futuro mais inclusivo e promissor para todos. Este capítulo estabeleceu um contexto adequado para a discussão sobre o cyberpunk, destacando as complexidades da condição juvenil na sociedade contemporânea.

2 CYBERPUNK: IDENTIDADE HÍBRIDA

Para compreendermos o modo como o cyberpunk influencia a produção cultural e as relações dos jovens com o universo simbólico e material da humanidade. Podemos compreender que

A produção cultural do homem é um documento vivo da história da humanidade. Desde a pré-história até os nossos dias o homem faz cultura, manifestando, através dela, o seu conhecimento e a sua visão de mundo. Por exemplo, a figura de um bisonte pintada na Gruta de Niaux (França), no período pré-histórico, é uma manifestação cultural, tanto quanto a famosa Torre Eiffel ou os aviões supersônicos Mirage. (BRANDÃO; DUARTE, 1990, p.09)

O cyberpunk surge como uma das mais fascinantes e influentes identidades do final do século XX e início do século XXI. Originando-se na literatura de ficção científica e posteriormente expandindo-se para outras formas de mídia, como filmes, jogos de vídeo, música e moda, o cyberpunk representa uma fusão única de elementos tecnológicos, sociais, políticos e estéticos. Neste capítulo, exploraremos profundamente a natureza multifacetada do cyberpunk como uma identidade híbrida, analisando suas origens, características principais e impacto na sociedade contemporânea.

A primeira coisa a observar é que o cyberpunk não consistia na simples digitalização do movimento punk, mas se articulava como algo diverso e muito mais complexo. A própria origem do termo cyberpunk é incerta. [...] Em todo o cyberpunk, a crítica à sociedade contemporânea era comumente feita por meio da ficção da metáfora da construção de mundos virtuais e da percepção de um futuro no qual a dimensão da ação política era associada à tecnologia com claras referências ao cyborg e às biotecnologias. A heterogeneidade do cyberpunk se difunde em diversos âmbitos das culturas juvenis. (FELICE, 2017, p.102).

O termo “cyberpunk” foi cunhado pelo escritor Bruce Bethke em seu conto “Cyberpunk”, publicado em 1983, mas suas raízes remontam a obras literárias anteriores, como “Blade Runner” (1982) de Philip K. Dick e também, sem a expressão do termo, mas de igual teor no romance “Neuromancer” (1984) de William Gibson. Essas obras inauguraram o gênero cyberpunk, caracterizado por sua ambientação distópica em futuros urbanos dominados pela tecnologia, megacorporações poderosas e identidades marginais.

O cyberpunk emergiu em um momento de intensas transformações sociais, políticas e tecnológicas, refletindo as preocupações e ansiedades da época. O avanço da tecnologia digital, o crescimento das megacorporações, as crescentes disparidades socioeconômicas e as mudanças na paisagem urbana contribuíram para a criação de um ambiente cultural propício para o surgimento do cyberpunk.

O cyberpunk é caracterizado por uma série de elementos distintivos que o diferenciam de outros subgêneros de ficção científica e identidades. Em primeiro lugar, a estética cyberpunk é marcada por uma mistura de elementos futuristas e decadentes, combinando alta tecnologia com ambientes urbanos deteriorados, onde a pobreza, a criminalidade e a corrupção são endêmicas.

Além disso, o cyberpunk aborda temas recorrentes, como o impacto da tecnologia na sociedade, a alienação humana em um mundo cada vez mais digitalizado, a natureza corrupta do poder corporativo e a luta pela liberdade individual em um ambiente autoritário. Esses temas refletem as preocupações e ansiedades em torno do rápido avanço da tecnologia e sua influência na vida cotidiana.

Outra característica-chave do cyberpunk é a presença de hackers e ciberespaço como elementos centrais da narrativa. Os hackers, muitas vezes retratados como anti-heróis que desafiam a autoridade e exploram as brechas do sistema, representam uma resposta à crescente centralização do poder e controle por parte das megacorporações e do Estado.

Esse ambiente híbrido composto da relação de agentes humanos e não humanos, o ciberespaço, se efetiva como um ambiente de socialização e sociabilidade, assim

O ciberespaço não compreende apenas materiais, informações e seres humanos, é também constituído e povoado por seres estranhos, meio textos, meio máquinas, meio atores, meio cenários: os programas. Um programa, ou software, é uma lista bastante organizada de instruções codificadas, destinadas a fazer com que um ou mais processadores executem uma tarefa. Através dos circuitos que comandam os programas interpretam dados agem sobre informações transformam outros programas fazem funcionar computadores e redes acionam máquinas físicas viajam reproduzem-se etc. (LÉVY, 1999, p.41)

Esse ambiente virtualizado fomentou produções culturais que incutiram diretamente no ideário social acerca das tecnologias, cujo olhar possibilitou visões salvíficas de como a tecnologia poderia ser a solução para os problemas humanos ou uma visão distópica, onde a tecnologia é considerada a ruína e ampliação dos abismos sociais.

O cyberpunk exerceu uma influência significativa na cultura popular e no imaginário coletivo, moldando nossa percepção da tecnologia, urbanismo e poder político. Sua estética distópica e suas reflexões sobre os dilemas éticos da era digital ressoam em uma sociedade cada vez mais dependente da tecnologia e preocupada com as consequências não intencionais de seu uso indiscriminado.

Além disso, o cyberpunk inspirou uma série de movimentos artísticos, filosóficos e políticos, incluindo o ciberativismo e o transumanismo. O ciberativismo, por exemplo, utiliza as ferramentas e plataformas digitais para promover mudanças sociais e políticas, enquanto o transumanismo busca transcender as limitações humanas por meio da tecnologia, refletindo assim os ideais de progresso e emancipação presentes no cyberpunk.

O termo “ciberativismo” surgiu nos anos 1990 para indicar uma ampla e heterogênea quantidade de movimentos, caracterizados por um novo tipo de participação que ocorria por meio do uso das tecnologias digitais e começava a se manifestar em diversas partes do mundo. Esse tipo de ativismo midiático tinha nas tecnologias digitais de comunicação um válido instrumento para reforçar as organizações, seja local ou globalmente, permitindo a coleta capilar de fundos, facilitando a coordenação internacional de campanhas e protestos, obtendo e difundindo informações, denúncias e petições. Em termos gerais, nessa primeira fase, o ciberativismo referia-se ao uso da Internet para dar suporte aos movimentos globais e às causas locais, utilizando as arquiteturas informativas do primeiro tipo de Internet para disseminar informações, promover a discussão coletiva de ideias e a proposta de ações, criando canais de participação e difundindo estilos e práticas experimentais de conflitualidade. (FELICE, 2017, p.101).

No entanto, o impacto do cyberpunk vai além da esfera cultural e estética, influenciando também a maneira como pensamos e nos relacionamos com a tecnologia. Suas visões distópicas do futuro nos alertam sobre os perigos da desigualdade digital, vigilância em massa e perda de privacidade, enquanto sua celebração da resistência e do empoderamento individual nos inspira a questionar e desafiar as estruturas de poder dominantes.

Em suma, o cyberpunk representa uma identidade híbrida que transcende as fronteiras entre a ficção e a realidade, o passado e o futuro, o analógico e o digital. Sua estética distópica e suas reflexões sobre o impacto da tecnologia na sociedade contemporânea continuam a ressoar e inspirar gerações futuras, consolidando assim sua posição como uma das identidades mais influentes e duradouras do século XXI.

3 ÉTICA, TRANSFORMAÇÃO E A IDEIA DE DELINQUÊNCIA JUVENIL

A ideia de delinquência juvenil tem sido historicamente associada à juventude, muitas vezes perpetuando estereótipos negativos e visões simplistas sobre os jovens e suas ações. No entanto, à medida que nossa compreensão da juventude e da sociedade evolui, é crucial desafiar esse estereótipo e reconhecer a complexidade das experiências juvenis, bem como o papel transformador que os jovens desempenham na construção de um mundo mais ético e inclusivo.

Nessa perspectiva, esses conflitos carregam a possibilidade de ruptura do processo de integração do jovem à ordem, da transmissão da herança cultural ou mesmo da própria ordem social. E é esta mesma crise, plantada no centro da condição juvenil, que coloca a juventude como um problema da sociedade moderna. (ABRAMO, 1994, p.14)

No passado, os jovens que desafiavam as normas sociais ou se envolviam em comportamentos considerados desviantes eram frequentemente rotulados como delinquentes e tratados como tal pelo sistema legal e pela sociedade em geral. Essa abordagem punitiva tendia a reforçar estigmas e marginalizar ainda mais os jovens, muitas vezes impedindo-os de alcançar seu pleno potencial e contribuir de maneira construtiva para a sociedade. E essa visão generalizou a compreensão da juventude como sujeitos passíveis de desordem,

[...] A visibilidade da juventude e sua tematização como problema constroem-se, [...], através do comportamento “anormal” por parte de grupos delinquentes, ou excêntricos, ou contestadores, implicando todos, embora formas diferentes, em um contraste de padrões vigentes. (ABRAMO, 1994, p.08)

No entanto, à medida que a compreensão da juventude como uma fase de transição e descoberta se aprofundou, houve um movimento em direção a uma abordagem mais holística e centrada nos direitos humanos para lidar com a chamada “delinquência juvenil”. Essa abordagem reconhece que muitos dos comportamentos considerados delinquentes são, na verdade, manifestações de necessidades não atendidas, traumas não resolvidos, falta de oportunidades ou discriminação sistêmica enfrentada pelos jovens.

Um aspecto fundamental dessa transformação na abordagem da delinquência juvenil é a mudança de foco da punição para a intervenção preventiva e reabilitação. Em vez de simplesmente responsabilizar os jovens por seus comportamentos, há um reconhecimento crescente da importância de abordar as causas subjacentes da delinquência e fornecer apoio e recursos adequados para ajudar os jovens a superar desafios e alcançar seu potencial.

Além disso, há uma ênfase cada vez maior na participação ativa dos jovens na tomada de decisões que afetam suas vidas e comunidades. Isso inclui a promoção de mecanismos de participação social, como conselhos juvenis, grupos de defesa de direitos e programas de envolvimento cívico, que capacitam os jovens a fazerem ouvir suas vozes, defenderem seus direitos e contribuírem para a formulação de políticas públicas.

No entanto, apesar dos avanços na compreensão e abordagem da delinquência juvenil, ainda persistem desafios significativos. Muitos jovens continuam enfrentando barreiras estruturais e sociais que os impedem de acessar oportunidades educacionais, de emprego e de participação plena na sociedade. Além disso, estereótipos arraigados sobre a juventude e a criminalidade podem levar à criminalização excessiva e injusta de jovens de comunidades marginalizadas.

É crucial, portanto, continuarmos desafiando esses estereótipos e trabalhando em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os jovens tenham a oportunidade de prosperar e contribuir de maneira significativa para o bem-estar coletivo. Isso requer não apenas políticas e programas que abordem as causas subjacentes da delinquência juvenil, mas também uma mudança cultural mais ampla que valorize a diversidade, a equidade e a justiça social em todas as esferas da vida. Ao fazermos isso, podemos criar um mundo onde a ideia de delinquência

juvenil seja substituída pela visão de jovens como agentes de mudança e sujeitos de direitos em sua própria jornada rumo à realização pessoal e social.

4 HACKATIVISMO, VALORES E A MOTIVAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO

O hackativismo apresenta-se como uma manifestação única da interseção entre a tecnologia digital, os movimentos sociais e a busca por mudança transformadora na sociedade contemporânea. Podemos compreender o hackativismo como uma expressão das contradições inerentes ao sistema capitalista, onde a tecnologia, originalmente desenvolvida para servir aos interesses das elites dominantes, é apropriada e recontextualizada pelos oprimidos como uma ferramenta de resistência e subversão.

A origem do hackativismo é um tanto incerta, entretanto, alguns pesquisadores atribuem seu surgimento a um caso ocorrido nos anos 50,

[...] quando estudantes do MIT (Massachusetts Institute of Technology) começaram a fazer brincadeiras inofensivas e piadas práticas. Estes hackers descobriram que apitos de criança produziam a frequência sonora necessária para “enlouquecer” os sistemas telefônicos da “Ma Bell”, o que possibilitou que eles fizessem ligações a longa distância gratuitamente. A partir desse ponto, o movimento tomou proporções gigantescas. (LORENTZ *et al*, 2016, p. 7)

No cerne do hackativismo está a crença na capacidade das pessoas comuns de desafiar as estruturas de poder estabelecidas e catalisar mudanças significativas através da ação direta e da criatividade tecnológica. Contrariando a narrativa dominante que retrata os hackers como vilões ou criminosos, o hackativismo busca redefinir o significado desse termo, ressaltando sua associação com valores como transparência, liberdade de expressão, privacidade e justiça social.

No livro “A Desobediência Civil”, Thoreau (2012) critica o governo americano da época por sua falta de integridade e vitalidade, comparando-o a um exército permanente que é apenas um braço de um governo permanente, ambos sujeitos a abusos e, mediante essa compreensão, discute a necessidade de reforma social e a responsabilidade dos cidadãos em promover a justiça, mesmo que isso signifique desobedecer às leis do Estado.

Ao adotar uma abordagem disruptiva e exponencial, os hacktivistas procuram expor e criticar as injustiças e desigualdades existentes no tecido social, seja revelando informações confidenciais sobre práticas corruptas de governos e corporações, seja organizando ataques de negação de serviço para protestar contra políticas opressivas ou violações de direitos humanos. Essas ações não visam apenas causar danos ou perturbações, mas sim provocar uma reflexão crítica e instigar ações concretas para promover mudanças positivas na sociedade.

É importante ressaltar que o hackativismo não é monolítico, mas sim diversificado em termos de táticas, objetivos e valores. Enquanto alguns grupos podem se engajar em atividades

mais radicais e disruptivas, outros podem adotar uma abordagem mais pacífica e colaborativa, como o desenvolvimento de software livre e ferramentas de criptografia para fortalecer a privacidade e a segurança online.

O hackativismo representa uma manifestação da luta de classes no campo digital, onde os indivíduos e grupos marginalizados buscam nivelar o campo de jogo e reivindicar sua voz e poder na esfera pública. Ao desafiar as normas e estruturas de poder estabelecidas, os hacktivistas estão não apenas questionando o status quo, mas também criando novas possibilidades e imaginários para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

No entanto, é importante reconhecer os desafios e dilemas éticos associados ao hackativismo, incluindo questões de privacidade, segurança e responsabilidade. Enquanto alguns podem argumentar que os fins justificam os meios quando se trata de promover mudanças sociais positivas, outros podem questionar os métodos utilizados pelos hacktivistas e suas consequências não intencionais.

Em última análise, o hackativismo é um fenômeno complexo e multifacetado que desafia as fronteiras tradicionais entre tecnologia, política e cultura. Ao reconhecer e valorizar seu potencial transformador, podemos abrir espaço para um diálogo mais amplo e inclusivo sobre o papel da tecnologia na promoção da justiça social e na construção de um mundo mais equitativo e sustentável para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, exploramos as interseções entre juventude, cultura e movimentos sociais, examinando como esses elementos se entrelaçam e influenciam-se mutuamente na sociedade contemporânea. Desde a análise da juventude como uma fase de transição e descoberta até a investigação do hackativismo como uma forma de resistência e transformação, pudemos vislumbrar as complexidades e potencialidades dos fenômenos sociais em questão.

Um dos principais pontos destacados ao longo deste estudo foi a necessidade de desafiar estereótipos e concepções simplistas sobre a juventude e suas interações com a cultura e a sociedade. A juventude não deve ser vista apenas como um problema social a ser corrigido, mas sim como uma força dinâmica e criativa que impulsiona mudanças significativas em nossa comunidade e mundo.

Além disso, examinamos o papel do cyberpunk e do hackativismo como expressões de resistência e subversão no contexto contemporâneo. Enquanto o cyberpunk nos convida a refletir sobre as implicações éticas e sociais da tecnologia em nossa sociedade, o hackativismo nos desafia a repensar as relações de poder e a buscar formas alternativas de engajamento cívico e político.

No entanto, é importante reconhecer que esses movimentos não são homogêneos e podem variar em termos de táticas, valores e objetivos. Enquanto alguns grupos podem optar por

uma abordagem mais radical e disruptiva, outros podem buscar formas mais colaborativas e inclusivas de promover mudanças sociais positivas.

À medida que avançamos para o futuro, é fundamental continuar a explorar esses temas e a buscar novas formas de engajamento e participação cívica que promovam a inclusão, a justiça social e a sustentabilidade. Isso requer não apenas ações individuais, mas também mudanças estruturais e políticas que abordem as causas subjacentes das desigualdades e injustiças em nossa sociedade.

Em última análise, este estudo nos lembra da importância de ouvir as vozes dos jovens, valorizar sua criatividade e resiliência, e criar espaços onde possam se expressar livremente e contribuir para a construção de um mundo mais justo e equitativo para todos. Ao fazermos isso, podemos abrir caminho para um futuro mais promissor e esperançoso para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994. 172 p.
- BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos Culturais de Juventude*. São Paulo: Moderna, 1990. 120 p.
- FELICE, Massimo di. *Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo*. São Paulo: Paulus, 2017. 288 p.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A Juventude na Sociedade Moderna*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2018. 192 p.
- LÉVY, Pierre; DUARTE, Milton Fernandes. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. 264 p. Tradução: Carlos Irineu da Costa.
- LORENTZ, Gustavo Acauan et al. Hacktivismo e Suas Origens na Cybercultura. *Materializando Conhecimentos*, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 01-19, set. 2016. Disponível em: https://www.redeicm.org.br/wp-content/uploads/sites/36/2019/06/a3_hacktivismo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.
- THOREAU, Henry David. *A Desobediência Civil*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2012. 152 p.

Artigo Submetido em 30.09.2025 e aprovado em 02.11.2025.

Guilherme Augusto Siebeneichler, graduado em pedagogia, mestrando em Educação pelo PPGE (Unioeste Cascavel), bolsista CAPES na modalidade Mestrado, assessor técnico da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste),

E-mail: guilhermeaug123@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1967-2984>

Endereço: Rua Maresias 290, Bl02 Apto307, Floresta, Cascavel-PR

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores:

Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS)

Dra. Symaira Poliana (UFMG)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Me. Joilson Toledo (UERJ)

Dr. Mateo Ortiz (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)

Dr. Nilson Weisheimer (UFRB)

Dr. Sebastião Everton de Oliveira (FAJE)

Dra. Martha Gutiérrez (Pontificia Universidade Javeriana/Colômbia)